

Relatório Anual 2017



Sumário

Abertura	4	Capítulo 3 - Gestão Previdenciária	44
Apresentação	9	Planos e Participantes	46
Mensagem da Diretoria	10	Hipóteses Atuariais	47
Destaques	12	Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B)	49
Capítulo 1 - O Economus	15	Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A)	52
Grandes Números	18	Regulamento Geral (Grupo C)	55
Missão, Visão e Valores	18	PrevMais	61
Governança	18	Empréstimos	66
Comitês	21	Capítulo 4 - Gestão de Assistência à Saúde	68
Gestão de Pessoas	21	Planos e Beneficiários	70
Responsabilidade Socioambiental	24	Despesas Assistenciais	71
Capítulo 2 - Gestão Estratégica	27	Perfil da Rede Credenciada	74
Relacionamento e Comunicação	29	Principais Ações de Gestão	77
Tecnologia da Informação	36	Resultado dos Planos	81
Gestão de Riscos	36	Capítulo 5 - Gestão de Investimentos	85
Gestão Administrativa	40	Cenário Econômico	87
Ações Judiciais	42	Evolução Patrimonial e Desempenho Consolidado	91
		Demonstrativo dos Investimentos	94
		Resultado dos Investimentos	99
		Enquadramento dos Investimentos	102
		Investimentos com Gestão Própria e Terceirizada	106

SUMÁRIO

Custos com a Administração dos Recursos	113
Políticas de Investimentos	122
Anexo: Detalhamento dos Investimentos	129
Capítulo 6 - Gestão Contábil	139
Balanço Patrimonial Consolidado	144
Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DPMS (consolidada)	145
Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios	146
Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios	150
Demonstração das Provisões Técnicas por Plano de Benefícios	155
Notas Explicativas	159
Informa�es Suplementares - Gestão Assistencial	232
Capítulo 7 - Pareceres	261
Avalia�o Atuarial por Plano de Benefícios	263
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstra�es Contábeis	306
Parecer do Conselho Fiscal	312
Manifesta�o do Conselho Deliberativo	314



ABERTURA

Especial
40 Anos
Economus

40 anos construindo histórias

Em 1º de setembro de 1977, foi criado o Economus Instituto de Seguridade Social. O significado do nome, em latim *oekonomus*, reforça o seu objetivo principal de ser “administrador de uma instituição particular ou pública”, ou seja, um administrador de recursos que garante aposentadorias complementares aos seus participantes e assistência médica de qualidade aos seus beneficiários.

Os primeiros diretores foram os advogados Renato Rodrigues Caldas e Lourdes Abla Mattar que trabalhavam em uma sala da Nossa Caixa na Rua 15 de Novembro, registrando as primeiras adesões. “Na época, era difícil convencer as pessoas a aderirem ao Economus, achavam que não ia dar em nada”, relembra Lourdes, que foi diretora de seguridade do Instituto e ajudou a construir o patrimônio.

Lourdes trabalhou no Instituto por 21 anos e é assistida desde 1999, além de beneficiária do plano de saúde FEAS. “É uma dádiva ter a complementação da aposentadoria e um plano de saúde na minha idade”, afirma a ex-diretora.





Dedicação e emoção

Aparecida Solange Ernandes é aquela pessoa que encanta e emociona a todos com seu sorriso e jeito carinhoso, uma “mãezona”, como era chamada por muitos que trabalharam com ela. Aposentada desde 2016, começou a trabalhar no Economus em 1983 como digitadora no então departamento CPD - Centro de Processamento de Dados e continuou na Divisão de Tecnologia da Informação até seu último dia de trabalho.

“Hoje, tenho o privilégio de ter acesso aos frutos que a árvore Economus me proporciona: uma aposentadoria tranquila, um benefício muito bom que é o convênio médico, que dá segurança para mim e ao meu marido em caso de uma necessidade. Valeu a pena cada dia como empregada e como participante, faria tudo de novo”, diz a ex-funcionária.

Para aqueles que ainda não têm previdência complementar ou investem pouco, Solange dá um recado: “a preocupação com o futuro deve sempre existir, porque a juventude passa muito rápido e quando você vê, já está na hora de receber a aposentadoria. Se não tem, faça agora! Demorei 33 anos para ter acesso ao benefício, mas é muito gratificante e tranquilo. Não tenho mais o compromisso de sair para trabalhar todos os dias, mas no dia previsto o benefício está lá”.

Esporte e superação

Rodrigo Cristiano Machado é um exemplo de motivação e superação. Funcionário do Banco do Brasil na ativa e beneficiário do plano do Economus, em menos de cinco anos fez uma cirurgia de apendicite, recebeu o diagnóstico de leucemia, fez transplante de medula óssea e descobriu um tumor no intestino. Apesar de tudo isso, ele sempre manteve uma mente positiva e buscava estar em movimento, fazendo alguma atividade física para evitar a perda de massa muscular, que influencia negativamente na evolução do tratamento.



Em fevereiro de 2017, ainda em tratamento, mas já retomando as corridas, soube das Olimpíadas de Transplantados, competição que está em sua 21ª edição e aconteceria no final de junho em Málaga, na Espanha. Era pouco tempo para treinar, mas resolveu se inscrever mesmo assim na natação, esporte que fez parte de sua juventude.

Como resultado, vieram 5 medalhas: 2 de ouro, quebrando inclusive o recorde mundial nos 200 metros medley, e 3 de prata. Apesar das medalhas, para o bancário, as histórias e amizades foram o que mais valeu a pena. “A competição é muito saudável porque todo mundo que estava ali já era um vencedor, tinha passado por um problema grave de saúde e mesmo assim não tinha ninguém se lamentando, falando de problema, era só vitória”.

Sobre a participação nos jogos, Rodrigo complementa: “fui representar os transplantados, todos aqueles que estão em um leito de hospital com um problema grave de saúde, representar vocês do Economus que me ajudaram muito, representar os médicos e profissionais da saúde, meus amigos e familiares que me apoiaram. Mostrar que existe uma luz no fim do túnel, acredite”.

Essas histórias personificam o cuidado e a dedicação do Instituto e de sua equipe na construção de relacionamentos duradouros com nossos participantes, beneficiários e seus familiares, que só são possíveis com uma gestão responsável e transparente, comprometida em proporcionar uma melhor qualidade de vida a todos, por meio dos benefícios e da assistência médica que administra.



Apresentação

Neste Relatório Anual especial de 40 anos, reforçamos o nosso compromisso com a transparência na prestação de contas aos nossos participantes e beneficiários, apresentando de maneira clara e objetiva as informações sobre o desempenho dos planos de previdência e saúde, bem como os investimentos realizados no ano.

O documento aborda as principais realizações, desafios e decisões estratégicas de 2017, além dos destaques no relacionamento do Economus com seus participantes e demais públicos, visando cumprir sua missão de “oferecer soluções em previdência e assistência à saúde que atendam, com eficiência e segurança, as expectativas dos participantes e patrocinadores”.

O relatório também apresenta as Demonstrações Contábeis, que descrevem em detalhes as alterações nas reservas, nas despesas e no patrimônio dos planos do Instituto.

Este material complementa as demais iniciativas de comunicação do Economus em 2017, que visaram apresentar de forma contínua as de-

cisões tomadas e os impactos aos planos, como as matérias publicadas no site, Boletim de Resultado trimestral, divulgação mensal dos balanços e Encontros com Participantes.

Boa leitura.



Mensagem da Diretoria

O Economus completou 40 anos de existência em 2017. Criado com o objetivo de garantir uma renda complementar aos seus participantes e um futuro mais seguro para seus familiares, temos orgulho de fazer parte de inúmeras histórias construídas em torno dos benefícios previdenciários e da assistência à saúde oferecidos pelo Instituto nesse período.

Atualmente, o Economus conta com 24.383 participantes nos planos de previdência e 44.672 beneficiários nos planos de saúde, responsáveis, em conjunto com o patrocinador, pela constituição do patrimônio social de R\$ 6,7 bilhões, verificado ao final do exercício.

O ano de 2017 foi marcado por diversas ações que visaram a eficiência operacional e a manutenção do equilíbrio dos planos administrados. Decisões importantes foram tomadas pela governança, a fim de tratar questões estruturais dos planos, principalmente do Regulamento Geral (Grupo C), objetivando assegurar o pagamento futuro dos benefícios aos participantes e seus beneficiários.

O segmento de Previdência no Brasil vive um momento desafiador, ocasionado em boa parte pelo aumento da longevidade da população. O impacto é percebido no incremento do passivo, ou seja, nas reservas financeiras necessárias para pagar o benefício por mais tempo a um contingente cada vez maior de aposentados e pensionistas.

Além disso, outros fatores como ações judiciais, o momento de entra-

da em aposentadoria dos participantes e as taxas de juros da economia causam impactos significativos no resultado dos planos e trazem grandes desafios à administração dos benefícios concedidos e a conceder.

Por outro lado, os ativos tiveram um desempenho positivo neste ano e os investimentos consolidados do Economus atingiram rentabilidade de 10,69%, resultado acima da meta atuarial dos planos administrados. Este resultado foi influenciado, principalmente, pelo desempenho dos segmentos de Renda Variável e Investimentos Estruturados, que refletem a melhora na conjuntura econômica, impulsionada pela redução dos juros e da inflação.

Na Assistência à Saúde, implementamos novas rotinas para buscar a otimização das despesas assistenciais e administrativas, visando maior eficiência operacional e um serviço de qualidade aos beneficiários.

Entretanto, há desafios a serem enfrentados também na Saúde, sobretudo no custeio dos planos vinculados ao Fundo Economus de Assistência Social (FEAS), que vem apresentando crescimento em sua população, face às aposentadorias dos participantes dos Grupos B e C e nas despesas assistenciais, o que vem exigindo uma utilização cada vez maior dos recursos do Fundo. Estamos analisando, em conjunto com a governança, alternativas para promover um maior equilíbrio financeiro e longevidade do FEAS.

O Economus também vem aprimorando, de maneira constante, a comunicação e o relacionamento com participantes e beneficiários,

para que possam acompanhar os resultados dos planos e compreender as decisões tomadas no presente, que impactarão o seu futuro. Por isso, fazemos questão de transmitir, de antemão e de maneira simples, todas as nossas ações e realizações, mantendo o compromisso com a transparência.

Partindo desta premissa, a realização de encontros com participantes e lideranças, a divulgação de notícias e matérias sobre as decisões tomadas foram frequentes, com a disponibilização de hotspots com ilustrações e linguagem acessíveis, a fim de facilitar a compreensão de termos técnicos e minimizar as dúvidas acerca do trabalho realizado. Além disso, passamos a viabilizar, mensalmente, o balancete de cada plano administrado e, trimestralmente, o resultado acumulado dos planos em nosso site, incluindo breve análise sobre os fatores que impactaram no desempenho do período.

Por fim, diante dos grandes desafios e da responsabilidade pela administração dos planos de benefícios e de assistência médica do Economus, temos a convicção de que estamos realizando os encaminhamentos necessários e adequados para as principais questões que afetam os planos administrados, junto com a governança e com toda nossa equipe, para garantir da melhor forma possível os compromissos do Instituto com seus participantes.



Destques

Economus adere aos Códigos de Autorregulação da Abrapp de Governança de Investimento e de Princípios Éticos e de Conduta

Mantendo o compromisso com as melhores práticas de governança e gestão, o Economus aderiu ao Código de Princípios Éticos e de Condutas para o Regime Fechado de Previdência Complementar, que reforça a responsabilidade das entidades e de seus dirigentes em agir com ética e de acordo com as regras de conduta da própria entidade, funcionando como um complemento de proteção para os participantes e assistidos. O documento é proposto pela Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) e atestado pelo Sindapp (Sindicato Nacional das Empresas Fechadas de Previdência Complementar).

No mesmo sentido, o Economus também aderiu ao Código de Autorregulação em Governança de Investimentos da Abrapp/ICSS/Sindapp, que tem como propósito colaborar com o aperfeiçoamento das práticas de governança de investimentos, mitigar a percepção de riscos existen-

tes e contribuir para o desenvolvimento e fortalecimento da Previdência Complementar Fechada.

Com a adesão a estas duas importantes iniciativas, o Instituto reafirma seu compromisso em manter a transparência nos processos de governança, com o intuito de seguir os padrões éticos e de integridade, oferecendo aos participantes e beneficiários uma administração mais eficiente e sustentável em relação aos planos assistenciais e de benefícios.

Informação a serviço da transparência

A divulgação de notícias e matérias sobre as decisões tomadas estão mais frequentes, com a elaboração inclusive de hotspots com ilustrações e linguagem mais simples, a fim de facilitar a compreensão de termos técnicos. Um dos hotspots desenvolvidos em 2017 foi o “Contribuições Extraordinárias”, que apresenta as causas do deficit e o plano de equacionamento para retomar o equilíbrio, que ajudou a explicar de forma clara e transparente os motivos para a implantação das contribuições extraordinárias.

Para facilitar o acompanhamento do resultado, o Economus também

DESTAQUES

elaborou o Boletim de Resultado, divulgado trimestralmente, no qual é possível conferir a informação completa sobre o desempenho dos investimentos, o acumulado do ano, bem como as tabelas de resultado, de forma mais fácil e rápida.

Além disso, foram realizados eventos em cinco cidades para apresentação dos resultados, com a participação de cerca de 700 pessoas. *(Saiba mais em Gestão Estratégica).*

Novas condições do empréstimo

Em junho de 2017, após análise do resultado positivo do novo modelo de empréstimo, lançado em novembro de 2016, foi realizada a abertura de crédito para os participantes do Regulamento Complementar N° 2 (Grupo A) e o aumento no limite de crédito para os participantes do Regulamento Geral (Grupo C) e do PrevMais.

Essas mudanças contribuíram para um acréscimo de 72% nas concessões e 58% no valor, comparando-se com 2016. *(Saiba mais no Capítulo Gestão Previdenciária).*



Unidas premia o Economus pelo desempenho na Gestão da Saúde

A União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) premiou, em outubro, as operadoras que obtiveram excelência na avaliação do Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS), indicador criado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para medir a qualidade dos serviços oferecidos aos seus beneficiários.

O Economus obteve a sua melhor pontuação no IDSS dos últimos seis anos, avaliado com a nota 0,8094 em uma escala que vai até 1, ficando classificado na mais elevada faixa de pontuação da ANS (*Saiba mais em Gestão de Assistência à Saúde*).



Representantes do Economus com o presidente da Unidas, Aderval Paulo Filho.



Prêmio Unidas

CAPÍTULO 1

O Economus



Fundado em 1977 pelo Banco Nossa Caixa (antiga Caixa Econômica do Estado de São Paulo), o Economus - Instituto de Seguridade Social é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos. Em 2009, o Banco Nossa Caixa S.A. foi incorporado pelo Banco do Brasil S.A. (BB) que, em decorrência, passou a ser patrocinador dos planos de benefícios do Economus.

O Instituto administra planos de previdência para os funcionários e aposentados do Banco do Brasil, egressos do Banco Nossa Caixa e empregados do Economus, proporcionando uma renda complementar na aposentadoria. Além disso, oferece assistência médica aos participantes e seus familiares.

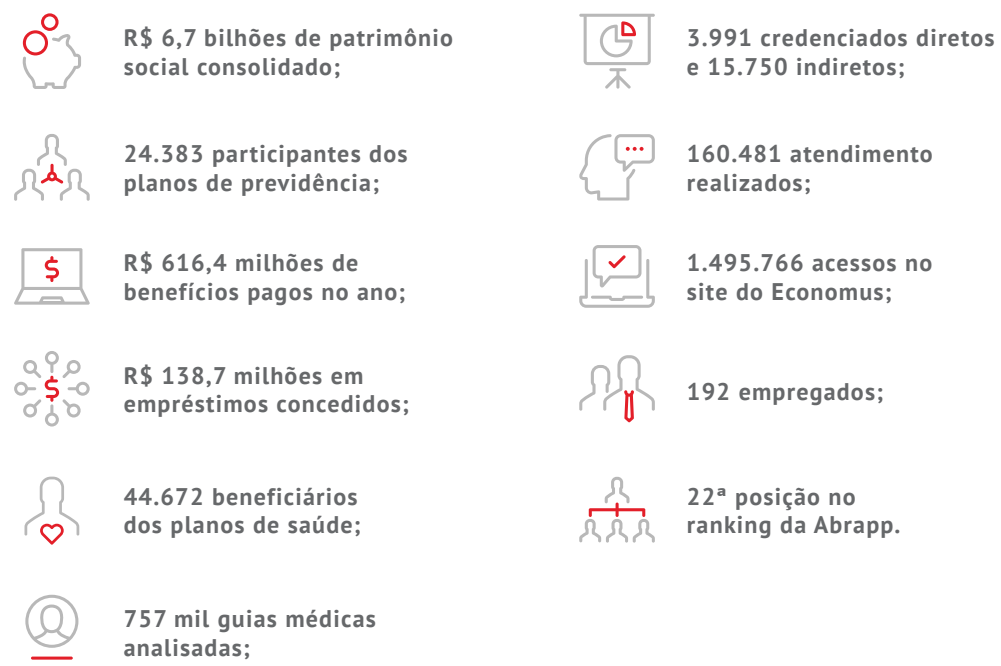
O Economus é o 22º maior fundo de pensão do Brasil, por patrimônio, de acordo com o ranking da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), data base novembro/2017.

Emprega 192 pessoas para administrar os benefícios de mais de 24 mil participantes e a assistência médica de mais de 44 mil pessoas entre participantes e seus familiares, observando as melhores práticas de gestão para alcançar a eficiência operacional em seus processos.

Os participantes também possuem uma linha de crédito, disponibilizada de acordo com a reserva constituída, e acesso ao Clube de Benefícios, com vantagens e promoções exclusivas.



Os Grandes Números do Economus



Missão

Oferecer soluções em previdência e assistência à saúde que atendam, com eficiência e segurança, às expectativas dos participantes e patrocinadores.

Visão

Proporcionar tranquilidade e segurança, agora e no futuro, despertando orgulho de pertencer ao Economus.

Valores

- Ética;
- Lealdade;
- Transparência;
- Equidade;
- Sustentabilidade;
- Excelência.

Governança

A estrutura de governança do Economus é composta por Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, que são responsáveis pelas decisões de gestão e a fiscalização das atividades.



Entenda a atribuição de cada membro da Governança:

ÓRGÃO	ATRIBUIÇÕES	COMPOSIÇÃO
Conselho Deliberativo	Órgão de decisão máxima. Delibera sobre as diretrizes administrativas de seus planos e investimentos.	Seis membros titulares e seis membros suplentes. São nomeados paritariamente entre indicados do BB e eleitos pelos participantes.
Conselho Fiscal	Órgão de controle interno, responsável por fiscalizar as ações praticadas pela entidade, além de zelar pela gestão econômico-financeira e o cumprimento das regras de governança.	Quatro membros titulares e quatro membros suplentes. São nomeados paritariamente entre indicados do BB e eleitos pelos participantes.
Diretoria Executiva	Órgão de administração geral, responsável pela gestão administrativa, financeira e patrimonial da entidade, além de executar todos os atos necessários, de acordo com as disposições da Lei, do Estatuto e das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo.	Quatro diretores: Superintendente, Financeiro, Administrativo e de Seguridade.

Conheça a seguir a configuração dos Conselhos, em 31 de dezembro de 2017:

CONSELHO DELIBERATIVO				
Titular	Representação	Suplente	Mandato (até)	
Fabio Cristiano Danin Euzébio (*)	Patrocinador	Carlos Henrique dos Santos	mai/20	
José Carlos de Oliveira	Participantes	Levi Gomes de Oliveira	mai/20	
Max Freddy Frauendorf	Participantes	Francisco Vianna de Oliveira Junior	mai/20	
Priscila Requejo Simões de Araújo	Patrocinador	Vago	mai/18	
Sonia Aparecida Aoki Zaia	Participantes	Vago	mai/18	
Vitor Paulo Camargo Gonçalves	Patrocinador	Fernando Sabbi Melgarejo	mai/18	

(*) Presidente do Conselho Deliberativo.

CONSELHO FISCAL				
Titular	Representação	Suplente	Mandato (até)	
César Augusto Jacinto Teixeira	Patrocinador	Augusto César Machado	mai/18	
Daniel André Stieler	Patrocinador	Márcia Regina de Sousa	mai/20	
Paulo Leite Julião	Participantes	Jair Aquiles Bauto	mai/20	
Pedro Amauri Rinaldi (*)	Participantes	João Carlos de Faria	mai/18	

(*) *Presidente do Conselho Fiscal.*

Diretoria

Em 28 de setembro, Maurício Fernandes Leonardo Júnior foi nomeado diretor superintendente, devido à aposentadoria de Lucia Helena Cruz Moya Cuevas. O novo diretor possui 31 anos de carreira no Banco do Brasil e atuava como *Chief Operations Officer* do Banco do Brasil em Viena, na Áustria, com a responsabilidade de apoiar a gestão do Banco em diversas áreas como RH, Contabilidade, Controladoria, TI & Segurança, Compliance & Controles Internos.

O diretor financeiro, Marcelo Gonçalves Farinha, foi transferido em novembro para a BB Capitalização e suas atividades foram assumidas,

interinamente, pelos diretores Adilson Nascimento Ferreira e Mauricio Messias, este último Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), em exercício.

A Diretoria encerrou o ano com a seguinte composição:

NOME	CARGO
Maurício Fernandes Leonardo Júnior	Diretor Superintendente
Adilson Nascimento Ferreira	Diretor Administrativo
Mauricio Messias	Diretor de Segurança
Vago	Diretor Financeiro

Comitês

Para auxiliar os Conselhos e a Diretoria Executiva do Economus no desempenho de suas funções e responsabilidades, a entidade conta com os seguintes comitês:

- **Comitê de Investimentos** - Tem como objetivo avaliar e deliberar sobre as propostas de investimentos e alocações dos recursos realizadas pela Gerência de Investimentos, bem como definir as estratégias de macro alocação dos investimentos, observando as premissas atuariais dos planos de benefícios administrados pelo Instituto.

- **Comitê Executivo** - Tem a finalidade de apresentar soluções e ações integradas e estratégicas entre as diversas áreas, assim como zelar pelo alcance dos objetivos institucionais.

- **Comitê de Ética** - O objetivo é orientar e aconselhar sobre a ética profissional de seus empregados e dirigentes no relacionamento com participantes, com os agentes públicos e privados ou com pessoas que demandarem qualquer tipo de relacionamento, formal ou informal com a Entidade.

- **Comitê Gestor de Gênero e Raça** - Tem o objetivo de gerir ações que buscam igualdade nas relações de trabalho e interpessoais de seus empregados e na quebra de barreiras relacionadas ao preconceito, a fim de obter o selo de certificação do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, do Governo Federal.

Gestão de Pessoas

Diversidade e igualdade

O Economus possui 192 empregados e cedidos, sendo 81 homens e 111 mulheres. Deste total, 188 são empregados do quadro próprio, todos sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e 4 são cedidos do Banco do Brasil. O Instituto conta também com um convênio com a Associação Nossa Senhora Achiropita para contratação e orientação de 12 jovens aprendizes, distribuídos em 7 homens e 5 mulheres.

O Instituto preza pela igualdade entre os gêneros em todos os níveis hierárquicos e para consolidar esta prática participa da 6ª edição do “Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça”, conduzido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Em 2017, foi desenvolvida uma série de ações, com o objetivo de buscar a igualdade nas relações de trabalho e interpessoais dos empregados da Entidade, bem como quebrar barreiras relacionadas ao preconceito, tais como:

- Revisão dos editais de recrutamento e seleção, considerando linguagem inclusiva;
- Relatório de indicadores de absenteísmo e afastamentos por gênero e raça;
- Palestras sobre diversos temas, como: qualidade de vida, assédio moral e sexual, violência doméstica, discriminações de gênero e raça e violência sexista;
- Workshop de defesa pessoal para as mulheres.

As ações realizadas reforçam que o Economus estabelece políticas de equidade de gênero, raça e acessibilidade, oferecendo oportunidades iguais a todos, independentemente de sexo, cor, religião, deficiência, estado civil, orientação sexual, situação familiar, idade ou qualquer outra condição.

Abaixo, a distribuição atual de gênero e raça dos empregados:

FAIXA ETÁRIA	MASCULINO	RAÇAS				
		Branca	Negra	Parda	Amarela	Indígena
Abaixo de 30 anos	10	7	0	3	0	0
Entre 30 e 49 anos	54	42	3	8	1	0
Acima de 50 anos	17	16	1	0	0	0
Total	81	65	4	11	1	0

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	RAÇAS				
		Branca	Negra	Parda	Amarela	Indígena
Abaixo de 30 anos	21	14	1	6	0	0
Entre 30 e 49 anos	73	50	8	14	1	0
Acima de 50 anos	17	11	5	1	0	0
Total	111	75	14	21	1	0

**Dados referentes ao quadro de empregados próprios, diretoria e cedidos.*

NÚMERO DE EMPREGADOS, CEDIDOS E COLABORADORES POR NÍVEL FUNCIONAL	2015		2016		2017	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretoria	3	1	3	1	3	0
Gerência	12	14	12	13	10	16
Analistas/Técnicos	69	98	72	98	68	95
Jovens Aprendizes	10	2	8	3	7	5
Total por gênero	94	115	95	115	88	116

Investimento na qualificação

O Economus incentiva o crescimento de seus profissionais por meio de cursos e treinamentos, tendo em vista a qualificação da equipe e a consequente melhoria contínua dos serviços oferecidos aos participantes e beneficiários.

Em 2017, o Economus investiu R\$ 141.943,52 em capacitação do seu corpo funcional, entre treinamentos e participações em congressos e seminários, conforme apresentado na tabela abaixo:

INVESTIMENTO EM TREINAMENTO 2017	VALORES	HORAS	QTD. DE PARTICIPANTES
Congressos e Seminários	R\$ 90.678,12	911	59
Treinamento Técnico Departamental	R\$ 38.946,01	646	56
Treinamento Institucional	R\$ 12.319,39	11.257	776
Total	R\$ 141.943,52	12.814	891

Além da participação em cursos externos e da utilização da ferramenta de Educação a Distância (EAD), foram realizados treinamentos desenvolvidos internamente, que garantiram a qualificação e o desenvolvimento profissional para os empregados do Economus no ano de 2017.

Certificação

Foram certificadas e recertificadas 15 pessoas entre empregados, cedidos, diretores e membros dos conselhos deliberativo e fiscal, sendo:

- 4 certificações do Instituto de Certificação dos Profissionais da Seguridade Social (ICSS);
- 2 recertificações ICSS;
- 8 recertificações da Certificação Profissional Anbima (CPA-20);
- 1 certificação *Certified Financial Planner* (CFP).

Responsabilidade Socioambiental

Cada vez mais a preocupação com questões ambientais, climáticas e com os recursos do planeta mostra-se norteadora de ações e decisões do mundo corporativo. No segmento em que o Economus atua não é diferente.

Desta forma, o Instituto reconhece e valoriza a responsabilidade socioambiental como um dos pilares da sua atuação, por meio de iniciativas como:

- Estabelecimento de relação democrática e respeitosa com os sindicatos e representantes dos empregados;
- Definição de exigências fiscais, sociais e éticas rígidas aos seus fornecedores, só negociando com empresas que não exploram mão de obra infantil;
- Promoção de ações afirmativas e de valorização da diversidade nas relações de trabalho, afirmando a crescente participação de mulheres em postos de trabalho;
- Conscientização dos empregados para separação do lixo produzido na Entidade, com destinação à empresa especializada em reciclagem dos materiais;
- Parceria com o Centro Educacional Dom Orione (CEDO), núcleo das obras sociais da Nossa Senhora Achiropita, para contratação de jovens aprendizes;

- Acompanhamento constante da assistente social com os beneficiários que utilizam medicamentos oncológicos, bolsa de colostomia ou que estão em assistência domiciliar, para prestar apoio ao beneficiário e à família;
- Dedicção e cuidado especial com a saúde de seus empregados.

Investimentos Responsáveis

Em 2017, o Economus completou 10 anos como signatário do PRI - *Principles for Responsible Investments* ou Princípios para Investimentos Responsáveis, em português, ratificando a sustentabilidade como um dos valores que regem sua atuação. Ao decidir integrar este grupo, que em 2016 contava com mais de 1.400 integrantes de mais de 50 países, o Economus reforça sua preocupação em buscar, de maneira constante, as melhores práticas e diretrizes para gestão dos investimentos, em busca de um sistema financeiro global sustentável, cujos resultados, em longo prazo, tragam benefícios ao meio ambiente e à sociedade.

O PRI é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 2006, para garantir e fomentar a incorporação das melhores práticas relacionadas à sustentabilidade dos investimentos, baseadas

em três pilares: ambiental, social e governança corporativa.

Promoção à Saúde e Prevenção de Doenças

Foram realizadas as campanhas “Outubro Rosa” e “Novembro Azul”, com o objetivo de conscientizar os beneficiários sobre a importância de realizar os exames preventivos, visando o diagnóstico e o tratamento precoce de câncer de mama e de próstata.

Neste sentido, foram efetuados contatos com 1.215 beneficiários entre 40 e 65 anos de idade que não haviam realizado os exames preventivos nos 12 meses anteriores às campanhas, sendo que 20% deste público o fez após a abordagem.

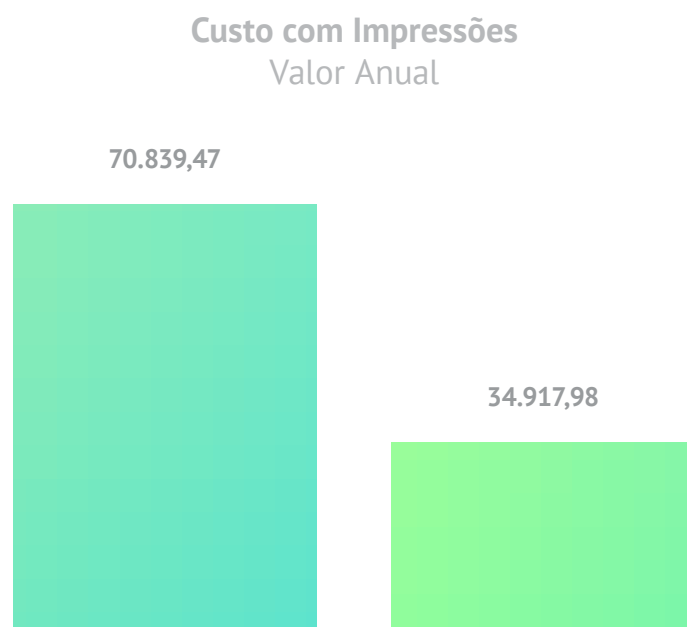


Uso consciente de impressões

Para promover o uso consciente de impressões e reduzir a quantidade de papel utilizado no Economus, foi realizada uma série de ações, como:

- Impressoras com autenticação via crachá do empregado;
- Implementação de relatórios para gestão por área/empregado;
- Elaboração de Cartilha “Imprima com consciência”.

Com isso, em 2017, houve uma redução de 50,7% no valor gasto com as impressões, conforme gráfico a seguir:



CAPÍTULO 2

Gestão Estratégica

Relacionamento e comunicação

O relacionamento com os participantes e beneficiários do Economus foi pautado pela transparência, um dos valores corporativos do Instituto e prioridade da gestão. Com isso, novos instrumentos de comunicação foram criados, pensando em informar de maneira mais clara e ágil.

A proximidade também foi um marco no relacionamento em 2017. Ciente da necessidade de explicar presencialmente o resultado dos planos de benefícios e os principais avanços da gestão, a diretoria do Economus promoveu reuniões com seus participantes antes mesmo da publicação do Relatório Anual de 2016.

Ao todo, foram realizados cinco eventos, nas cidades de São Paulo (dois eventos), Campinas, São José do Rio Preto e Bauru, que contaram com a participação de cerca de 700 pessoas, entre lideranças, participantes ativos e aposentados, visando esclarecer aos participantes o equacionamento de deficit e sanar as dúvidas pessoalmente.

Para auxiliar na explicação do equacionamento de deficit, também

foi criado um hot site exclusivo chamado “Contribuições Extraordinárias”, no qual são apresentadas, de forma clara e com linguagem acessível, as causas do deficit nos planos, as regras de equacionamento e o percentual de contribuição extraordinária.

Canais de comunicação

Os canais utilizados e as ações de comunicação executadas ao longo de 2017 reafirmaram o compromisso do Economus com a transparência e a busca por facilitar a compreensão de tomadas de decisão, bem como de informações técnicas, sempre utilizando linguagem simples e clara.

Site

O site é o principal elo de comunicação entre o Economus e os participantes. Durante todo o ano de 2017, o portal recebeu 1.495.766 visitas, de 165.384 usuários, número 5,9% superior aos acessos contabilizados no mesmo período do ano anterior. Ao analisar o tráfego específico de cada página, foi possível inferir que o site não atua somente como fonte de informação, por meio das 83 notícias publicadas durante o ano, mas também se mostra uma

eficaz ferramenta para prestação de serviços, tendo em vista que as abas de demonstrativo de pagamento, lançada em 2016, e de simulação de empréstimo foram as mais procuradas, registrando 70.565 e 46.348 acessos, respectivamente.

Seis hotspots, que ofereceram conteúdo sobre temas específicos, foram lançados em 2017 e, juntos, tiveram 77.315 acessos, com destaque para o portal do Economus Família, que atingiu a marca de 33.138 visitas, ao apresentar as características do referido plano, informações sobre como aderir e uma relação de perguntas frequentes.

Redes Sociais

A presença nas redes sociais também se faz imprescindível, pois além de trazer informações com rapidez, possibilita o estreitamento no relacionamento com os participantes, gerando engajamento e interação. A Fanpage do Economus no Facebook, ao final de 2017, contava com 2.021 curtidas, sendo 537 delas obtidas naquele ano. Ao longo dos 12 meses, foram 92 postagens, alcançando um público de 226.289 pessoas.



E-mails Marketing

Há de se fazer também contato ativo com os participantes. Para isso, foram enviados 663.054 e-mails marketing e/ou informativos, cuja taxa de abertura superou os 22,7%, em um total de 150.956 e-mails abertos.

Educação Previdenciária

O Programa de Educação Financeira e Previdenciária – Educonomus tem como objetivo ampliar o conhecimento dos participantes ativos e assistidos sobre aspectos financeiros e previdenciários, incentivando-os a planejar seus gastos e pensar no futuro de maneira estruturada, seja antes ou depois da aposentadoria.

As ações realizadas ao longo de 2017, no âmbito do Programa, envolveram a publicação de notícias, capacitação da Central de Relacionamento, participação em eventos e realização de campanhas, a fim de conscientizar os participantes sobre as características dos planos e aumento do montante para a aposentadoria.

Campanha de Orientação sobre a Alteração de Perfil de Investimento

É possível alterar a opção de perfil de investimento três vezes ao ano – janeiro, maio e setembro. A campanha foi realizada nestes meses para orientar os participantes do plano sobre as características de cada perfil de investimento e auxiliar na tomada de decisão.

Campanha de Alteração de Percentual de Contribuição ao PrevMais

O percentual de contribuição do PrevMais pode ser alterado uma vez ao ano, no mês de novembro. Com objetivo de orientar os participantes sobre os benefícios e os impactos do aumento da contribuição, foi elaborado um simulador que projeta o montante a ser acumulado ao longo do tempo em caso de alteração do percentual de contribuição. Como resultado, 777 pessoas aumentaram o seu percentual em cerca de 2,7%.

Campanha de Incentivo à Contribuição Adicional

No PrevMais, é possível realizar contribuição adicional para aumentar o montante acumulado do participante para obter uma renda maior na aposentadoria e ainda usufruir do benefício fiscal, que permite abater da base de cálculo do Imposto de Renda até 12% da renda tributável anual. Em 2017, foi criado um hot site exclusivo para orientar os participantes quanto aos benefícios e instruções para fazer a contribuição adicional. Ao todo, foram realizadas 108 contribuições adicionais, no valor total de R\$ 836.176,00.



Clube de Benefícios

O E-Clube de Benefícios é uma vitrine de ofertas e benefícios que concede descontos exclusivos em produtos e serviços aos participantes e beneficiários do Economus, estimulando a compra consciente. Em 2017, novos parceiros foram incluídos na plataforma, com destaque para as redes de farmácias Drogasil e Droga Raia, que oferecem desconto de até 30% em medicamentos tarjados.

Central de Relacionamento

A Central de Relacionamento conta com profissionais preparados

para realizar consultorias sobre empréstimos, planos de saúde e de previdência, além de fornecer informações sobre autorizações médicas, rede credenciada, manutenção de cadastro, dentre outros.

Em 2017, o Economus, em busca de uma maior proximidade com seu público, realizou algumas ações por meio da Central de Relacionamento, tais como:

- Monitoramento diário das mídias sociais;
- Realização de campanhas para a promoção de produtos e serviços do Economus, como: alteração do percentual de contribuição e contribuição adicional;
- Atendimento agendado na sede no Economus para a realização de consultorias específicas sobre previdência e saúde.

O Economus oferece os seguintes canais de atendimento: telefônico, eletrônico (e-mail e Fale Conosco no site) e presencial. Além deles, há ainda o monitoramento das redes sociais. Em 2017, foram realizados 160.481 atendimentos a participantes, beneficiários e prestadores de serviços dos planos de saúde.

Com 113.412 ligações recebidas, 71% do total de atendimentos, o canal telefônico foi o mais utilizado.

Em seguida, aparece o correio eletrônico que, com um total de 23.477 e-mails recepcionados e 70% das solicitações respondidas imediatamente, representou 15% de todas as consultas realizadas na Central.

No atendimento presencial, foram contabilizadas 5.754 consultorias sobre saúde, previdência e empréstimos.

Os atendimentos institucionais, que se referem às demandas dos órgãos reguladores, governança, representações sindicais, associações e mídias sociais, representaram 1.587 atendimentos.

Além disso, foram realizados 16.196 contatos ativos sobre diversos assuntos, como adesões ao plano de saúde Economus Família, adesões ao Prevmais, autorizações e perícias médicas, atualização de dados cadastrais e realização de campanhas diversas.

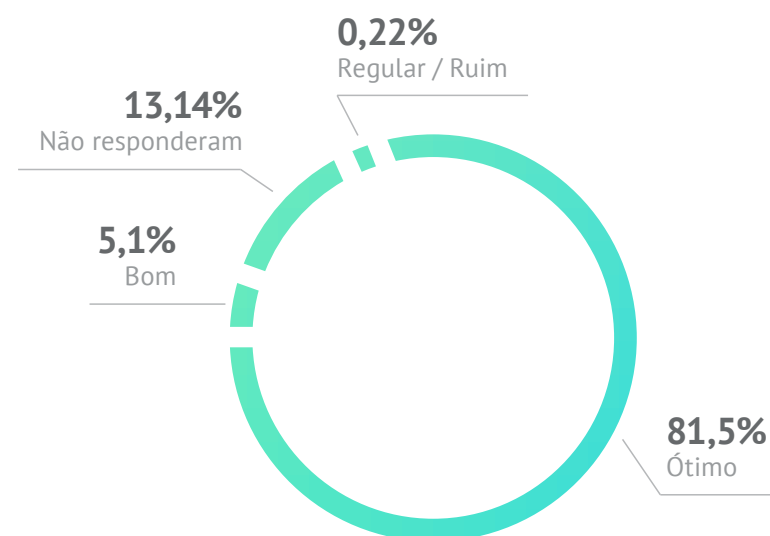
Qualidade no atendimento

Para avaliar a qualidade do atendimento prestado, o Economus implantou uma pesquisa de satisfação em todos os canais de atendimento. Esta ferramenta permite analisar os resultados da avalia-

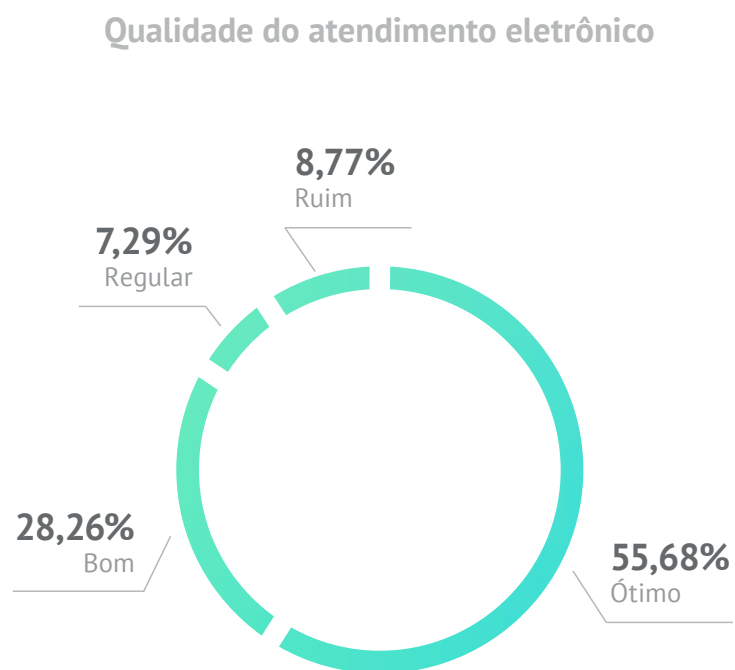
ção dos usuários, acompanhando o nível de satisfação e, com base nisso, desenvolver melhorias.

O atendimento presencial foi considerado ótimo por 81,5% e bom por 5,14% das pessoas que responderam. 13,14% não opinaram e apenas 0,22% classificaram o atendimento como ruim ou péssimo, conforme indicado abaixo:

Qualidade do atendimento presencial

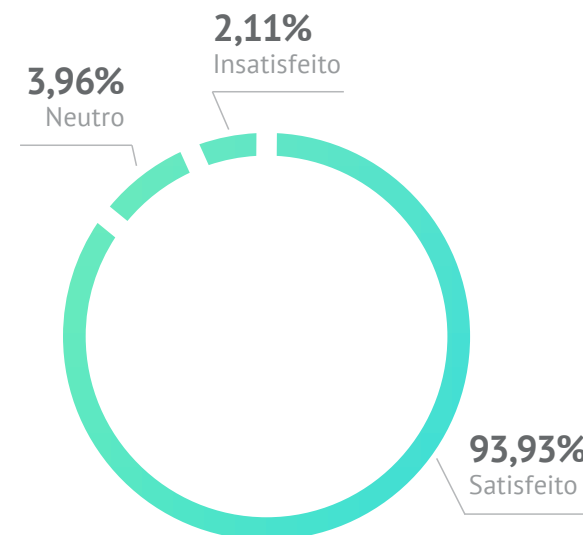


Mais da metade das pessoas que participaram da pesquisa (55,68%) classificaram o atendimento eletrônico como ótimo. A menor parcela (7,29%) apontou o serviço como regular:



O atendimento telefônico, por sua vez, teve 93,93% de índice de satisfação. 3,96% classificaram o serviço como neutro, enquanto somente 2,11% disseram estar insatisfeitos:

Qualidade do atendimento telefônico



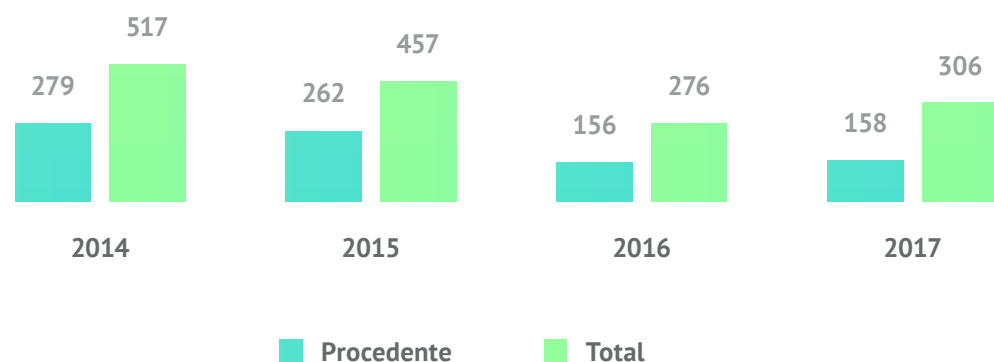
ATENDIMENTO ECONOMUS

Canal	Contato	Funcionamento
Telefônico	0800 014 7000	De segunda a sexta-feira, das 08 às 18h. Plantão 24h para casos de urgência e emergência médica.
Presencial	Rua Quirino de Andrade, 185 – Centro – São Paulo - SP	De segunda a sexta-feira, das 09h às 17h.
Eletrônico	atendimento@economus.com.br	-

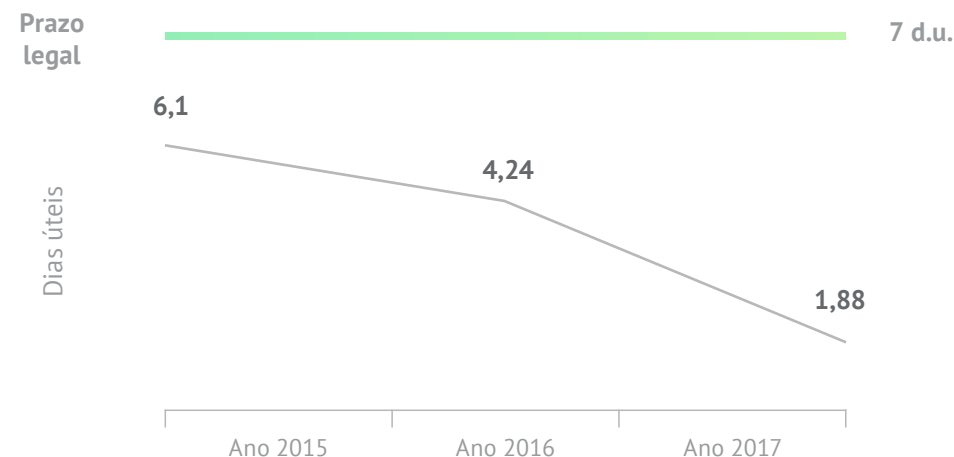
Ouvidoria

A Ouvidoria do Economus recebe manifestações de participantes da previdência e beneficiários da assistência médica. Neste canal, é possível registrar reclamações e solicitar reanálise de procedimento de saúde, em 2ª instância, enviar elogios, sugestões ou denúncias relacionadas aos serviços prestados pelo Economus e sua rede credenciada. Além disso, em agosto de 2016, foi criada a Ouvidoria Interna, com a finalidade de acolher as demandas de empregados e colaboradores do Instituto.

No ano de 2017, foram recebidas 306 manifestações, sendo que destas, 158 foram tratadas como procedentes na instância Ouvidoria e 148 encaminhadas para a Central de Relacionamento. Desde sua criação, em 2014, houve uma redução de 41% no total de manifestações e a diminuição no tempo de resposta, como é possível observar nos gráficos a seguir:



TMR - Tempo médio de resposta



A principal atribuição da Ouvidoria é representar os legítimos interesses dos beneficiários, participantes e do público interno do Instituto, na busca de soluções às suas demandas, trabalhando de forma transparente, imparcial, clara e proativa. Observa rigorosamente as determinações legais, regulamentares e normativas que regem os serviços e benefícios ofertados pelo Economus, garantindo ainda o direito de resposta às manifestações dentro do prazo legal, preconizado na Resolução Normativa nº 323/2013, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Com base nas reclamações e sugestões, a Ouvidoria elabora recomen-

dações de melhorias para as Unidades Organizacionais do Economus, com o objetivo de aprimorar o relacionamento, os processos, os produtos e os serviços prestados. Estas ações visam estabelecer um ciclo de melhoria contínua, que agregue valor ao Instituto e, conseqüentemente, aos participantes, beneficiários, empregados e colaboradores.

É possível entrar em contato com a Ouvidoria por meio de formulário disponível no site www.economus.com.br.

Tecnologia da Informação

A busca continuada da segurança dos dados é um cuidado fundamental para lidar com informações pessoais de nossos participantes e beneficiários. Esta foi a premissa para a contratação de consultoria de sistemas, com a finalidade de validar a infraestrutura e realizar aperfeiçoamentos necessários.

As plataformas sistêmicas de previdência e saúde foram reestruturadas por um sistema mais moderno e integrado, que possibilitará a otimização de processos e a melhoria na gestão das informações.

Gestão de Riscos

O Economus entende como fator preponderante em sua gestão estratégica e tática, seja de curto, médio ou longo prazos, o conhecimento dos riscos aos quais está exposto na condução de seus negócios e persecução de seus objetivos.

Com foco na construção de uma gestão prudente, principalmente no que diz respeito a seus investimentos e passivos atuariais, o Instituto tem direcionado esforços para adotar as melhores práticas de mercado, assim como aquelas preceituadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores.

Durante o exercício, a Entidade desenvolveu e atualizou Políticas, Normas e Procedimentos, pois compreende a relevância desses controles que, ao mesmo tempo em que figuram como orientadores de práticas e procedimentos internos, são ferramentas fundamentais para a promoção da continuidade e perenidade de seus negócios.

Os principais riscos monitorados pelo Economus e suas métricas, quando aplicáveis, são:

Risco de Crédito

Quando realizou investimentos em Títulos e Valores Mobiliários de Instituições, o Economus observou as notas de classificação de risco de crédito atribuídas pelas principais agências de classificação de risco de mercado, fatores relacionados às avaliações técnicas de risco, além das características próprias de mercado.

Para os casos de ativos adquiridos pela Gestão Direta e Fundos de Investimento Exclusivos, o Economus observou o Limite Técnico adicional para Instituições Financeiras, cuja metodologia tem por objetivo definir a forma de cálculo do limite de investimento, de monitoramento da exposição e de controle de concentração dos recursos investidos. Esta modelagem observa o rating atribuído pela agência classificadora de risco contratada e necessariamente é analisada e aprovada pelo Comitê de Investimentos do Instituto.

Risco de Mercado

Em aderência à legislação aplicável à Política de Investimentos e às melhores práticas de mercado, durante o ano de 2017 foram realizadas a identificação, a avaliação, o controle e o monitora-

mento do risco de mercado por meio do *Value at Risk* (VaR), para investimentos em renda fixa, e *Tracking Error*, para renda variável. O risco de descasamento foi avaliado em relação aos parâmetros de referência estabelecidos na Política de Investimentos.

O VaR estima a maior perda possível em determinado horizonte de tempo, enquanto o *Tracking Error* aponta o risco de descasamento em determinado horizonte de tempo em relação a um parâmetro de referência. Também foram utilizados cenários econômicos-base e de estresse para avaliar o comportamento dos ativos em diversas conjunturas econômicas.

Risco de Liquidez

O Economus monitorou o risco de liquidez a partir de cenários de curto, médio e longo prazos, de forma a buscar a alocação adequada às necessidades de recursos e de performance do Instituto.

O Monitoramento de Liquidez de Curto Prazo observou e ajustou o percentual mínimo de alocação em ativos de liquidez imediata, como ativos ou fundos de investimento em renda fixa, para fazer frente aos compromissos de curto prazo (2018). Os Monitoramen-

tos de Liquidez de Médio e Longo Prazo observaram o comportamento dos ativos líquidos (caixa), considerando a aquisição, manutenção ou venda de ativos de médio prazo (2019 a 2022) e de longo prazo (posterior a 2022).

Risco de Terceirização

A gestão de recursos no Economus pode ser terceirizada de forma total ou parcial. Quando a Entidade opta por esse tipo de operação, ela delega determinadas responsabilidades a gestores externos sem, porém, se isentar de suas responsabilidades perante os órgãos fiscalizadores.

O Economus apresenta um processo estruturado para escolha e acompanhamento de seus gestores, em linha com o que estabelece o Guia de Melhores Práticas em Investimentos PREVIC. Esse modelo contempla a descrição do histórico, justificativas e documentação pertinente à Seleção e Monitoramento de Gestores.

Risco Operacional

A Entidade tem atuado para fortalecer seus processos e interna-

lizar as melhores práticas de mercado em suas rotinas internas.

Nesse sentido, em 2017, além de realizar o processo de Autoavaliação de Riscos e Controles Internos, a Entidade contratou os serviços de uma consultoria externa para validar os resultados alcançados pelo ciclo concluído naquele ano e evidenciar, por meio de metodologia aplicada pela empresa, a efetiva existência de controles declarados pelos gestores durante o ciclo de autoavaliação.

O resultado demonstrou um relevante grau de aderência entre os controles apontados nos questionários e os documentos apresentados pelos gestores, assim como as declarações consignadas durante entrevistas realizadas. Isso demonstra que o esforço da Entidade no sentido de disseminar uma cultura de controle em suas práticas e rotinas tem encontrado o respaldo e a parceria de seu quadro funcional.

Ademais, os documentos vinculados ao processo de Gestão de Continuidade, no que diz respeito ao cenário de Ausência de Pessoas, foram revisados e realizados testes nos planos que tiveram ressalva no teste anterior. Aqueles relativos ao cenário de Indispo-

nibilidade foram revisados, tendo seu 1º ciclo de testes concluído em dezembro de 2017.

As recomendações de melhoria destacadas na elaboração dos documentos ou na execução dos testes, que a cada ciclo têm apresentado redução, foram identificadas e comunicadas às unidades para que estas promovam ações de remediação para o ciclo posterior.

Risco Legal

Durante o exercício, foram realizadas atividades de monitoramento do cumprimento das obrigações legais apontadas pelos órgãos reguladores, em especial, de Previdência e de Assistência à Saúde, para assegurar a conformidade em seus processos.

Na Gestão de Investimentos tem sido utilizado software específico para verificação, mensuração e quantificação da aderência de todas as carteiras de investimentos, de acordo com a legislação aplicável às EFPCs (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) e às Políticas Institucionais da Entidade.

Risco Sistêmico

O Economus entende que a diversificação é um fator deter-

minante para a mitigação do risco sistêmico. Por esse motivo, a Entidade alocou seus recursos em diversos setores, emissores e gestores externos, assim como analisou diferentes indicadores de desempenho para o investimento, de modo a amenizar os impactos de crise de grande magnitude sobre os ativos dos Planos.

Além disso, observou também a diversificação entre os vários setores de atividade econômica, de modo a distribuir o risco entre os setores financeiro e não financeiro, bem como entre os diversos segmentos do setor não financeiro.

Risco do Passivo Atuarial

Foi realizado estudo de aderência das hipóteses biométricas, demográficas (mortalidade geral, de inválidos, entrada em invalidez/ auxílio-doença e rotatividade) e econômico-financeiras (crescimento salarial, fator de capacidade e convergência de taxa de juros), por meio do qual o atuário responsável indica as premissas aderentes e que refletem as características dos planos e de suas populações.

As avaliações atuariais dos planos de benefícios demonstram a situação financeira e atuarial de cada um dos planos, por meio de

suas respectivas provisões matemáticas, calculadas e posicionadas em uma determinada data base. Na avaliação, foram verificados os custos e estabelecidos os planos de custeio, de modo a assegurar a existência de recursos suficientes para garantir o pagamento dos benefícios contratados.

Também têm sido desenvolvidos, com periodicidade mínima anual, estudos de ALM (*Asset Liability Management*) para cada um dos planos de benefícios administrados, com o objetivo de orientar a elaboração do planejamento financeiro e identificar a melhor alocação dos ativos, considerando risco, liquidez e rentabilidade.

Gestão Administrativa

Os recursos do Plano de Gestão Administrativa (PGA) são destinados à cobertura das despesas de estrutura administrativa do Economus na gestão dos planos previdenciários. O custeio administrativo é paritário entre patrocinador e participantes e sua estrutura é independente dos demais planos previdenciários.

Em 2017, o PGA apresentou um resultado positivo de R\$ 21 milhões,

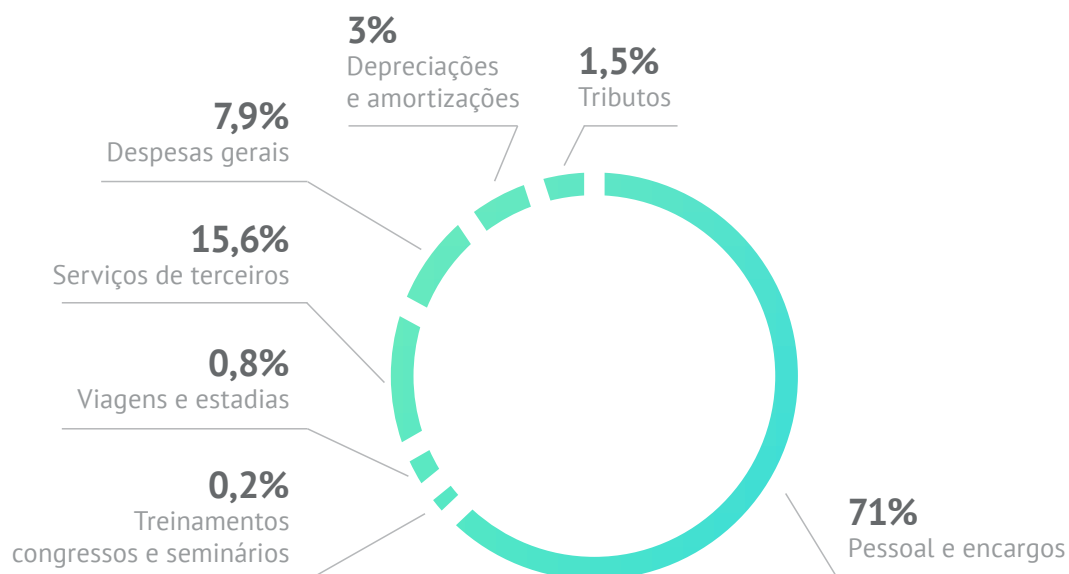
acumulando saldo de R\$ 93 milhões. Desta forma, foi aprovada, em dezembro, a suspensão temporária da cobrança de taxa administrativa dos planos: Regulamento Geral (Grupo C), Regulamento Complementar nº 1 (Grupo B), Regulamento Complementar nº 2 (Grupo A) e PrevMais. A medida começará a vigorar em janeiro de 2018, com prazo previsto para a retomada das contribuições a partir de abril de 2019, podendo ocorrer antes desta data, caso seja atingido o patamar mínimo necessário para fazer frente às Despesas Administrativas Previdenciais.

DEMONSTRATIVO DO FUNDO ADMINISTRATIVO PGA	EXERCÍCIO 2016	EXERCÍCIO 2017	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo Exercício Anterior	53.212	71.834	35,00
1. Custeio da Gestão Administrativa	63.220	66.572	5,30
1.1. Receitas	38.867	39.341	1,22
Custeio Administrativo Previdencial	30.802	31.116	1,02
Custeio Administrativo dos Investimentos	7.399	7.663	3,57
Outras Receitas	667	562	-15,74
1.2. Reembolsos	24.353	27.231	11,82
Reembolso da Gestão Assistencial	24.353	27.231	11,82
2. Despesas Administrativas	(50.492)	(51.341)	1,68
2.1. Administração Previdencial	(18.339)	(15.789)	-13,90
2.2. Administração dos Investimentos	(7.800)	(8.321)	6,68
2.3. Administração Assistencial	(24.353)	(27.231)	11,82
3. Resultado dos Investimentos	8.266	7.844	-5,11
4. Provisões Contingenciais	(2.373)	(1.756)	-26,00
5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (1-2+3+4)	18.622	21.319	14,48
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	71.834	93.153	29,68

Despesas Administrativas

As despesas administrativas são identificadas e controladas por centros de custos e segregadas de acordo com critérios preestabelecidos entre as gestões previdencial, de investimentos e assistencial. As despesas administrativas relacionadas à gestão assistencial são integralmente reembolsadas ao PGA por meio de recursos dos próprios planos de assistência à saúde e de suas fontes de custeio. As despesas são aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo e monitoradas regularmente pelo Conselho Fiscal.

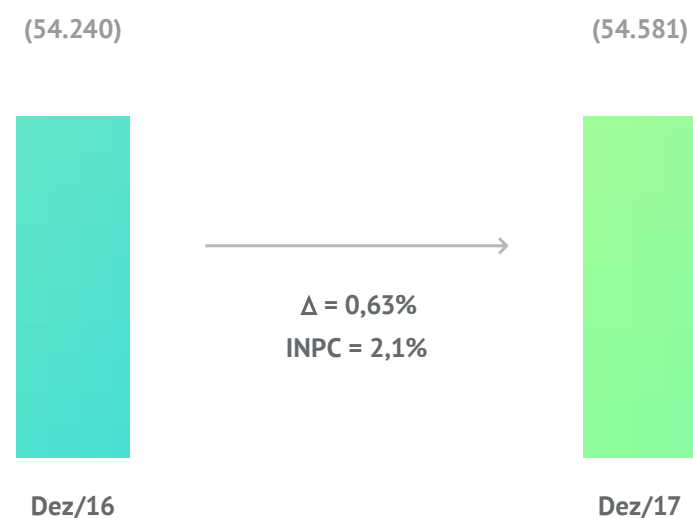
Distribuição do total de despesas por grupo



Eficiência Operacional

Durante o ano de 2017, o Economus deu continuidade à execução de uma série de ações que já vinham sendo conduzidas no exercício anterior, com o objetivo de tornar seus processos mais eficazes. O reflexo dessas ações pode ser observado quando comparamos o volume total de despesas realizadas em 2017 com o volume registrado em 2016, apresentando variação de 0,63%, enquanto a inflação (INPC) registrada no mesmo período foi de 2,1%.

Comparativo - Despesas realizadas



As principais ações realizadas no decorrer de 2017 para aumentar a eficiência operacional foram: campanha de conscientização sobre o uso de impressoras junto aos empregados; implementação de senhas pessoais para ligações externas da telefonia fixa; renegociação do contrato de telefonia 0800; e continuidade das ações de gerenciamento das despesas com materiais de expediente, telefonia, internet, deslocamento a serviços e correios (holerite eletrônico). Além disso, a partir de outubro, houve a interrupção de novas contratações de empregados e ajustes nas normas de substituição de gestores, visando à revisão de processos e reestruturação organizacional do Instituto.

Ações Judiciais

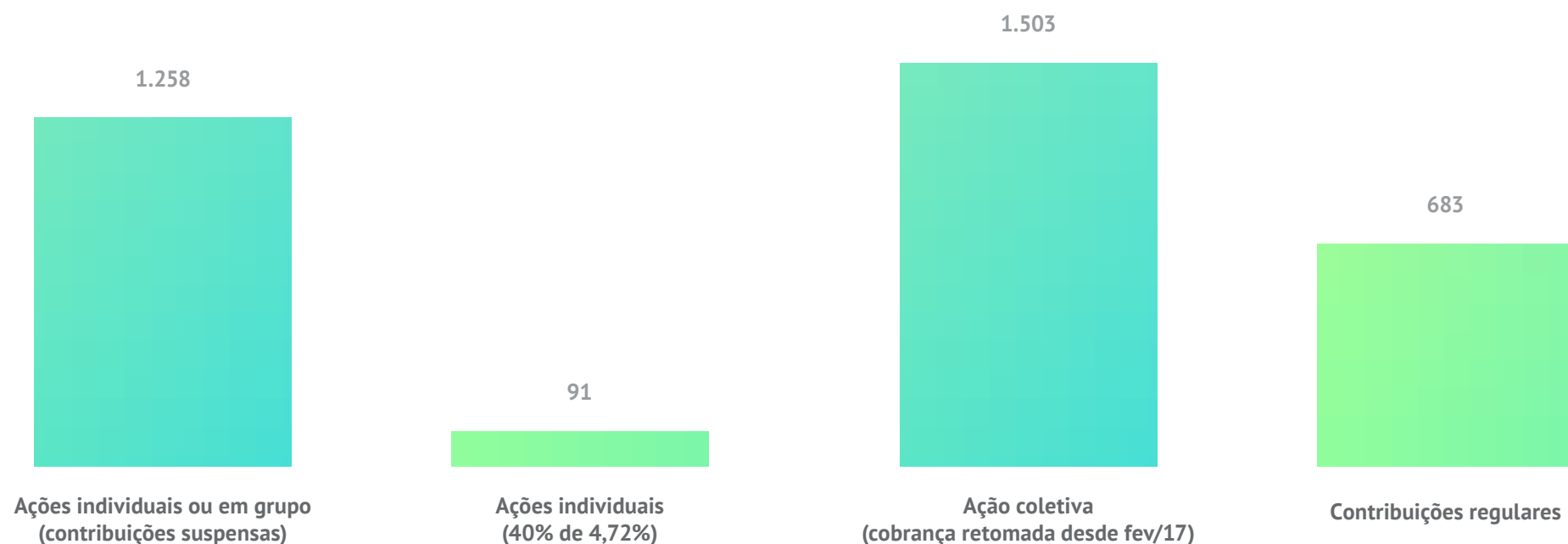
Dependendo do plano, as relações entre os participantes e as Entidades Fechadas de Previdência Complementar afetam o conceito de mutualismo, na medida em que todas as contribuições são alocadas em um fundo comum que pertence a todos e as despesas não previstas no respectivo regulamento podem impactar nega-

tivamente no resultado do plano. Assim, se o participante, por exemplo, entra com ação contra a Entidade, solicitando algo que não foi previsto no regulamento e não teve custeio, poderá ocorrer aumento na despesa do plano e todos terão que contribuir com um valor adicional para garantir a sua sustentabilidade.

É o que ocorre com as ações trabalhistas, movidas por participantes do plano do Regulamento Geral contra o Patrocinador e/ou Economus, que resultam na revisão de benefícios previdenciários, sem o respectivo custeio e a devida formação de reserva matemática para fazer frente ao aumento do benefício. O impacto destas ações, que já tiveram decisão final, nas provisões matemáticas em 2017 foi de R\$ 142.204 mil.

Na assistência à saúde, as ações que causam maior impacto referem-se aos planos FEAS PAMC e FEAS Básico. Dos 3.535 beneficiários destes planos, 81% possuem ações judiciais, que questionam o pagamento das mensalidades, de acordo com o gráfico a seguir:

FEAS PAMC e FEAS Básico



Em relação à ação coletiva, em fevereiro de 2017, foi revogada a liminar que impedia a cobrança das mensalidades dos participantes e, com isso, o Economus voltou a cobrar as mensalidades vencidas. Quanto à cobrança dos pagamentos anteriores, o Instituto aguarda, por determinação judicial, a decisão final do processo.

Além disso, há R\$ 132.662 mil do patrimônio do FEAS alocado em depósito judicial, realizado em decorrência de cobrança da Receita Federal do Brasil pelo não recolhimento de PIS e Cofins sobre ressarcimentos recebidos da Nossa Caixa e da Secretaria da Fazenda de SP, entre 1996 e 2000.

CAPÍTULO 3

Gestão Previdenciária

Gross Sales by Sales Analysis

May • June • July • August • September



BUSINESS REPORT

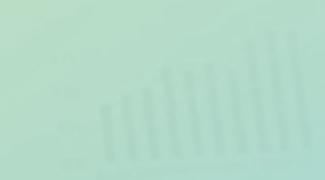
DISTANCE (MILES) PACE (TIME / MILE)



DATE	TIME	DISTANCE (MILES)	PACE (TIME / MILE)	NOTES
4/1/14	20m 0s	2.00	10m 0s	
4/3/14	25m 15s	2.25	11m 15s	
4/10/14	30m 0s	2.50	12m 0s	
4/12/14	30m 15s	3.25	9m 15s	
4/14/14	30m 0s	3.00	10m 0s	
4/16/14	30m 42s	3.25	9m 27s	
4/18/14	30m 0s	3.00	10m 0s	
4/21/14	30m 24s	4.00	7m	
4/23/14	30m 0s	4.35		
4/25/14	30m 0s	4.25		

MY RUNNING LOG

DISTANCE (MILES) PACE (TIME / MILE)



00 40m 0m

DATE	TIME	DISTANCE (MILES)	PACE (TIME / MILE)	NOTES
4/16/14	30m 0s	3.00	10m 0s	
4/18/14	30m 24s	4.00	7m	
4/21/14	30m 0s	4.35		
4/23/14	30m 0s	4.25		



July

O Economus administra quatro planos de benefícios previdenciários, sendo três na modalidade de Benefício Definido (BD): Regulamento Complementar N° 1 (Grupo B), Regulamento Complementar N° 2 (Grupo A), Regulamento Geral (Grupo C), e um na modalidade de Contribuição Variável (CV), o PrevMais.

O ano de 2017 foi marcado por ações que visaram à adequação das provisões matemáticas dos planos, com o objetivo de assegurar o pagamento vitalício dos benefícios aos participantes e seus beneficiários.

Além disso, o Economus empenhou-se em tratar questões estruturais do plano Regulamento Geral (Grupo C), como a alteração do regime financeiro dos benefícios de risco, entre outras questões que serão abordadas neste capítulo.

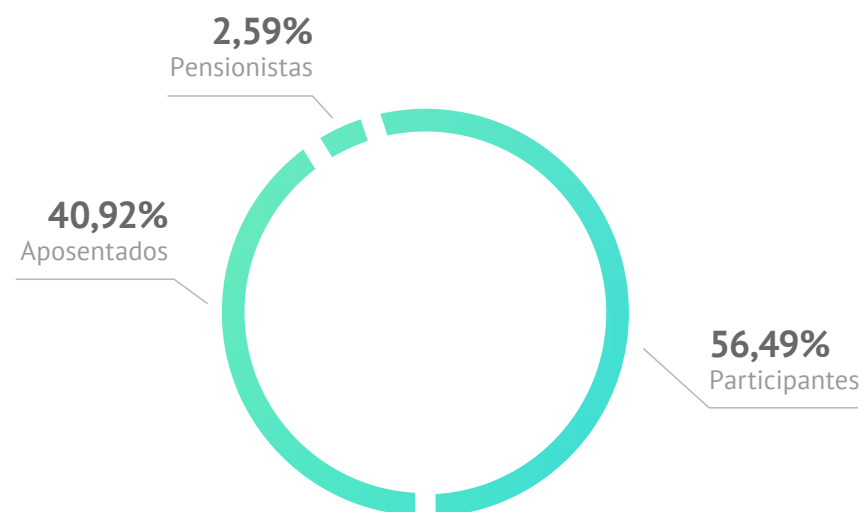
Planos e Participantes

Ao final de 2017, os planos apresentaram as seguintes quantidades de participantes e assistidos:

PLANOS	PARTICIPANTES	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	TOTAL
Regulamento Complementar N° 1 (Grupo B)	1.149	7	4	1.160
Regulamento Complementar N° 2 (Grupo A)	920	0	4	924
Regulamento Geral (Grupo C)	3.391	7.634	520	11.545
PrevMais	8.314	2.337	103	10.754
Total	13.774	9.978	631	24.383

Do total de 24.383, constam 5.207 participantes e assistidos que possuem dois planos de previdência: o Regulamento Geral e o PrevMais.

Distribuição por tipo de participante



Hipóteses Atuariais

O estudo técnico de aderência das hipóteses atuariais, realizado no decorrer de 2017, apontou a necessidade de revisão de algumas hipóteses para assegurar sua adequação à massa de participantes dos planos de benefícios.

Vale lembrar que são as hipóteses atuariais as responsáveis por uma previsão do que pode acontecer no futuro. Assim, quanto mais próximas elas estiverem do que vai acontecer na realidade, melhor será para o plano.

Para melhor compreensão da importância e do propósito de cada hipótese na projeção dos compromissos dos Planos de Benefícios com seus participantes e assistidos, representados pelos valores das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, a seguir são definidas cada uma delas:

- **Mortalidade Geral / Sobrevivência:** Tabela que contém as probabilidades de morte e/ou sobrevivência em função da idade. É utilizada para dimensionar o valor atual dos benefícios futuros, cujo evento gerador pode ser a morte, caso do benefício de pensão por morte, ou a sobrevivência, caso do benefício de aposentadoria programada.

- **Mortalidade de Inválidos:** Tabela que contém as probabilidades

de morte e sobrevivência em função da idade. É utilizada para dimensionar o valor atual dos benefícios futuros, cujo evento gerador pode ser a morte, caso do benefício de pensão gerado pela morte de um indivíduo inválido, ou a sobrevivência, dimensionado o compromisso em razão de um benefício de aposentadoria por invalidez.

- **Entrada em Aposentadoria:** Tabela que contém as probabilidades de um indivíduo se aposentar por tempo de contribuição ou antes de atingir uma determinada idade.

- **Entrada em Invalidez:** Tabela que contém as probabilidades de um indivíduo se invalidar antes de atingir uma determinada idade.

- **Entrada em Auxílio-Doença:** Tabela que representa o número de pessoas expostas ao risco de requerer um benefício de auxílio-doença após 15 dias consecutivos ao afastamento do trabalho. Essa hipótese é utilizada para o cálculo do compromisso do plano com o pagamento de auxílio-doença aos seus participantes.

- **Rotatividade:** Hipótese que representa a expectativa do número

de participantes que solicitarão o cancelamento do plano de benefícios, ou ainda que desistirão do mesmo, sem que tenham implementado o direito a qualquer benefício do plano ao qual estiverem vinculados.

- **Crescimento Salarial:** Expressa a variação salarial na forma de taxa. É utilizada para estimar o salário do participante para o período de cálculo dos benefícios, visando projetar o benefício devido na data em que for concedido ou na data mais próxima possível do evento, bem como para estimar as contribuições futuras pelo tempo em que o participante permanecerá no plano de benefícios.

- **Fator de Capacidade:** Representa o valor real do salário ou do benefício médio anual (poder aquisitivo), podendo ser entendido como o poder de compra do salário ou do benefício entre duas datas de reajustes, e está inversamente ligado ao índice de inflação projetado, sendo que, quanto maior o índice de inflação entre duas datas, menor o fator de capacidade e vice-versa.

- **Taxa de Juros:** É a taxa máxima real de juros admitida nas projeções atuariais do plano de benefícios, que será utilizada como taxa

de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de contribuições e benefícios.

A seguir, as hipóteses utilizadas em 2017 por Plano de Benefícios:

HIPÓTESE	REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº1	REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº2	REGULAMENTO GERAL	PREVMAIS
Mortalidade Geral	AT-83 Female	AT-83 Female	AT-2000 M&F	AT-2000 F
Mortalidade de Inválidos	RP 2000 - Disable Female	Não aplicável	RP 2000 - Disable Female	MI - 85 Female
Entrada em Aposentadoria	Não aplicável	Não aplicável	Experiência GAMA ECONOMUS 2011-2016 Programa Aposentadoria	Não aplicável
Entrada em Invalidez	Não aplicável	Não aplicável	TASA 1927	Muller
Entrada em Auxílio-Doença	Não aplicável	Não aplicável	EX - ECONOMUS 2007 - 2016	EX - ECONOMUS 2007 - 2016
Rotatividade	Não aplicável	Não aplicável	GAMA/ROT. EX-ECONOMUS 2007-2016	GAMA/ROT. EX-ECONOMUS 2007-2016 (taxa média de 0,43% ao ano até a idade de aposentadoria, e nula após esta idade)
Crescimento Salarial	Não aplicável	Não aplicável	0,00% ao ano	1,01% ao ano
Fator de Capacidade	0,9845	0,9845	0,9846	0,9849
Taxa de Juros	5,00% ao ano	5,00% ao ano	6,00% ao ano	5,00% ao ano

Resultados dos Planos de Benefícios

Com base na Avaliação Atuarial, os Planos de Benefícios fecharam o ano de 2017 com os seguintes resultados:

ITEM	AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL (EM R\$)			
	Regulamento Complementar Nº. 1	Regulamento Complementar Nº. 2	Regulamento Geral	PrevMais
A) Benefícios Concedidos (A)	11.802.552,45	1.735.161,89	5.980.158.398,23	475.326.345,20
B) Benefícios a Conceder (B)	49.154.246,28	42.470.805,47	563.315.571,35	1.018.408.735,59
C) Provisões a Constituir (C)	-16.774.313,97	-18.684.399,88	-677.463.570,36	-
C.1) Deficit Equacionado	-16.774.313,97	-18.684.399,88	-677.463.570,36	-
D) Total das Provisões Matemáticas (=A+B+C)	44.182.484,76	25.521.567,48	5.866.010.399,22	1.493.735.080,79
E) Patrimônio Social	48.016.912,91	31.676.845,17	4.326.166.487,29	1.692.315.875,73
F) Fundos	2.963.257,08	3.576.196,77	60.774.361,49	147.036.908,56
G) Patrimônio de Cobertura do Plano (=E-F)	45.053.655,83	28.100.648,40	4.265.392.125,80	1.545.278.967,17
H) Equilíbrio Técnico (= G-D)	871.171,07	2.579.080,92	-1.600.618.273,42	51.543.886,38
H.1) Superavit/Deficit Técnico Acumulado	871.171,07	2.579.080,92	-1.912.687.116,04	51.543.886,38
H.2) Resultados a Realizar	-	-	312.068.842,62	-
I) Ajuste de Precificação	1.685.946,59	582.766,46	66.647.836,19	27.919.211,96
J) Equilíbrio Técnico Ajustado (=H +I)	2.557.117,66	3.161.847,38	-1.533.970.437,23	79.463.098,34

Regulamento Complementar Nº 1 (Grupo B)

O plano Regulamento Complementar Nº 1 (Grupo B) é o plano dos empregados do Banco Nossa Caixa S.A. admitidos pelo regime CLT até 13 de

maio de 1974, protegidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/51 e nº 4.819/58.

Está estruturado na modalidade Benefício Definido, ou seja, no momento

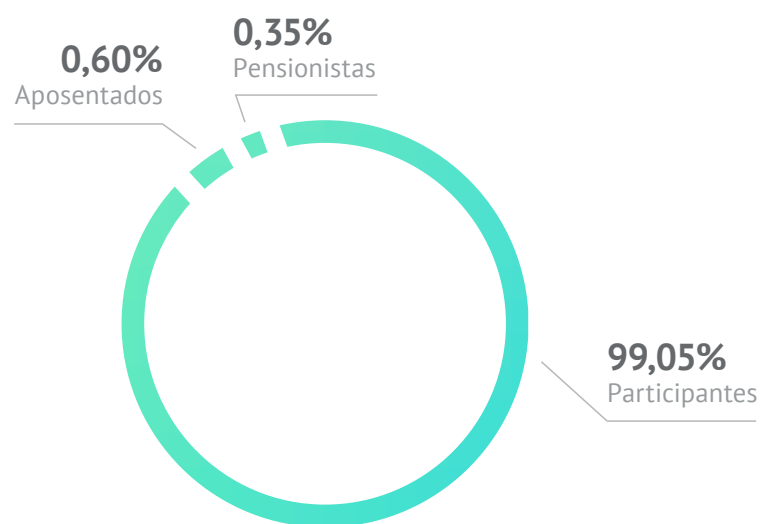
da contratação do plano o participante sabe qual é o nível de seu benefício futuro e as contribuições podem ser ajustadas para garantir este pagamento.

Atualmente, o plano concede apenas Pecúlio por Morte aos beneficiários dos participantes habilitados ao recebimento de Pensão por Morte.

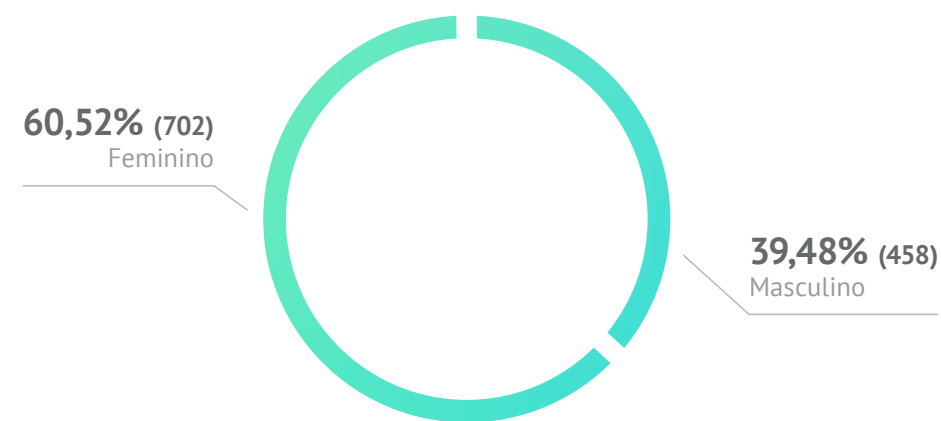
Participantes

DADOS	PARTICIPANTES	ASSISTIDOS
Quantidade	1.149	11
Idade média (em anos)	69,32	70,68

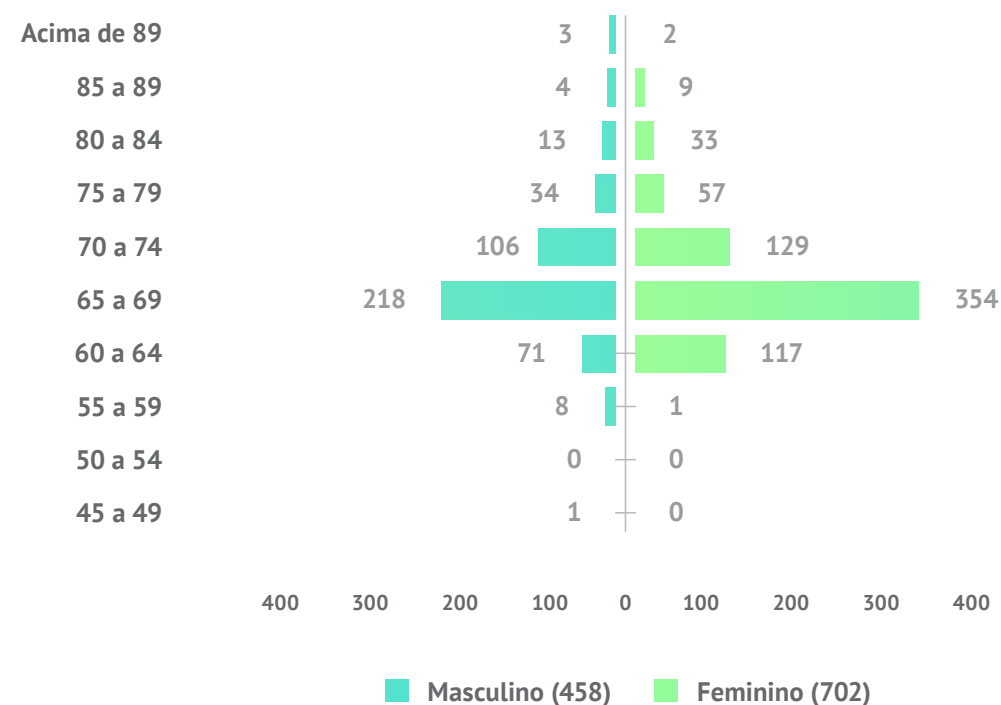
Distribuição por tipo de participante



Distribuição por sexo



Regulamento Complementar N°1 - Pirâmide etária



Hipóteses Atuariais

Com base no estudo de aderência, que atesta a adequação das premissas atuariais ao plano, foram alteradas as seguintes premissas: mortalidade de inválidos; fator de capacidade; e a tábua de morbidez, que deixou de ser aplicável. Ainda com base neste estudo, a taxa real de juros foi mantida em 5,00% a.a., atendendo ao limite estabelecido pela Resolução MPS/CGPC nº18/2006 e suas alterações.

HIPÓTESES ATUARIAIS	DE 2016	PARA 2017
Mortalidade Geral/ Sobrevivência	AT-83 Female	AT-83 Female
Mortalidade de Inválidos	Winklevoss	RP-2000 Disabled Female
Entrada em Auxílio-Doença	Exp. - Economus II	Não aplicável
Fator de Capacidade	0,9804	0,9834
Taxa de Juros	5,00% ao ano	5,00% ao ano

Resultado Atuarial

O plano Regulamento Complementar Nº 1 encerrou o ano com equilíbrio técnico (H) superavitário de R\$ 871.171,07, conforme demonstrado a seguir:

ITEM	AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL (EM R\$)		
	Dezembro/2016 (a)	Dezembro/2017 (b)	Varição (b)/(a)-1
A) Benefícios Concedidos (A)	10.707.600,06	11.802.552,45	10,23%
B) Benefícios a Conceder (B)	47.054.455,97	49.154.246,28	4,46%
C) Provisões a Constituir (C)	-18.134.514,30	-16.774.313,97	-7,50%
C.1) Deficit Equacionado	-18.134.514,30	-16.774.313,97	-7,50%
D) Total das Provisões Matemáticas (=A+B+C)	39.627.541,73	44.182.484,76	11,49%
E) Patrimônio Social	43.060.663,94	48.016.912,91	11,51%
F) Fundos	2.238.152,78	2.963.257,08	32,40%
G) Patrimônio de Cobertura do Plano (=E-F)	40.822.511,16	45.053.655,83	10,36%
H) Equilíbrio Técnico (=G-D)	1.194.969,43	871.171,07	-27,10%
H.1) Reserva de Contingência	1.194.969,43	871.171,07	-27,10%
I) Ajuste de Precificação	1.750.046,62	1.685.946,59	-3,66%
J) Equilíbrio Técnico Ajustado (=H +I)	2.945.016,05	2.557.117,66	-13,17%

(I) Instrução Previc nº 19/2015.

(J) Ajuste de precificação positivo desconsiderado, para fins de destinação do superavit, uma vez que o plano apresentou equilíbrio técnico positivo.

A variação do total das provisões matemáticas (D) deve-se, principalmente, ao reajuste dos salários de participação pela variação do INPC e às movimentações cadastrais ocorridas no período, incluindo a revisão de 3 benefícios.

A rentabilidade no ano foi de 8,93%, enquanto que a meta atuarial no período, representada pelo índice do plano acrescido da taxa de ju-

ros atuariais (INPC + 5,00% ao ano), foi de 7,17%, o que resultou em um ganho técnico atuarial, no exercício, de 1,64%.

Dessa forma, o resultado do plano passou de um superavit de R\$ 1.194.969,43, em 31/12/2016, para R\$ 871.171,07, em 31/12/2017.

A seguir, a evolução do resultado acumulado do plano, nos quatro últimos exercícios, além do resultado calculado na Avaliação Atuarial.

Valores em R\$

EXERCÍCIO	SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADO	SUPERAVIT/DEFICIT NO EXERCÍCIO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA ESPECIAL	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
2014	984.134,31	-397.804,59	984.134,31	-	-
2015	-20.346.711,46	-21.330.845,77	-	-	210.571,06
2016	1.194.969,43	21.541.680,89	1.194.969,43	-	1.750.046,62
2017	871.171,07	-323.798,36	871.171,07	-	1.685.946,59

Regulamento Complementar Nº 2 (Grupo A)

O plano Regulamento Complementar Nº 2 (Grupo A) destina-se aos empregados do Banco Nossa Caixa S.A. admitidos sob regime estatutário e optantes pelo regime CLT, na forma prevista pela Lei Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76.

Está estruturado na modalidade Benefício Definido, ou seja, no mo-

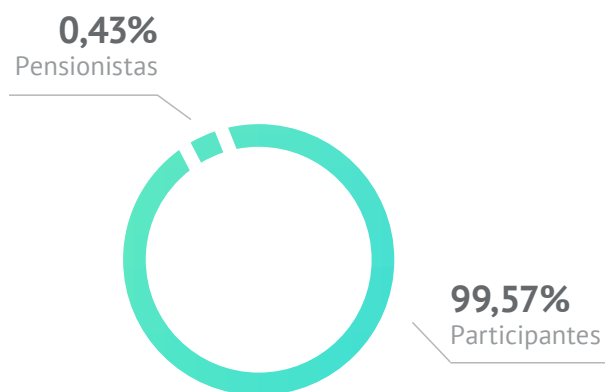
mento da contratação do plano o participante sabe qual é o nível de seu benefício futuro e as contribuições podem ser ajustadas para garantir este pagamento.

Atualmente, o plano concede apenas Pecúlio por Morte aos beneficiários dos participantes habilitados ao recebimento de Pensão por Morte.

Participantes

DADOS	PARTICIPANTES	ASSISTIDOS
Quantidade	920	4
Idade média (em anos)	80,64	76,20

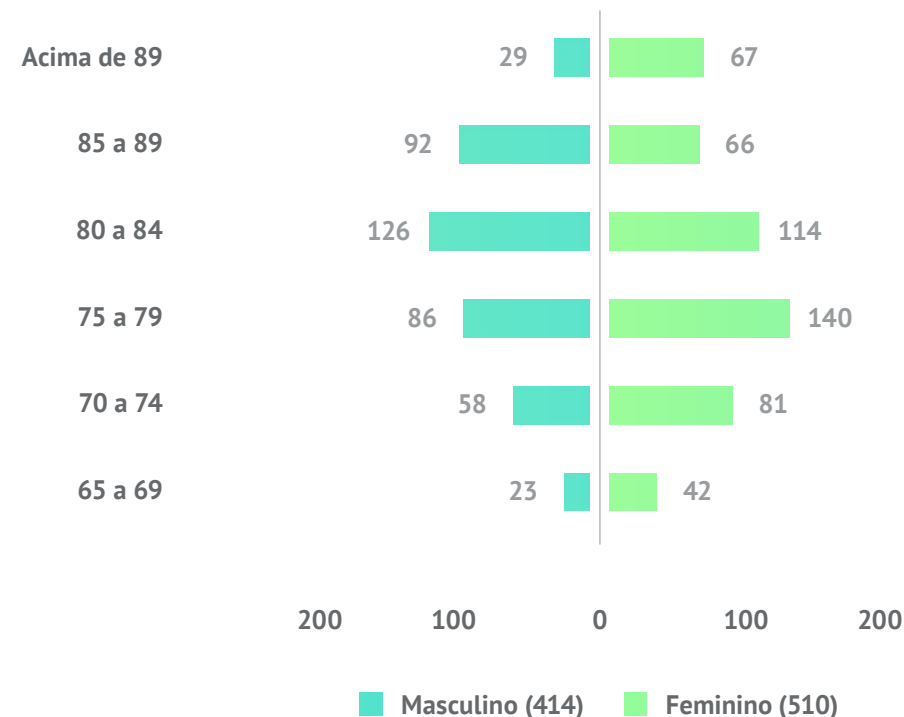
Distribuição por tipo de participante



Distribuição por sexo



Regulamento Complementar Nº2 - Pirâmide etária



Hipóteses Atuariais

Com base no estudo de aderência, que atesta a adequação das premissas atuariais ao plano, foi alterada somente a premissa do fator de capacidade. Com base nesse estudo, a taxa real de juros foi mantida em 5,00% a.a., atendendo ao limite estabelecido pela Resolução MPS/CGPC nº18/2006 e suas alterações.

HIPÓTESES ATUARIAIS	DE 2016	PARA 2017
Mortalidade Geral/ Sobrevivência	AT-83 Female	AT-83 Female
Fator de Capacidade	0,9804	0,9845
Taxa de Juros	5,00% ao ano	5,00% ao ano

Resultado Atuarial

O plano Regulamento Complementar N° 2 encerrou o ano com equilíbrio técnico (H) superavitário de R\$ 2.579.080,92, conforme demonstrado a seguir:

ITEM	AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL (EM R\$)		
	Dezembro/2016 (a)	Dezembro/2017 (b)	Varição (b)/(a)-1
A) Benefícios Concedidos (A)	1.716.118,57	1.735.161,89	1,11%
B) Benefícios a Conceder (B)	44.542.837,28	42.470.805,47	-4,65%
C) Provisões a Constituir (C)	-21.123.602,22	-18.684.399,88	-11,55%
C.1) Deficit Equacionado	-21.123.602,22	-18.684.399,88	-11,55%
D) Total das Provisões Matemáticas (=A+B+C)	25.135.353,63	25.521.567,48	1,54%
E) Patrimônio Social	28.512.196,69	31.676.845,17	11,10%
F) Fundos	2.985.914,36	3.576.196,77	19,77%
G) Patrimônio de Cobertura do Plano (=E-F)	25.526.282,33	28.100.648,40	10,09%
H) Equilíbrio Técnico (=G-D)	390.928,70	2.579.080,92	559,73%
H.1) Reserva de Contingência	390.928,70	2.579.080,92	559,73%
I) Ajuste de Precificação	558.831,14	582.766,46	4,28%
J) Equilíbrio Técnico Ajustado (=H+I)	949.759,84	3.161.847,38	232,91%

(I) Instrução Previc n° 19/2015

(J) Ajuste de precificação positivo desconsiderado, para fins de destinação do superavit, uma vez que o plano apresentou equilíbrio técnico positivo.

A variação do total das provisões matemáticas (D) deve-se, principalmente, à redução do número de participantes do plano, atrelada à inexistência de beneficiário elegível ao Pecúlio por Morte.

A rentabilidade do plano no ano foi de 8,19%, enquanto que a meta atuarial no período, representada pelo índice do Plano acrescido da taxa de juros atuariais (INPC + 5,00% ao ano), foi de 7,17%, o que resultou em um ganho

técnico atuarial, no exercício, de 0,95%.

Dessa forma, o resultado superavitário passou de R\$ 390.928,70, em 31/12/2016, para R\$2.579.080,92, em 31/12/2017.

A seguir, apresentamos evolução do resultado acumulado do plano nos quatro últimos exercícios, além do resultado calculado na Avaliação Atuarial.

Valores em R\$					
EXERCÍCIO	SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADO	SUPERAVIT/DEFICIT NO EXERCÍCIO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA ESPECIAL	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
2014	8.130.268,30	3.397.294,03	1.747.534,52	6.382.733,78	-
2015	-22.992.063,32	-31.122.331,62	-	-	128.040,72
2016	390.928,70	23.382.992,02	390.928,70	-	558.831,14
2017	2.579.080,92	2.188.152,22	2.579.080,92	-	582.766,46

Regulamento Geral (Grupo C)

O plano Regulamento Geral (Grupo C) destina-se aos empregados admitidos a partir de 13 de maio de 1974 no Banco Nossa Caixa S.A. e contratados pelo regime CLT.

Está estruturado na modalidade Benefício Definido, ou seja, no momento da contratação do plano o participante sabe qual é o nível de

seu benefício futuro e as contribuições podem ser ajustadas para garantir este pagamento.

O plano compreende os seguintes benefícios:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço ou por Idade;
- Aposentadoria por Invalidez;

- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte e Invalidez;
- Auxílio-Doença ou Acidente de Trabalho;
- Auxílio-Adicional;
- Auxílio-Reclusão.

Desde 2006, o plano encontra-se saldado e fechado para novas adesões, sendo considerado pelo órgão regulador como um plano “em extinção”.

Participantes Não Optantes pelo Saldamento

DADOS	DEZEMBRO/2017
Quantidade	20
Idade média	53,90
Tempo médio de plano	24,45
Tempo médio de empresa	26,00
Tempo médio de serviço futuro	3,90

Participantes Saldados

DADOS	DEZEMBRO/2017
Quantidade	3.357
Idade média	50,92

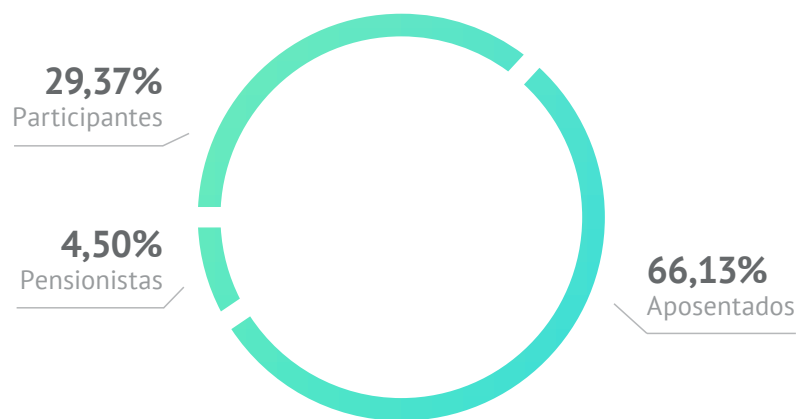
Participantes em Benefício Proporcional Diferido

DADOS	DEZEMBRO/2017
Quantidade	14
Idade média	53,64

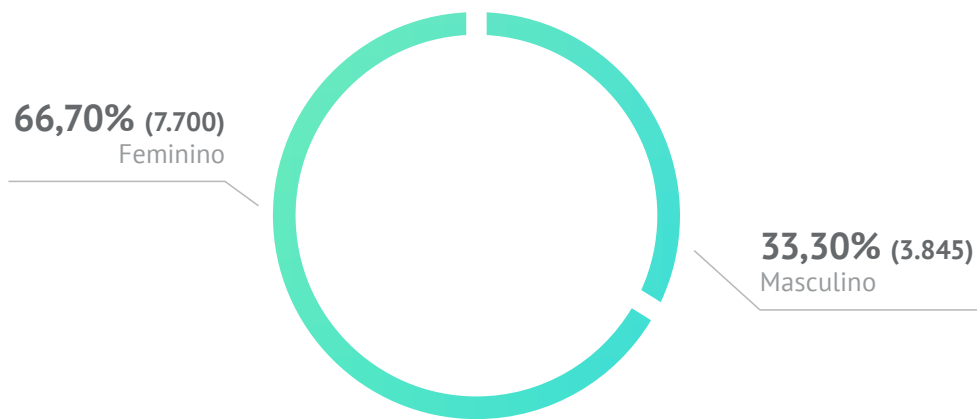
Assistidos

TIPO DE BENEFÍCIO	QUANTIDADE	IDADE MÉDIA	BENEFÍCIO MÉDIO (R\$)	FOLHA MENSAL (R\$)
Aposentadoria por tempo de serviço ou por idade	7.131	63,52	4.722,62	33.676.969,59
Aposentadoria por invalidez	503	64,12	3.892,64	1.957.997,61
Pensão por morte	520	65,42	3.894,06	2.024.911,34
TOTAL/MÉDIA	8.154	63,67	4.618,58	37.659.878,54

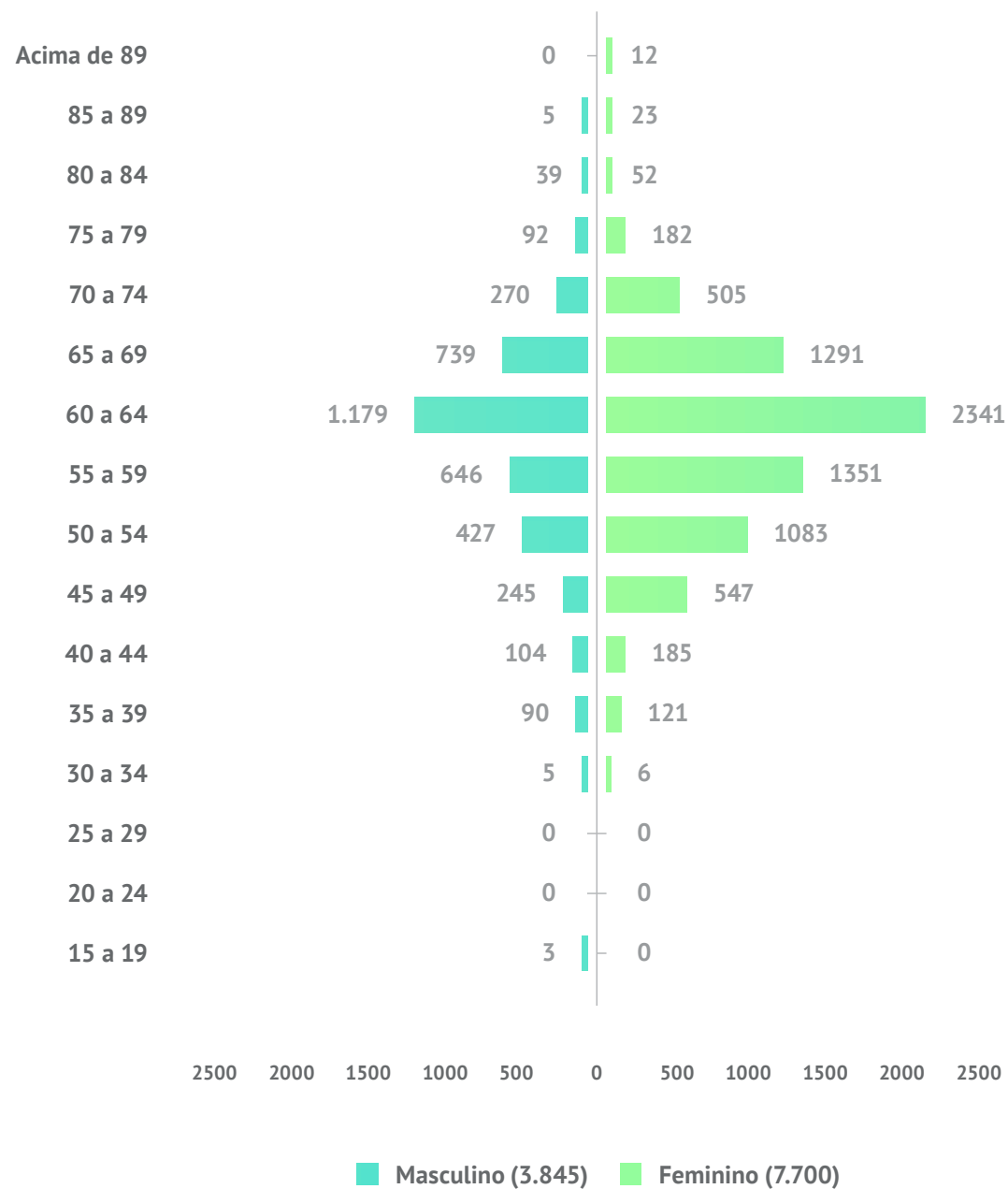
Distribuição por tipo de participante



Distribuição por sexo



Regulamento Geral - Pirâmide etária



Hipóteses Atuariais

Com base no estudo de aderência, que atesta a adequação das premissas atuariais ao plano, foram alteradas as seguintes premissas: tábua de rotatividade, fator de capacidade, mortalidade geral, entrada em auxílio-doença e entrada em aposentadoria. Ainda com base no estudo de aderência, a taxa real de juros foi mantida em 6,00% a.a., atendendo ao limite estabelecido pela Resolução MPS/CGPC nº18/2006 e suas alterações.

HIPÓTESES ATUARIAIS	DE 2016	PARA 2017
Mortalidade Geral / Sobrevivência	AT-2000 M&F (A50%)	AT-2000 M&F
Mortalidade de Inválidos	RP 2000 - Disable Female	RP 2000 - Disable Female
Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Entrada em Auxílio-Doença	Exp. - Economus II	Exp. Economus 2007-2016
Rotatividade	Exp.- Economus ajuste gráfico	Gama/Rot Exp. Economus 2007-2016
Entrada em Aposentadoria	Experiência GAMA-ECONOMUS	Exp. GAMA-ECONOMUS 2011 a 2016 com Programa de Aposentadoria
Crescimento Real de Salários	0,00% ao ano	0,00% ao ano
Fator de Capacidade	0,9805	0,9846
Taxa de Juros	6,00% ao ano	6,00% ao ano

Regime Financeiro dos Benefícios de Risco

Os regimes financeiros são métodos de financiamento utilizados para determinar como será realizado o custeio das obrigações assumidas pelos planos previdenciários, ou seja, são mecanismos de distribuição do custo sob a forma de contribuições ao longo do tempo. Assim, o regime financeiro de um plano apenas estabelece a maneira pela qual serão obtidos os recursos necessários para o pagamento dos benefícios futuros. Vale ressaltar que ele não altera o custo dos compromissos assumidos.

Conforme amplamente divulgado, o regime financeiro mais indicado para os Benefícios de Risco do Regulamento Geral é o de Capitalização, pois tecnicamente o plano é classificado pela Previc como “em extinção”, em virtude de ser fechado para a entrada de novos participantes.

Isso porque, se mantidos os regimes até então adotados, quais sejam, Regimes de Capitais de Cobertura e de Repartição Simples, os custos dos Benefícios de Risco poderiam tornar-se significativamente onerosos para os participantes remanescentes no plano, uma vez que não há reposição da massa de participantes.

Desta forma, neste exercício, houve também a alteração do regime

financeiro dos benefícios de risco de Repartição Simples e Capitais de Cobertura para Capitalização.

Resultado Atuarial

O Regulamento Geral encerrou o ano com equilíbrio técnico deficitário (H) de R\$ 1.600.618.273,42, conforme demonstrado a seguir:

ITEM	AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL (EM R\$)		
	Dezembro/2016 (a)	Dezembro/2017 (b)	Variação (b)/(a)-1
A) Benefícios Concedidos (A)	4.691.554.597,01	5.980.158.398,23	27,47%
B) Benefícios a Conceder (B)	691.396.674,05	563.315.571,35	-18,52%
C) Provisões a Constituir (C)	-693.600.708,87	-677.463.570,36	-2,33%
C.1) Deficit Equacionado	-693.600.708,87	-677.463.570,36	-2,33%
D) Total das Provisões Matemáticas (=A+B+C)	4.689.350.562,19	5.866.010.399,22	25,09%
E) Patrimônio Social	4.383.375.692,03	4.326.166.487,29	-1,31%
F) Fundos	48.149.644,21	60.774.361,49	26,22%
G) Patrimônio de Cobertura do Plano (=E-F)	4.335.226.047,82	4.265.392.125,80	-1,61%
H) Equilíbrio Técnico (= G-D)	-354.124.514,37	-1.600.618.273,42	351,99%
H.1) Deficit Técnico Acumulado	-713.859.516,05	-1.912.687.116,04	167,94%
H.2) Resultados a Realizar	359.735.001,68	312.068.842,62	-13,25%
I) Ajuste de Precificação	52.217.361,09	66.647.836,19	27,64%
J) Equilíbrio Técnico Ajustado (=H +I)	-301.907.153,28	-1.533.970.437,23	408,09%

A variação do total das provisões matemáticas (D) deve-se, principalmente, aos seguintes fatores:

- Alteração do regime financeiro dos benefícios de risco;
- Alteração das hipóteses atuariais, principalmente a tábua de mortalidade geral, que espelha o aumento da expectativa de vida da massa de participantes;
- Reconhecimento na provisão matemática do impacto gerado pela revisão do benefício de 290 assistidos por decisão judicial;
- Elevação de concessões de aposentadorias.

No quadro a seguir, é demonstrada a representação de cada um dos fatores no resultado do plano:

AJUSTES ESTRUTURAIS QUE IMPACTARAM O RESULTADO	AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL (EM R\$ MIL)
Alteração das hipóteses atuariais	520.817
Alteração do regime financeiro	401.360
Revisão de benefícios por demanda judicial	115.563
Elevação das concessões de aposentadoria*	149.247
Total	1.186.987

*Influenciada pelo Programa Extraordinário de Aposentadoria Incentivada (PEAI)

Por outro lado, a rentabilidade no ano foi de 10,75%, enquanto que a meta atuarial no período, representada pelo índice do plano acrescido da taxa de juros atuariais (INPC + 6,00% ao ano), foi de 8,19%, o que resultou em um ganho técnico atuarial, no exercício, de 2,37%.

Adicionalmente, o Economus registrou na conta contábil “Resultados a Realizar”, com amparo no Ofício nº 2206/SPC/GAB, de 09/06/2006, o valor de R\$ 312.068.842,62, em 31/12/2017. Este valor é registrado no Grupo de contas “Equilíbrio Técnico”, reduzindo o deficit técnico do plano.

Desta forma, o resultado deficitário do plano passou de R\$ 354.124.514,37, em 31/12/2016, para R\$ 1.600.618.273,42, em 31/12/2017.

Além disso, o ajuste de precificação totalizou R\$ 66.647.836,19, resultando em um equilíbrio técnico ajustado de R\$1.533.970.437,23.

Importante informar que, em virtude do equilíbrio técnico apresentado ter excedido o limite disposto na legislação vigente, haverá necessidade de elaborar e aprovar o Plano de Equacionamento de Deficit, no mínimo do montante que excedeu o limite, até o encerramento do exercício de 2018.

A seguir, a evolução do resultado acumulado do plano nos quatro últimos exercícios e o resultado calculado na Avaliação Atuarial:

Valores em R\$

EXERCÍCIO	SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADO	SUPERAVIT/DEFICIT NO EXERCÍCIO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA ESPECIAL	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
2014	-138.212.042,31	44.683.419,08	-	-	-
2015	-511.781.249,91	-373.569.207,60	-	-	35.772.189,93
2016	-354.124.514,37	157.656.735,54	-	-	52.217.361,09
2017	-1.600.618.273,42 (1)	-1.246.493.759,05	-	-	66.647.836,19

¹ Reduzido pela contabilização do "Resultado a Realizar".

Eventos futuros que poderão aumentar a reserva matemática do Plano

- **Ações Judiciais (Contingências)** - A Entidade iniciou estudo para avaliar os critérios adotados para apuração das provisões contingenciais decorrentes das ações trabalhistas movidas por participantes contra o Patrocinador e/ou Economus e que poderão impactar no valor do benefício de aposentadoria.

- **Taxa de Juros** - Diante da perspectiva de queda da taxa básica de juros no Brasil, se mantido o cenário econômico projetado para o país, poderá ser necessária a redução da taxa de juros utilizada para corrigir a reserva matemática do plano, atualmente INPC + 6% a.a.

- **Tábua de Entrada Aposentadoria** - O Instituto adota como premissa

uma tábua de entrada em aposentadoria que considera tanto antecipações quanto postergações de concessões de benefícios, em razão do comportamento da massa de participantes ativos no plano. Se abandonada, a Provisão Matemática será calculada considerando que todos aposentarão na data plena e, conseqüentemente, não será aplicado nenhum redutor.

PrevMais

O PrevMais está estruturado na modalidade Contribuição Variável (CV), que une características das modalidades Benefício Definido e Contribuição Definida. É utilizado o modelo de contribuição definida, com

contas individuais, no período de acumulação. No momento da aposentadoria, é possível optar por diferentes modalidades de renda, considerando o montante acumulado e a rentabilidade obtida pelo plano.

No que se refere aos benefícios de risco, todos estão estruturados sob a modalidade de Benefício Definido, conforme regulamento do plano.

O plano compreende os seguintes benefícios:

- Aposentadoria;
- Auxílio-Doença ou Acidente de Trabalho;
- Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Auxílio-Funeral.

Participantes

DADOS	DEZEMBRO/2017
Quantidade	7.878
Idade média	45,08
Tempo médio de empresa	18,26
Tempo médio de plano	9,44
Tempo médio de serviço futuro	8,94

Optantes pelo Autopatrocínio

DADOS	DEZEMBRO/2017
Quantidade	63
Idade média	44,22

Optantes pelo Benefício Proporcional Diferido

DADOS	DEZEMBRO/2017
Quantidade	9
Idade média	43,38

Outros Participantes*

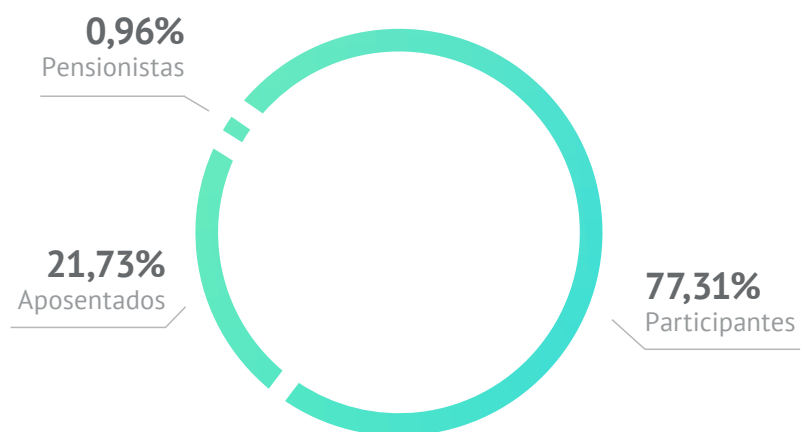
DADOS	DEZEMBRO/2017
Quantidade	364
Idade média	44,91

*Participantes que estão em alguma das seguintes situações: desligados que não manifestaram opção pelos institutos legais assegurados pelo plano; com contribuição suspensa; desligado do plano; aguardando concessão de benefício; aguardando concessão de instituto; ou falecido e sem beneficiário.

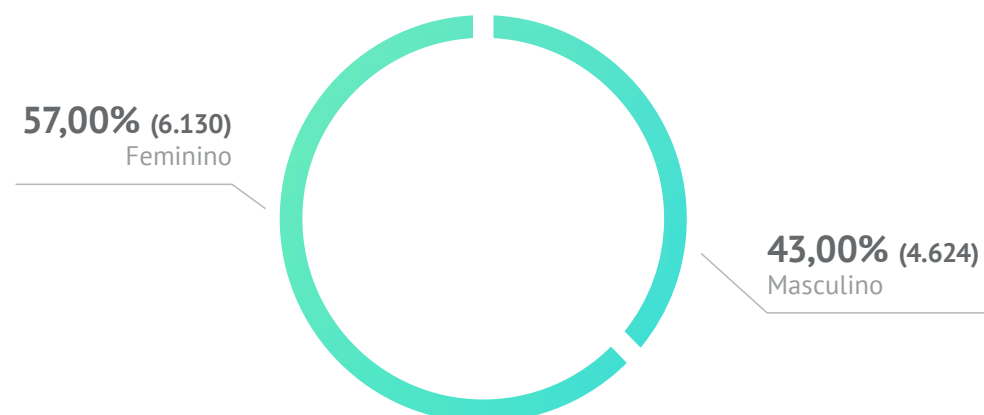
Assistidos em 31/12/2017

TIPO DE BENEFÍCIO	QUANTIDADE	IDADE MÉDIA	BENEFÍCIO MÉDIO (R\$)
Aposentadoria - Estruturado na Modalidade de Benefício Definido	175	59,30	882,44
Aposentadoria - Estruturado na Modalidade de Contribuição Definida	2.012	58,55	1.550,98
Aposentadoria por Invalidez	150	58,63	4.747,36
Pensão por Morte - Estruturado na Modalidade de Benefício Definido	88	53,97	4.838,07
Pensão por Morte - Estruturado na Modalidade de Contribuição Definida	15	56,27	545,10
TOTAL/MÉDIA	2.440	58,43	1.811,90

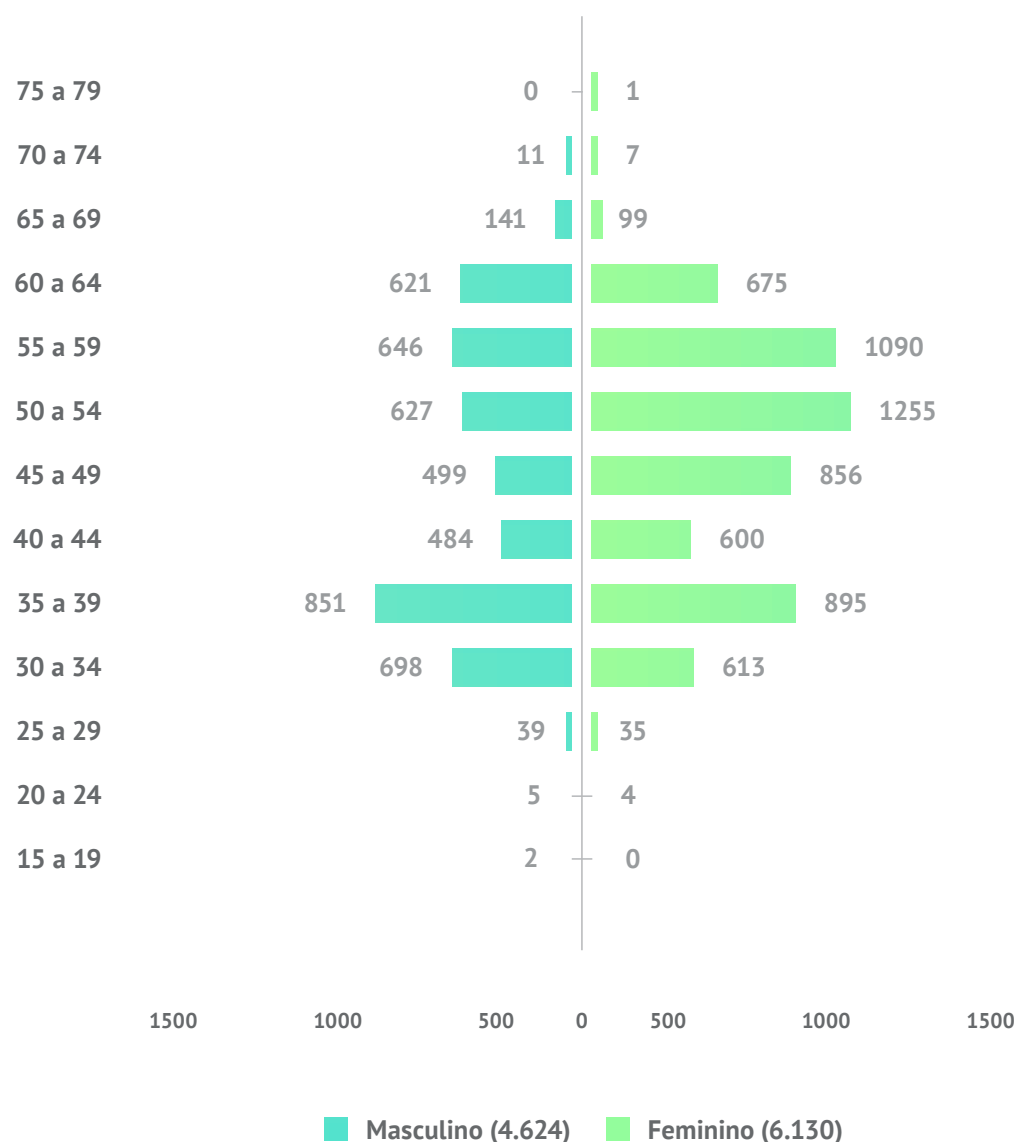
Distribuição por tipo de participante



Distribuição por sexo



Plano PrevMais - Pirâmide etária



Hipóteses Atuariais

Com base no estudo de aderência, que atesta a adequação das premissas atuariais ao plano, foram alteradas as seguintes premissas: crescimento salarial, fator de capacidade, tábua de morbidez e taxa de rotatividade. Ainda com base no estudo de aderência, foi atestada a sustentabilidade da hipótese atualmente adotada da taxa de juros de 5,00% ao ano, ou a sua equivalência mensal, atendendo ao limite estabelecido pela Resolução MPS/CGPC nº18/2006 e suas alterações.

HIPÓTESES ATUARIAIS	DE 2016	PARA 2017
Mortalidade Geral / Sobrevivência	AT-2000 F	AT-2000 F
Mortalidade de Inválidos	MI – 85 Female	MI – 85 Female
Entrada em Invalidez	Müller	Müller
Entrada em Auxílio-Doença	Exp.-Economus 2005 -2014	Exp.-Economus 2007 -2016
Rotatividade	GAMA/ROT Exp. Economus 2011 (D25%) (taxa média de 0,76% ao ano até a idade de aposentadoria e nula após esta idade)	GAMA/ROT Exp. Economus 2007 - 2016 (taxa média de 0,43% ao ano até a idade de aposentadoria e nula após esta idade)
Crescimento Salarial	1,12% ao ano	1,01% ao ano
Fator de Capacidade	0,9804	0,9849
Taxa de Juros	5,00% ao ano	5,00% ao ano

Resultado Atuarial

O PrevMais encerrou o ano com equilíbrio técnico superavitário (H) de R\$ 51.543.886,38, conforme demonstrado a seguir:

ITEM	AVALIAÇÃO ATUARIAL ANUAL (EM R\$)		
	Dezembro/2016 (a)	Dezembro/2017 (b)	Variação (b)/(a)-1
A) Benefícios Concedidos (A)	309.695.071,66	475.326.345,20	53,48%
B) Benefícios a Conceder (B)	1.037.426.370,12	1.018.408.735,59	-1,83%
C) Provisões a Constituir (C)	-	-	-
D) Total das Provisões Matemáticas (=A+B+C)	1.347.121.441,78	1.493.735.080,79	10,88%
E) Patrimônio Social	1.512.799.501,71	1.692.315.875,73	11,87%
F) Fundos	146.405.950,24	147.036.908,56	0,43%
G) Patrimônio de Cobertura do Plano (=E-F)	1.366.393.551,47	1.545.278.967,17	13,09%
H) Equilíbrio Técnico (=G-D)	19.272.109,69	51.543.886,38	167,45%
H.1) Reserva de Contingência	19.272.109,69	51.543.886,38	167,45%
I) Ajuste de Precificação	28.087.917,89	27.919.211,96	-0,60%
J) Equilíbrio Técnico Ajustado (=H+I)	47.360.027,58	79.463.098,34	67,79%

(I) Instrução Previc nº 19/2015

(J) Ajuste de precificação positivo desconsiderado, para fins de destinação do superavit, uma vez que o plano apresentou equilíbrio técnico positivo.

A rentabilidade no ano foi de 10,90%, enquanto que a meta atuarial no período, representada pelo índice do plano acrescido da taxa de juros atuariais (INPC 5,00% ao ano), foi de 7,17%, o que resultou em um ganho técnico atuarial, no exercício, de 3,48%.

O aumento do superavit técnico acumulado no ano de 2017 foi devido à superação da meta atuarial pela rentabilidade do plano e

à redução do Fundo de Capitalização dos Benefícios de Risco, motivada pela alteração das premissas de crescimento real de salários e entrada em auxílio-doença.

A seguir, apresentamos a evolução do resultado acumulado do plano nos quatro últimos exercícios, além do resultado calculado na Avaliação Atuarial.

Valores em R\$

EXERCÍCIO	SUPERAVIT/DEFICIT ACUMULADO	SUPERAVIT/DEFICIT NO EXERCÍCIO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	RESERVA ESPECIAL	AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO
2014	-3.474.288,41	-6.193.936,67	-	-	-
2015	8.049.045,39	11.523.333,80	8.049.045,39	-	25.361.385,75
2016	19.272.109,69	11.223.064,20	19.272.109,69	-	28.087.917,89
2017	51.543.886,38	32.271.776,69	51.543.886,38	-	27.919.211,96

Empréstimos

O Economus oferece uma linha de crédito exclusiva aos participantes, com taxas de juros mais atrativas do que as praticadas pelo mercado. Em junho de 2017, após análise do resultado positivo do novo modelo de empréstimo, lançado em novembro de 2016, foram implementadas novas condições:

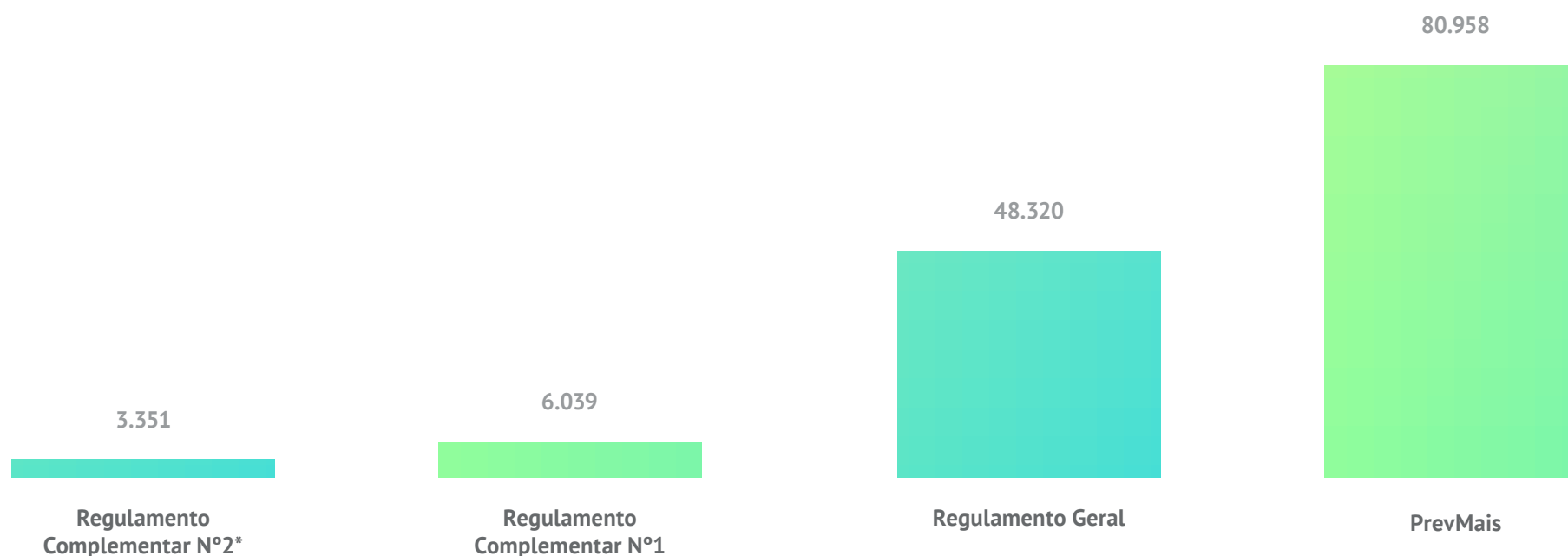
- Abertura de crédito para os participantes do Regulamento Complementar N° 2 (Grupo A);
- Redução da taxa de juros para o Regulamento Complementar N° 1 (Grupo B) de 7,94% a.a. para 7,56% a.a.;
- Aumento do limite individual para o Regulamento Geral (Grupo C)

de R\$ 100 mil para R\$ 160 mil;

- Aumento do limite individual para o PrevMais de R\$ 80 mil para R\$ 160 mil.

Devido a estas melhorias, foram concedidos 3.926 empréstimos em 2017, representando R\$ 138,7 milhões. Comparando com 2016, houve um aumento de 72% nas concessões e 58% no valor.

Concessões de Empréstimo por Plano (R\$ mil)



**Iniciado em junho/2017*

No quarto trimestre de 2017, foi realizado estudo de alocação de recursos em operações de empréstimo. Com isso, a Política de

Investimentos para 2018 contemplará ajustes na margem de alocação para este segmento.

CAPÍTULO 4

Gestão de Assistência à Saúde

O Economus tem adotado melhorias constantes em seus processos de trabalho, com implementação de novas rotinas fundamentais na busca pelo equilíbrio entre despesas e receitas. Estas ações visam obter maior eficiência operacional e proporcionar assistência à saúde com qualidade para satisfação dos beneficiários.

Um grande desafio enfrentado não só pelo Instituto, mas por todo o mercado de saúde, é a manutenção da qualidade dos serviços prestados, frente ao aumento dos custos médico-hospitalares.

Neste panorama, em busca da sustentabilidade dos planos, o Economus realizou a gestão das despesas com foco nas seguintes frentes de trabalho: negociações junto aos prestadores; compra direta de medicamentos oncológicos; dietas enterais e OPME (Órteses, Próteses e Materiais Especiais); acompanhamento e avaliação das internações e de pacientes de alta complexidade em atendimento domiciliar; gerenciamento dos maiores impactos em relação aos atendimentos de alto custo e adequação da rede credenciada.

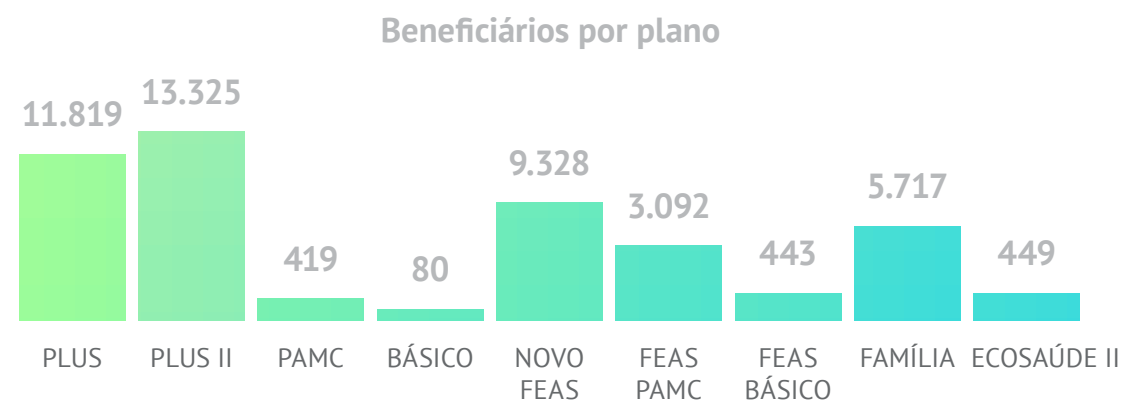
Principais Números Assistenciais



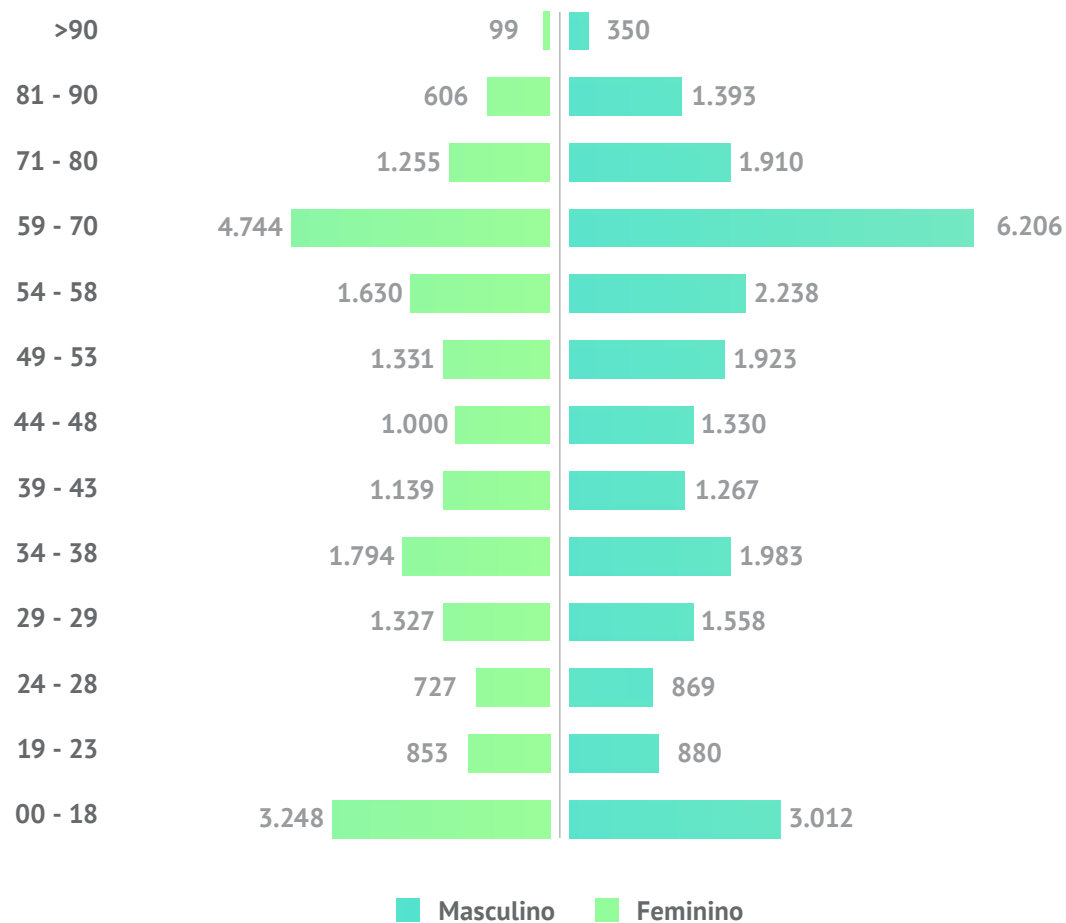
Planos e Beneficiários

O Instituto administra nove planos de saúde, totalizando 44.672 beneficiários inscritos, entre funcionários ativos e aposentados, egressos do Banco Nossa Caixa e empregados do próprio Economus, assim como seus dependentes e familiares.

Ao final de 2017, os beneficiários estavam distribuídos da seguinte forma:

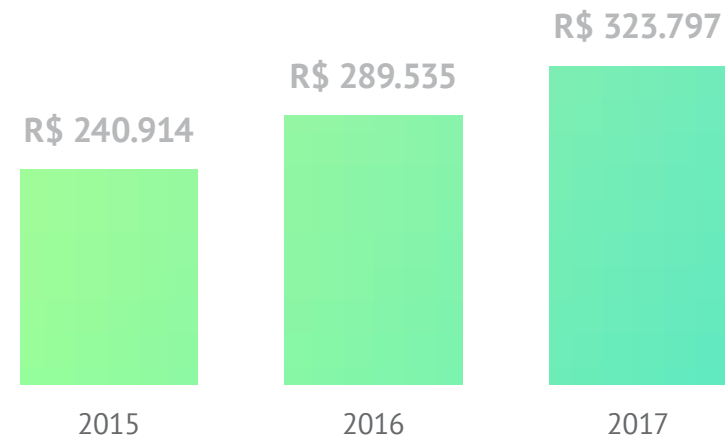


Distribuição por sexo e faixa etária

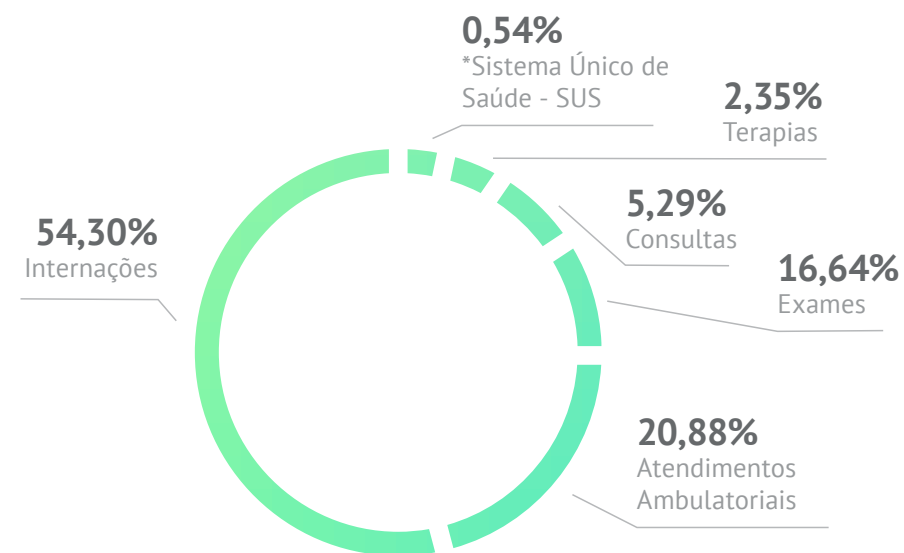


Despesas Assistenciais

Comparado ao ano de 2016, as despesas assistenciais aumentaram 11,8%, em 2017. A seguir, a evolução nos últimos 3 anos:

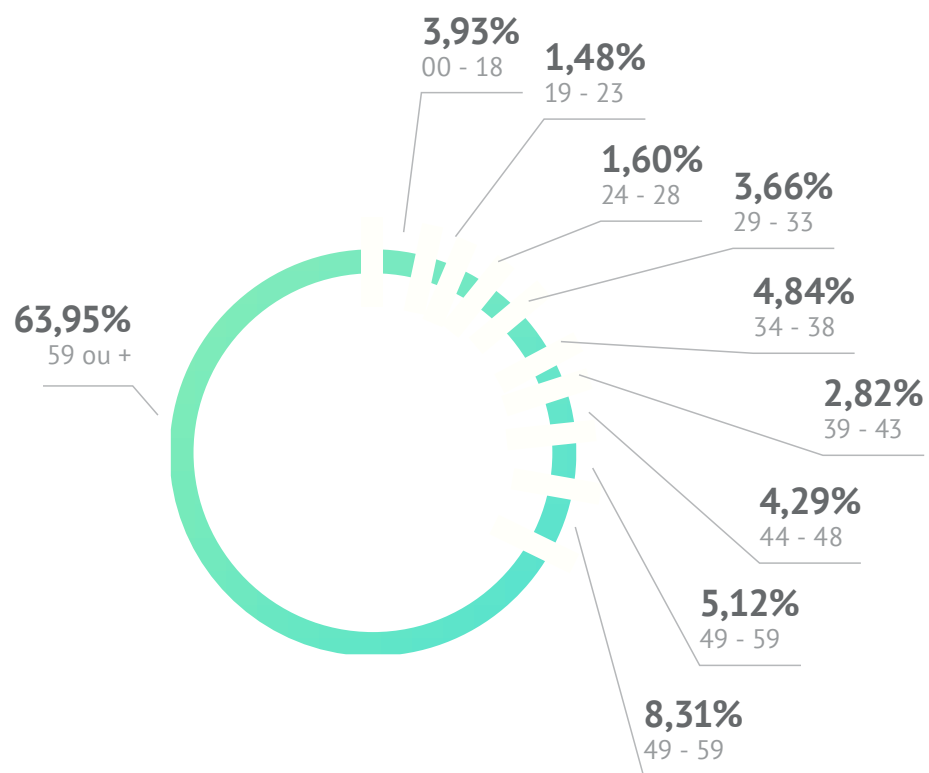


O item que mais contribuiu para o aumento nas despesas assistenciais foi o custo com internações, que corresponde a 54,30% das despesas, conforme apresentado a seguir:



* Ressarcimento ao SUS referente à utilização da rede pública pelos beneficiários do Economus

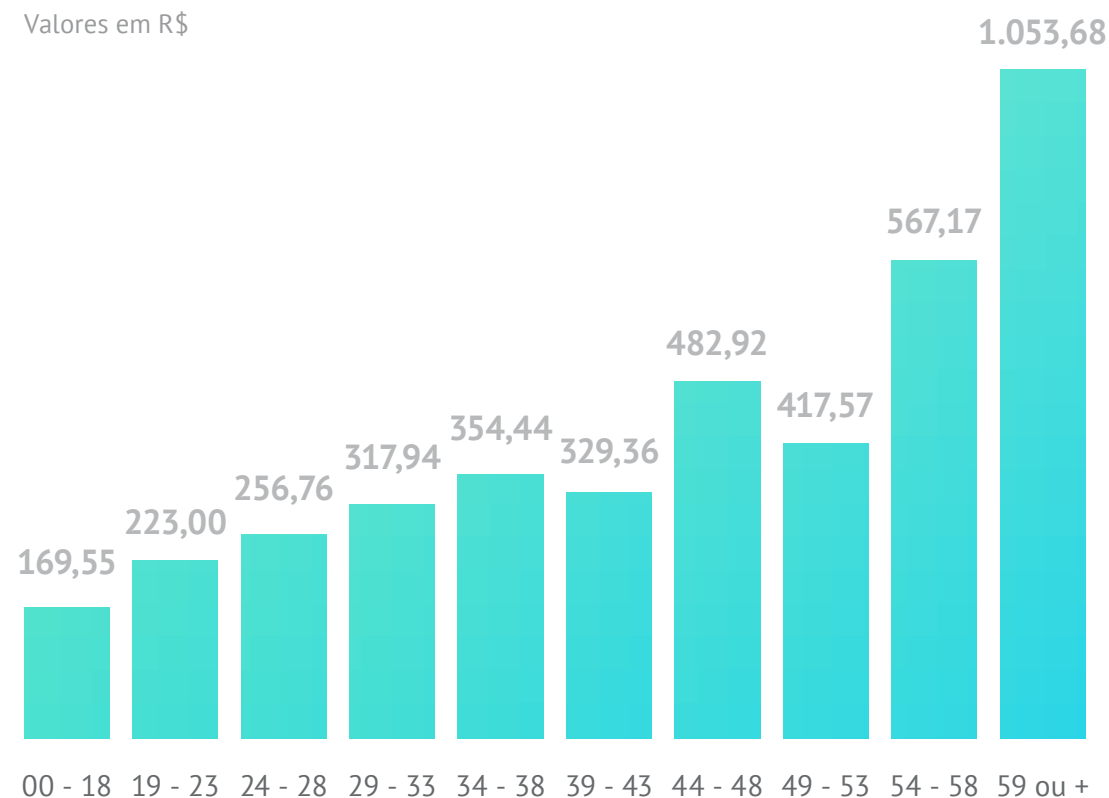
Aproximadamente 37% da população de beneficiários possui 59 anos ou mais e este perfil populacional tende a se intensificar no futuro, com o aumento da expectativa de vida e com a impossibilidade de entrada de novos beneficiários. Isto representa um maior risco de morbidade e de ocorrência de eventos de alta severidade, refletindo no aumento das despesas assistenciais. Em 2017, 63,95% das despesas concentrou-se nessa faixa etária.



Custo médio per capita por faixa etária

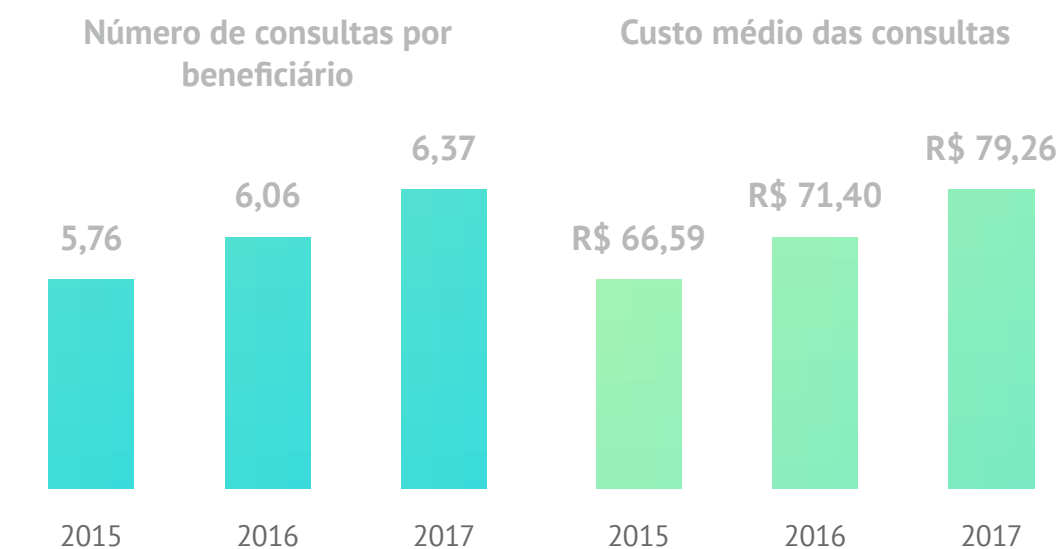
A variação do custo entre a primeira e a última faixa etária foi de 6,2 vezes.

Valores em R\$

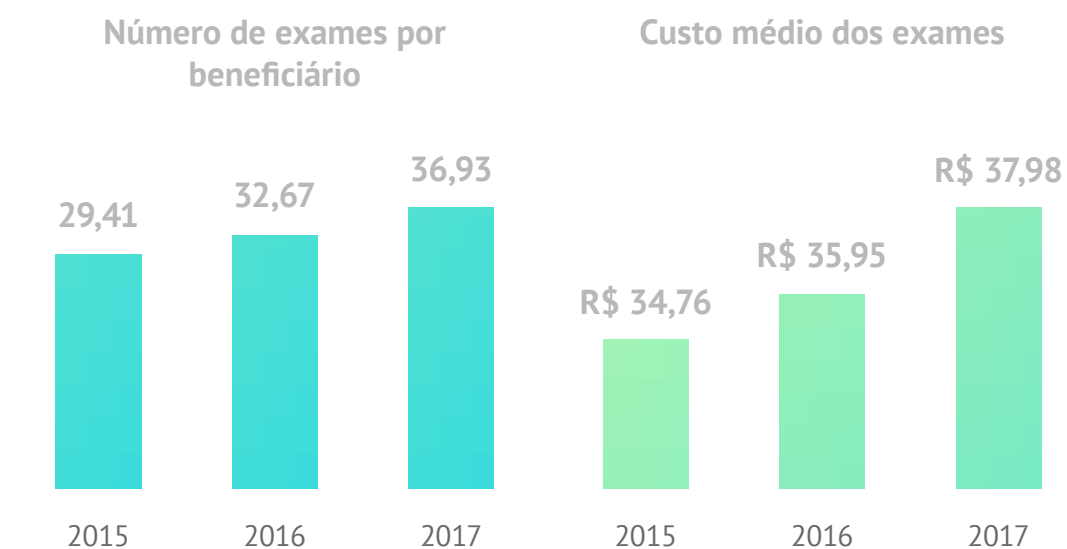


Em 2017, cada beneficiário realizou, em média, 6,37 consultas/ano, ao custo médio per capita de R\$ 79,26.

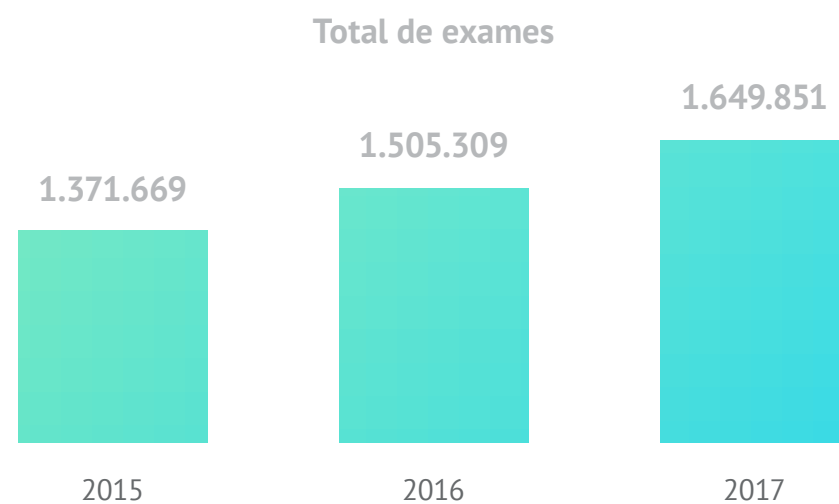
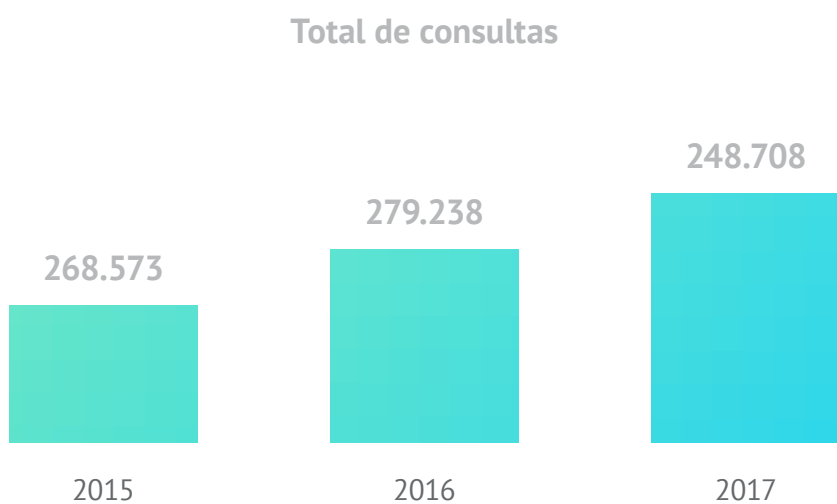
Em relação aos exames, cada beneficiário realizou, em média, 36,93 exames/ano, ao custo médio per capita de R\$ 37,98.



Número médio de beneficiários em 2017 = 45.060 por mês



Obs.: exames realizados em ambulatório e regime de internação
Número médio de beneficiários em 2017 = 45.060 por mês



Análise de Guias Médicas

Em 2017, foram analisadas e autorizadas aproximadamente 757 mil guias referentes às despesas assistenciais, por equipes de auditores médicos, enfermeiros e analistas, representando um aumento de 6% em relação a 2016, que teve 715 mil guias processadas.

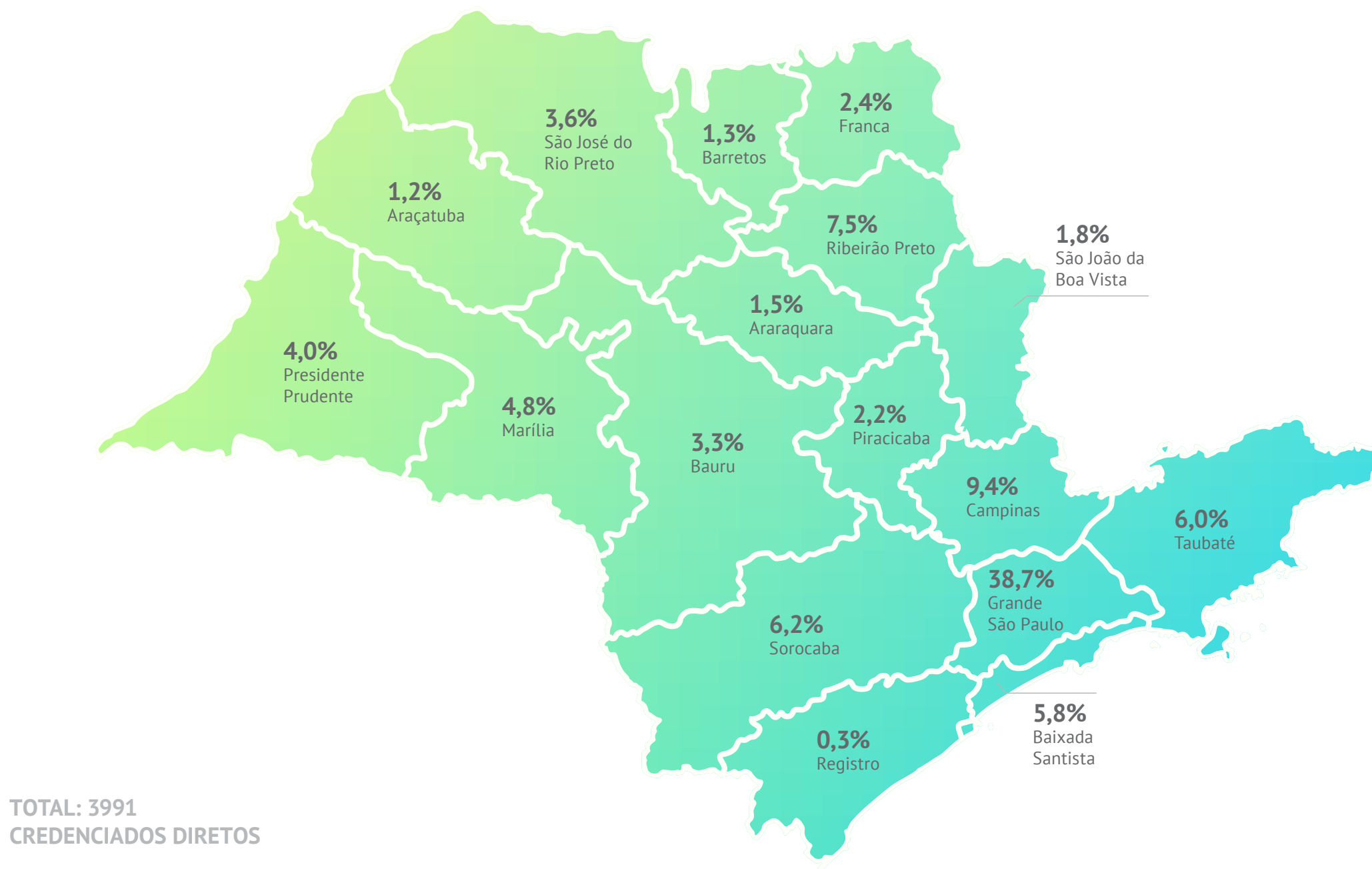
Diariamente, foram analisadas, em média, 2.980 guias, assegurando a correta cobrança sobre a utilização e pertinência dos itens faturados nas contas médicas.

Perfil da Rede Credenciada

A rede de prestadores do Economus possui 3.991 credenciados no estado de São Paulo, além de aproximadamente 15.750 prestadores provenientes de contratações indiretas. Do total da rede direta, 56% estão no interior e 44% na capital, Grande São Paulo e Baixada Santista. Ademais, o Instituto possui parceria com a Cassi para a assistência dos beneficiários residentes em outros estados.

TIPO DE PRESTADOR	QUANTIDADE
Especialidades Médicas e Terapêuticas	2.939
Exames e Tratamentos Clínicos	642
Hospitais e Maternidades	324
Cooperativas	32
Atendimento Domiciliar	25
Remoção	14
Hospitais de Retaguarda	8
Fornecedor	5
Reciprocidade	2
Total	3.991

O Instituto está presente em todas as 17 regiões de saúde definidas pela ANS para o estado de São Paulo, conforme demonstrado a seguir:



Com o objetivo de promover melhorias na rede credenciada para algumas especialidades ou serviços, ocorreram 110 novos credenciamentos nos últimos 12 meses, conforme mostra o quadro a seguir:

RANKING	REGIÃO DE SAÚDE ANS	QUANTIDADE DE PRESTADORES	% PERCENTUAL
1	Grande São Paulo	27	24,5%
2	Sorocaba	13	11,8%
3	Campinas	11	10,0%
4	Baixada Santista	9	8,2%
5	São José do Rio Preto	8	7,3%
6	Presidente Prudente	8	7,3%
7	Taubaté	6	5,5%
8	Ribeirão Preto	5	4,6%
9	Marília	5	4,6%
10	Bauru	4	3,6%
11	Piracicaba	4	3,6%
12	Franca	3	2,7%
13	Barretos	3	2,7%
14	Araraquara	2	1,8%
15	São João da Boa Vista	2	1,8%
TOTAL		110	100,00%

Principais Ações de Gestão

Regulação em saúde

Um dos objetivos da regulação em saúde é avaliar adequadamente o tratamento para cada paciente, com orientação técnica compatível com a real necessidade de realização de procedimentos envolvendo, inclusive, OPME.

A regulação em saúde também desempenha importante papel no monitoramento de pacientes internados, por meio de auditoria técnica (médica e de enfermagem), com ênfase em soluções efetivas de quadros complexos. Essa atividade busca a redução do risco de infecção hospitalar, com discussão de casos críticos entre equipe técnica e administrativa do Economus e do prestador.

Em algumas ocorrências, se faz necessária uma avaliação adicional com outro profissional da mesma especialidade do médico que atendeu o beneficiário, para auxiliar no esclarecimento do diagnóstico e propor, quando possível, outras opções de tratamento, visando sempre a segurança na relação médico-paciente.

Em 2017, foram encaminhados 90 pacientes para avaliações específicas de segunda opinião, com a finalidade de adequar o tratamento para cada situação. Além disso, 7 pacientes foram encaminhados para avaliação de Junta Médica, devido a discordância técnica quanto aos procedimentos e/ou utilização de materiais de alto custo solicitados por cirurgias da rede credenciada.

Com relação às internações de longa permanência, foram adotadas medidas que possibilitaram o direcionamento de pacientes para outras modalidades de atendimento, com o principal objetivo de reduzir a exposição ao risco de infecção hospitalar, disponibilizando uma assistência mais adequada ao quadro clínico de cada beneficiário.

Houve ainda a revisão do fluxo de autorização e acompanhamento das internações clínicas e cirúrgicas, bem como aumento da interação com prestadores hospitalares para diálogos administrativos e técnicos. Isto possibilitou reduzir a exposição dos beneficiários ao risco de infecção hospitalar, de modo que, a média de permanência das internações, em 2017, foi de 3,3 dias, enquanto que a média das Autogestões foi de 3,5 dias, de acordo com a última pesquisa Unidas - União Nacional das

Instituições de Autogestão em Saúde. Cabe ressaltar que a população de idosos do Economus representa 37% do total de beneficiários, enquanto que nas demais operadoras de Autogestões de mesmo porte, de acordo com a referida pesquisa, esta população representa 28,3%.

Outro ponto de destaque é o acompanhamento de pacientes em assistência domiciliar (*home care*). Foram realizadas diversas ações técnicas e gerenciais, em 2017, com o intuito de ampliar a gestão sobre esses serviços, promovendo a plena reabilitação e restabelecimento da saúde desses beneficiários.

Adicionalmente, cumpre esclarecer que, por determinação judicial, o Economus também custeou R\$ 2,2 milhões em assistência domiciliar a 18 beneficiários, em atendimentos não previstos no plano de saúde.

Medicamento Oncológico Oral

O Economus conta com equipe interna responsável pela cotação, aquisição direta com fornecedores, controle, monitoramento e distribuição dos medicamentos. Neste ano, foram realizadas 2.530 entregas de quimioterápicos e medicamentos adjuvantes orais, aprovados pela

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), nas residências de 299 beneficiários. O prazo médio de entrega foi de 10 dias úteis após o recebimento da solicitação, inferior ao previsto na legislação vigente (21 dias úteis). Esta ação também proporciona conforto e comodidade aos beneficiários, que não precisam se deslocar à Rede Credenciada para obter a medicação para o seu tratamento.

Dieta Enteral

O fornecimento de dieta enteral (ingestão de alimentos realizada por sonda) aos pacientes em atendimento domiciliar, por meio de empresa especializada, proporciona qualidade assistencial, agilidade e controle de entrega.

Aquisição de Órteses e Próteses

O Economus realiza gerenciamento sobre a autorização e aquisição de Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPME) com uma análise criteriosa do material indicado pelo médico assistencial e avaliação quanto à técnica cirúrgica mais adequada para cada diagnóstico, negociando diretamente com fornecedores a aquisição de materiais de alto custo.

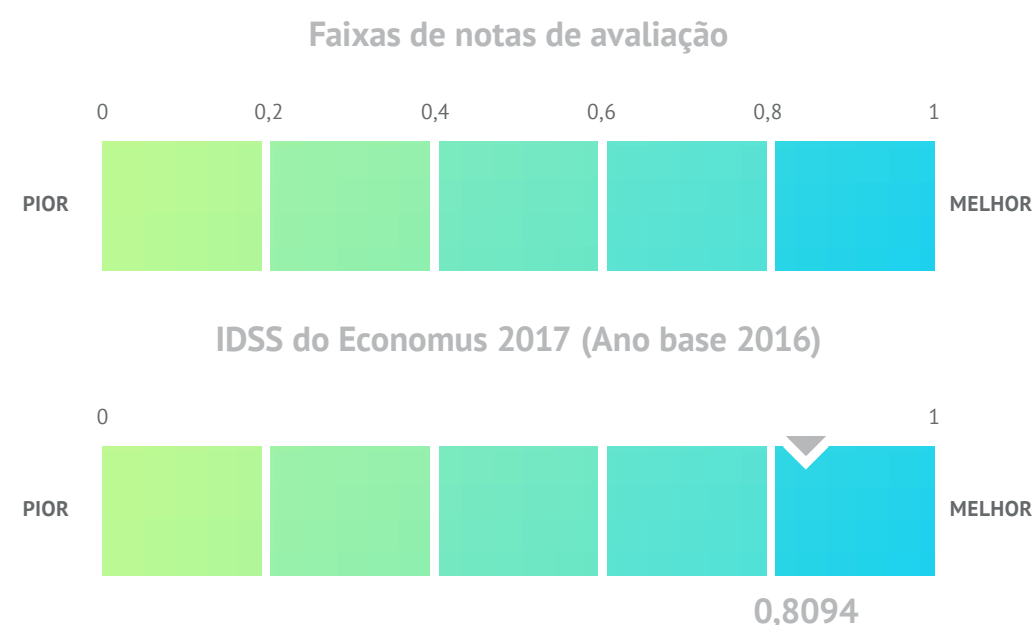
Negociações Pontuais com a Rede Credenciada

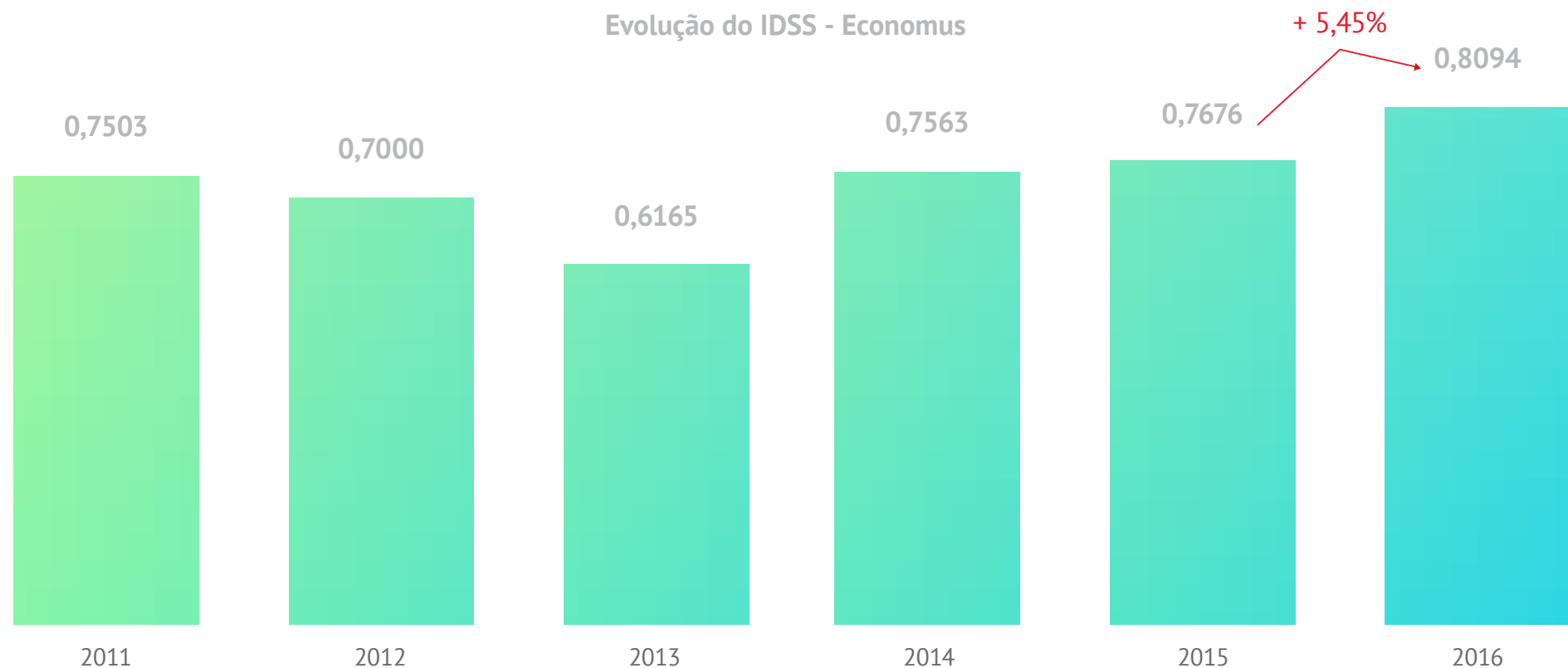
Houve ainda, neste período, negociações pontuais com a rede credenciada, tais como:

- Exclusão de taxa administrativa sobre a tabela de materiais de consumo hospitalar e OPME, utilizada como parâmetro de remuneração pelo mercado de saúde suplementar;
- Alteração do parâmetro de remuneração para materiais de consumo hospitalar e insumos como: equipo para bomba, tiras para teste de glicose, filtro dialisador, eletrodo, campo cirúrgico e dieta enteral;
- Aplicação de desconto em contas de alto custo (internações), quando do recebimento da fatura para pagamento, e negociação para remuneração de hemodiálise crônica por pacote;
- Aplicação de desconto em contas entregues após elevado tempo do atendimento realizado.

Economus alcançou melhor nível de avaliação da ANS no Índice de Gestão da Saúde

O Economus obteve a melhor pontuação dos últimos seis anos no Programa de Qualificação de Operadoras da ANS. O Instituto foi avaliado com a nota 0,8094 em uma escala que vai até 1, superando em 5,45% o Índice de Desempenho da Saúde Suplementar (IDSS) do ano anterior e alcançando a faixa de melhor classificação da Agência.





A avaliação ocorreu de acordo com indicadores segregados em quatro dimensões, com mesmo peso percentual, sendo 25% para cada uma. Os critérios incluíram a qualidade em atenção à saúde, garantia de acesso, sustentabilidade no mercado e gestão de processos e regulação.

Esse desempenho também foi objeto de reconhecimento pela UNIDAS - União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde,

que premiou o Eonomus pela nota recebida no IDSS. A homenagem foi realizada no 20º Congresso Internacional UNIDAS, realizado em outubro de 2017.

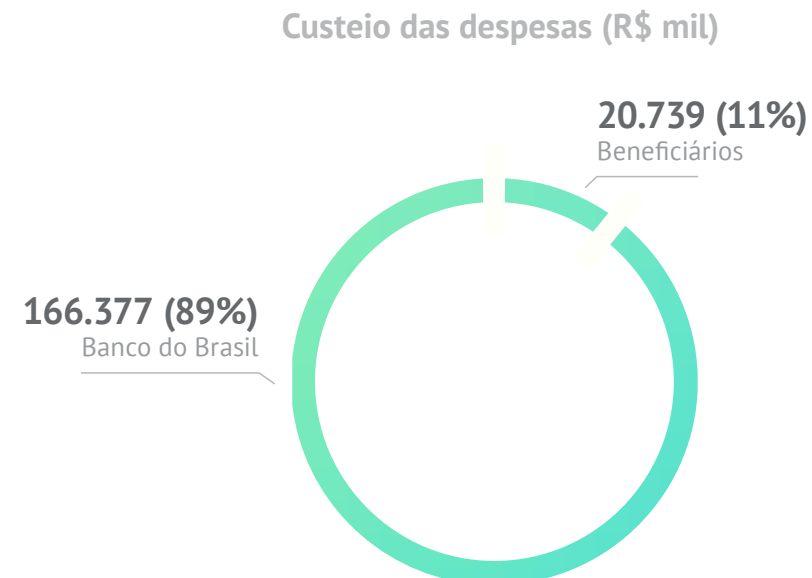
A evolução do Eonomus na avaliação da ANS indica a busca contínua por prestar um serviço de assistência à saúde de excelência e cada vez mais eficiente para os beneficiários.

Resultado Geral dos Planos de Saúde

A seguir, os resultados gerenciais dos planos assistenciais de saúde distribuídos por custeador:

Plus, Plus II, PAMC e Básico (Banco do Brasil)

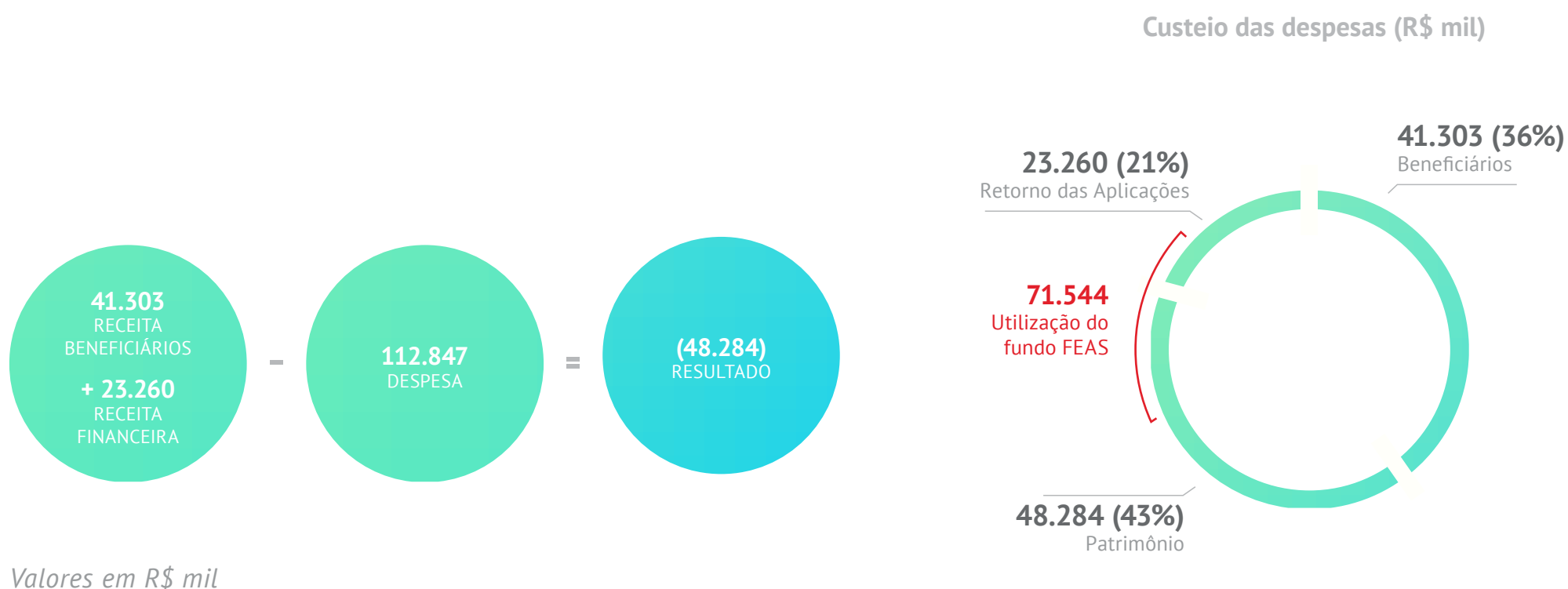
Considerando o total das Receitas, de R\$ 187.116 mil, o total das Despesas de R\$ 184.118 mil e o Resultado Financeiro Líquido, que foi negativo em R\$ 27 mil, o valor do Resultado Operacional dos planos PAMC, Básico, Plus e Plus II foi positivo em R\$ 2.971 mil.



Valores em R\$ mil

FEAS PAMC, FEAS Básico e Novo FEAS (FEAS)

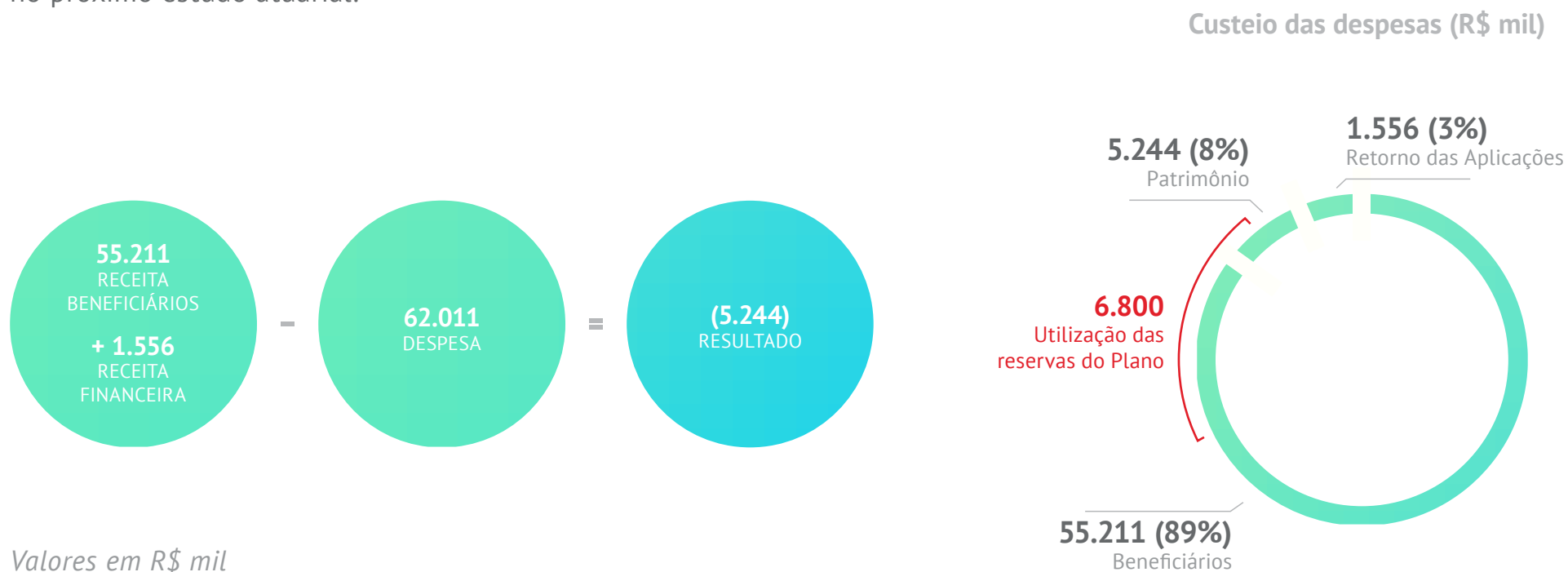
O dispêndio total com os planos FEAS PAMC, FEAS Básico e Novo FEAS atingiu R\$ 112.847 mil. Deste valor, os beneficiários pagaram R\$ 41.303 mil (37%), enquanto o Fundo FEAS pagou R\$ 71.544 mil (63%), dos quais R\$ 23.260 mil são provenientes de receitas financeiras do Fundo e R\$ 48.284 mil de capital do Fundo, que corresponde ao valor do Resultado Operacional do exercício.



Economus Família (Autossustentável)

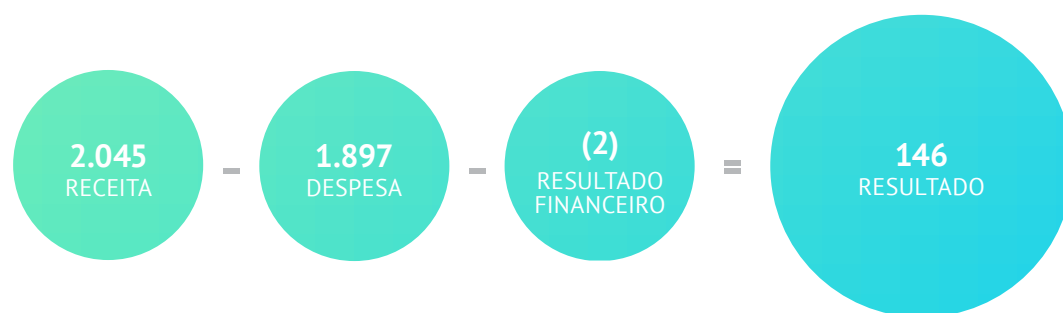
O dispêndio total com o Economus Família atingiu R\$ 62.011 mil. Deste valor, os beneficiários pagaram R\$ 55.211 mil (89%), enquanto o plano pagou R\$ 6.800 mil (11%), dos quais R\$ 1.556 mil são provenientes de receitas financeiras e R\$ 5.244 mil dos recursos da Reserva do Plano, que corresponde ao valor do Resultado Operacional.

Verifica-se que as despesas com a assistência aos participantes superaram a receita total, principalmente, em decorrência do aumento na utilização dos serviços de saúde, acima da média dos períodos anteriores, além da inflação médica ter superado as projeções iniciais. Este impacto, que até o momento está classificado como sazonal, tem sido absorvido com reservas financeiras do próprio plano e será avaliado no próximo estudo atuarial.



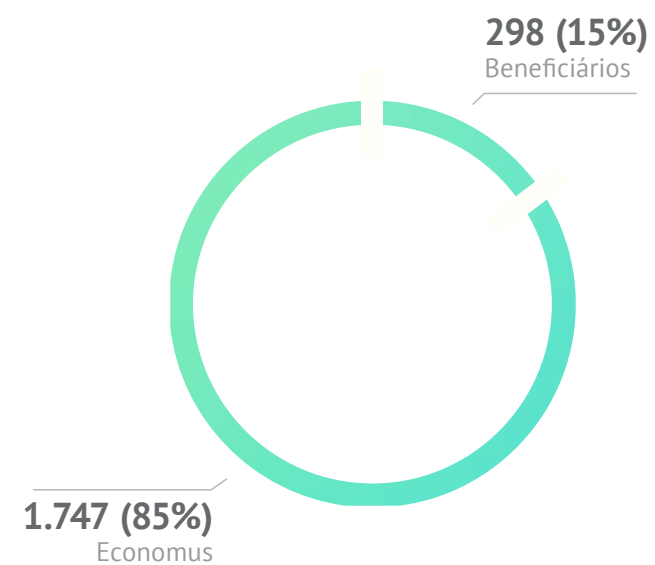
Ecosaúde (Economus)

Considerando o total das Receitas de R\$ 2.045 mil, o total das Despesas de R\$ 1.897 mil e o Resultado Financeiro Líquido negativo de R\$ 2 mil, verificou-se que o Resultado Operacional do plano foi positivo em R\$ 146 mil.



Valores em R\$ mil

Custeio das despesas (R\$ mil)



CAPÍTULO 5

Gestão de Investimentos



Na administração dos recursos são adotados procedimentos de controle operacional que visam à transparência e à otimização do desempenho dos investimentos. Para tanto, são observados limites de risco, liquidez e diversificação de ativos, estrutura de custos da administração dos recursos, dentre outros elementos, com o intuito de possibilitar a preservação do patrimônio e a obtenção de melhores resultados.

A conjuntura econômica do ano de 2017 demonstrou definição e clareza a respeito da agenda política e de crescimento econômico global, além da retomada do crescimento da economia brasileira, influenciada pelo controle da inflação e do ritmo acelerado de queda da taxa de juros pelo Comitê de Política Monetária.

Dentro de tal contexto, todos os planos e programas administrados apresentaram resultados superiores às suas metas de rentabilidade. Os investimentos consolidados do Economus atingiram rentabilidade de 10,69%, equivalente a INPC + 8,44% ao ano, ou seja, ultrapassaram a Taxa Mínima Atuarial (TMA) do Plano Regulamento Geral, (INPC + 6,00% a.a.), sendo este o plano patrimonialmente mais relevante do Instituto.

Os segmentos de investimento que mais contribuíram para o resultado foram os Investimentos Estruturados, alocados majoritariamente em ações de companhias que não são negociadas em Bolsa de Valores, e a Renda Variável, que compreende as ações de companhias listadas na Bolsa de Valores, a B3.

Cenário Econômico

Cenário Econômico Internacional

O ano de 2017 apresentou como destaques do cenário internacional:

- Crescimento da atividade econômica global, em ambiente de inflação, riscos e juros reduzidos, o que favoreceu o fluxo de capital para investimentos em países emergentes;
- Reforma tributária nos EUA, que contribuiu positivamente para a tendência de crescimento das principais economias mundiais;
- Incremento na taxa básica de juros dos EUA, até o patamar entre 1,25% a 1,50% a.a., refletindo a normalização da atividade econômica e da inflação no país, bem como seu baixo nível de desemprego;

- Continuidade das políticas de estímulo monetário na Zona do Euro, para acelerar o consumo das famílias, produção e emprego, agregando efeito positivo nos patamares de liquidez global;
- Manutenção do ritmo de crescimento da atividade chinesa, em níveis próximos a 6,8% a.a.

Cenário Econômico Brasileiro

No âmbito doméstico, o ano de 2017 apresentou os seguintes destaques:

- Recuperação da atividade econômica brasileira, com a melhora nos dados de atividade industrial e de serviços, refletindo em um crescimento do PIB de 1% em 2017, uma mudança positiva ao considerar que, em 2016, a atividade econômica apresentou retração de 3,6%;
- Continuidade da agenda reformista iniciada pelo Governo Federal em 2016, refletida, principalmente, pela aprovação da reforma trabalhista. No entanto, em decorrência da agenda política conturbada, houve frustração no avanço do mais importante ponto de atenção dos agentes econômicos, em 2017, e principal reforma fiscal a ser realizada: a da previdência;
- Níveis de preços em menor patamar desde 1998, com a varia-

ção do IPCA em 2,95% no ano, e INPC em 2,07%;

- Redução da taxa básica de juros (Selic) para o patamar de 7% a.a., contra 13,75% a.a. no final de 2016, decisão em linha com a evolução da inflação, bem como conjuntura externa positiva;

Os fatos acima citados impactaram no segmento de Renda Variável, com a valorização do índice Bovespa (Ibovespa), que atingiu o maior nível da série histórica, 76.402 pontos, ratificando a perspectiva dos investidores para 2018, que inclui a continuidade das reformas fiscais e da conjuntura favorável para investimentos de maior grau de risco associado.

Como o cenário e as decisões da gestão impactaram os Investimentos do Economus

A conjuntura econômica do ano de 2017 propiciou ambiente de juros e inflação reduzidos, principalmente se comparados à série histórica dos dados brasileiros em anos anteriores. Neste contexto, a gestão de investimentos buscou a alocação de recursos em

ativos financeiros com maior grau de risco associado, mantendo a conformidade aos parâmetros prudenciais exigidos pela característica dos planos de benefícios e programas assistenciais.

Portanto, as principais ações do Economus foram reduzir a exposição a instrumentos tradicionais de Renda Fixa, como títulos públicos federais, e incrementar a participação em instrumentos de Crédito Privado e Renda Variável, como:

- Aquisição de R\$ 70 milhões em títulos privados, de instituições financeiras de baixo risco de crédito, com taxa média de 106,89% da Selic;
- Aquisição de R\$ 24,2 milhões em debêntures de baixo risco de crédito, sendo R\$ 15,4 milhões ao preço médio de 110,3% do CDI e R\$ 8,8 milhões ao preço médio de CDI + 1,22%;
- Alocações táticas no segmento de Renda Variável, incrementando exposição ao segmento para 5,22% do total investido pelo Economus, com o segmento reportando valorização de 23,29%, em 2017.

Outro destaque com relação à gestão de investimentos em 2017 foi o incremento da alocação em Fundos de Investimento em Participação

e a abertura de capital de empresa com atuação relevante no mercado de seguro, investimento que consiste na principal posição do Economus em Investimentos Estruturados, representando 36,8% do segmento. Em decorrência do evento de abertura de capital, o investimento reportou desempenho de 130,9% no ano, superando a Taxa Mínima Atuarial do Plano Regulamento Geral em mais de 15 vezes, no mesmo período.

Além disso, o desenvolvimento de novo produto de empréstimo a participantes, em 2017, proporcionou um incremento patrimonial de aproximadamente R\$ 46,2 milhões no segmento, em relação a 2016, conforme detalhado mais à frente.

Nos próximos tópicos, serão demonstrados os detalhes por segmento de investimento do Economus.

Estudo Comparativo da Distribuição dos Recursos das EFPCs entre os Segmentos

São demonstradas a seguir, as informações de mercado disponibilizadas pela Consultoria Financeira em comparação às alocações do Economus, segregadas por tipo de Plano.

PLANOS BENEFÍCIO DEFINIDO ¹	ECONOMUS	MERCADO ²
Renda Fixa	83,21%	92,22%
Renda Variável	6,06%	3,96%
Investimentos Estruturados	6,52%	3,62%
Investimentos no Exterior	-	0,19%
Outros ³	4,21%	-

¹ Soma dos recursos considerados: Planos de Benefício Definido

² Fonte: Consultoria Aditus

³ Imóveis + Empréstimos

PLANOS CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL ¹	ECONOMUS	MERCADO ²
Renda Fixa	89,48%	83,58%
Renda Variável	3,78%	10,27%
Investimentos Estruturados	-	5,11%
Investimentos no Exterior	-	1,04%
Outros ³	6,74%	-

¹ Soma dos recursos considerados: Renda Programada

² Fonte: Consultoria Aditus

³ Imóveis + Empréstimos

Pilares da Gestão de Investimentos

As alocações de recursos empreendidas pela gestão de investimentos do Economus são sempre baseadas nos seguintes pilares:

- Avaliação prospectiva de distintos cenários econômicos e de suas probabilidades de ocorrência;
- Aderência dos ativos às necessidades dos passivos administrados,

em curto, médio e longo prazos, apurada por meio de estudos técnicos;

- Gerenciamento da liquidez, com foco no cumprimento das obrigações junto aos participantes, assistidos e beneficiários;
- Avaliação criteriosa de todos os riscos aos quais os investimentos estão sujeitos;

- Otimização do retorno dos portfólios administrados, fazendo uso de alocações dinâmicas e investimentos táticos, sempre em observância às melhores práticas de mercado e às regras de solvência, prudência e segurança que as Políticas de Investimentos e Órgãos Reguladores recomendam.

Evolução Patrimonial e Desempenho Consolidado

No ano de 2017, a posição patrimonial consolidada representou R\$ 6.097.891.804,92 em investimentos, apresentando evolução nominal de 2,74% quando comparada ao exercício anterior, que registrava o montante de R\$ 5.935.394.845,72.

Distribuição do Patrimônio Consolidado (Valores em R\$)

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO CONSOLIDADA			
	%	30/12/2016	%	29/12/2017
Renda Fixa	86,65%	5.142.932.541,42	85,07%	5.187.388.790,38
Renda Variável	4,84%	287.651.084,64	5,22%	318.632.697,49
Investimentos Estruturados	4,69%	278.192.971,07	5,23%	318.690.675,47
Imóveis	1,87%	111.017.983,00	1,83%	111.351.778,00
Empréstimos	1,95	115.600.265,59	2,65%	161.827.863,58
Total dos Investimentos	100%	5.935.394.845,72	100%	6.097.891.804,92

Obs.: Não estão considerados os valores dos depósitos judiciais/recursais dos investimentos, aluguéis dos imóveis e outros realizáveis.

Demonstrativo de Rentabilidade do Patrimônio Consolidado

A seguir, o desempenho consolidado do Economus, por segmento.

SEGMENTO	RENTABILIDADE
Consolidado	10,69%
Renda Fixa	9,28%
Renda Variável	23,29%
Investimentos Estruturados	26,78%
Imóveis	3,90%
Empréstimos	11,35%
<hr/>	
INPC + 6,0% a.a.	8,19%
INPC	2,07%

Renda Fixa

A alocação no segmento de Renda Fixa foi reduzida em virtude do in-

cremento nos segmentos de Renda Variável, Estruturados e Empréstimos.

Destaca-se o aumento patrimonial em títulos privados, por meio da aquisição de debêntures, CDBs e Letras Financeiras de instituições consideradas como de baixo risco de crédito, além do incremento patrimonial em Fundos de Investimento, que resultaram em maior exposição a risco de crédito, uma vez que estes Fundos têm por objetivo a aquisição de ativos financeiros com o mesmo perfil dos títulos privados.

Devido à mudança de perfil do segmento, que aumentou a alocação em crédito privado, a rentabilidade consolidada da Renda Fixa superou o parâmetro da TMA do Plano Regulamento Geral (INPC + 6,0% a.a.) e obteve desempenho de INPC + 7,06% a.a. (113,31% da TMA).

Renda Variável

Houve incremento de alocação em Renda Variável, com o acompanhamento diário do mercado e realização de movimentações táticas, com o objetivo de aumentar a rentabilidade da carteira dos Planos, em consonância às Políticas de Investimentos.

O investimento do Economus no segmento tem como objetivo superar a variação do IBrX-100, indicador que representa a variação das 100 ações mais negociadas na Bolsa de Valores (B3). Para isso, o Instituto faz uso de diversas estratégias em Renda Variável, alterando o perfil de risco e diversificação de investimentos da carteira, baseado na análise prospectiva da conjuntura econômico-financeira, e sempre respeitando os parâmetros legais e os aprovados pelo Conselho Deliberativo, por meio das Políticas de Investimentos.

Como resultado das estratégias adotadas e do desempenho positivo do segmento em geral, a rentabilidade consolidada da Renda Variável superou o parâmetro da TMA do Plano Regulamento Geral, tendo como desempenho INPC + 20,8% a.a. (284,4% da TMA).

Investimentos Estruturados

A alocação no segmento de Investimentos Estruturados obteve um incremento de R\$ 40,4 milhões. O desempenho do segmento foi influenciado, principalmente, pela valorização do investimento mais expressivo na carteira de Investimentos Estruturados, devido

à oferta pública inicial das ações de empresa de seguros em Bolsa de Valores. O segmento apresentou rentabilidade consolidada de INPC + 24,2% a.a., superando em 326,9% o parâmetro da TMA do Plano Regulamento Geral.

Vale destacar que o incremento da posição do Economus no segmento representa estratégia de longo prazo de aumento da exposição ao risco, observando as projeções econômicas de redução nas taxas de juros e consequente redução dos retornos obtidos em Renda Fixa.

Imóveis

O investimento no segmento de Imóveis, após passar por período de desvalorização dos aluguéis e valor patrimonial dos ativos investidos, nos anos de 2014 a 2016, apresentou estabilidade em 2017, em termos de rentabilidade e evolução patrimonial.

Apesar da estabilização, o segmento apresentou rentabilidade consolidada inferior ao parâmetro da TMA do Plano Regulamento Geral, tendo como desempenho INPC + 1,8% a.a. (47,6% da TMA).

Esse resultado pode ser atribuído, principalmente, a um imóvel novo, que ainda estava desocupado nesse período.

Empréstimos

O incremento patrimonial do segmento é resultado da maior adesão dos participantes e assistidos ao novo produto disponibilizado, com taxas mais competitivas, além da disponibilização do empréstimo para os públicos dos Planos Regulamento Complementar nº 1 e nº 2.

O segmento apresentou rentabilidade consolidada de INPC + 9,1%, o que representa 138,6% da TMA do Plano Regulamento Geral.

Resumo do Demonstrativo dos Investimentos - Previdencial

Nas tabelas comparativas de alocações é apresentada a distribuição dos investimentos por segmento e classe de ativos das carteiras ao final de 2016 e de 2017.

Posição Consolidada Previdencial

Valores em R\$

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO CONSOLIDADA			
	%	30/12/2016	%	29/12/2017
Renda Fixa	86,38%	4.855.335.929,19	84,84%	4.941.732.028,50
Títulos Públicos	60,78%	3.416.727.339,51	53,58%	3.121.022.388,90
Títulos Privados	8,98%	504.596.782,39	11,02%	641.558.257,69
Fundos de Investimento	16,62%	934.011.807,29	20,24%	1.179.151.381,91
Renda Variável	5,12%	287.651.084,64	5,47%	318.632.697,49
Fundos de Ações	5,12%	287.651.084,64	5,47%	318.632.697,49
Investimentos Estruturados	4,47%	251.353.832,98	5,00%	290.951.539,93
FII (Imobiliário)	0,96%	53.763.227,25	0,93%	53.888.824,64
FIP (Participações)	3,51%	197.590.605,73	4,07%	237.062.715,29
Imóveis	1,97%	111.017.983,00	1,91%	111.351.778,00
Imóveis - Aluguéis e Renda	1,97%	111.017.983,00	1,91%	111.351.778,00
Empréstimos	2,06%	115.600.265,59	2,78%	161.827.863,58
Empréstimos a Participantes	2,06%	115.600.265,59	2,78%	161.827.863,58
Total dos Investimentos	100,00%	5.620.959.095,40	100,00%	5.824.495.907,50

Obs.: Não estão considerados os valores dos depósitos judiciais/recursais dos investimentos, aluguéis dos imóveis e outros realizáveis.

II. Regulamento Complementar Nº 1 (Grupo B)

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	Valores em R\$			
	POSIÇÃO CONSOLIDADA			
	%	30/12/2016	%	29/12/2017
Renda Fixa	99,64%	39.051.408,39	87,62%	39.566.472,67
Títulos Públicos	56,41%	22.108.535,35	50,29%	22.711.181,29
Títulos Privados	16,94%	6.640.174,62	12,32%	5.563.306,61
Fundos de Investimento	26,29%	10.302.698,42	25,01%	11.291.984,77
Empréstimos	0,36%	140.617,05	12,38%	5.587.881,63
Empréstimos a Participantes*	0,36%	140.617,05	12,38%	5.587.881,63
Total dos Investimentos	100,00%	39.192.025,44	100,00%	45.154.354,30

*início em outubro/2016

Obs.: Nos recursos registrados em Fundos de Investimento não foram consideradas outras provisões no valor de R\$ 36,9 mil.

III. Regulamento Complementar Nº 2 (Grupo A)

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	Valores em R\$			
	POSIÇÃO CONSOLIDADA			
	%	30/12/2016	%	29/12/2017
Renda Fixa	100,00%	24.416.750,14	88,67%	24.637.423,78
Títulos Públicos	68,75%	16.786.616,37	61,92%	17.205.161,20
Títulos Privados	18,03%	4.403.256,37	11,38%	3.160.571,24
Fundos de Investimento	13,22%	3.226.877,40	15,37%	4.271.691,34
Empréstimos			11,33%	3.148.635,59
Empréstimos a Participantes*			11,33%	3.148.635,59
Total dos Investimentos	100,00%	24.416.750,14	100,00%	27.786.059,37

*início em abril/2017

Obs.: Nos recursos registrados em Fundos de Investimento não foram consideradas outras provisões no valor de R\$ 36,9 mil.

IV. Regulamento Geral (Grupo C)

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	Valores em R\$			
	POSIÇÃO CONSOLIDADA			
	%	30/12/2016	%	29/12/2017
Renda Fixa	83,57%	3.338.386.072,32	81,94%	3.274.086.718,86
Títulos Públicos	78,15%	3.121.969.766,84	70,70%	2.825.036.412,47
Títulos Privados	3,86%	154.266.153,04	5,09%	203.334.663,87
Fundos de Investimento	1,56%	62.150.152,44	6,15%	245.715.642,52
Renda Variável	5,98%	238.641.622,66	6,39%	255.528.208,38
Fundos de Ações	5,98%	238.641.622,66	6,39%	255.528.208,38
Investimentos Estruturados	6,22%	248.578.800,46	7,19%	287.283.040,18
FII (Imobiliário)	1,34%	53.763.227,25	1,35%	53.888.824,64
FIP (Participações)	4,88%	194.815.573,21	5,84%	233.394.215,54
Imóveis	2,78%	111.017.983,00	2,79%	111.351.778,00
Imóveis - Aluguéis e Renda	2,78%	111.017.983,00	2,79%	111.351.778,00
Empréstimos	1,45%	57.954.480,98	1,69%	67.587.296,15
Empréstimos a Participantes	1,45%	57.954.480,98	1,69%	67.587.296,15
Total dos Investimentos	100,00%	3.994.578.959,42	100,00%	3.995.837.041,57

Obs.: Não estão considerados os valores dos depósitos judiciais/recursais dos investimentos, aluguéis dos imóveis e outros realizáveis. Nos recursos registrados em Fundos de Investimento não foram consideradas outras provisões no valor de R\$ 491 mil.

V. PrevMais

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	Valores em R\$			
	POSIÇÃO CONSOLIDADA			
	%	30/12/2016	%	29/12/2017
Renda Fixa	92,67%	1.381.609.876,74	90,84%	1.510.723.043,84
Títulos Públicos	16,71%	249.151.015,32	15,40%	256.069.633,94
Títulos Privados	22,28%	332.191.950,29	25,22%	419.409.780,95
Fundos de Investimento	53,68%	800.266.911,13	50,22%	835.243.628,95
Renda Variável	3,29%	49.009.461,98	3,80%	63.104.489,11
Fundos de Ações	3,29%	49.009.461,98	3,80%	63.104.489,11
Investimentos Estruturados	0,18%	2.775.032,52	0,22%	3.668.499,75
FIP (Participações)	0,18%	2.775.032,52	0,22%	3.668.499,75
Empréstimos	3,86%	57.505.167,56	5,14%	85.504.050,21
Empréstimos a Participantes	3,86%	57.505.167,56	5,14%	85.504.050,21
Total dos Investimentos	100,00%	1.490.899.538,80	100,00%	1.663.000.082,91

Obs.: Não estão considerados os valores dos depósitos judiciais/recursais dos investimentos, aluguéis dos imóveis e outros realizáveis.

VI. Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Valores em R\$

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO CONSOLIDADA			
	%	30/12/2016	%	29/12/2017
Renda Fixa	100,00%	71.871.821,60	100,00%	92.718.369,35
Títulos Públicos	9,34%	6.711.405,63		
Títulos Privados	9,87%	7.095.248,07	10,88%	10.089.935,02
Fundos de Investimentos	80,79%	58.065.167,90	89,12%	82.628.434,33
Total dos Investimentos	100,00%	71.871.821,60	100,00%	92.718.369,35

Obs.: No Total dos Investimentos estão considerados apenas os títulos e valores mobiliários registrados na CVM.

Resumo do Demonstrativo dos Investimentos - Assistencial

I. Posição Consolidada – Assistencial

Valores em R\$

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO CONSOLIDADA			
	%	30/12/2016	%	29/12/2017
Renda Fixa	91,46%	287.596.612,23	89,85%	245.656.761,88
Títulos Públicos	53,50%	168.242.807,66	56,21%	153.690.100,92
Títulos Privados	23,12%	72.691.511,86	16,77%	45.837.631,63
Fundos de Investimento	14,84%	46.662.292,71	16,87%	46.129.029,33
Outros (FIP, FII e FIM)	8,54%	26.839.138,09	10,15%	27.739.135,54
FIP (Participações)	8,54%	26.839.138,09	10,15%	27.739.135,54
Total dos Investimentos	100,00%	314.435.750,32	100,00%	273.395.897,42

II. Fundo – FEAS

Valores em R\$

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO CONSOLIDADA			
	%	30/12/2016	%	29/12/2017
Renda Fixa	90,28%	249.195.002,60	88,19%	207.103.300,74
Títulos Públicos	58,76%	162.181.989,07	62,61%	147.034.599,89
Títulos Privados	26,33%	72.691.511,86	19,52%	45.837.631,63
Fundos de Investimento	5,19%	14.321.501,67	6,06%	14.231.069,22
Outros (FIP, FII e FIM)	9,72%	26.839.138,09	11,81%	27.739.135,54
FIP (Participações)	9,72%	26.839.138,09	11,81%	27.739.135,54
Total dos Investimentos	100,00%	276.034.140,69	100,00%	234.842.436,28

Obs.: No total dos investimentos não estão considerados os depósitos judiciais no valor de R\$ 152,1 milhões. Nos recursos registrados em Fundos de Investimento não foram consideradas outras provisões no valor de R\$ 491 mil.

III. Economus Família

Valores em R\$

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO CONSOLIDADA			
	%	30/12/2016	%	29/12/2017
Renda Fixa	100,00%	16.240.542,15	100,00%	12.660.549,98
Títulos Públicos	37,32%	6.060.818,59	52,57%	6.655.501,03
Fundos de Investimento	62,68%	10.179.723,56	47,43%	6.005.048,95
Total dos Investimentos	100,00%	16.240.542,15	100,00%	12.660.549,98

IV. Administrativo Assistencial / EcoSaúde / PAMC

Valores em R\$

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS	POSIÇÃO CONSOLIDADA			
	%	30/12/2016	%	29/12/2017
Renda Fixa	100,00%	22.161.067,48	100,00%	25.892.911,16
Fundos de Investimento	100,00%	22.161.067,48	100,00%	25.892.911,16
Total dos Investimentos	100,00%	22.161.067,48	100,00%	25.892.911,16

Resultado dos Investimentos

Os resultados demonstrados foram apurados utilizando a metodologia da Taxa Interna de Retorno (TIR) e devem ser comparados aos indicadores de desempenho estabelecidos nas respectivas Políticas de Investimentos dos Planos e Programas, os quais podem ser identificados nas tabelas a seguir:

I. Consolidado

RENTABILIDADE		INDICADORES	
Renda Fixa	9,28%	Selic	9,97%
Renda Variável	23,29%	CDI	9,95%
Investimentos Estruturados	26,78%	IMA-B	12,79%
Imóveis	3,90%	IGPM	-0,52%
Empréstimos	11,35%	IPCA	2,95%
		INPC	2,07%
		IBrX	27,54%
Total	10,69%	Ibovespa	26,86%
		MSCI World (em R\$)	21,92%

II. Regulamento Complementar Nº 1 (Grupo B)

SEGMENTO	RESULTADO	INPC + 5,00% a.a.*
Renda Fixa	8,98%	7,27%
Empréstimos*	8,88%	
Total	8,93%	

* TMA = INPC + 5,38% até março/2017

III. Regulamento Complementar Nº 2 (Grupo A)

SEGMENTO	RESULTADO	INPC + 5,00% a.a.*
Renda Fixa	8,21%	7,30%
Empréstimos**	4,19%	
Total	8,19%	

* TMA = INPC + 5,52% até março/2017 ** Rentabilidade apurada a partir de junho/2017

IV. Regulamento Geral (Grupo C)

SEGMENTO	RESULTADO	INPC + 6,00% a.a.
Renda Fixa	8,80%	8,19%
Renda Variável	22,88%	
Investimentos Estruturados	29,18%	
Imóveis	3,90%	
Empréstimos	9,70%	
Total	10,90%	

V. PrevMais

SEGMENTO	RESULTADO	74% (CDI) + 3% IBrX + 23% (INPC + 5,00% a.a.)
Renda Fixa	10,29%	9,84%
Renda Variável	25,09%	
Investimentos Estruturados	4,62%	
Empréstimos	12,97%	
Total	10,90%	

a. PrevMais - Renda Programada

O PrevMais Renda Programada possui quatro diferentes perfis de investimento:

- Perfil Conservador: composto por ativos de renda fixa e empréstimos (100%). Essa classe de investimento é destinada aos participantes com tolerância a risco relativamente baixa e é recomendada àqueles com pouco tempo para requerer a aposentadoria no PrevMais.
- Perfil Moderado: composto por ativos de renda fixa e empréstimos (85%) e renda variável (15%). É destinado aos participantes com alguma tolerância ao risco e visão de médio e longo prazo.
- Perfil Agressivo: composto por ativos do segmento de renda fixa e empréstimos (70%) e renda variável (30%). Esse perfil é

destinado aos participantes que ainda possuem algum tempo para requerer a aposentaria e aceitam maior volatilidade em seus investimentos, dispostos a correr riscos maiores em busca de retornos mais elevados no longo prazo.

- Perfil Super Agressivo: composto por ativos de renda fixa e empréstimos (55%) e renda variável (45%). É destinado aos participantes que possuem acentuada tolerância ao risco, a fim de buscar retornos mais elevados no longo prazo. Esse perfil é mais adequado para os participantes que estejam iniciando suas carreiras profissionais e tenham vários anos para requerer a aposentadoria no plano.

O quadro a seguir apresenta os resultados dos Perfis de Investimentos do Plano PrevMais no ano de 2017 e seus respectivos *benchmarks*:

PERFIL	RESULTADO	BENCHMARK
Conservador ¹	10,60%	9,95%
Moderado ²	12,63%	12,67%
Agressivo ³	14,78%	15,37%
Super Agressivo ⁴	16,87%	18,05%

¹ Parâmetro de comparação composto = 100% do CDI

² Parâmetro de comparação composto = 85% do CDI e 15% do IBrX

³ Parâmetro de comparação composto = 70% do CDI e 30% do IBrX

⁴ Parâmetro de comparação composto = 55% do CDI e 45% do IBrX

b. PrevMais - Benefício de Risco

SEGMENTO	RESULTADO	INPC + 5,00% a.a.
Renda Fixa	9,22%	7,17%
Renda Variável	25,85%	
Investimentos Estruturados	4,62%	
Total	9,75%	

VI. PGA

SEGMENTO	RESULTADO	CDI
Renda Fixa	10,48%	9,95%
Total	10,48%	

VII. FUNDO – FEAS

SEGMENTO	RESULTADO	INPC + 5,50% a.a.
Renda Fixa	10,13%	7,68%
Outros (FIP, FII e FIM)	7,67%	
Total	9,93%	

VIII. ECONOMUS FAMÍLIA E ADMINISTRATIVO ASSISTENCIAL

SEGMENTO	RESULTADO	CDI
Renda Fixa -Economus Família	10,27%	9,95%
Total	10,27%	
Renda Fixa - Adm. Assistencial/ Eco Saúde/ PAMC	10,42%	
Total	10,42%	

Enquadramento dos Investimentos

Para avaliar a aderência das aplicações financeiras dos Planos de Benefícios, PGA e FEAS, realizadas ao longo de 2017, às regras estabelecidas nas Políticas de Investimentos e na Resolução do CMN 3.792/2009, o Economus utiliza os trabalhos de Consultoria de Investimentos contratada, que apresenta mensalmente relatórios sobre o enquadramento

dos investimentos. As tabelas a seguir mostram que os investimentos dos planos sob a administração do Instituto estão em consonância com os limites atribuídos, tanto pela Política de Investimentos vigente à época, quanto pelos limites estabelecidos pela referida Resolução.

I. Regulamento Complementar N° 1 (Grupo B)

SEGMENTO	PATRIMÔNIO R\$ / (MILHÃO)	ALOCÇÃO ATUAL	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	39,6	87,62%	85,0%	75,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável			0,0%	0,0%	10,0%	70,0%
Empréstimos	5,6	12,38%	15,0%	0,0%	15,0%	15,0%
Total Geral	45,2	100,0%				

II. Regulamento Complementar Nº 2 (Grupo A)

SEGMENTO	PATRIMÔNIO R\$ / (MILHÃO)	ALOCAÇÃO ATUAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	24,6	88,67%	88,0%	88,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável			0,0%	0,0%	10,0%	70,0%
Empréstimos	3,1	11,33%	12,0%	0,0%	15,0%	15,0%
Total Geral	27,8	100,0%				

III. Regulamento Geral (Grupo C)

SEGMENTO	PATRIMÔNIO R\$ / (MILHÃO)	ALOCAÇÃO ATUAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	3.274,1	81,94%	83,9%	53,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	255,5	6,39%	6,1%	0,0%	20,0%	70,0%
Estruturado	287,3	7,19%	4,9%	0,0%	15,0%	20,0%
Exterior			0,0%	0,0%	2,0%	10,0%
Imóveis	111,4	2,79%	3,1%	0,0%	5,0%	8,0%
Empréstimos	67,6	1,69%	2,0%	0,0%	5,0%	15,0%
Total Geral	3.995,8	100,0%				

IV. PrevMais

SEGMENTO	PATRIMÔNIO R\$ / (MILHÃO)	ALOCAÇÃO ATUAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	1.510,7	90,84%	89,90%	44,00%	100,0%	100,0%
Renda Variável	63,1	3,80%	3,40%	0,00%	36,00%	70,0%
Empréstimos	85,5	5,14%	5,30%	0,00%	15,00%	15,00%
Estruturado	3,7	0,22%	1,40%	0,00%	6,00%	20,00%
Total Geral	1.663,0	100,0%				

V. PGA

SEGMENTO	PATRIMÔNIO R\$ / (MILHÃO)	ALOCAÇÃO ATUAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	92,7	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Total Geral	92,7	100,0%				

VI. Fundo (FEAS)

SEGMENTO	PATRIMÔNIO R\$ / (MILHÃO)	ALOCAÇÃO ATUAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	207,1	88,19%	93,80%	75,00%	100,0%	100,0%
Renda Variável			0,00%	0,00%	10,00%	70,00%
Outros (FIP, FII e FIM)	27,7	11,81%	6,20%	0,00%	15,00%	20,00%
Total Geral	234,8	100,00%				

VII. Economus Família

SEGMENTO	PATRIMÔNIO R\$ / (MILHÃO)	ALOCAÇÃO ATUAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	12,7	100,00%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Total Geral	12,7	100,0%				

VIII. Administrativo Assistencial / EcoSaúde / PAMC

SEGMENTO	PATRIMÔNIO R\$ / (MILHÃO)	ALOCAÇÃO ATUAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	25,9	100,00%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Total Geral	25,9	100,0%				

Investimentos com Gestão Própria e Terceirizada

A apresentação dos investimentos neste item está segregada entre:

- **Gestão Própria** - carteira gerida pelo Economus, que envolve Títulos Públicos Federais, Títulos Privados, Imóveis e Empréstimos;
- **Gestão Terceirizada** - gestores contratados para Fundos de Investimento em Renda Fixa, Renda Variável e Estruturados.

O Economus busca minimizar os riscos de concentração e operacional

por meio de uma política de diversificação, utilizando modelo desenvolvido internamente.

Nos gráficos a seguir é apresentado o montante de recursos, utilizando o critério de segregação mencionado. A composição detalhada dos investimentos pode ser verificada nos anexos deste documento.

I. Regulamento Complementar N° 1 (Grupo B)



Investimentos de Gestão Terceirizada (Em Milhões)

BB Gestão de Recursos	60,91%	R\$ 6,9
BRAM - Bradesco Asset Management	16,70%	R\$ 1,9
Votorantim Asset Management	16,45%	R\$ 1,9
BRZ Investimentos	3,92%	R\$ 0,4
Vinci Capital Gestora de Recursos	1,20%	R\$ 0,1
Caixa Econômica Federal	0,49%	R\$ 0,1
BTG Pactual Asset Management	0,33%	R\$ 0,0

Obs.: O montante dos fundos de investimento em cotas Eco Cash, sob gestão da BB Gestão de Recursos, foi alocado de forma segregada, junto aos gestores dos fundos que compõem as respectivas carteiras.

II. Regulamento Complementar Nº 2 (Grupo A)

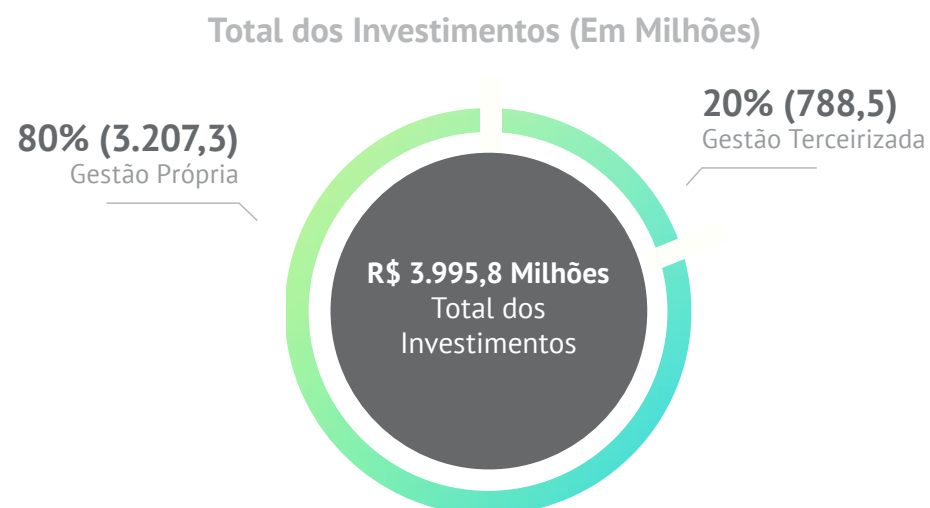


Investimentos de Gestão Terceirizada (Em Milhões)

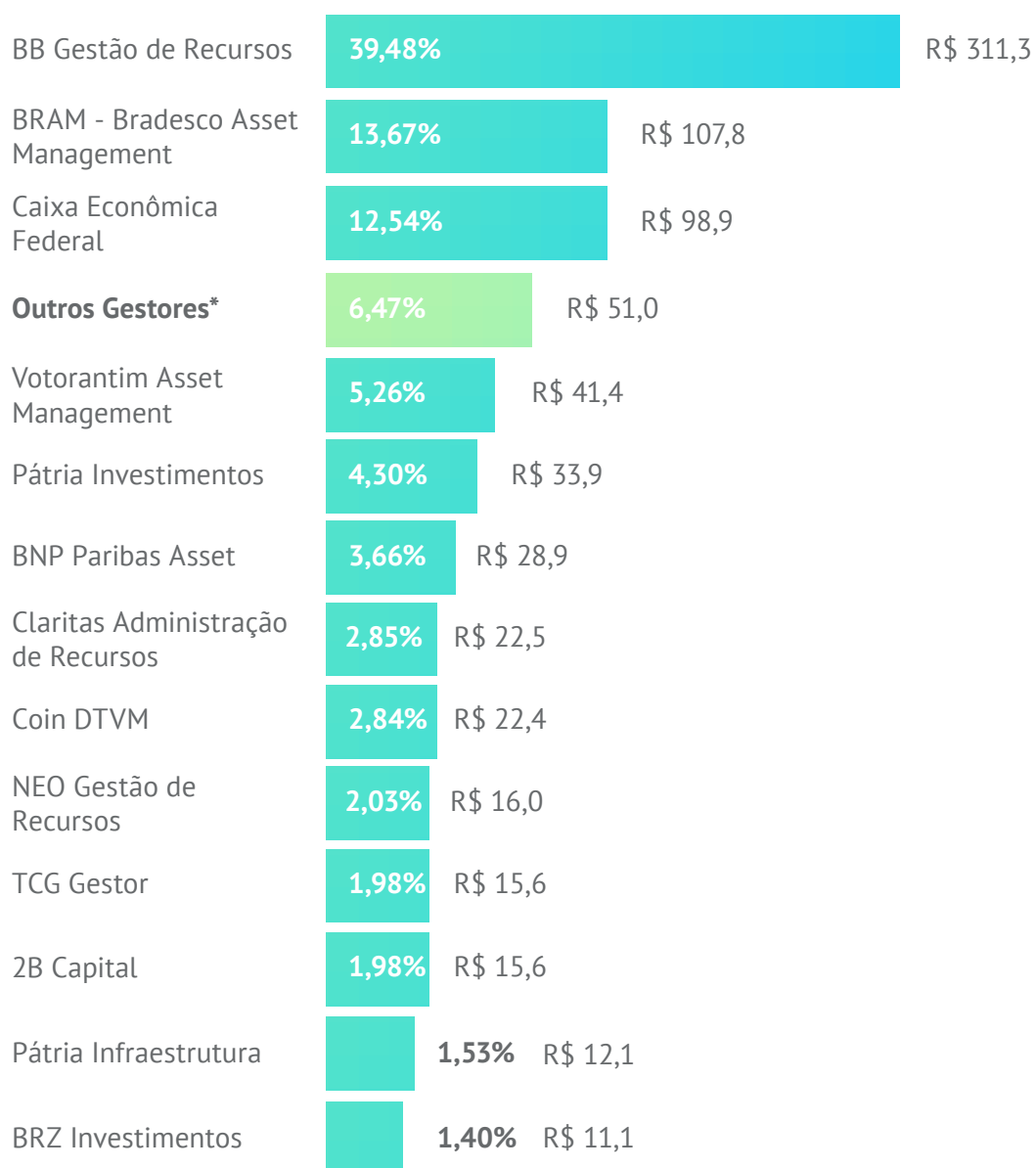
BB Gestão de Recursos	53,71%	R\$ 2,3
BRAM - Bradesco Asset Management	14,73%	R\$ 0,6
Votorantin Asset Management	14,50%	R\$ 0,6
BRZ Investimentos	12,59%	R\$ 0,5
Vinci Capital Gestora de Recursos	3,18%	R\$ 0,1
BTG Pactual Asset Management	0,86%	R\$ 0,0
Caixa Econômica Federal	0,43%	R\$ 0,0

Obs.: O montante dos fundos de investimento em cotas Eco Cash, sob gestão da BB Gestão de Recursos, foi alocado de forma segregada, junto aos gestores dos fundos que compõem as respectivas carteiras.

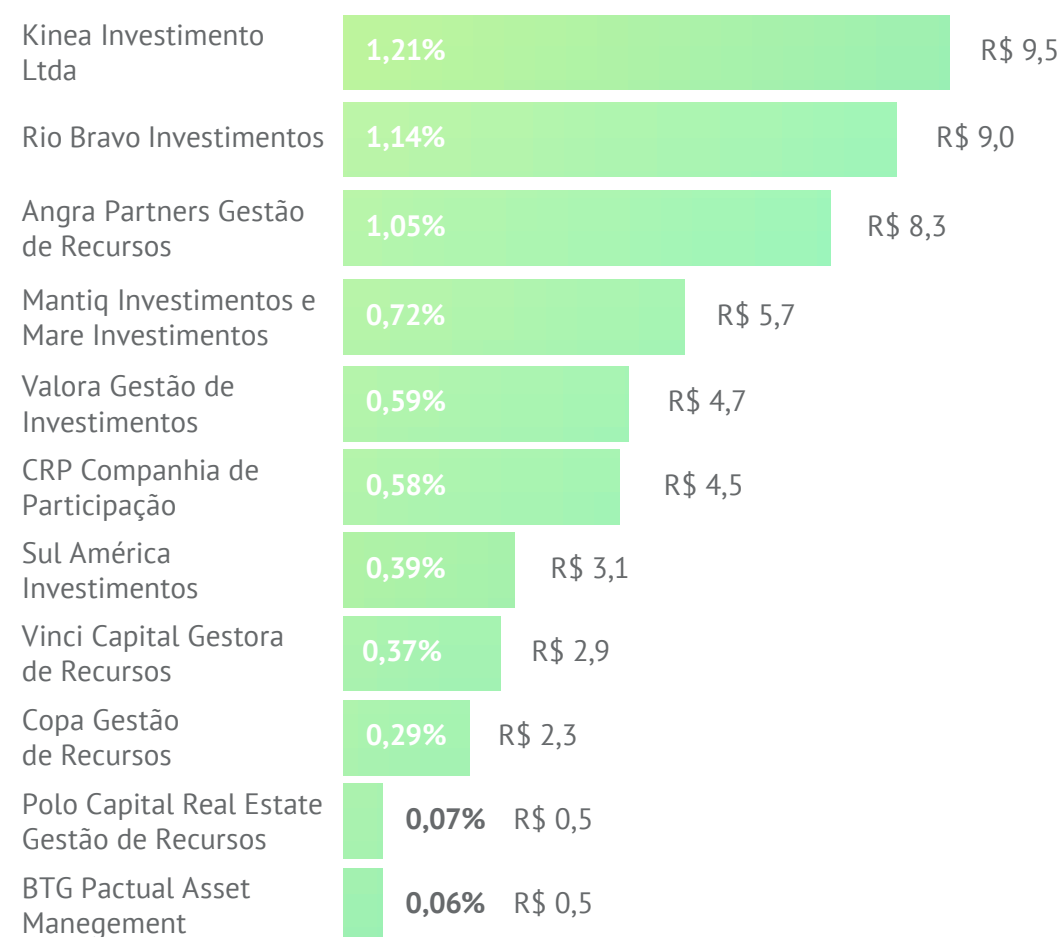
III. Regulamento Geral (Grupo C)



Investimentos de Gestão Terceirizada (Em Milhões)



*Outros Gestores



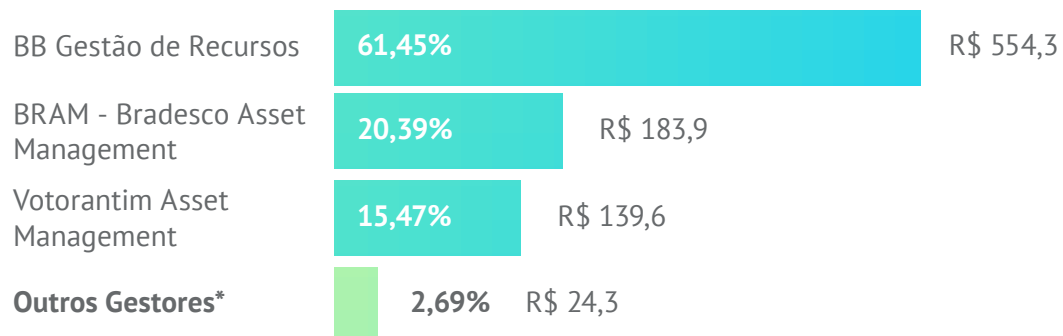
Obs.: O montante dos fundos de investimento em cotas Eco Cash e Eco Stocks, sob gestão da BB Gestão de Recursos, foi alocado de forma segregada, junto aos gestores dos fundos que compõem as respectivas carteiras.

IV. PrevMais

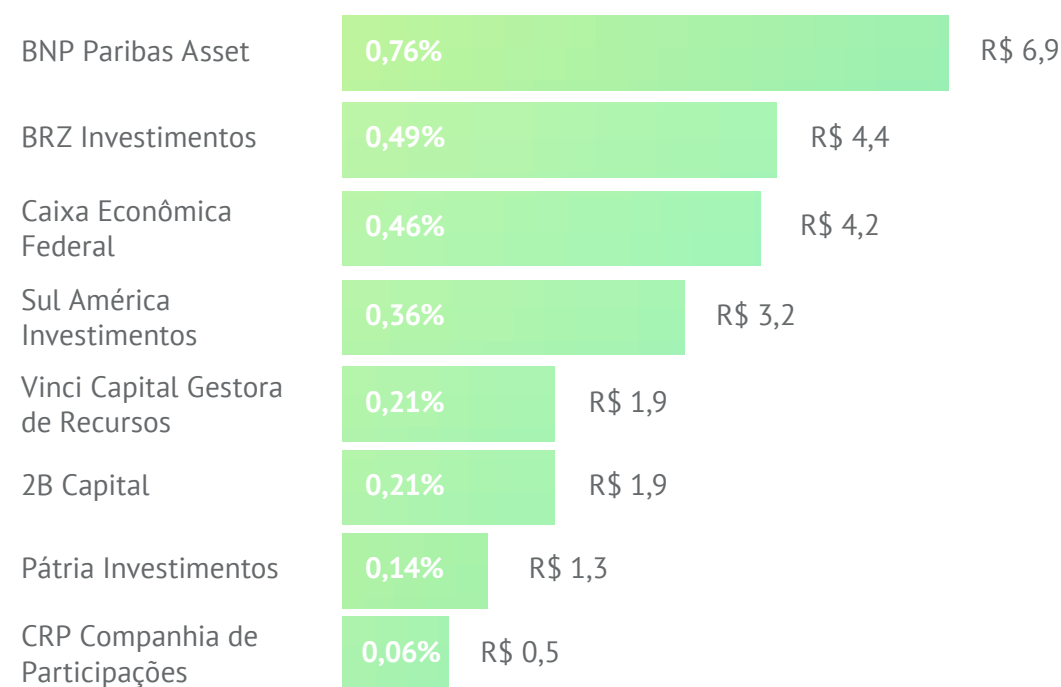
Total dos Investimentos (Em Milhões)



Investimentos de Gestão Terceirizada (Em Milhões)



*Outros Gestores



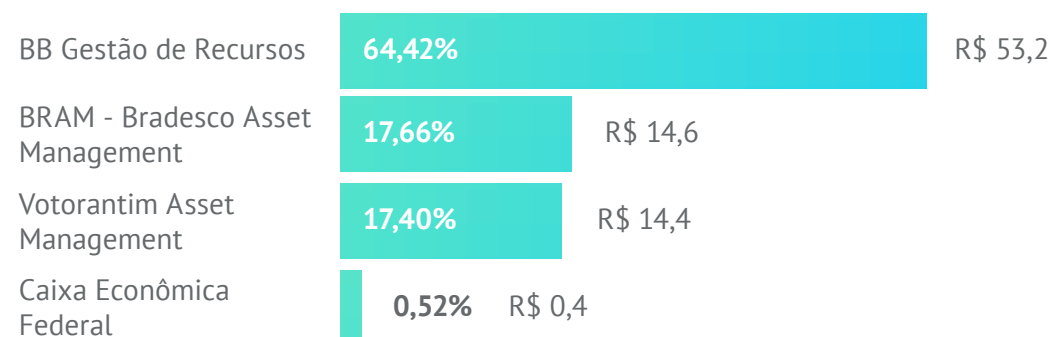
Obs.: O montante dos fundos de investimento em cotas Eco Cash e Eco Stocks, sob gestão da BB Gestão de Recursos, foi alocado de forma segregada, junto aos gestores dos fundos que compõem as respectivas carteiras.

V. PGA

Total dos Investimentos (Em Milhões)



Investimentos de Gestão Terceirizada (Em Milhões)



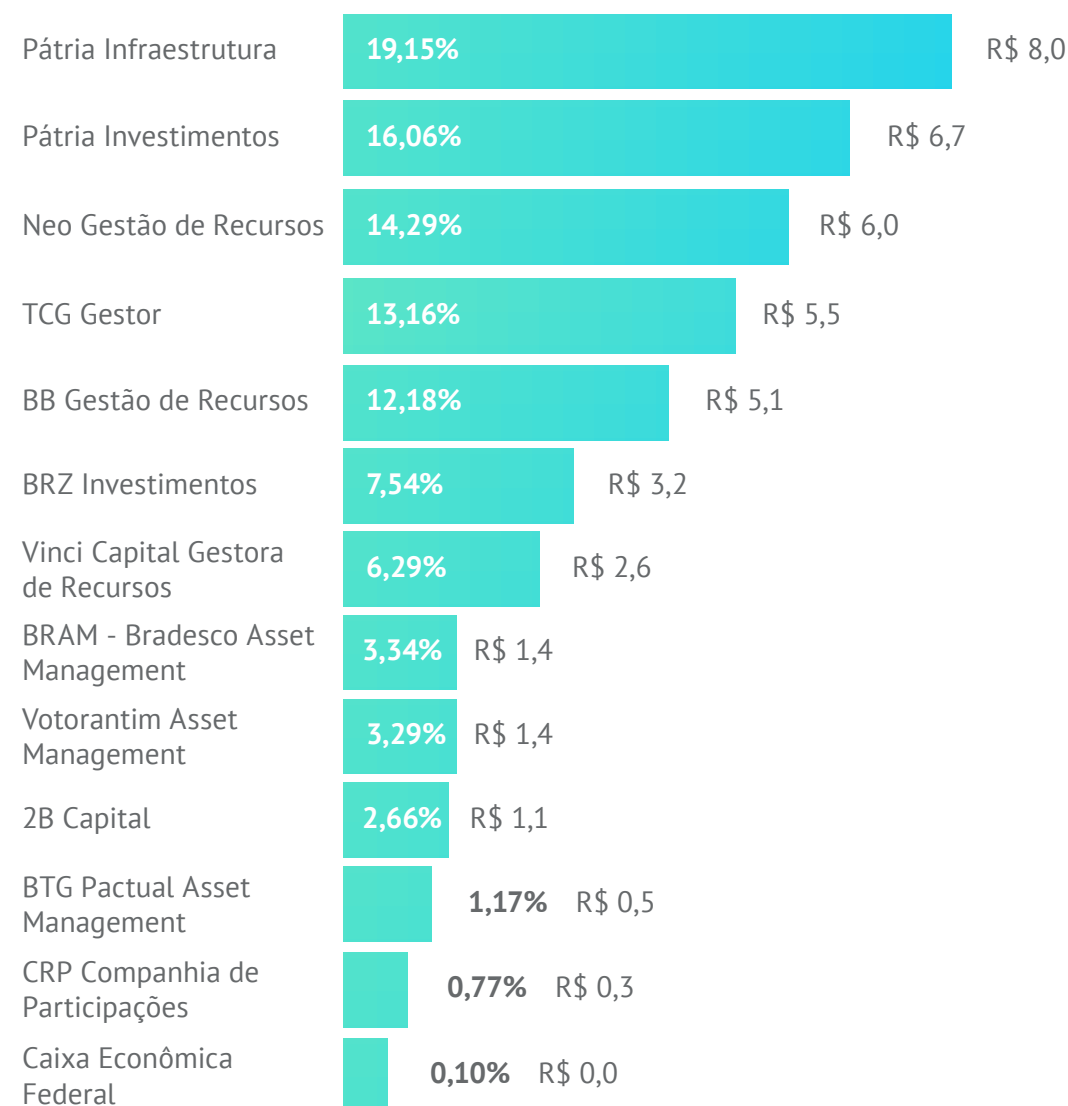
Obs.: O montante dos fundos de investimento em cotas Eco Cash, sob gestão da BB Gestão de Recursos, foi alocado de forma segregada, junto aos gestores dos fundos que compõem as respectivas carteiras.

VI. Fundo - FEAS

Total dos Investimentos (Em Milhões)



Investimentos de Gestão Terceirizada (Em Milhões)

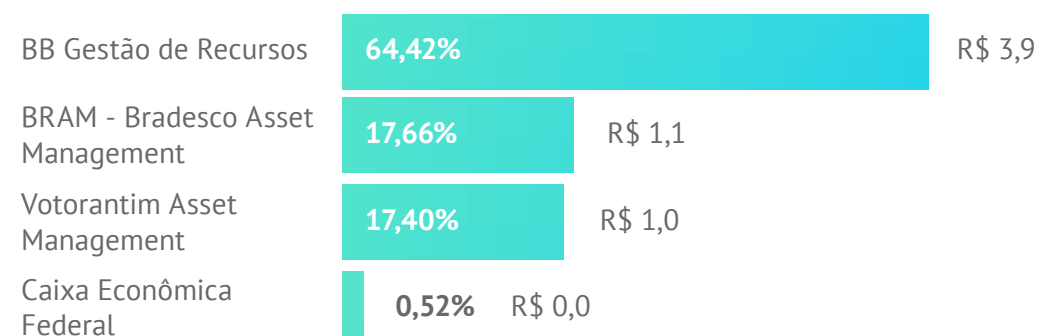


Obs.: O montante dos fundos de investimento em cotas Eco Cash, sob gestão da BB Gestão de Recursos, foi alocado de forma segregada, junto aos gestores dos fundos que compõem as respectivas carteiras.

VII. Economus Família



Investimentos de Gestão Terceirizada (Em Milhões)

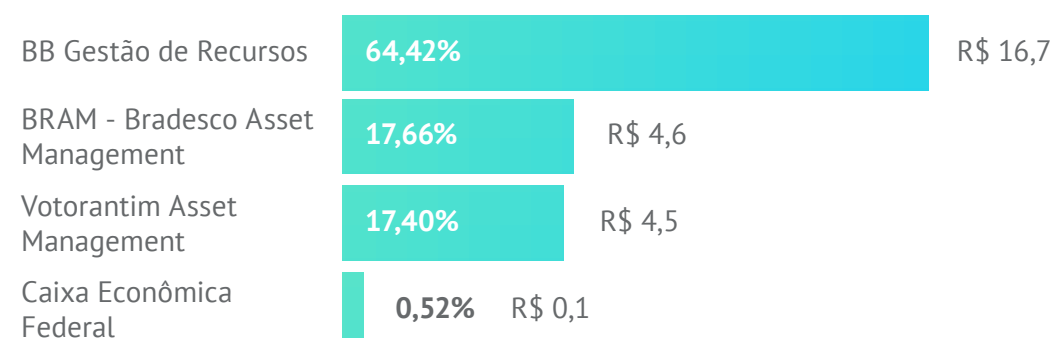


Obs.: O montante dos fundos de investimento em cotas Eco Cash, sob gestão da BB Gestão de Recursos, foi alocado de forma segregada, junto aos gestores dos fundos que compõem as respectivas carteiras.

VIII. Administrativo Assistencial/Eco Saúde/PAMC



Investimentos de Gestão Terceirizada (Em Milhões)



Obs.: O montante dos fundos de investimento em cotas Eco Cash, sob gestão da BB Gestão de Recursos, foi alocado de forma segregada, junto aos gestores dos fundos que compõem as respectivas carteiras.

Custos com a Administração dos Recursos – Gestão Própria e Terceirizada

O conceito adotado para o cálculo e a distribuição das despesas da Gestão Própria e Gestão Terceirizada foi o de “Rateio dos Custos por Regime de Caixa”, que leva em consideração a participação de cada plano na despesa total diante de seu patrimônio, preservando a consistência dessa equação ao longo do tempo.

O mapeamento mencionado está demonstrado de forma gerencial e sintética e identifica o total dos valores efetivamente pagos ao longo de 2017 aos prestadores de serviços contratados, por plano e programas administrados pelo Economus.

Os serviços contratados visam oferecer maior segurança aos ativos financeiros e são instrumentos fundamentais para uma boa administração, pois proporcionam a mensuração dos riscos aos quais as aplicações estão expostas, possibilitando a construção de estratégias mais seguras e consistentes, por intermédio de investimentos

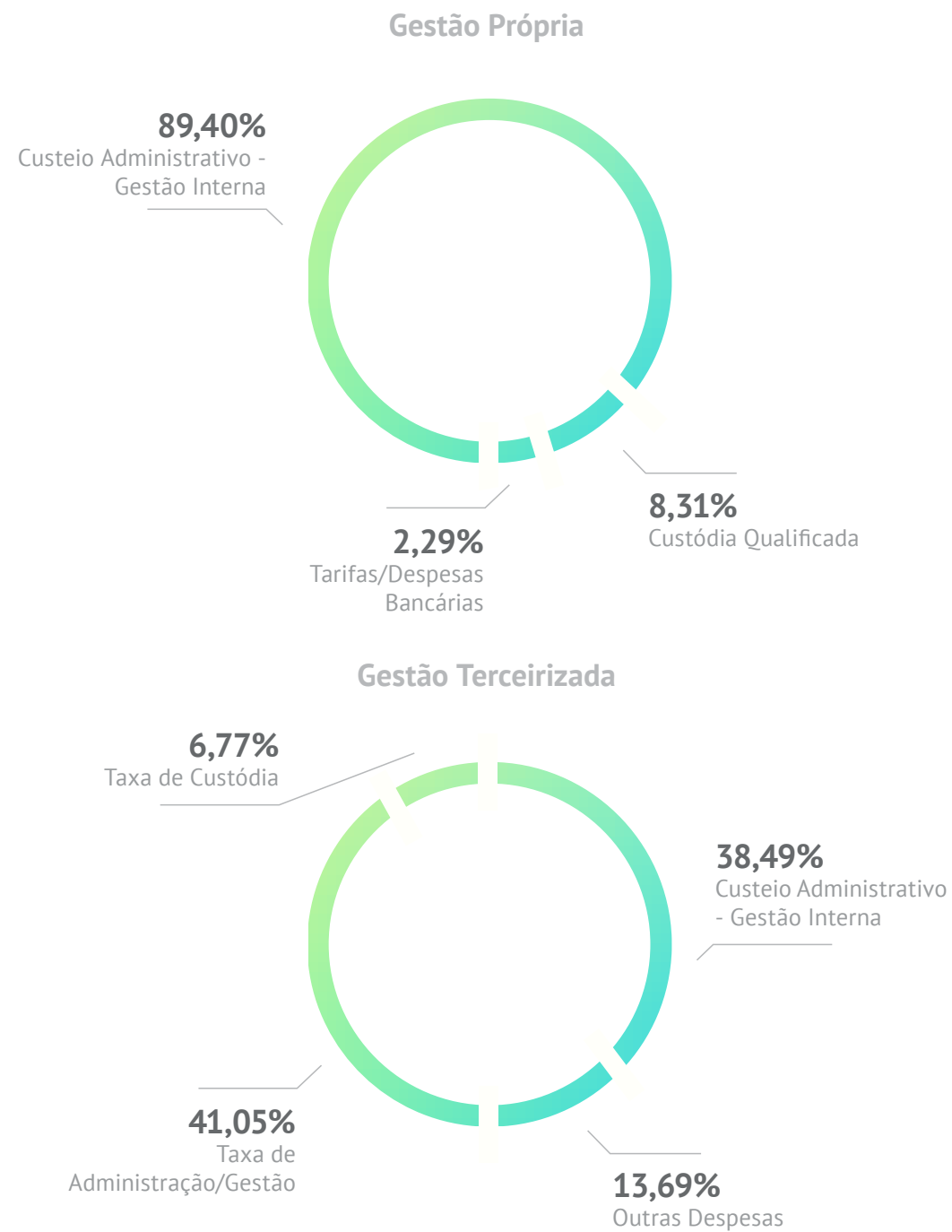
com características de longo prazo e baixa volatilidade.

Vale ressaltar que, na gestão terceirizada, as cotas dos fundos de investimento são divulgadas líquidas de quaisquer custos e/ou encargos financeiros. Portanto, não há desembolso físico de recursos, já que são quitadas por meio da diminuição de rentabilidade desses veículos.

Desse modo, o mapeamento a seguir reflete as despesas incorridas somente com a gestão de recursos no período citado. Porém, esses custos podem oscilar no decorrer do ano, em virtude, por exemplo, das despesas administrativas como: taxa de custódia, consultorias, cartórios e outros. Essas movimentações são objeto de permanente monitoramento, visando analisar a sua coerência e benefício para o portfólio.

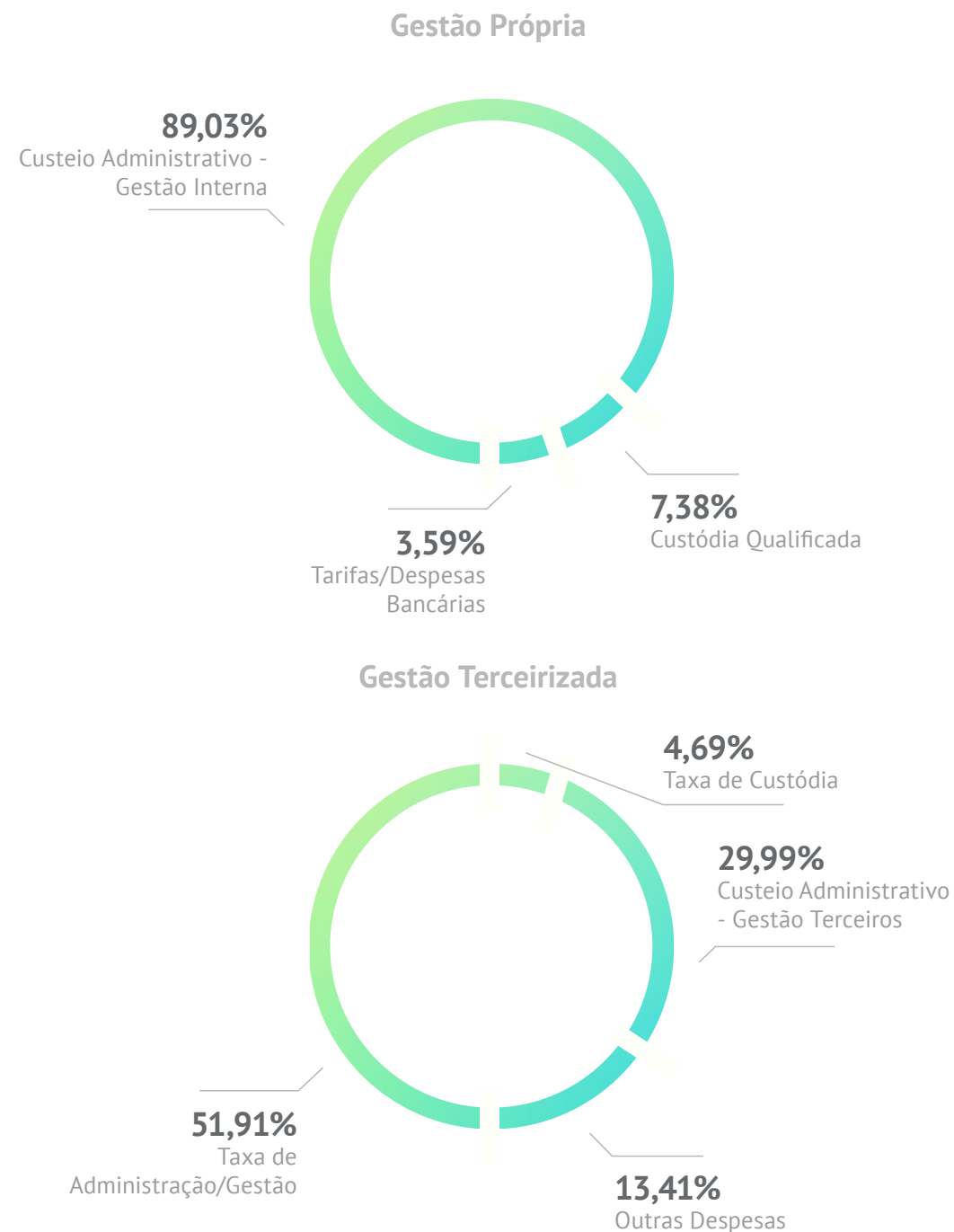
I. Regulamento Complementar Nº 1 (Grupo B)

REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº1		R\$
Gestão Direta		
Custeio Administrativo - Gestão Interna		38.811,12
Custódia Qualificada		3.608,63
Tarifas/Despesas Bancárias		994,32
Total dos Custos com Investimentos		43.414,07
Gestão Indireta		
Taxa de Administração/Gestão		16.053,57
Taxa de Custódia		2.647,89
Custeio Administrativo - Gestão Terceiros		15.051,61
Outras Despesas		5.354,13
Total dos Custos com Investimentos		39.107,20



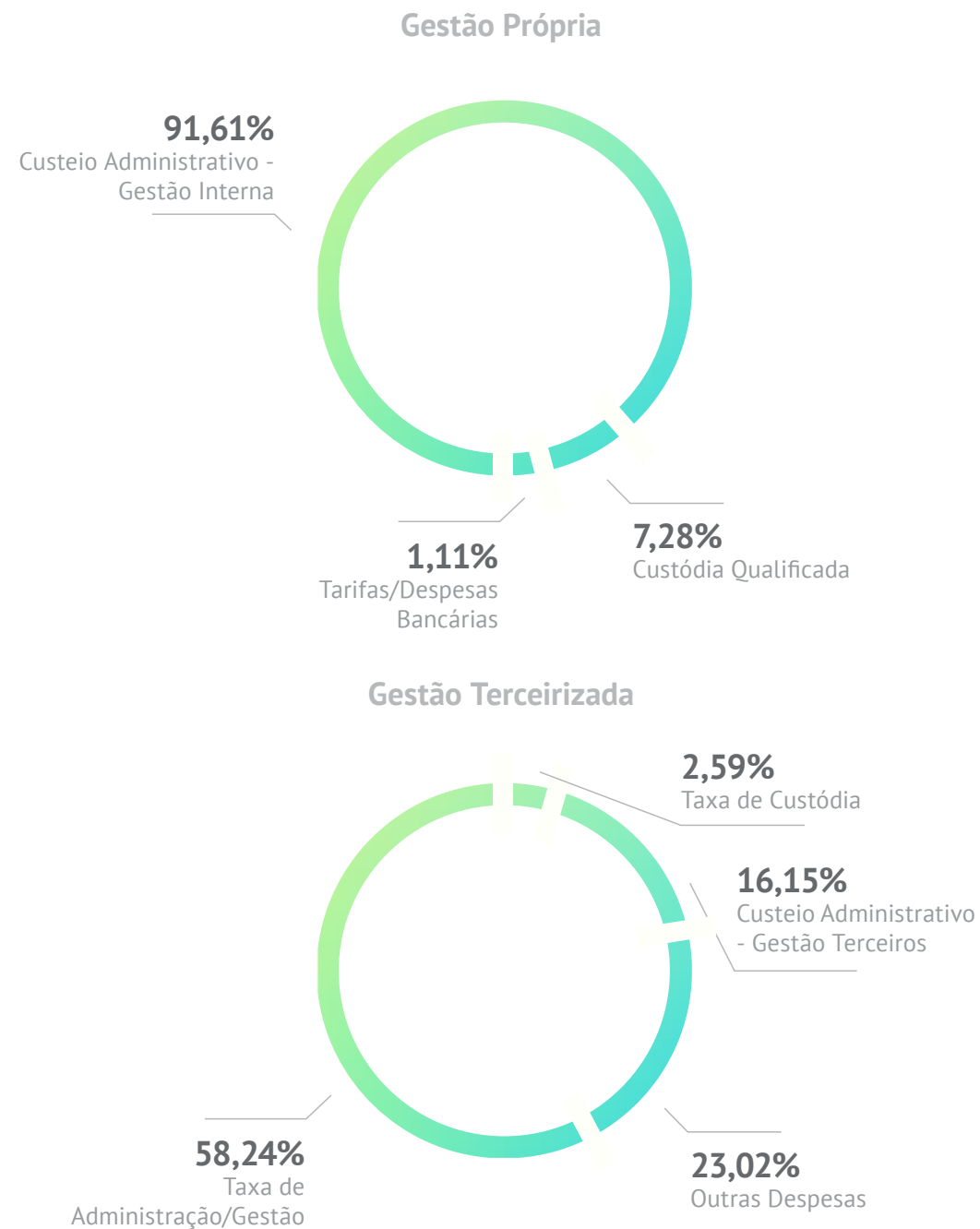
II. Regulamento Complementar Nº 2 (Grupo A)

REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 2 (GRUPO A)		R\$
Gestão Direta		
Custeio Administrativo - Gestão Interna		27.444,21
Custódia Qualificada		2.274,31
Tarifas/Despesas Bancárias		1.106,89
Total dos Custos com Investimentos		30.825,41
Gestão Indireta		
Taxa de Administração/Gestão		9.606,09
Taxa de Custódia		867,74
Custeio Administrativo - Gestão Terceiros		5.548,96
Outras Despesas		2.482,48
Total dos Custos com Investimentos		18.505,27



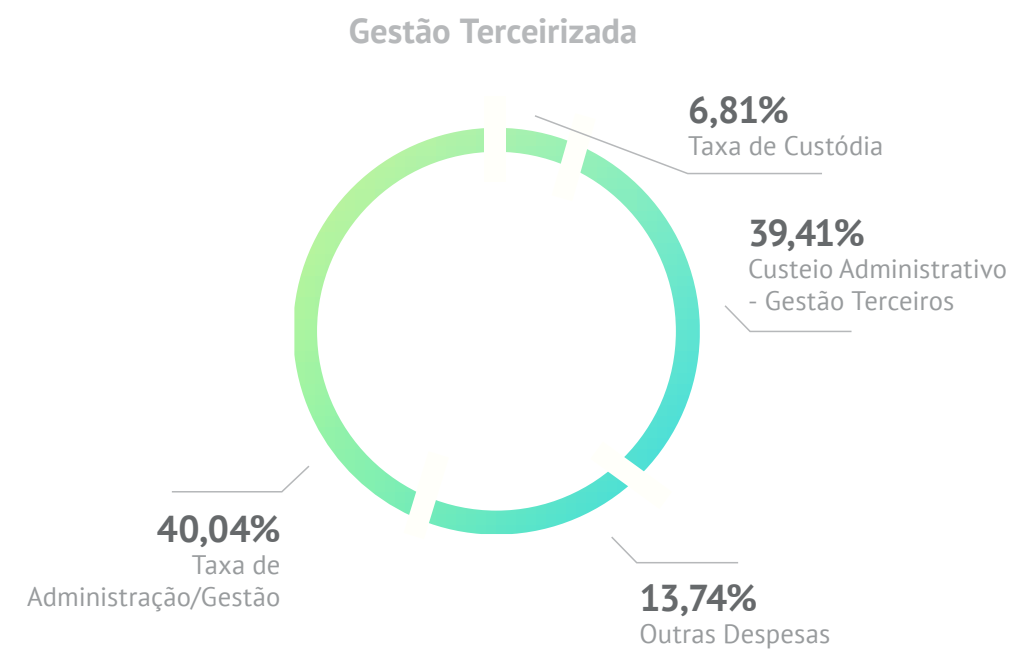
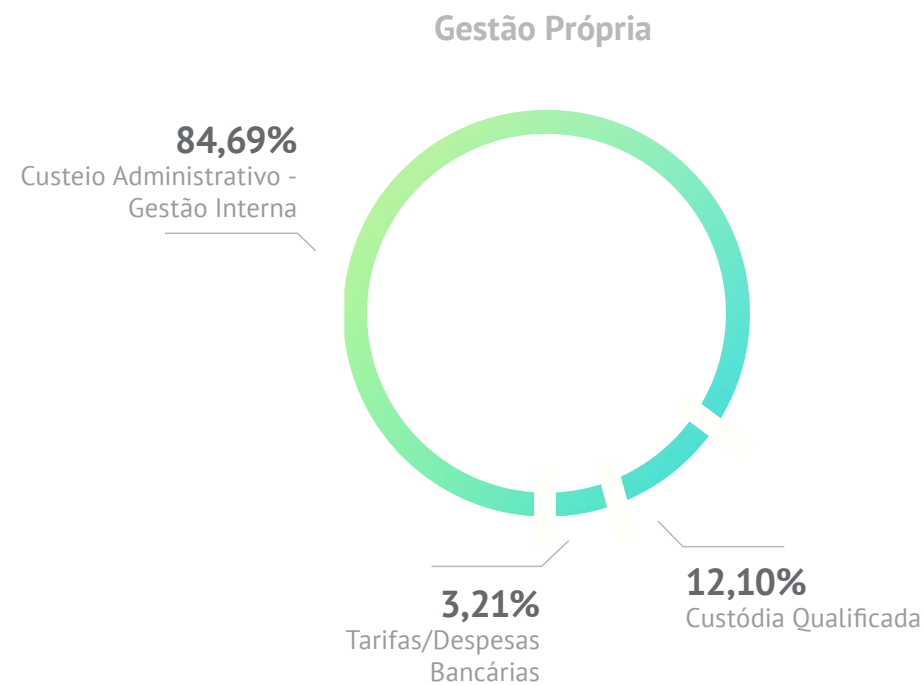
III. Regulamento Geral (Grupo C)

REGULAMENTO GERAL (GRUPO C)		R\$
Gestão Direta		
Custeio Administrativo - Gestão Interna		4.421.779,96
Custódia Qualificada		351.424,44
Tarifas/Despesas Bancárias		53.803,43
Total dos Custos com Investimentos		4.827.007,83
Gestão Indireta		
Taxa de Administração/Gestão		4.165.608,72
Taxa de Custódia		185.406,13
Custeio Administrativo - Gestão Terceiros		1.154.786,11
Outras Despesas		1.646.845,02
Total dos Custos com Investimentos		7.152.647,16



IV. PrevMais

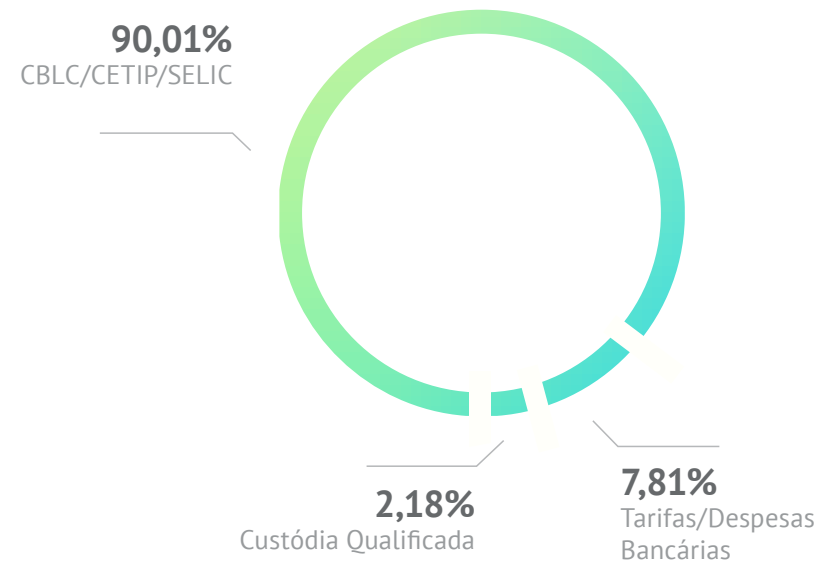
PrevMais	R\$
Gestão Direta	
Custeio Administrativo - Gestão Interna	900.926,18
Custódia Qualificada	128.747,01
Tarifas/Despesas Bancárias	34.140,20
Total dos Custos com Investimentos	1.063.813,39
Gestão Indireta	
Taxa de Administração/Gestão	1.148.863,46
Taxa de Custódia	195.285,23
Custeio Administrativo - Gestão Terceiros	1.130.937,60
Outras Despesas	394.158,39
Total dos Custos com Investimentos	2.869.244,97



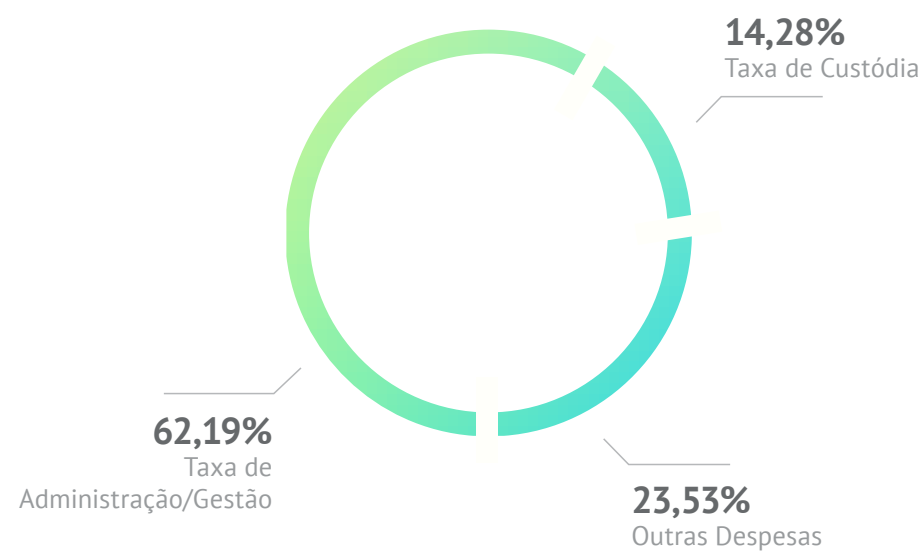
V. PGA

PGA	R\$
Gestão Direta	
Custódia Qualificada	6.483,85
CBLC/CETIP/SELIC	267.204,88
Tarifas/Despesas Bancárias	23.185,91
Total dos Custos com Investimentos	296.874,64
Gestão Indireta	
Taxa de Administração/Gestão	70.511,48
Taxa de Custódia	16.184,11
Outras Despesas	26.676,65
Total dos Custos com Investimentos	113.372,25

Gestão Própria

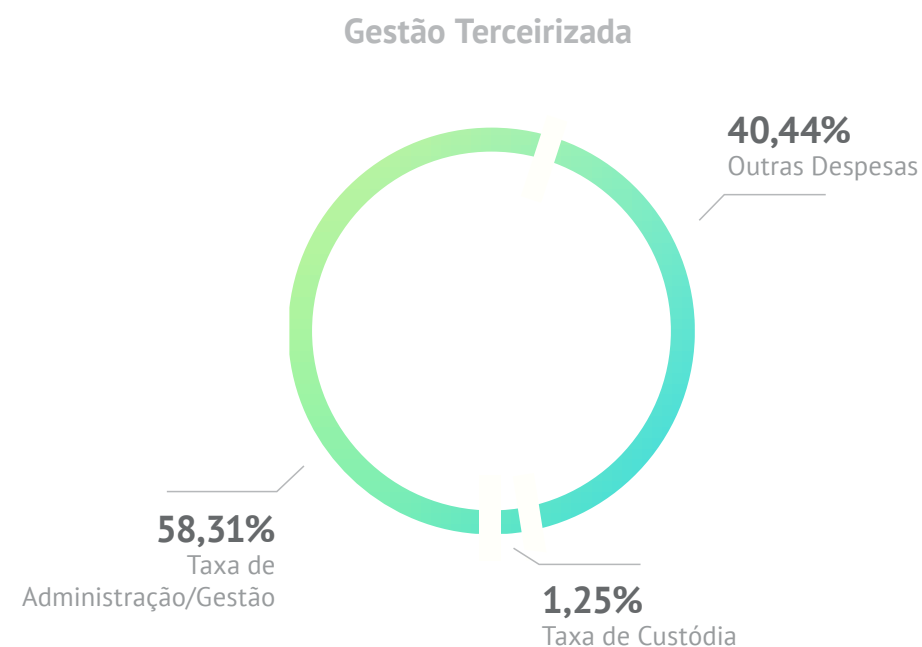
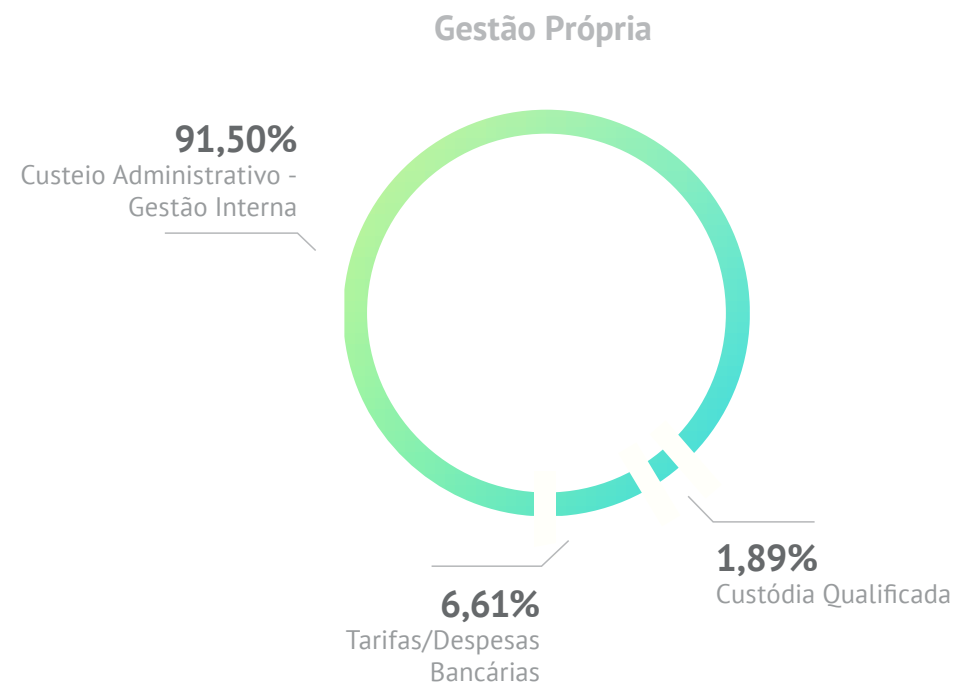


Gestão Terceirizada



VI. Fundo FEAS

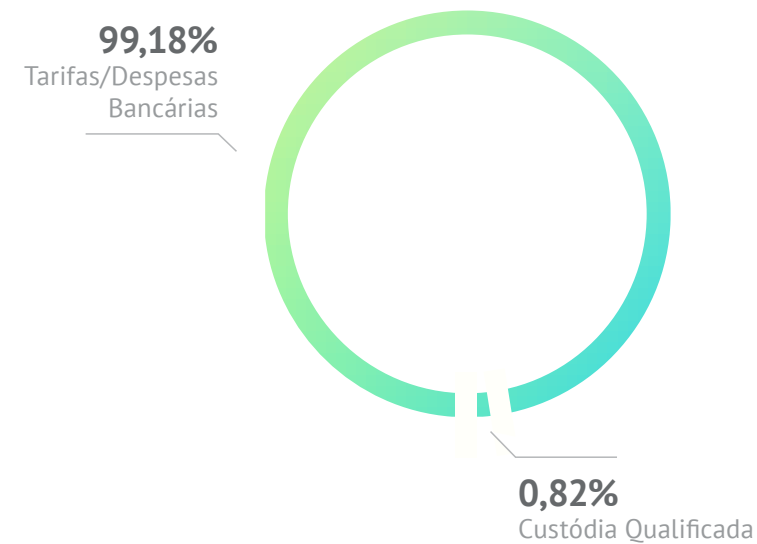
FUNDO FEAS		R\$
Gestão Direta		
Custeio Administrativo - Gestão Interna		1.192.751,08
Custódia Qualificada		24.638,52
Tarifas/Despesas Bancárias		86.230,03
Total dos Custos com Investimentos		1.303.619,63
Gestão Indireta		
Taxa de Administração/Gestão		425.723,83
Taxa de Custódia		9.108,60
Outras Despesas		295.270,67
Total dos Custos com Investimentos		730.103,10



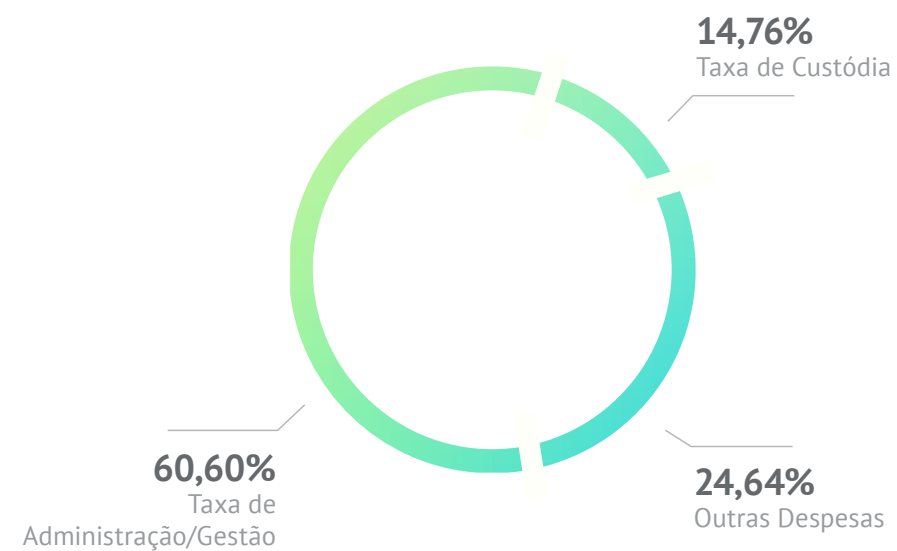
VII. Economus Família

ECONOMUS FAMÍLIA		R\$
Gestão Direta		
Custódia Qualificada		1.425,16
Tarifas/Despesas Bancárias		171.395,08
Total dos Custos com Investimentos		172.820,24
Gestão Indireta		
Taxa de Administração/Gestão		8.412,85
Taxa de Custódia		2.049,45
Outras Despesas		3.419,67
Total dos Custos com Investimentos		13.881,96

Gestão Própria



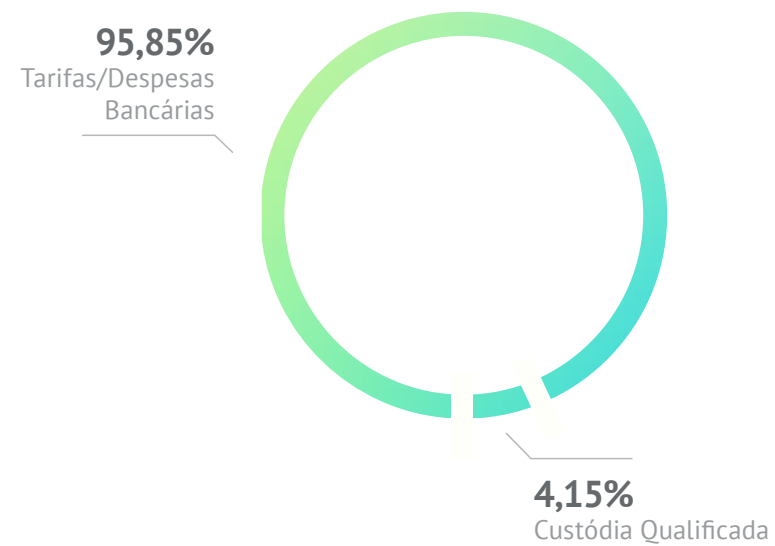
Gestão Terceirizada



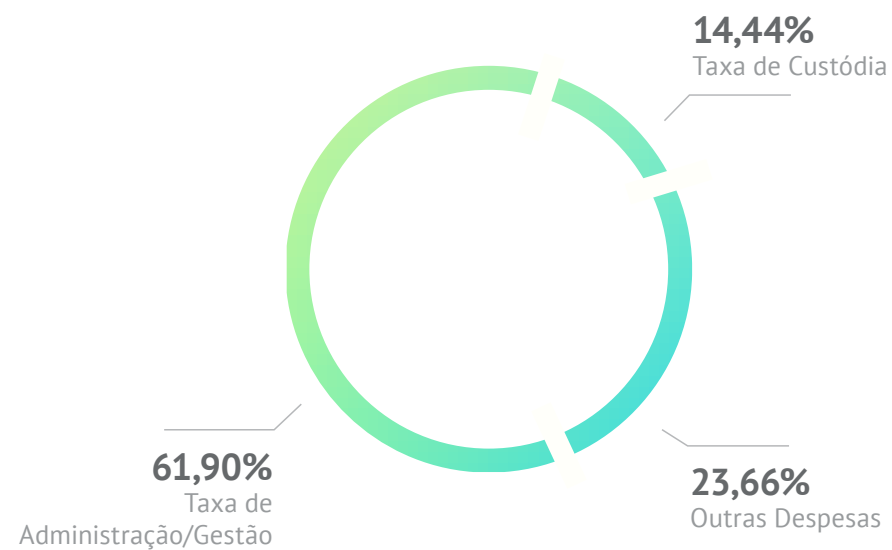
VIII. Administrativo Assistencial/Eco Saúde/PAMC

ADMINISTRATIVO ASSISTENCIAL/ECO SAÚDE/PAMC		R\$
Gestão Direta		
Custódia Qualificada		1.948,13
Tarifas/Despesas Bancárias		44.996,97
Total dos Custos com Investimentos		46.945,10
Gestão Indireta		
Taxa de Administração/Gestão		24.773,96
Taxa de Custódia		5.781,6
Outras Despesas		9.468,95
Total dos Custos com Investimentos		40.024,59

Gestão Própria



Gestão Terceirizada



Políticas de Investimentos - 2018 a 2022

As Políticas de Investimentos têm como principal objetivo estabelecer diretrizes e procedimentos a serem observados pela administração do Economus na aplicação dos recursos vinculados aos Planos de Benefícios, Assistenciais e Programa Administrativo, a fim de promover o equilíbrio econômico-financeiro entre os ativos e os respectivos passivos.

Os planos elencados a seguir estão identificados pelo Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) e Plano de Gestão Administrativa (PGA). Para 2018, esses planos foram registrados junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) com os respectivos *benchmarks*, que são os indicadores de referência de desempenho adotados pelo Economus nas Políticas de Investimentos. O FEAS e o Economus Família, devido suas características, não são registrados na Previc. Contudo, o Economus elabora Política de Investimentos para os seus recursos e realiza o controle dos investimentos seguindo as melhores práticas de mercado.

CÓDIGO / NOME	PLANOS DE BENEFÍCIO / PROGRAMAS	TMA / INDICADOR DE REFERÊNCIA
CNPB 1978000138	Regulamento Geral - Grupo C	INPC + 6,00% a.a.
CNPB 2006003429	PrevMais	73% (CDI) + 23% (INPC + 5,00% a.a.) + 4% (IBrX)
	PrevMais - Perfil Conservador	100% do CDI
	PrevMais - Perfil Moderado	85% do CDI + 15% do IBrX
	PrevMais - Perfil Agressivo	70% do CDI + 30% do IBrX
	PrevMais - Perfil Super Agressivo	55% do CDI + 45% do IBrX
	PrevMais - Benefício de Risco	INPC + 5,00% a.a.
CNPB 1978000219	Regulamento Complementar Nº 1 - Grupo B	INPC + 5,00% a.a.
CNPB 1978000383	Regulamento Complementar Nº 2 - Grupo A	INPC + 5,00% a.a.
CNPB 9970000000	PGA	100% do CDI
Planos Assistenciais	Fundo Assistencial FEAS	INPC + 5,85% a.a.
	Economus Família e Adm. Assistencial	100% do CDI

I. Regulamento Complementar N° 1 (Grupo B)

SEGMENTO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	86,0%	65,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	0,0%	0,0%	10,0%	70,0%
Estruturado	0,0%	0,0%	10,0%	20,0%
Empréstimos	14,0%	0,0%	15,0%	15,0%

II. Regulamento Complementar N° 2 (Grupo A)

SEGMENTO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	86,0%	65,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	0,0%	0,0%	10,0%	70,0%
Estruturado	0,0%	0,0%	10,0%	20,0%
Empréstimos	14,0%	0,0%	15,0%	15,0%

III. Regulamento Geral (Grupo C)

SEGMENTO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	79,3%	75,0%	95,0%	100,0%
Renda Variável	8,0%	0,0%	15,0%	70,0%
Estruturado	6,9%	3,0%	10,0%	20,0%
Exterior	0,0%	0,0%	2,0%	10,0%
Imóveis	2,8%	1,0%	5,0%	8,0%
Empréstimos	3,0%	1,0%	6,0%	15,0%

IV. PrevMais

SEGMENTO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	87,4%	43,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	4,2%	0,0%	37,0%	70,0%
Estruturado	0,4%	0,0%	5,0%	20,0%
Empréstimos	8,0%	0,0%	15,0%	15,0%

a. Renda Programada

SEGMENTO	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	85,5%	55,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	4,0%	0,0%	45,0%	70,0%
Empréstimos	10,5%	0,0%	15,0%	15,0%

a. Benefício de Risco

SEGMENTO	ALOCÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	93,5%	85,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	5,0%	0,0%	10,0%	70,0%
Estruturado	1,5%	0,0%	5,0%	20,0%

V. Fundo - FEAS

SEGMENTO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	88,7%	75,0%	100,0%	100,0%
Renda Variável	0,0%	0,0%	10,0%	70,0%
Outros (FIP, FII e FIM)*	11,3%	0,0%	15,0%	20,0%

*Fundos de Investimentos em Participações, Fundos de Investimento Imobiliário e Fundos de Investimento Multimercados.

VI. Economus Família

SEGMENTO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

VII. Programas Administrativos

SEGMENTO	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITE INFERIOR	LIMITE SUPERIOR	LIMITE LEGAL
Renda Fixa	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Administrador Estatutário Técnicamente Qualificado

Conforme a Resolução nº 4.275/2013, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar devem designar um Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) responsável pela gestão, alocação, supervisão, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos.

AETQ designado pelo Economus

Nome: Maurício Messias

Cargo: Diretor de Seguridade e Financeiro e.e.

CPF: 097.549.218-73

Telefone: (11) 3464-7606

E-mail: mauricio@economus.com.br

Anexo Investimentos - Posição Detalhada

Regulamento Complementar N°1 - Demonstrativo de Investimentos

		%	29/12/2017	Valores em R\$
RENDA FIXA				
GESTOR				
Títulos Públicos - Gestão Própria		50,30%	22.711.181,29	
Nota do Tesouro Nacional - Série B		50,30%	22.711.181,29	
Fundos de Investimento - Gestão Terceirizada		25,01%	11.291.984,77	
Eco Cash¹	BB Gestão de Recursos	23,64%	10.676.251,84	
BB Eco Plus	BB Gestão de Recursos	15,23%	6.877.845,79	
Performance Inst.	BRAM Bradesco Asset Management	4,18%	1.885.964,45	
Votorantim Institucional	Votorantim Asset	2,86%	1.292.765,77	
Votorantim Premium Banks	Votorantim Asset	1,25%	564.458,71	
Caixa Brasil IMA-B	Caixa Econômica Federal	0,12%	55.217,13	
BRZ Multi Recebíveis II	BRZ Investimentos	0,98%	442.864,94	
Vinci Crédito e Desenvolvimento I	Vinci Capital Gestora de Recursos	0,30%	135.976,68	
BTG Pactual Emissões Primárias	BTG Pactual Asset Management	0,08%	36.891,31	
Títulos Privados - Gestão Própria		12,32%	5.563.306,61	
Letra Financeira		11,98%	5.407.687,64	
Certificado de Depósito Bancário		0,34%	155.618,97	
Total - Renda Fixa		87,62%	39.566.472,67	
EMPRÉSTIMOS - GESTÃO PRÓPRIA				
Empréstimos		12,38%	5.587.881,63	
Total - Empréstimos		12,38%	5.587.881,63	
Total dos Investimentos		100,00%	45.154.354,30	

¹Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos.

Obs.: Os Valores percentuais estão arredondados.

Regulamento Complementar N°2 - Demonstrativo de Investimentos

		%	29/12/2017	Valores em R\$
RENDA FIXA				
GESTOR				
Títulos Públicos - Gestão Própria		61,92%	17.205.161,20	
Nota do Tesouro Nacional - Série B		61,92%	17.205.161,20	
Fundos de Investimento - Gestão Terceirizada		15,37%	4.271.691,34	
Eco Cash¹	BB Gestão de Recursos	12,82%	3.561.058,79	
BB Eco Plus	BB Gestão de Recursos	8,26%	2.294.102,29	
Performance Inst.	BRAM Bradesco Asset Management	1,55%	431.201,42	
Votorantim Institucional	Votorantim Asset	1,55%	431.201,42	
Votorantim Premium Banks	Votorantim Asset	0,68%	188.274,94	
Caixa Brasil IMA-B	Caixa Econômica Federal	0,07%	18.417,65	
BRZ Multi Recebíveis II	BRZ Investimentos	1,94%	537.764,56	
Vinci Crédito e Desenvolvimento I	Vinci Capital Gestora de Recursos	0,49%	135.976,68	
BTG Pactual Emissões Primárias	BTG Pactual Asset Management	0,13%	36.891,31	
Títulos Privados - Gestão Própria		11,37%	3.160.571,24	
Letra Financeira		11,34%	3.150.534,34	
Certificado de Depósito Bancário		0,04%	10.036,90	
Total - Renda Fixa		88,67%	24.637.423,78	
EMPRÉSTIMOS - GESTÃO PRÓPRIA				
Empréstimos		11,33%	3.148.635,59	
Total - Empréstimos		11,33%	3.148.635,59	
Total dos Investimentos		100,00%	27.786.059,37	

¹Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos.

Obs.: Os Valores percentuais estão arredondados.

Regulamento Geral - Demonstrativo de Investimentos

		%	29/12/2017	Valores em R\$
RENDA FIXA				
GESTOR				
Títulos Públicos - Gestão Própria		70,70%	2.825.036.412,47	
Nota do Tesouro Nacional - Série C		50,39%	2.013.400.639,94	
Nota do Tesouro Nacional - Série B		20,31%	811.635.772,53	
Fundos de Investimento - Gestão Terceirizada		6,15%	245.715.642,52	
Eco Cash¹	BB Gestão de Recursos	5,96%	238.229.288,27	
BB Eco Plus	BB Gestão de Recursos	3,84%	153.471.867,39	
Performance Inst.	BRAM Bradesco Asset Management	1,05%	42.083.305,51	
Votorantim Institucional	Votorantim Asset	0,72%	28.846.703,36	
Votorantim Premium Banks	Votorantim Asset	0,32%	12.595.300,11	
Caixa Brasil IMA-B	Caixa Econômica Federal	0,03%	1.232.111,90	
BRZ Multi Recebíveis II	BRZ Investimentos	0,10%	4.080.684,06	
Vinci Crédito e Desenvolvimento I	Vinci Capital Gestora de Recursos	0,07%	2.913.786,06	
BTG Pactual Emissões Primárias	BTG Pactual Asset Management	0,01%	491.884,13	
Títulos Privados - Gestão Própria		5,09%	203.334.663,87	
Letra Financeira		3,91%	156.354.106,39	
Certificado de Depósito Bancário		1,14%	45.536.187,32	
Debêntures		0,04%	1.444.370,16	
Total - Renda Fixa		81,94%	3.274.086.718,86	
RENDA VARIÁVEL				
GESTOR				
Fundo de Ações - Gestão Terceirizada				
Eco Stocks¹	BB Gestão de Recursos	6,32%	252.427.515,90	
BB Eco Gold	BB Gestão de Recursos	3,95%	157.821.630,80	
Bradesco Dividendos	BRAM Bradesco Asset Management	1,28%	50.959.614,09	
BNP Paribas Action FIC	BNP Paribas Asset	0,72%	28.884.821,63	
Bradesco Small Cap	Bram Bradesco Asset Management	0,37%	14.761.449,38	
Sul América Expertise	Sul América Expertise	0,08%	3.100.692,48	
Total - Renda Variável		6,39%	255.528.208,38	

¹Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos.

Obs.: Os Valores percentuais estão arredondados.

Regulamento Geral - Demonstrativo de Investimentos

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	GESTOR		Valores em R\$
FIP (Participações) - Gestão Terceirizada		5,84%	233.394.215,54
Caixa Barcelona	Caixa Econômica Federal	2,44%	97.665.399,36
2B Capital	2B Capital	0,39%	15.606.970,72
Pátria Real Estate II	Pátria Investimentos	0,38%	15.371.580,25
Pátria Special Opportunities I	Pátria Investimentos	0,34%	13.479.758,11
Pátria Infraestrutura	Pátria Infraestrutura	0,30%	12.055.757,55
Riviera GR Industrial	Kinea Investimento Ltda	0,24%	9.522.399,57
Neo Capital Mezanino	Neo Gestão de Recursos	0,23%	8.998.450,49
Brasil Internacionalização de Empresas	TCG Gestor	0,21%	8.286.214,14
Investidores Institucionais III	Angra Partners Gestão de Recursos	0,21%	8.293.430,07
Brasil Internacionalização de Empresas II	TCG Gestor	0,18%	7.321.693,95
Neo Capital Mezanino III	Neo Gestão de Recursos	0,18%	6.995.553,56
Brasil Portos	BRZ Investimentos	0,17%	6.988.222,63
Pátria Real Estate III	Pátria Investimentos	0,13%	5.074.043,45
Brasil Petróleo	Mantiq Investimentos e Mare Investimentos	0,14%	5.707.635,35
CRP Empreendedor	CRP Companhia de Participações	0,11%	4.552.935,76
Brasil Óleo e Gás	Valora Gestão de Investimentos	0,12%	4.667.798,46
Copa Florestal III	Copa Gestão de Recursos	0,06%	2.282.539,22
Polo Real Estate II	Polo Capital Real Estate Gestão de Recursos	0,01%	523.832,90
FII (Imobiliário) - Gestão Terceirizada		1,35%	53.888.824,64
Claritas Logística	Claritas Administração de Recursos	0,56%	22.495.281,86
Água Branca	Coin DTVM	0,56%	22.412.204,06
Centro Têxtil	Rio Bravo Investimentos	0,22%	8.981.338,72
Total - Investimentos Estruturados		7,19%	287.283.040,18

¹Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos.

Obs.: Os Valores percentuais estão arredondados.

Regulamento Geral - Demonstrativo de Investimentos

IMÓVEIS - GESTÃO PRÓPRIA		ENDEREÇO		Valores em R\$
Bela Cintra Corportate	Rua Bela Cintra, 763	1,48%	59.204.329,00	
Domingos de Moraes	Rua Domingo de Moraes, 896	0,25%	9.982.038,00	
Edifício Economus	Rua Quirino de Andrade, 173/183/185	0,18%	7.058.183,00	
Teodoro Sampaio	Rua Teodoro Sampaio, 1.600	0,15%	6.192.144,00	
Francisco Lopes - Conj. 152		0,12%	4.719.093,00	
Francisco Lopes - Conj. 041		0,07%	2.982.793,00	
Francisco Lopes - Conj. 042		0,07%	2.982.793,00	
Francisco Lopes - Conj. 141	Avenida Doutor Cardoso de Melo, 1.855	0,07%	2.982.793,00	
Francisco Lopes - Conj. 142		0,07%	2.982.793,00	
Francisco Lopes - Conj. 151		0,07%	2.982.793,00	
Francisco Lopes - Conj. 031		0,07%	2.934.130,00	
Bragança Paulista	Praça Raul Leme, 212	0,06%	2.529.799,00	
C. Prates - 15B		0,03%	1.272.699,00	
C. Prates - 17A	Rua Libero Badaró, 293	0,03%	1.272.699,00	
C. Prates - 17D		0,03%	1.272.699,00	
Total - Imóveis		2,79%	111.351.778,00	
EMPRÉSTIMOS - GESTÃO PRÓPRIA				
Empréstimos		1,69%	67.587.296,15	
Total - Empréstimos		1,69%	67.587.296,15	
Total dos Investimentos		100,00%	3.995.837.041,57	

Obs.: Os valores percentuais estão arredondados.

PrevMais - Demonstrativo de Investimentos

		%	29/12/2017	Valores em R\$
RENDA FIXA				
GESTOR				
Títulos Públicos - Gestão Própria		15,40%	256.069.633,94	
Nota do Tesouro Nacional - Série B		15,40%	256.069.633,94	
Fundos de Investimento - Gestão Terceirizada		50,23%	835.243.628,95	
Eco Cash¹	BB Gestão de Recursos	48,24%	802.308.945,27	
BB Eco Plus	BB Gestão de Recursos	31,08%	516.862.779,35	
Performance Institucional	BRAM Bradesco Asset Management	8,52%	141.728.217,81	
Votorantim Institucional	Votorantim Asset	5,84%	97.149.969,73	
Votorantim Premium Banks	Votorantim Asset	2,55%	42.418.470,13	
Caixa Brasil IMA-B	Caixa Econômica Federal	0,25%	4.149.508,25	
Chemical IX	Bram Bradesco Asset Management	1,24%	20.539.550,91	
BRZ Multi Recebíveis II	BRZ Investimentos	0,27%	4.428.649,37	
Vinci Crédito e Desenvolvimento I	Vinci Capital Gestora de Recursos	0,12%	1.942.524,04	
Chemical VII	Bram Bradesco Asset Management	0,36%	6.023.959,36	
Títulos Privados - Gestão Própria		25,22%	419.409.780,95	
Letra Financeira		22,23%	369.638.415,99	
Certificado de Depósito Bancário		1,47%	24.471.048,96	
Debêntures		1,52%	25.300.316,00	
Total - Renda Fixa		90,84%	1.510.723.043,84	
RENDA VARIÁVEL				
GESTOR				
Fundo de Ações - Gestão Terceirizada				
Eco Stocks¹	BB Gestão de Recursos	3,60%	59.879.967,18	
BB Eco Gold	BB Gestão de Recursos	2,25%	37.437.891,98	
Bradesco Dividendos	BRAM Bradesco Asset Management	0,73%	12.088.460,36	
BNP Paribas Action FIC	BNP Paribas Asset	0,41%	6.851.955,76	
Bradesco Small Cap	BRAM Bradesco Asset Management	0,21%	3.501.659,08	
Sul América Expertise	Sul América Expertise	0,19%	3.224.521,93	
Total - Renda Variável		3,79%	63.104.489,11	

¹Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos.

Obs.: Os Valores percentuais estão arredondados.

INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		GESTOR	
FIP (Participações) - Gestão Terceirizada			
2B Capital	2B Capital	0,11%	1.857.972,72
Pátria Real Estate III	Pátria Investimentos	0,08%	1.268.510,86
CRP Empreendedor	CRP Companhia de Participações	0,03%	542.016,17
Total - Investimentos Estruturados		0,22%	3.668.499,75
EMPRÉSTIMOS - GESTÃO PRÓPRIA			
Empréstimos		5,14%	85.504.050,21
Total - Empréstimos		5,14%	85.504,050,21
Total dos Investimentos		100,00%	1.663.000.082,91

FEAS - Demonstrativo de Investimentos

		%	29/12/2017	Valores em R\$
RENDA FIXA				
GESTOR				
Títulos Públicos - Gestão Própria		62,61%	147.034.599,89	
Nota do Tesouro Nacional - Série B		62,61%	147.034.599,89	
Fundos de Investimento - Gestão Terceirizada		6,06%	14.231.069,22	
Eco Cash¹	BB Gestão de Recursos	3,38%	7.934.031,43	
BB Eco Plus	BB Gestão de Recursos	2,18%	5.111.254,91	
Performance Institucional	BRAM Bradesco Asset Management	0,60%	1.401.550,04	
Votorantim Institucional	Votorantim Asset	0,41%	960.715,84	
Votorantim Premium Banks	Votorantim Asset	0,18%	419.476,16	
Caixa Brasil IMA-B	Caixa Econômica Federal	0,02%	41.034,48	
BRZ Multi Recebíveis II	BRZ Investimentos	1,35%	3.163.320,97	
Vinci Crédito e Desenvolvimento I	Vinci Capital Gestora de Recursos	1,12%	2.641.832,69	
BTG Pactual Emissões Primárias	BTG Pactual Asset Management	0,21%	491.884,13	
Títulos Privados - Gestão Própria		19,52%	45.837.631,63	
Letra Financeira		19,52%	45.837.631,63	
Total - Renda Fixa		88,19%	207.103.300,74	
OUTROS (FIP, FII E FIM)				
GESTOR				
FIP (Participações) - Gestão Terceirizada				
Pátria Special Opportunities I	Pátria Investimentos	2,87%	6.738.860,74	
Pátria Infraestrutura	Pátria Infraestrutura	3,42%	8.037.171,68	
2B Capital	2B Capital	0,47%	1.114.783,62	
CRP Empreendedor	CRP Companhia de Participações	0,14%	325.209,71	
Neo Capital Mezanino	Neo Gestão de Recursos	2,55%	5.998.966,99	
Brasil Internacionalizações de Empresas	TCG Gestor	2,35%	5.524.142,80	
Total - Investimentos Estruturados		11,81%	27.739.135,54	
Total dos Investimentos		100,00%	234.842.436,28	

¹Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos.

Obs.: Os Valores percentuais estão arredondados.

Administrativo Assistencial / Eco Saúde / PAMC - Demonstrativo de Investimentos

		%	29/12/2017	Valores em R\$
RENDA FIXA	GESTOR			
Fundos de Investimento - Gestão Terceirizada				
Eco Cash¹	BB Gestão de Recursos	100,00%	25.892.911,16	
BB Eco Plus	BB Gestão de Recursos	64,42%	16.680.708,98	
Performance Institucional	BRAM Bradesco Asset Management	17,67%	4.573.993,81	
Votorantim Institucional	Votorantim Asset	12,11%	3.135.320,32	
Votorantim Premium Banks	Votorantim Asset	5,29%	1.368.971,00	
Caixa Brasil IMA-B	Caixa Econômica Federal	0,52%	133.917,05	
Total - Renda Fixa		100,00%	25.892.911,16	
Total dos Investimentos		100,00%	25.892.911,16	

Economus Família- Demonstrativo de Investimentos

		%	29/12/2017	Valores em R\$
RENDA FIXA	GESTOR			
Título Público - Gestão Própria		57,57%	6.655.501,03	
Letra Financeira do Tesouro	BB Gestão de Recursos	52,57%	6.655.501,03	
Fundos de Investimento - Gestão Terceirizada		47,43%	6.005.048,95	
Eco Cash¹	BB Gestão de Recursos	47,43%	6.005.048,95	
BB Eco Plus	BB Gestão de Recursos	30,56%	3.868.567,47	
Performance Institucional	BRAM Bradesco Asset Management	8,38%	1.060.794,46	
Votorantim Institucional	Votorantim Asset	5,74%	727.139,25	
Votorantim Premium Banks	Votorantim Asset	2,51%	317.489,90	
Caixa Brasil IMA-B	Caixa Econômica Federal	0,25%	31.057,86	
Total - Renda Fixa		100,00%	12.660.549,98	
Total dos Investimentos		100,00%	12.660.549,98	

¹Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos.

Obs.: Os Valores percentuais estão arredondados.

PGA - Demonstrativo de Investimentos

		%	29/12/2017	Valores em R\$
RENDA FIXA	GESTOR			
Fundos de Investimento - Gestão Terceirizada		89,12%	82.628.434,33	
Eco Cash¹	BB Gestão de Recursos	89,12%	82.628.434,33	
BB Eco Plus	BB Gestão de Recursos	57,41%	53.230.818,97	
Performance Institucional	Bram Bradesco Asset Management	15,74%	14.596.348,21	
Votorantim Institucional	Votorantim Asset	10,79%	10.005.310,23	
Votorantim Premium Banks	Votorantim Asset	4,71%	4.368.606,13	
Caixa Brasil IMA-B	Caixa Econômica Federal	0,46%	427.350,80	
Títulos Privados - Gestão Própria		10,88%	10.089.935,02	
Letra Financeira		8,52%	7.903.820,45	
Certificado de Depósito Bancário		2,36%	2.186.114,57	
Total - Renda Fixa		100,00%	92.718.369,35	
Total dos Investimentos		100,00%	92.718.369,35	

¹Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos.

Obs.: Os Valores percentuais estão arredondados.

CAPÍTULO 6

Gestão Contábil

Entendendo as Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis têm como objetivo apresentar a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade e dos planos administrados. A seguir, a definição de cada uma.

Balanco Patrimonial - Apresenta a posição consolidada do patrimônio no dia 31 de dezembro, comparando com o exercício anterior. É composto por:

- Ativo - são os bens, direitos e demais aplicações de recursos relativos aos planos;
- Passivo - são as obrigações para com os participantes e terceiros, classificadas como Exigível Operacional, Exigível Contingencial e Patrimônio Social.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) - Mostra, de forma consolidada, as variáveis que levaram ao aumento ou diminuição

do Patrimônio Social dos planos de benefícios ao final do exercício, comparando com o ano anterior. As variáveis são classificadas como:

- Adições: recursos que contribuíram para o aumento do patrimônio, como as contribuições recebidas e a rentabilidade positiva.
- Destinações: recursos que contribuíram para a diminuição do patrimônio, como o pagamento de benefícios e as despesas administrativas.

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL) - Demonstra as variáveis que levaram ao aumento ou diminuição do patrimônio, por plano de benefícios. As variáveis são classificadas como:

- Adições: recursos que contribuíram para o aumento do patrimônio, como contribuições recebidas ou rentabilidade positiva.
- Deduções: recursos que contribuíram para a diminuição do patrimônio, como pagamento de benefícios e despesas administrativas.
- Fundos não Previdenciais: saldos dos Fundos Administrativos e de Investimentos por plano de benefícios, ao final do exercício.

Demonstração do Ativo Líquido (DAL) - Evidencia a posição patrimonial líquida dos planos de benefício para cobertura das obrigações atuariais. É composta por:

- Ativos: bens e direitos dos planos (aplicação dos recursos).
- Obrigações: exigíveis operacionais e contingenciais (que representam as obrigações a pagar dos planos).
- Fundos não Previdenciais: saldos dos Fundos Administrativos e de Investimentos.
- Ativo Líquido: valor destinado à cobertura dos benefícios assegurados pelos planos.

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) - Apresenta, de forma consolidada, a atividade administrativa da Entidade, evidenciando as alterações do fundo administrativo ao final do exercício. Apresenta as receitas, despesas administrativas, rentabilidade do período e se houve utilização ou constituição do fundo.

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT) - Mostra a composição dos compromissos com os participantes, assistidos e beneficiários de cada plano de benefícios. São classificados como:

- Benefícios Concedidos: compromisso com os participantes que recebem benefícios pelo plano, ou seja, os assistidos.
- Benefícios a Conceder: compromisso com os participantes que ainda não solicitaram benefício pelo plano.
- Provisões Matemáticas a Constituir: aporte necessário de recursos para cobertura dos compromissos assumidos com os participantes.
- Equilíbrio Técnico: suficiência ou insuficiência financeira para cobertura das obrigações dos planos de benefícios, se positivo indica situação financeira superavitária e, se negativo há déficit.

Notas explicativas - Auxiliam a compreensão e a interpretação da situação patrimonial e das transações da entidade, subsidiam a avaliação do desempenho da gestão e contemplam também qualquer fato relevante que tenham afetado as Demonstrações Contábeis. No Balanço

Patrimonial há menção do número da nota nos itens que contém informações adicionais.

Informações Suplementares da Gestão Assistencial

Faz parte também deste capítulo as Demonstrações Financeiras da Gestão Assistencial, que é composta pelas seguintes informações:

Balço Patrimonial - Apresenta a posição consolidada do patrimônio no dia 31 de dezembro, comparando com o exercício anterior. É constituído pelo Ativo, pelo Passivo e pelo Patrimônio Líquido:

- O Ativo compreende os bens, os direitos e as demais aplicações de recursos controlados pela entidade;
- O Passivo compreende as origens de recursos representados pelas obrigações para com terceiros;
- O Patrimônio Líquido compreende os recursos próprios da Entidade, e

seu valor é a diferença positiva entre o valor do Ativo e o valor do Passivo.

Demonstração do Resultado - Tem como objetivo apresentar de forma resumida o resultado apurado em relação ao conjunto de operações realizadas.

Demonstração do Resultado Abrangente – Consiste nas mudanças que ocorrem no patrimônio líquido resultantes de transações e outros eventos.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social – Apresenta o resultado do patrimônio social dos últimos 5 anos e a situação Prejuízo/Deficit ou Lucro/Superavit ao final de cada ano.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Demonstra o fluxo de pagamentos, recebimentos e movimentações financeiras ocorridas no exercício.

Balanço patrimonial consolidado - Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

				R\$ mil			
ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	2017	2016	PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA	2017	2016
DISPONÍVEL		23	135	EXIGÍVEL OPERACIONAL	10	15.809	15.104
				Gestão Previdencial		8.511	7.495
				Gestão Administrativa		6.124	6.271
				Investimentos		1.174	1.338
REALIZÁVEL		6.323.420	6.161.618	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	11	211.882	180.875
Gestão Previdencial	5	467.913	510.875	Gestão Previdencial		187.715	158.456
Gestão Administrativa	6	21.509	20.068	Gestão Administrativa		17.804	16.278
Investimentos	7.1	5.833.998	5.630.675	Investimentos		6.363	6.141
Títulos Públicos		3.121.023	3.416.727	PATRIMÔNIO SOCIAL		6.098.176	5.967.748
Créditos Privados e Depósitos		641.558	504.597	Patrimônio de Cobertura do Plano		5.883.825	5.767.968
Fundos de Investimento		1.788.170	1.473.017	Provisões Matemáticas	12	7.429.449	6.101.235
Investimentos Imobiliários		111.776	111.457	Benefícios Concedidos		6.469.021	5.013.674
Empréstimos		161.828	115.600	Benefícios a Conceder		1.673.350	1.820.420
Depósitos Judiciais/Recurais		6.114	5.913	(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(712.922)	(732.859)
Outros Realizáveis		3.529	3.364	Equilíbrio Técnico	13	(1.545.624)	(333.267)
PERMANENTE	8	2.424	1.974	Resultados Realizados		(1.857.693)	(693.002)
Imobilizado		1.113	1.058	(-) Deficit Técnico Acumulado		(1.857.693)	(693.002)
Intangível		1.311	916	Resultados a Realizar	13.2	312.069	359.735
GESTÃO ASSISTENCIAL	9	438.490	475.900	FUNDOS	14	214.351	199.780
				Fundos Previdenciais		115.183	122.622
				Fundos Administrativos		93.153	71.834
				Fundos dos Investimentos		6.015	5.324
				GESTÃO ASSISTENCIAL	9	438.490	475.900
TOTAL DO ATIVO		6.764.357	6.639.627	TOTAL DO PASSIVO		6.764.357	6.639.627

Para obter mais informações sobre cada item do balanço, consulte as notas explicativas a partir da página 158, de acordo com o número citado à frente de cada item.

Demonstração da mutação do patrimônio social - Consolidada - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

R\$ mil			
DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	5.967.748	5.492.442	8,65
1. Adições	877.277	1.037.324	(15,43)
(+) Contribuições Previdenciais	238.147	211.137	12,79
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	564.023	753.593	(25,16)
(+) Receitas Administrativas	66.572	63.221	5,30
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	7.844	8.266	(5,11)
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	691	1.107	(37,58)
2. Destinações	(746.849)	(562.018)	32,89
(-) Benefícios	(616.409)	(463.229)	33,07
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(29.677)	(25.080)	18,33
(-) Despesas Administrativas	(51.341)	(50.492)	1,68
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(1.756)	(2.373)	(26,00)
(-) Resultados a Realizar	(47.666)	(20.844)	128,68
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	130.428	475.306	(72,56)
(+/-) Provisões Matemáticas	1.328.215	235.965	462,89
(+/-) Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	(1.164.691)	234.648	(596,36)
(+/-) Resultados a Realizar	(47.666)	(20.844)	128,68
(+/-) Fundos Previdenciais	(7.440)	5.808	(228,10)
(+/-) Fundos Administrativos	21.319	18.622	14,48
(+/-) Fundos dos Investimentos	691	1.107	(37,58)
4. Operações Transitórias	-	-	-
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3+4)	6.098.176	5.967.748	2,19
5. Gestão Assistencial	(50.428)	(21.467)	134,91
(+) Receitas Assistenciais	308.508	282.193	9,33
(-) Despesas Assistenciais	(358.936)	(303.660)	18,20

Demonstração da mutação do ativo líquido por plano de benefícios - Regulamento Complementar Nº 1

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

DESCRIÇÃO		2017	2016	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		40.822	35.421	15,25
1. Adições		8.937	9.807	(8,87)
(+)	Contribuições	5.313	5.107	4,03
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	3.478	4.117	(15,52)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	146	583	(74,96)
2. Destinações		(4.706)	(4.406)	6,81
(-)	Benefícios	(1.994)	(1.790)	11,40
(-)	Custeio Administrativo	(2.712)	(2.616)	3,67
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		4.231	5.401	(21,66)
(+/-)	Provisões Matemáticas	4.555	(16.141)	(128,22)
(+/-)	Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	(324)	21.542	(101,50)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)		45.053	40.822	10,36
C) Fundos não Previdenciais		2.963	2.238	32,39
(+/-)	Fundos Administrativos	2.956	2.238	32,08
(+/-)	Fundos dos Investimentos	7	0	100,00

R\$ mil

Demonstração da mutação do ativo líquido por plano de benefícios - Regulamento Complementar N° 2

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

				R\$ mil
DESCRIÇÃO		2017	2016	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		25.526	23.593	8,19
1. Adições		10.558	10.104	4,49
(+)	Contribuições	8.525	7.008	21,65
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.943	2.612	(25,61)
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	90	484	(81,40)
2. Destinações		(7.984)	(8.171)	(2,29)
(-)	Benefícios	(3.306)	(3.355)	(1,46)
(-)	Custeio Administrativo	(4.678)	(4.816)	(2,87)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		2.574	1.933	33,16
(+/-)	Provisões Matemáticas	386	(21.450)	(101,80)
(+/-)	Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	2.188	23.383	(90,64)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)		28.100	25.526	10,08
C) Fundos não Previdenciais		3.577	2.986	19,79
(+/-)	Fundos Administrativos	3.573	2.986	19,66
(+/-)	Fundos dos Investimentos	4	-	100,00

Demonstração da mutação do ativo líquido por plano de benefícios - Regulamento Geral

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

				R\$ mil
DESCRIÇÃO		2017	2016	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		4.335.227	4.167.800	4,02
1. Adições		519.163	642.502	(19,20)
(+)	Contribuições	119.410	82.440	44,84
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	399.753	560.062	(28,62)
2. Destinações		(588.997)	(475.075)	23,98
(-)	Benefícios	(502.700)	(420.321)	19,60
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(29.901)	(26.130)	14,43
(-)	Custeio Administrativo	(8.730)	(7.780)	12,21
(-)	Resultados a Realizar	(47.666)	(20.844)	128,68
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		(69.834)	167.427	(141,71)
(+/-)	Provisões Matemáticas	1.176.660	9.771	11.942,37
(+/-)	Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	(1.198.828)	178.500	(771,61)
(+/-)	Resultados a Realizar	(47.666)	(20.844)	128,68
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)		4.265.393	4.335.227	(1,61)
C) Fundos não Previdenciais		60.774	48.149	26,22
(+/-)	Fundos Administrativos	55.736	43.773	27,33
(+/-)	Fundos dos Investimentos	5.038	4.376	15,13

Demonstração da mutação do ativo líquido por plano de benefícios - PrevMais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

				R\$ mil
DESCRIÇÃO		2017	2016	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício		1.489.015	1.208.199	23,24
1. Adições		294.864	334.186	(11,77)
(+)	Contribuições	136.015	147.384	(7,71)
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	158.849	186.802	(14,96)
2. Destinações		(123.417)	(53.370)	131,25
(-)	Benefícios	(108.409)	(37.763)	187,08
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(12)	(17)	(29,41)
(-)	Custeio Administrativo	(14.996)	(15.590)	(3,81)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)		171.447	280.816	(38,95)
(+/-)	Provisões Matemáticas	146.614	263.785	(44,42)
(+/-)	Fundos Previdenciais	(7.440)	5.808	(228,10)
(+/-)	Superavit (Deficit) Técnico do Exercício	32.273	11.223	187,56
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)		1.660.462	1.489.015	11,51
C) Fundos não Previdenciais		31.854	23.785	33,92
(+/-)	Fundos Administrativos	30.888	22.837	35,25
(+/-)	Fundos dos Investimentos	966	948	1,90

Demonstração do ativo líquido por plano de benefícios - Regulamento Complementar Nº 1

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

					R\$ mil
DESCRIÇÃO	NOTA	2017	2016	VARIÇÃO (%)	
1. Ativos		59.837	54.232	10,34	
Disponível		-	-	-	
Recebível		14.720	15.040	(2,13)	
Investimento	7.3. a	45.117	39.192	15,12	
Títulos Públicos		22.711	22.108	2,73	
Créditos Privados e Depósitos		5.563	6.640	(16,22)	
Fundos de Investimento		11.255	10.303	9,24	
Empréstimos e Financiamentos		5.588	141	3.863,12	
2. Obrigações		11.821	11.172	5,81	
Operacional		202	11	1.736,36	
Contingencial		11.619	11.161	4,10	
3. Fundos não Previdenciais		2.963	2.238	32,39	
Fundos Administrativos		2.956	2.238	32,08	
Fundos dos Investimentos		7	-	100,00	
4. Resultados a Realizar		-	-	-	
5. Ativo Líquido (1-2-3)		45.053	40.822	10,36	
Provisões Matemáticas		44.182	39.627	11,49	
Superavit/(Deficit) Técnico		871	1.195	(27,11)	
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	13.1.a				
a) Equilíbrio Técnico		871	1.195	(27,11)	
b) (+/-) Ajuste de Precificação		-	-	-	
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)		871	1.195	(27,11)	

Para obter mais informações sobre cada item do balanço, consulte as notas explicativas a partir da página 158, de acordo com o número citado à frente de cada item.

Demonstração do ativo líquido por plano de benefícios - Regulamento Complementar Nº 2

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

R\$ mil					
DESCRIÇÃO	NOTA	2017	2016	VARIÇÃO (%)	
1. Ativos		37.922	34.398	10,24	
Disponível		1	1	-	
Recebível		10.172	9.980	1,92	
Investimento	7.3. b	27.749	24.417	13,65	
Títulos Públicos		17.205	16.787	2,49	
Créditos Privados e Depósitos		3.160	4.403	(28,23)	
Fundos de Investimento		4.235	3.227	31,24	
Empréstimos e Financiamentos		3.149	-	100,00	
2. Obrigações		6.245	5.886	6,10	
Operacional		166	18	822,22	
Contingencial		6.079	5.868	3,60	
3. Fundos não Previdenciais		3.577	2.986	19,79	
Fundos Administrativos		3.573	2.986	19,66	
Fundos dos Investimentos		4	-	100,00	
4. Resultados a Realizar		-	-	-	
5. Ativo Líquido (1-2-3)		28.100	25.526	10,08	
Provisões Matemáticas		25.521	25.135	1,54	
Superavit/(Deficit) Técnico		2.579	391	559,59	
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	13.1.b				
a) Equilíbrio Técnico		2.579	391	559,59	
b) (+/-) Ajuste de Precificação		-	-	-	
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)		2.579	391	559,59	

Para obter mais informações sobre cada item do balanço, consulte as notas explicativas a partir da página 158, de acordo com o número citado à frente de cada item.

Demonstração do ativo líquido por plano de benefícios - Regulamento Geral

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

					R\$ mil
DESCRIÇÃO	NOTA	2017	2016	VARIAÇÃO (%)	
1. Ativos		4.510.267	4.538.572	(0,62)	
Disponível		2	96	(97,92)	
Recebível		505.282	534.649	(5,49)	
Investimento	7.3. c	4.004.983	4.003.827	0,03	
Títulos Públicos		2.825.037	3.121.970	(9,51)	
Créditos Privados e Depósitos		203.335	154.266	31,81	
Fundos de Investimento		788.035	549.371	43,44	
Investimentos Imobiliários		111.776	111.457	0,29	
Empréstimos e Financiamentos		67.587	57.954	16,62	
Depósitos Judiciais/Recursais		6.114	5.913	3,40	
Outros Realizáveis		3.099	2.896	7,01	
2. Obrigações		184.100	155.196	18,62	
Operacional		7.841	7.737	1,34	
Contingencial		176.259	147.459	19,53	
3. Fundos não Previdenciais		60.774	48.149	26,22	
Fundos Administrativos		55.736	43.773	27,33	
Fundos dos Investimentos		5.038	4.376	15,13	
4. Resultados a Realizar		312.069	359.735	(13,25)	
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)		3.953.324	3.975.492	(0,56)	
Provisões Matemáticas		5.866.011	4.689.352	25,09	
Superavit/(Deficit) Técnico		(1.912.687)	(713.860)	167,94	
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	13.1.c				
a) Equilíbrio Técnico		(1.600.618)	(354.125)	351,99	
b) (+/-) Ajuste de Precificação		66.648	52.217	27,64	
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)		(1.533.970)	(301.908)	408,09	

Para obter mais informações sobre cada item do balanço, consulte as notas explicativas a partir da página 158, de acordo com o número citado à frente de cada item.

Demonstração do ativo líquido por plano de benefícios - PrevMais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

R\$ mil				
DESCRIÇÃO	NOTA	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos		1.693.913	1.513.976	11,89
Disponível		20	37	(45,95)
Recebível		30.892	23.040	34,08
Investimento	7.3. d	1.663.001	1.490.899	11,54
Títulos Públicos		256.070	249.151	2,78
Créditos Privados e Depósitos		419.410	332.192	26,26
Fundos de Investimento		902.017	852.051	5,86
Empréstimos e Financiamentos		85.504	57.505	48,69
2. Obrigações		1.597	1.176	35,80
Operacional		1.476	1.067	38,33
Contingencial		121	109	11,01
3. Fundos não Previdenciais		31.854	23.785	33,92
Fundos Administrativos		30.888	22.837	35,25
Fundos dos Investimentos		966	948	1,90
4. Resultados a Realizar		-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)		1.660.462	1.489.015	11,51
Provisões Matemáticas		1.493.735	1.347.121	10,88
Superavit/(Deficit) Técnico		51.544	19.272	167,46
Fundos Previdenciais		115.183	122.622	(6,07)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	13.1.d			
a) Equilíbrio Técnico		51.544	19.272	167,46
b) (+/-) Ajuste de Precificação		-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)		51.544	19.272	167,46

Para obter mais informações sobre cada item do balanço, consulte as notas explicativas a partir da página 158, de acordo com o número citado à frente de cada item.

Demonstração do plano de gestão administrativa - Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	R\$ mil		
DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	71.834	53.212	35,00
1. Custeio da Gestão Administrativa	74.416	71.487	4,10
1.1. Receitas	74.416	71.487	4,10
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	31.116	30.802	1,02
Custeio Administrativo dos Investimentos	7.663	7.399	3,57
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	7.844	8.266	(5,11)
Reembolso da Gestão Assistencial	27.231	24.353	11,82
Outras Receitas	562	667	(15,74)
2. Despesas Administrativas	51.341	50.492	1,68
2.1. Administração Previdencial	15.789	18.339	(13,90)
Pessoal e Encargos	11.153	12.104	(7,86)
Treinamentos/Congressos e Seminários	34	52	(34,62)
Viagens e Estadias	159	140	13,57
Serviços de Terceiros	2.533	3.355	(24,50)
Despesas Gerais	1.066	1.480	(27,97)
Depreciações e Amortizações	717	872	(17,78)
Tributos	114	140	(18,57)
Outras Despesas	13	196	100,00
2.2. Administração dos Investimentos	8.321	7.800	6,68
Pessoal e Encargos	5.954	5.544	7,40
Treinamentos/Congressos e Seminários	19	28	(32,14)
Viagens e Estadias	24	41	(41,46)
Serviços de Terceiros	1.240	1.130	9,73
Despesas Gerais	834	834	-
Tributos	250	223	12,11
2.3. Administração Assistencial	27.231	24.353	11,82
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	1.756	2.373	(26,00)
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	-	-	-
6. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	21.319	18.622	14,48
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	21.319	18.622	14,48
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	93.153	71.834	29,68

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios - Regulamento Complementar N° 1

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	R\$ mil		
DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	56.881	51.994	9,40
1. Provisões Matemáticas	44.182	39.627	11,49
1.1. Benefícios Concedidos	11.802	10.708	10,22
Benefício Definido	11.802	10.708	10,22
1.2. Benefício a Conceder	49.154	47.054	4,46
Benefício Definido	49.154	47.054	4,46
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(16.774)	(18.135)	(7,50)
(-) Patrocinador(es)	(5.604)	(6.059)	(7,51)
(-) Participantes	(11.125)	(12.029)	(7,52)
(-) Assistidos	(45)	(47)	(4,26)
2. Equilíbrio Técnico	871	1.195	(27,11)
2.1. Resultados Realizados	871	1.195	(27,11)
Superavit Técnico Acumulado	871	1.195	(27,11)
Reserva de Contingência	871	1.195	(27,11)
3. Fundos	7	-	100,00
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	7	-	100,00
4. Exigível Operacional	202	11	1.736,36
4.1. Gestão Previdencial	189	5	3.680,00
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	13	6	116,67
5. Exigível Contingencial	11.619	11.161	4,10
5.1. Gestão Previdencial	11.619	11.161	4,10

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios - Regulamento Complementar N° 2

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	R\$ mil		
DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	34.349	31.412	9,35
1. Provisões Matemáticas	25.521	25.135	1,54
1.1. Benefícios Concedidos	1.735	1.716	1,11
Benefício Definido	1.735	1.716	1,11
1.2. Benefício a Conceder	42.471	44.543	(4,65)
Benefício Definido	42.471	44.543	(4,65)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(18.685)	(21.124)	(11,55)
(-) Participantes	(18.682)	(21.121)	(11,55)
(-) Assistidos	(3)	(3)	-
2. Equilíbrio Técnico	2.579	391	559,59
2.1. Resultados Realizados	2.579	391	559,59
Superavit Técnico Acumulado	2.579	391	559,59
Reserva de Contingência	2.579	391	559,59
3. Fundos	4	-	100,00
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	4	-	100,00
4. Exigível Operacional	166	18	822,22
4.1. Gestão Previdencial	147	14	950,00
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	19	4	375,00
5. Exigível Contingencial	6.079	5.868	3,60
5.1. Gestão Previdencial	6.079	5.868	3,60

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios - Regulamento Geral

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	R\$ mil		
DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	4.454.531	4.494.799	(0,90)
1. Provisões Matemáticas	5.866.011	4.689.352	25,09
1.1. Benefícios Concedidos	5.980.158	4.691.555	27,47
Benefício Definido	5.980.158	4.691.555	27,47
1.2. Benefício a Conceder	563.316	691.397	(18,52)
Benefício Definido	563.316	691.397	(18,52)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(677.463)	(693.600)	(2,33)
(-) Patrocinador(es)	(338.732)	(346.800)	(2,33)
(-) Participantes	(29.160)	(43.595)	(33,11)
(-) Assistidos	(309.571)	(303.205)	2,10
2. Equilíbrio Técnico	(1.600.618)	(354.125)	351,99
2.1. Resultados Realizados	(1.912.687)	(713.860)	167,94
(-) Deficit Técnico Acumulado	(1.912.687)	(713.860)	167,94
(-) Deficit Técnico Acumulado	(1.912.687)	(713.860)	167,94
2.2. Resultados a realizar	312.069	359.735	(13,25)
3. Fundos	5.038	4.376	15,13
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	5.038	4.376	15,13
4. Exigível Operacional	7.841	7.737	1,34
4.1. Gestão Previdencial	7.165	6.726	6,53
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	676	1.011	(33,14)
5. Exigível Contingencial	176.259	147.459	19,53
5.1. Gestão Previdencial	169.896	141.318	20,22
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	6.363	6.141	3,62

Demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios - PreviMais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	R\$ mil		
DESCRIÇÃO	2017	2016	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	1.663.025	1.491.139	11,53
1. Provisões Matemáticas	1.493.735	1.347.121	10,88
1.1. Benefícios Concedidos	475.326	309.695	53,48
Contribuição Definida	230.969	88.744	160,26
Benefício Definido	244.357	220.951	10,59
1.2. Benefício a Conceder	1.018.409	1.037.426	(1,83)
Contribuição Definida	1.018.409	1.037.426	(1,83)
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)	505.161	514.209	(1,76)
Saldo de Contas - parcela participantes	513.248	523.217	(1,91)
2. Equilíbrio Técnico	51.544	19.272	167,46
2.1. Resultados Realizados	51.544	19.272	167,46
Superavit Técnico Acumulado	51.544	19.272	167,46
Reserva de Contingência	51.544	19.272	167,46
3. Fundos	116.149	123.570	(6,01)
3.1. Fundos Previdenciais	115.183	122.622	(6,07)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	966	948	1,90
4. Exigível Operacional	1.476	1.067	38,33
4.1. Gestão Previdencial	1.010	750	34,67
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	466	317	47,00
5. Exigível Contingencial	121	109	11,01
5.1. Gestão Previdencial	121	109	11,01

Notas explicativas Economus 2017

I. Contexto Operacional

O Economus - Instituto de Seguridade Social (“Economus” ou “Entidade”), CNPJ nº. 49.320.799/0001-92, com sede na Rua Quirino de Andrade, nº 185, em São Paulo/SP, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 1º de setembro de 1977, cuja autorização para funcionamento foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria nº 2.204, DOU de 1º de agosto de 1980.

Em novembro de 2009, o Banco Nossa Caixa S.A. (BNC) foi incorporado pelo Banco do Brasil S.A., que, desde então, passou a ser o novo Patrocinador dos planos de previdência complementar e assistência à saúde.

O Economus é patrocinado pelo Banco do Brasil S.A. e pelo próprio Economus, tendo como objetivo administrar planos de previdência na

modalidade de Benefício Definido (BD) e de Contribuição Variável (CV), exclusivamente para os empregados do Banco do Brasil S.A. oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A. e do Economus.

Também opera planos de assistência à saúde, na modalidade de autogestão, regulados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), registrados sob o nº 34.2611 e destinados a prover assistência médica aos empregados do Banco do Brasil S.A. oriundos do extinto Banco Nossa Caixa S.A., do Economus e aos beneficiários dos planos de assistência à saúde custeados pelo Fundo Economus de Assistência Social (Feas).

As normas de controle e fiscalização aplicáveis ao Economus são emanadas pelo atual Ministério da Fazenda, por meio do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Os recursos de que o Economus dispõe são oriundos de contribuições dos seus patrocinadores (Banco do Brasil S.A. e Economus), participantes, assistidos e dos rendimentos das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto em Resoluções do Conselho Monetário

rio Nacional (CMN).

As entidades de previdência complementar estão isentas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, desde janeiro de 2005, e da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, de acordo com a Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e com a Instrução Normativa da SRF nº 588, de 21 de dezembro de 2005, alteradas pelas Instruções Normativas SRF nº 667 e no 1.315, de 27 de julho de 2006 e de 03 de janeiro de 2013, respectivamente.

2. Planos Administrados

O Economus administra quatro planos de benefícios inscritos no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB) administrado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Desse, três planos se encontram na modalidade de Benefício Definido e um na modalidade de Contribuição Variável. A atividade operacional do Instituto é registrada no Plano de Gestão Administrativa (PGA).

a. Plano Regulamento Complementar nº 1: Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.780.002-19, no

Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), administrado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Assegura o pagamento de complementação de auxílio-doença e de pecúlio por invalidez para os participantes em atividade, além de pecúlio por morte para todos os dependentes dos participantes que forem elegíveis ao recebimento de pensão.

b. Plano Regulamento Complementar nº 2: Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.780.003-83, no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), administrado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Assegura o pagamento do benefício de pecúlio por morte para todos os dependentes dos participantes que forem elegíveis ao recebimento de pensão.

c. Plano Regulamento Geral – Plano instituído na modalidade de Benefício Definido, inscrito sob o nº 19.780.001-38, no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), administrado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). O Plano encontra-se em extinção, fechado para novas adesões. Além dos assistidos, ele conta com os participantes ativos que optaram pelo seu saldamento e

com os participantes ativos remanescentes do processo de migração, que optaram por permanecer nele. Assegura o pagamento da complementação de benefícios de prestação continuada de aposentadorias, pensão por morte, auxílio-reclusão, auxílio-adicional e auxílio-doença. Está também assegurado o pagamento, em forma de prestação única, de pecúlio por morte e por invalidez.

Em 10 de novembro de 2004, o Conselho Deliberativo do Economus aprovou o saldamento do Plano de Benefícios, instituído por meio do Regulamento Geral para os empregados do extinto Banco Nossa Caixa S.A., incorporado pelo Banco do Brasil S.A. O processo de saldamento também foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atualmente Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), em 30 de dezembro de 2005, pelo Ofício nº 2.713.

De forma concomitante ao saldamento, foi aprovado o Regulamento do Plano de Benefícios do PrevMais, em 5 de julho de 2006, na modalidade de Contribuição Variável (CV), pelo ofício nº 1.987.

d. Plano PrevMais - PPlano instituído na modalidade de Contribuição

Variável (CV), inscrito sob o nº 20.060.034-29, no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios (CNPB), administrado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), no qual o valor dos benefícios programados é definido com base no montante financeiro individual formado pelas contribuições acumuladas e respectivos resultados dos investimentos até a data da concessão. A partir de então, o participante pode optar por um benefício de renda programada ou vitalícia. Os benefícios de risco (invalidez, pensão por morte, auxílio-doença e auxílio-funeral) são determinados com base no Salário de Benefício (SB) e no Padrão Previdenciário Economus (PPE, unidade de referência utilizada pelo Economus). Esse Plano está aberto a novas adesões e assegura o pagamento de benefícios de renda mensal vitalícia ou programada e suplementações de auxílio-doença ou de acidente do trabalho, de aposentadoria por invalidez, de pensão por morte e auxílio-funeral.

e. Plano de Gestão Administrativa - PGA - tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa do Economus, na forma do seu Regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo, por meio da Ata nº 384, de 06 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2017, o Economus possuía 24.383 participantes (24.807 em 2016), compostos da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº1		REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº2		REGULAMENTO GERAL		PREVMAIS	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ativos	1.149	1.167	920	987	20	24	7.878	7.982
Aposentados	7	7	-	-	7.634	6.621	2.337	1.338
Pensões	4	4	4	4	520	507	103	95
Participantes em Benefício Proporcional Diferido (BPD)	-	-	-	-	14	21	9	7
Autopatrocinado - Não Saldado	-	-	-	-	-	-	54	50
Autopatrocinado - Saldado	-	-	-	-	26	37	9	6
Optantes pelo Saldamento	-	-	-	-	3.331	4.419	-	-
Participantes desligados que não manifestaram as respectivas opções pelos institutos	-	-	-	-	-	-	364	1.531
Total de Participantes	1.160	1.178	924	991	11.545	11.629	10.754	11.009

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Economus estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), por meio da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, alterada pelas Resoluções CNPC nº 12, de 19 de agosto de 2013, CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e CNPC nº 20, de 18 de junho de 2015, CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pelas Instruções Previc nº 01 nº 05, nº 10, nº 06, nº 15, nº 21 e nº 25, de 22 de março de 2011, de 08 de setembro de 2011, de 22 de março de 2011, de 13 de novembro de 2013, de 12 de novembro de 2014, de 23 de março de 2015 e de 17 de dezembro de 2015, respectivamente, e, quando aplicável, aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologados pelos órgãos reguladores. Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado dos ativos e passivos em circulante e não circulante.

A contabilidade do Economus é estruturada em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa, Gestão Assistencial e Investimentos, conforme demonstrado a seguir:

Gestão Previdencial: congrega todas as atividades previdenciais, como recebimento de contribuições, pagamento de benefícios, constituição de provisões matemáticas e de fundos, resgate e portabilidade.

Gestão Administrativa: tem como objetivo controlar as receitas e despesas inerentes às atividades administrativas do Economus. A segregação das despesas administrativas entre as gestões previdencial, assistencial e de investimentos leva em consideração critérios preestabelecidos, aprovados pela Diretoria Executiva.

Gestão Assistencial: tem como objetivo administrar planos de assistência à saúde, de acordo com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e alterações posteriores, e a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores. Os planos assistenciais à saúde, com registro e em situação ativa na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), devem efetuar e manter sua contabilidade em separado, de forma a possibilitar a identificação, a independência do patrimônio e a adequação à legislação aplicável estabelecida pela ANS.

Em atendimento à legislação vigente, o Economus está apresentando

as informações financeiras dos planos assistenciais à saúde em separado, mas como parte das demonstrações contábeis, demonstrado nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial (Nota Explicativa 9).

Investimentos: tem como objetivo registrar o patrimônio dos planos de benefícios previdenciais. O patrimônio é aplicado visando obter rentabilidades compatíveis com as metas atuariais e gerenciais dos planos. Registra os resultados dos investimentos por emissor, os quais são apropriados segregadamente por planos.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações, respectivamente com a finalidade de evidenciar:

- **Balço Patrimonial**

Tem por finalidade, de forma consolidada, evidenciar os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciais.

- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)**

Tem a finalidade de evidenciar, de forma consolidada, as modifica-

ções ocorridas pelo Patrimônio Social dos planos de benefícios ao final do exercício.

- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)**

Tem a finalidade de demonstrar, por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício.

- **Demonstração do Ativo Líquido (DAL)**

Tem a finalidade de evidenciar, por plano de benefícios previdenciais, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.

- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)**

Tem como finalidade evidenciar de forma consolidada a atividade administrativa da Entidade, evidenciando as alterações do fundo administrativo ao final de cada exercício.

- **Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT)**

Tem como finalidade evidenciar de forma individualizada, por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas.

Os quadros, as informações e os demonstrativos das notas explicativas foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual o Economus atua. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de Reais.

Os ajustes e eliminações necessários à consolidação das Demonstrações Contábeis foram realizados de acordo com o item 29 do Anexo A da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009. As contas passíveis desses ajustes e eliminações dentre outras, são “Superávit Técnico”, “Deficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” (Nota Explicativa 17).

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em 28 de março de 2018.

4. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pelo Economus na elaboração das demonstrações contábeis, bem como a legislação perti-

nente estão resumidas a seguir:

4.1. Premissas e Estimativas Contábeis

A Administração se utiliza de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais mensurações patrimoniais que utilizam premissas e estimativas por parte da Administração são: provisões para perdas em investimentos, o exigível contingencial (demandas previdenciais, trabalhistas, fiscais e cíveis), determinação de vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de determinação. A Administração revisa periodicamente essas estimativas e suas premissas.

4.2. Realizável da Gestão Previdencial

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios, relati-

vos às contribuições normais e contribuições extraordinárias dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados. Considera-se o plano de custeio, bem como o valor de resultados a realizar de títulos e valores mobiliários, pelo diferencial da taxa de juros dos títulos mantidos até o vencimento e a taxa de juros de desconto das obrigações atuariais.

4.3. Realizável da Gestão Administrativa

Registra as contribuições para o custeio administrativo a receber dos patrocinadores, participantes, autopatrocinados e assistidos e os valores a receber dos planos referentes ao custeio dos investimentos; os adiantamentos efetuados na folha de salários dos funcionários do Economus; os adiantamentos de serviços de terceiros; os gastos antecipados referentes às despesas de períodos subsequentes e os depósitos judiciais e recursais desembolsados por força de decisão judicial. Os recursos a receber da gestão administrativa são contabilizados pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

4.4. Realizável de Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos garantidores das

provisões matemáticas, fundos e provisões passivas são determinados pela Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional (CMN), alterado pelas Resoluções do Bacen nº 3.846, de 25 de março de 2010, nº 4.275, de 31 de outubro de 2013 e nº 4.449, de 20 de novembro de 2015.

4.4.1. Renda Fixa

Conforme determinam as Resoluções CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, e CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005, e o item 14, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, os títulos de renda fixa estão classificados nas seguintes categorias:

i. Títulos para negociação (Marcados a Mercado):

adquiridos com o propósito de serem negociados independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição, sendo contabilizados pelo valor de mercado.

ii. Títulos mantidos até o vencimento (Marcados pela taxa de aquisição – Curva):

os títulos para os quais haja a intenção e a capacidade financeira

para sua manutenção até o vencimento são classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” e o critério de avaliação contábil é do rendimento pela curva, de forma proporcional (*pro rata* dia), até o vencimento.

4.4.2. Renda Variável - Ações

As aplicações em ações são registradas pelo custo de aquisição no mercado à vista, acrescidos de despesas de corretagem e outras taxas, sendo precificadas a valor de mercado, isto é, pela cotação de fechamento do último dia divulgada pela Bolsa de Valores.

4.4.3. Fundos de investimento

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço.

4.4.4. Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados por meio de reavaliações a valor de mercado. Até o exercício de 2014, essas

reavaliações eram efetuadas a cada três anos, depreciadas mensalmente (exceto terrenos e imóveis em construção), de acordo com a vida útil remanescente constante do laudo de avaliação, conforme item 22 da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores. A partir do exercício de 2015, as reavaliações passaram a ser realizadas anualmente de acordo com as Instruções Previc nº 15, de 12 de novembro de 2014 e nº 21, de 23 de março de 2015, dispensado o registro da depreciação.

Os resultados dos ajustes positivos ou negativos são contabilizados nas contas específicas em contrapartida com a conta “investimento imobiliário” do resultado. A prática de reavaliação tem por finalidade atualizar periodicamente o valor contábil dos imóveis a valor justo (Nota Explicativa 7.1.a.).

4.4.5. Operações com Participantes (Empréstimos)

As operações com participantes representam os empréstimos concedidos pelo valor principal, acrescidos dos encargos contratuais. Os empréstimos são concedidos aos participantes e assistidos dos planos de benefícios Regulamento Complementar nº 1 e nº 2, Regulamento Geral e PrevMais.

Regulamento Complementar nº 1 e nº 2: os saldos são corrigidos mensalmente pela variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acrescidos dos juros de taxa pré-fixada bruta final de 0,609% ao mês.

Regulamento Geral: os saldos são corrigidos mensalmente pela variação do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), acrescidos dos juros de taxa pré-fixada bruta final de 0,687% ao mês. Para os empréstimos ativos concedidos no modelo antigo, vigente até novembro de 2016, a taxa bruta é de 0,798% ao mês.

PrevMais: os saldos são corrigidos mensalmente pela taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e de Custódia), acrescidos dos juros de taxa pré-fixada bruta de 0,205% ao mês. Para os empréstimos ativos concedidos no modelo antigo, vigente até novembro de 2016, a taxa bruta é de 0,5725% ao mês.

As taxas de juros brutas contemplam a taxa de administração, taxa de contingência e o seguro prestamista.

Adicionalmente, é cobrado e descontado do valor do principal o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), conforme legislação em vigor.

O registro contábil é feito pelo custo amortizado e as operações estão sujeitas à provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Na hipótese de haver o provisionamento de 100% do saldo devedor para créditos de liquidação duvidosa, o plano de benefícios detentor do crédito é ressarcido integralmente pelo fundo contábil de contingência (risco de crédito) que, a partir desse momento, assume a posição dos eventuais devedores.

Em junho de 2017, foram implementadas novas condições no empréstimo pessoal do Economus, a saber:

- Liberação de crédito para os participantes e beneficiários do Regulamento Complementar nº 2;
- Redução da taxa de juros bruta para o Regulamento Complementar nº 1, de 7,94% ao ano para 7,56% ao ano;
- Aumento do limite individual para o Regulamento Geral, de R\$ 100 mil para R\$ 160 mil; e
- Aumento do limite individual para o PrevMais, de R\$ 80 mil para R\$ 160 mil.

Outros Realizáveis

Composto pelos seguintes investimentos:

- Depósito judicial feito para garantir ao Economus o direito a bônus de subscrição da Ambev;
- Investimento em controlada, avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

4.5. Provisão para Perdas e Créditos de Liquidação Duvidosa

As provisões para perdas e para créditos de liquidação duvidosa são registradas para os investimentos mensurados ao custo amortizado e contabilizadas em conta de resultado, em contrapartida à conta redutora do respectivo segmento do ativo. Dessa forma, os investimentos foram apresentados pelo seu valor líquido.

Para o registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa, são observados os seguintes critérios, de acordo com o item 11, do Anexo A, da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores:

ATRASO (EM DIAS)		FAIXA DE PROVISIONAMENTO (*)
De	Até	
61	120	25%
121	240	50%
241	360	75%
	>360	100%

(*) Incidem sobre os créditos vencidos e vincendos.

4.6. Permanente - Imobilizado e Intangível

Demonstrado pelo valor de custo de aquisição, ajustado por depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e espécie de bens.

- **Imobilizado:** a depreciação é feita pelo método linear, com taxa anual de 10% para móveis e utensílios; 20% para máquinas e equipamentos, veículos e *hardware*, exceto celulares e *lpad*, que são depreciados em 18 meses.
- **Intangível:** é composto por licença de uso de *softwares*, amortizado pelo método linear com taxa anual de 20%.

4.7. Gestão Assistencial

As diretrizes contábeis referentes à Gestão Assistencial estão descritas nas Informações Suplementares da Gestão Assistencial, conforme descrito na Nota Explicativa 9.

4.8. Exigível Operacional

Registra as obrigações conhecidas e calculáveis de cada gestão (previdencial, administrativa e investimentos) pelo custo, mais as atualizações monetárias, quando aplicáveis. São decorrentes dos benefícios aos participantes, salários dos funcionários do Economus, prestação de serviços de terceiros, obrigações fiscais, investimentos, operações com participantes e recebimentos de receitas antecipadas.

4.9. Provisões, Passivos e Ativos Contingentes

O reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC nº 25, de 16 de setembro de 2009, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

4.9.1. Provisões e Passivos Contingentes

O Economus é parte em diversos processos judiciais e administrativos (Nota Explicativa 11) e o critério de provisão é baseado na opinião dos advogados, na natureza das ações, na similaridade com outros processos e com base no posicionamento dos Tribunais.

Há reconhecimento contábil sempre que a perda processual for avaliada como provável, com estimativa de conseqüente saída de recursos para a liquidação das obrigações. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo apenas ser divulgados nas Notas Explicativas.

Os passivos contingentes classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

Para as causas substancialmente compostas por reclamações trabalhistas envolvendo Participantes vinculados ao Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Complementar nº 2, a provisão do Economus limita-se aos respectivos depósitos judiciais.

4.9.2. Depósitos Judiciais e Recursais

Os depósitos judiciais efetuados pelo Economus têm por finalidade garantir o juízo para discussão de valores ou obrigações. Já os depósitos recursais são efetuados somente na Justiça do Trabalho e são necessários para fins de admissibilidade de recursos, nas hipóteses em que o Instituto é sucumbente na demanda.

Os depósitos judiciais e recursais são atualizados mensalmente,

sendo que os processos que tramitam nas instâncias cível e trabalhista seguem os critérios de atualização de cada Tribunal e os depósitos tributários efetuados na Justiça Federal são corrigidos pela taxa Selic.

4.9.3. Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo

4.10. Patrimônio Social

Composto pelos recursos acumulados para fazer frente às obrigações de cada plano, o patrimônio social compreende o patrimônio de cobertura do plano e os fundos, segregados em previdenciais, administrativos e de investimentos.

4.10.1. Patrimônio de Cobertura do Plano

(a) Provisões matemáticas

Representam, ao final de cada exercício, o valor dos compromissos

relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, assistidos e beneficiários, com base em cálculos atuariais, elaborados por atuários externos.

i. Benefícios concedidos e a conceder

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor atual dos compromissos futuros em relação aos assistidos, ao passo que as provisões de benefícios a conceder constituem o valor atual dos compromissos futuros, em relação aos participantes que ainda não iniciaram o recebimento de seus benefícios (aposentadoria, invalidez, pensão por morte, entre outros).

• **Contribuição Definida**

Representam o valor atual dos compromissos futuros já concedidos ou a conceder que estão estruturados na modalidade de contribuição definida.

• **Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização**

Representam o valor atual dos compromissos futuros já concedidos ou a conceder que estão estruturados na modalidade de benefício definido.

- **Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados**

Representam o valor atual dos compromissos futuros já concedidos ou a conceder que dizem respeito exclusivamente aos benefícios programados do plano.

- **Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados**

Representam o valor atual dos compromissos futuros já concedidos ou a conceder que dizem respeito exclusivamente aos benefícios não programados do plano.

- **Valor Atual das Contribuições Futuras dos Aposentados**

Representam o valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos aposentados durante o período de percepção de benefício.

- **Valor Atual das Contribuições Futuras**

Representam o valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos patrocinadores e pelos participantes que ainda não estejam em gozo do benefício de prestação continuada. Exclui-se toda contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes nesse plano, bem como as contribuições a serem recolhidas, tanto

pelos participantes durante o período de percepção do benefício, quanto pelos patrocinadores sobre o valor dos benefícios a serem pagos a esses integrantes.

- ii. (-) Provisões matemáticas a constituir*

Representam o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes aos equacionamentos de deficit observados nos exercícios de 2005 e 2015, de acordo com o Plano Anual de Custeio, que estão sendo pagas por participantes, aposentados e patrocinadores.

O equacionamento de deficit do exercício de 2015 dos Planos de Benefícios Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral, foram aprovados pelo Conselho Deliberativo em 19 de dezembro de 2016, o início do recolhimento de contribuições ocorreu em fevereiro de 2017.

- (b) Equilíbrio técnico*

É determinado em função dos resultados realizados e a realizar.

- **Resultados realizados**

São os resultados acumulados oriundos dos planos de benefícios,

compostos por Superávit Técnico e, pela conta redutora, Deficit Técnico.

- **Superávit/Deficit técnico acumulado**

Representa o excedente ou a insuficiência patrimonial de recursos para a cobertura das provisões matemáticas (recursos necessários para arcar com o pagamento de benefício dos participantes). Para efeito do cálculo das provisões matemáticas (reservas atuariais), o atuário externo baseou-se na legislação que regula as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e nos respectivos Regulamentos dos Planos de Benefícios (Nota Explicativa 13).

- **Resultados a realizar**

Representam os resultados antecipados dos ajustes dos títulos, somente do Regulamento Geral, em decorrência da diferença positiva auferida entre o valor presente apurado pelos respectivos custos de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos dos títulos, componentes da categoria “títulos mantidos até o vencimento” e o valor presente desses títulos, considerando a taxa de desconto utilizada na última avaliação atuarial, em 31 de dezembro de 2017, com a devida anuência do órgão fiscalizador (Nota Explicativa 13.2).

4.10.2. Fundos

São valores constituídos com finalidades específicas de acordo com sua origem, podendo ser:

- **Fundo Previdencial** - Para o PrevMais (CV), o fundo previdencial é composto pelos fundos de reversão, constituído por parcelas patronais não resgatáveis de participantes que optaram pelo instituto do resgate, e pelo fundo de capitalização dos benefícios de risco (benefícios a conceder). Este último, avaliado atuarialmente, conforme formulações constantes da Nota Técnica Atuarial do plano.

- **Fundo Administrativo** - É constituído pelas receitas administrativas líquidas das despesas, adicionado ao rendimento auferido dos investimentos e das contingências contabilizadas no grupo de contas da Gestão Administrativa.

- **Fundo de Investimentos** - É constituído por meio da aplicação de percentual, denominado taxa de contingência, incidente sobre as parcelas pagas dos empréstimos quitados pelos participantes. Esse montante será utilizado para cobertura do saldo devedor dos mutuários inadim-

plentes, assim como para o pagamento dos custos decorrentes das medidas judiciais cabíveis.

4.11. Apuração do Resultado

Representa as adições e deduções da gestão previdencial, receitas e despesas da gestão administrativa, as rendas ou variações positivas e deduções ou variações negativas dos investimentos registradas pelo regime de competência, exceto o recebimento das contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados vinculados ao plano estruturado na modalidade de contribuição variável (PrevMais), que são registrados pelo regime de caixa.

4.12. Custeio Administrativo

Os recursos da gestão administrativa são provenientes do custeio administrativo, definido no plano anual de custeio dos planos de previdência, e do custeio administrativo dos investimentos. Esses recursos são registrados de forma segregada por plano e destinados, exclusivamente, ao pagamento das despesas administrativas das gestões previdencial e de investimentos, sendo as despesas administrativas relacionadas à gestão assistencial reembolsadas integralmente pelas receitas administrativas

dos planos assistenciais.

As sobras, bem como eventuais resultados negativos originados no fluxo de recursos administrativos, são incorporados ao Fundo Administrativo.

Em 2017, o custeio administrativo teve as seguintes fontes:

- **Plano Regulamento Complementar nº 1** - correspondente à contribuição de 0,68% dos salários reais de participação dos participantes ativos e das complementações dos assistidos. O mesmo percentual é cobrado do patrocinador, aplicável sobre a folha de salário real de participação. Até março de 2017, o percentual aplicável era de 0,683%;
- **Plano Regulamento Complementar nº 2** - correspondente à contribuição de 1,35% dos salários reais de participação de participantes ativos e das complementações dos assistidos. O mesmo percentual é cobrado do patrocinador, aplicável sobre a folha de salário real de participação. Até março de 2017, o percentual aplicável era de 1,349%;
- **Plano Regulamento Geral** - correspondente à contribuição de 0,90% dos salários reais de participação (ativos), Benefício Proporcional Diferido (BPD), benefício saldado de participantes não vincu-

lados ao Plano PrevMais e das complementações dos assistidos. O mesmo percentual é cobrado dos patrocinadores. Para os participantes autopatrocinados, a contribuição corresponde a 1,80% do salário real de participação ou benefício saldado;

- **Plano PrevMais** - correspondente à cobrança de contribuição, que varia de 0,15% a 0,94% sobre o salário de benefício dos participantes, e 0,90% sobre a complementação paga aos assistidos e Benefício Proporcional Diferi-

do (BPD). A contribuição dos patrocinadores é paritária à dos participantes e assistidos.

- **Custeio Administrativo de Investimentos** - correspondente ao reembolso mensal dos gastos realizados com a gestão dos investimentos de cada plano.

5. Realizável da Gestão Previdencial

A composição do ativo realizável da gestão previdencial está demonstrada como segue:

DESCRIÇÃO	REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 1		REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 2		REGULAMENTO GERAL		PREVMAIS		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Contribuições Normais ^(a)	145	140	15	7	9.759	7.028	2	-	9.921	7.175
Patrocinadora	134	129	-	-	9.308	6.429	-	-	9.442	6.558
Participantes	11	11	15	7	450	598	2	-	478	616
Autopatrocinados	-	-	-	-	1	1	-	-	1	1
Adiantamentos	-	-	-	123	1.772	20.417	2	17	1.774	20.557
Resultado a Realizar ^(b)	-	-	-	-	312.069	359.735	-	-	312.069	359.735
Depósitos Judiciais ^(c)	11.619	11.161	6.084	5.867	125.766	103.357	-	-	143.469	120.385
Demais Realizáveis ^(d)	-	1.501	501	997	179	339	-	186	680	3.023
Total	11.764	12.802	6.600	6.994	449.545	490.876	4	203	467.913	510.875

(a) Trata-se de contribuições normais dos participantes ativos, cujos valores são descontados em folha de pagamento e repassados pelos patrocinadores até o quinto dia útil do mês seguinte. Nesse grupo contábil, também são registradas as contribuições dos participantes assistidos e autopatrocinados do Plano de Benefício Definido.

(b) O Resultado a Realizar está descrito na Nota Explicativa 13.3.

(c) Trata-se de valores desembolsados por ordem judicial, para pagamento de condenação e/ou para recorrer de decisões.

6. Realizável da Gestão Administrativa

A composição do ativo realizável da gestão administrativa está demonstrada como segue:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Contas a Receber	6.554	5.580
Contribuições para o Custeio Administrativo	1.540	1.226
Realizável da Folha dos Empregados	307	207
Responsabilidade de Terceiros	3	-
Outros Recursos a Receber	4.704	4.147
Transferência entre Administrativos ^(a)	2.723	2.164
Taxa Administrativa Folha Aposentados	1.229	1.229
Outros Recursos a Receber ^(b)	752	754
Despesas Antecipadas	13	20
Gestão Administrativa Depósitos Judiciais/Recurais ^(c)	14.898	13.532
Outros Realizáveis	44	936
Total da Gestão Administrativa	21.509	20.068

(a) Repasse das despesas administrativas estruturais da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) de dezembro de 2017.

(b) Compostos, principalmente, por valores a receber do custeio dos investimentos dos Planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2, Regulamento Geral e PrevMais de dezembro de 2017.

(c) Trata-se de valores desembolsados por ordem judicial, para pagamento de condenação e/ou para recorrer de decisões.

7. Realizável de Investimentos

O Economus realiza investimentos por meio de gestão direta (carteira própria) e gestão indireta (fundos de investimento).

7.1. Composição da carteira de investimentos consolidada

A carteira de investimentos, em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, está composta conforme discriminado a seguir:

DESCRIÇÃO	REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 1		REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 2		REGULAMENTO GERAL		PREVMAIS		PGA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Títulos Públicos Federais	22.711	22.108	17.205	16.787	2.825.037	3.121.970	256.070	249.151	-	6.711	3.121.023	3.416.727
Notas do Tesouro Nacional	22.711	22.108	17.205	16.787	2.825.037	3.121.970	256.070	249.151	-	-	3.121.023	3.410.016
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.711	-	6.711
Créditos Privados e Depósitos	5.563	6.640	3.160	4.403	203.335	154.266	419.410	332.192	10.090	7.096	641.558	504.597
Instituições Financeiras	5.563	6.640	3.160	4.403	199.654	154.266	281.112	232.130	8.279	5.469	497.768	402.908
Letras Financeiras Privadas	5.563	6.640	3.160	4.403	199.654	154.266	281.112	232.130	8.279	5.469	497.768	402.908
Companhias Abertas	-	-	-	-	1.444	-	25.300	-	-	-	26.744	-
Debêntures	-	-	-	-	1.444	-	25.300	-	-	-	26.744	-
Patrocinador (Banco do Brasil)	-	-	-	-	2.237	-	112.998	100.062	1.811	1.627	117.046	101.689
Letras Financeiras	-	-	-	-	2.237	-	112.998	100.062	1.811	1.627	117.046	101.689
Fundos de Investimentos	11.255	10.303	4.235	3.227	788.035	549.371	902.017	852.051	82.628	58.065	1.788.170	1.473.017
Renda Fixa	11.119	9.974	4.099	2.898	242.310	57.089	806.738	762.829	82.628	58.065	1.146.894	890.855
Ações	-	-	-	-	255.528	238.642	63.104	49.009	-	-	318.632	287.651
Multimercado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direitos Creditórios	136	329	136	329	2.914	5.061	28.506	37.438	-	-	31.692	43.157
Participações	-	-	-	-	233.394	194.816	3.669	2.775	-	-	237.063	197.591
Imobiliário	-	-	-	-	53.889	53.763	-	-	-	-	53.889	53.763
Investimentos Imobiliários (i)	-	-	-	-	111.776	111.457	-	-	-	-	111.776	111.457
Imóveis	-	-	-	-	111.352	111.018	-	-	-	-	111.352	111.018
Aluguéis e Renda	-	-	-	-	424	439	-	-	-	-	424	439
Empréstimos e Financiamentos (ii)	5.588	141	3.149	-	67.587	57.954	85.504	57.505	-	-	161.828	115.600
Depósitos Judiciais/Recursais	-	-	-	-	6.114	5.913	-	-	-	-	6.114	5.913
Outros Realizáveis (iii)	-	-	-	-	3.099	2.896	-	-	430	468	3.529	3.364
Total dos Investimentos	45.117	39.192	27.749	24.417	4.004.983	4.003.827	1.663.001	1.490.899	93.148	72.340	5.833.998	5.630.675

A administração dos investimentos da carteira própria é efetuada pelo Economus, utilizando o Banco do Brasil S.A. como prestador de serviços de custódia qualificada e controladoria, centralizando a totalidade dos títulos e valores mobiliários sob a sua guarda, devidamente habilitado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, os investimentos classificados na categoria Títulos para Negociação podem ser negociados, independentemente do prazo de vencimento do título, e são avaliados diariamente a valor de mercado, conforme divulgação de preços pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), e seus efeitos são reconhecidos no resultado do exercício (Demonstração da Mutação do Patrimônio Social).

Os Fundos de Investimentos são avaliados com base no valor da cota, conforme balanço do patrimônio dos respectivos fundos, divulgados diariamente pelos respectivos administradores.

Custódia dos Investimentos

Os títulos públicos são custodiados na Selic, as ações são custodiadas na CBLC, os títulos privados na Cetip S.A, enquanto os títulos e valores mobiliários contidos nos fundos de investimento estão custodiados nas seguintes instituições:

- Banco Bradesco S.A.;
- Banco BNY Mellon S.A.;
- Banco BNP Paribas Brasil Ltda; • Itaú Unibanco S.A.
- Banco do Brasil S.A.;
- BRB DTVM S.A.;
- Santander Securities Services Brasil S.A.;

a) Investimentos Imobiliários: Todos os investimentos imobiliários da Entidade são destinados exclusivamente para renda (aluguel) e pertencem ao Plano Regulamento Geral, conforme Política de Investimentos. Ao final do exercício de 2017, são demonstrados como segue:

DESCRIÇÃO	2016	ACRÉSCIMOS/ DEDUÇÕES	2017
Locadas à Patrocinadoras	22.135	558	22.693
Edificações	21.967	555	22.522
Aluguéis	168	3	171
Locadas a Terceiros	89.322	(239)	89.083
Edificações	89.051	(221)	88.830
Aluguéis	271	(18)	253
Total da Carteira de Imóveis	111.457	319	111.776

O Economus possui imóveis locados aos patrocinadores e a terceiros. Durante o exercício de 2017, os aluguéis recebidos totalizaram R\$ 5.290 (R\$ 5.281, em 2016).

Em atendimento ao item 19, letras h, j e k do Anexo A da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, o Economus reavaliou seus imóveis com laudo em 23 de novembro de 2017, sendo ajustado contabilmente em dezembro de 2017. As

referidas reavaliações foram efetuadas com base na norma NBR nº 14.653 - partes 1 e 2 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Os laudos de avaliação foram emitidos pela empresa Consult Soluções Patrimoniais, gerando variação patrimonial positiva de R\$ 334 (negativa de R\$ 7.949, em 2016), conforme quadro a seguir:

DESCRIÇÃO	VALOR CONTÁBIL NOV/2017	AJUSTE DA REAVALIAÇÃO	VALOR CONTÁBIL DEZ/2017	VIDA ÚTIL REMANESCENTE
Locados à Patrocinadora	21.967	555	22.522	
Rua Domingos de Morais N 896 - Vila Mariana	9.612	370	9.982	44 anos
Praça Raul Aguiar Leme N 212 - Bragança Paulista	2.467	63	2.530	44 anos
Rua Teodoro Sampaio N 1600 - Pinheiros	6.183	8	6.191	50 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 15	1.235	38	1.273	30 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 17 A	1.235	38	1.273	30 anos
Rua Líbero Badaró N 293 - Conjunto 17 D	1.235	38	1.273	30 anos
Locados a Terceiros	89.051	(221)	88.830	
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 31	2.934	49	2.934	49 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 41	2.934	49	2.983	49 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 42	2.934	49	2.983	49 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 141	2.934	49	2.983	49 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 142	2.934	49	2.983	49 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conjunto 151	2.934	(1)	2.982	49 anos
Av Dr. Cardoso de Melo N 1855 - Conj. 152 e Cobertura	4.643	77	4.720	49 anos
Rua Quirino de Andrade N 185 - São Paulo	7.027	31	7.058	39 anos
Bela Cintra Corporate	59.777	(573)	59.204	60 anos
Total da Reavaliação dos Imóveis	111.018	334	111.352	

O Economus adotou a reavaliação anual dos investimentos imobiliários, conforme Instruções Previc nº 15, de 12 de novembro de 2014, e 21, de 23 de março de 2015. As referidas instruções definem que a Entidade que optar pela reavaliação anual fica dispensada do registro da depreciação.

b) Empréstimos: Registram as operações de empréstimos concedidos a participantes, de acordo com o regulamento, e avaliados ao valor da concessão, deduzidos os valores amortizados pelo pagamento de parcelas, antecipações e quitações, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações Contábeis.

A movimentação da carteira de empréstimo em 2017 é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2016	CONCESSÕES/ENTRADA	AMORTIZAÇÕES/SAÍDA	JUROS	2017
Regulamento Complementar nº 1	141	6.040	(807)	214	5.588
Empréstimos a Participantes	141	6.040	(807)	214	5.588
Regulamento Complementar nº 2	-	3.351	(311)	109	3.149
Empréstimos a Participantes	-	3.351	(311)	109	3.149
Regulamento Geral	57.954	48.799	(45.302)	6.896	67.587
Empréstimos a Participantes	57.983	48.235	(45.118)	6.896	67.996
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(29)	564	(184)	-	(409)
PrevMais	57.505	81.404	(62.041)	9.150	85.504
Empréstimos a Participantes	57.550	80.911	(61.805)	9.150	85.806
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(45)	493	(236)	-	(302)
Total da carteira de Empréstimo	115.600	139.594	(108.461)	16.369	161.828

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base nos valores vencidos e vincendos, conforme número de dias de atraso.

c) Outros Realizáveis

DESCRIÇÃO	2017	2016
Regulamento Geral	3.099	2.896
Depósito Judicial - Ambev ^(a)	3.099	2.896
Plano de Gestão Administrativa (PGA)	430	468
Participação na Corretora de Seguros (Corseg) ^(b)	430	468
Total dos Outros Realizáveis	3.529	3.364

(a) Ação ordinária movida contra Companhia de Bebidas das Américas - Ambev, relativa a bônus de subscrição.

(b) Refere-se a participação na Economus - Administração e Corretora de Seguros Ltda. Conforme disposto na Resolução CMN 3.792, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, o acionista majoritário Economus não pode ter investimentos relevantes em outras empresas. A Corretora encontra-se em liquidação extrajudicial, desde 31 de dezembro de 2005. O investimento é avaliado pelo método da equivalência patrimonial e está atualizado com base no patrimônio líquido de dezembro de 2017

7.2. Fundos Exclusivos

Em 31 de dezembro de 2017, os fundos exclusivos apresentam um montante de R\$ 1.489.543 (R\$ 1.203.193, em 2016).

Os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimentos exclusivos estão assim demonstrados ao lado:

DESCRIÇÃO	ATIVO/ PASSIVO 2017	ATIVO/ PASSIVO 2016
A - BB ECO PREMIUM IMA-B FI Renda Fixa	-	19.028
Letras Financeiras Subord. BB POS	-	3.491
Operações Compromissadas	-	11.884
Debentures Simples - IPCA	-	3.635
Depósitos à Vista	-	23
Valores a Pagar	-	(5)
B - RIO BRAVO INVENIO FIA	-	29.502
Ações	-	25.834
Letras Tesouro Nacional	-	3.047
Notas do Tesouro Nacional	-	-
Valores a Receber	-	620
Saldo em Tesouraria	-	1
C - ECO STOCKS FIC FIA	312.307	260.820
Fundo de Renda Variável	312.285	260.827
Letras Tesouro Nacional Over	0	5
Valores a Pagar	(6)	(12)
Disponível	27	-
Valores a Receber	1	-
D - ECO CASH FIC FI RENDA FIXA	1.177.236	893.843
BB Eco Plus FI RF CP ^(a)	758.374	791.885
Bradesco H.FI RF CP LP Performace Institucional ^(a)	207.952	-
FI Votorantim INS RF ^(a)	142.545	101.962
Votorantim Premium Banks	62.239	-
Caixa Brasil IMA-B	6.088	-
Caixa/Disponível	36	-
Valores a Receber	18	-
Valores a Pagar	(16)	(4)
Total dos Fundos Exclusivos	1.489.543	1.203.193

a) - Carteiras, basicamente, representadas por Letras Financeiras.

7.3. Composição das Carteiras de Investimentos por Plano

Em observância ao artigo 8º da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, segue a segregação real dos ativos por plano:

a. Composição da carteira de investimentos do Regulamento Complementar Nº 1

REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 1	COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS											
	POSIÇÃO COMPRA		CATEGORIA			VENCIMENTO			VALOR DE MERCADO	VALOR DE CUSTO	VALOR CONTÁBIL	
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2017	2017	2017	2016
Títulos Públicos	-	-	-	22.711	-	-	11.035	11.676	23.766	22.711	22.711	22.108
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	22.711	-	-	11.035	11.676	23.766	22.711	22.711	22.108
Notas do Tesouro Nacional B	3.074	3.306,976419	-	10.454	-	-	-	10.454	10.166	10.454	10.454	10.245
Notas do Tesouro Nacional B	436	3.357,933953	-	1.222	-	-	-	1.222	1.464	1.222	1.222	1.185
Notas do Tesouro Nacional B	1.000	3.269,319809	-	2.911	-	-	2.911	-	3.269	2.911	2.911	2.804
Notas do Tesouro Nacional B	390	3.218,043562	-	1.128	-	-	1.128	-	1.255	1.128	1.128	1.087
Notas do Tesouro Nacional B	2.310	3.295,056581	-	6.996	-	-	6.996	-	7.612	6.996	6.996	6.787
Créditos Privados e Depósitos			-	5.563	-	2.153	3.410	-	161.026	5.563	5.563	6.640
Letras Financeiras Privadas	6	-	-	5.407	-	1.997	3.410	-	5.407	5.407	5.407	6.640
Letras Financeiras Privadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.723
Letras Financeiras Privadas	1	856,0000	-	856	-	856	-	-	856	856	856	785
Letras Financeiras Privadas	1	1.141,00	-	1.141	-	1.141	-	-	1.141	1.141	1.141	1.040
Letras Financeiras Privadas	0,838323	2.005,00	-	1.681	-	-	1.681	-	1.681	1.681	1.681	1.522
Letras Financeiras Privadas	3	576,00	-	1.729	-	-	1.729	-	1.729	1.729	1.729	1.570
Certificados de Depósitos Bancários	154	-	-	156	-	156	-	-	155.619	156	156	-
Certificados de Depósitos Bancários	38	1,00	-	38	-	38	-	-	38.497	38	38	-
Certificados de Depósitos Bancários	76	1,00	-	78	-	78	-	-	76.974	78	78	-
Certificados de Depósitos Bancários	40	1,00	-	40	-	40	-	-	40.148	40	40	-
Fundos de Investimento	-	-	10.676	579	10.676	579	-	-	11.255	11.255	11.255	10.303
Renda Fixa	-	-	10.676	443	10.676	443	-	-	11.119	11.119	11.119	9.974
Fundo de Renda Fixa	-	-	10.676	443	10.676	443	-	-	11.119	11.119	11.119	9.974
Direitos Creditórios	-	-	-	136	-	136	-	-	136	136	136	329
Fundos de Direitos Creditórios	-	-	-	136	-	136	-	-	136	136	136	329
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	5.588	5.588	5.588	141
Total			10.676	28.853	10.676	2.732	14.445	11.676	201.635	45.117	45.117	39.192

b. Composição da carteira de investimentos do Regulamento Complementar N° 2

REGULAMENTO COMPLEMENTAR N° 2	COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS											
	POSIÇÃO COMPRA		CATEGORIA			VENCIMENTO			VALOR DE MERCADO	VALOR DE CUSTO	VALOR CONTÁBIL	
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2017	2017	2017	2016
Títulos Públicos	-	-	-	17.205	-	-	3.313	13.892	17.881	17.205	17.205	16.787
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	17.205	-	-	3.313	13.892	17.881	17.205	17.205	16.787
Notas do Tesouro Nacional B	3.107	3.306,976419	-	10.561	-	-	-	10.561	10.275	10.561	10.561	10.350
Notas do Tesouro Nacional B	1.179	3.357,933953	-	3.331	-	-	-	3.331	3.959	3.331	3.331	3.231
Notas do Tesouro Nacional B	400	3.269,319809	-	1.164	-	-	1.164	-	1.308	1.164	1.164	1.122
Notas do Tesouro Nacional B	710	3.295,056581	-	2.149	-	-	2.149	-	2.339	2.149	2.149	2.084
Créditos Privados e Depósitos			-	3.160	-	2.007	1.153	-	3.160	3.160	3.160	4.403
Letras Financeiras Privadas	-	-	-	3.150	-	1.997	1.153	-	3.150	3.150	3.150	4.403
Letras Financeiras Privadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.532
Letras Financeiras Privadas	1	856.144,70	-	856	-	856	-	-	856	856	856	785
Letras Financeiras Privadas	1	1.141.415,97	-	1.141	-	1.141	-	-	1.141	1.141	1.141	1.040
Letras Financeiras Privadas	2	576.486,84	-	1.153	-	-	1.153	-	1.153	1.153	1.153	1.046
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	-	10	-	10	-	-	10	10	10	-
CDB	10	1.003,69	-	10	-	10	-	-	10	10	10	-
Fundos de Investimento			3.561	674	3.561	674	-	-	4.235	4.235	4.235	3.227
Renda Fixa			3.561	538	3.561	538	-	-	4.099	4.099	4.099	2.898
Fundo de Renda Fixa			3.561	538	3.561	538	-	-	4.099	4.099	4.099	2.898
Direitos Creditórios			-	136	-	136	-	-	136	136	136	329
Fundos de Direitos Creditórios			-	136	-	136	-	-	136	136	136	329
Empréstimos			-	-	-	-	-	-	3.149	3.149	3.149	-
Total			3.561	21.039	3.561	2.681	4.466	13.892	25.276	27.749	27.749	24.417

c. Composição da carteira de investimentos do Regulamento Geral

Em 2017 e 2016, não houve reclassificação de títulos entre as categorias definidas pela Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002.

COMPOSIÇÃO DE INVESTIMENTOS												
REGULAMENTO GERAL	POSIÇÃO COMPRA		CATEGORIA			VENCIMENTO			VALOR DE MERCADO	VALOR DE CUSTO	VALOR CONTÁBIL	
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2017	2017	2017	2016
Títulos Públicos	-	-	-	2.825.037	-	1.531.870	88.980	1.204.187	3.389.754	2.825.037	2.825.037	3.121.970
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	2.825.037	-	1.531.870	88.980	1.204.187	3.389.754	2.825.037	2.825.037	3.121.970
Notas do Tesouro Nacional B	5.000	3.306,976419	-	14.999	-	-	-	14.999	16.535	14.999	14.999	14.553
Notas do Tesouro Nacional B	10.000	3.306,976419	-	27.939	-	-	-	27.939	33.070	27.939	27.939	26.956
Notas do Tesouro Nacional B	49.548	3.296,298041	-	130.232	-	-	-	130.232	163.325	130.232	130.232	126.030
Notas do Tesouro Nacional B	152.817	3.357,933953	-	454.505	-	-	-	454.505	513.149	454.505	454.505	441.625
Notas do Tesouro Nacional B	10.000	3.259,375987	-	30.357	-	30.357	-	-	32.594	30.357	30.357	29.288
Notas do Tesouro Nacional B	10.000	3.269,319809	-	29.584	-	-	29.584	-	32.693	29.584	29.584	28.574
Notas do Tesouro Nacional B	24.000	3.279,300055	-	64.625	-	-	-	64.625	78.703	64.625	64.625	62.456
Notas do Tesouro Nacional B	19.680	3.295,056581	-	59.396	-	-	59.396	-	64.847	59.396	59.396	57.597
Notas do Tesouro Nacional C	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	340.933
Notas do Tesouro Nacional C	444.594	3.822,783124	-	1.501.513	-	1.501.513	-	-	1.699.586	1.501.513	1.501.513	1.476.487
Notas do Tesouro Nacional C	126.000	5.994,063559	-	511.887	-	-	-	511.887	755.252	511.887	511.887	517.471
Créditos Privados e Depósitos	-	-	-	250.316	-	170.981	79.335	-	203.335	203.335	203.335	154.266
Instituições Financeiras	-	-	-	250.316	-	170.981	79.335	-	154.117	154.117	154.117	154.266
Letras Financeiras Privadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22.980
Letras Financeiras Privadas	25	538.481,206	-	13.462	-	-	13.462	-	13.462	13.462	13.462	-
Letras Financeiras Privadas	10	1.712.289,395	-	17.123	-	17.123	-	-	17.123	17.123	17.123	15.698
Letras Financeiras Privadas	22	1.160.014,105	-	25.520	-	25.520	-	-	25.520	25.520	25.520	26.727
Letras Financeiras Privadas	5	1.407.904,932	-	7.040	-	7.040	-	-	7.040	7.040	7.040	6.383
Letras Financeiras Privadas	10	1.368.478,095	-	13.685	-	13.685	-	-	13.685	13.685	13.685	12.320
Letras Financeiras Privadas	10	1.141.415,967	-	11.414	-	11.414	-	-	11.414	11.414	11.414	10.400
Letras Financeiras Privadas	14,4828571	852.825,523	-	12.350	-	-	12.350	-	12.350	12.350	12.350	11.092
Letras Financeiras Privadas	94,2857143	206.799,299	-	19.499	-	-	19.499	-	19.499	19.499	19.499	17.819
Letras Financeiras Privadas	8,38323353	2.004.794,993	-	16.807	-	-	16.807	-	16.807	16.807	16.807	15.222
Letras Financeiras Privadas	15	1.147.816,625	-	17.217	-	-	17.217	-	17.217	17.217	17.217	15.625
Debêntures	-	-	-	1.444	-	1.444	-	-	1.444	1.444	1.444	-
Debêntures	58,12	13.621,369	-	791	-	791	-	-	791	791	791	-
Debêntures	48,2396	13.530,298	-	653	-	653	-	-	653	653	653	-
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	-	45.537	-	45.537	-	-	45.537	45.537	45.537	-
Certificados de Depósitos Bancários	7,064	1.012,818	-	7,154	-	7,154	-	-	7,154	7,154	7,154	-
Certificados de Depósitos Bancários	10,000	1.044,068	-	10,441	-	10,441	-	-	10,441	10,441	10,441	-
Certificados de Depósitos Bancários	20,000	1.042,441	-	20,850	-	20,850	-	-	20,850	20,850	20,850	-
Certificados de Depósitos Bancários	3,533	1.013,084	-	3,579	-	3,579	-	-	3,579	3,579	3,579	-
Certificados de Depósitos Bancários	3,500	1.003,690	-	3,513	-	3,513	-	-	3,513	3,513	3,513	-
LF BB	2,3248	962.200,142	-	2,237	-	2,237	-	-	2,237	2,237	2,237	-
Fundos de Investimento	-	-	544.545	243.490	544.545	124.151	19.391	99.948	788.035	788.035	788.035	549.371
Renda Fixa	-	-	238.229	4.081	238.229	4.081	-	-	242.310	242.310	242.310	57.089
Fundo de Renda Fixa	-	-	238.229	4.081	238.229	4.081	-	-	242.310	242.310	242.310	57.089
Ações	-	-	252.427	3.101	252.427	3.101	-	-	255.528	255.528	255.528	238.642
Fundo de Ações	-	-	252.427	3.101	252.427	3.101	-	-	255.528	255.528	255.528	238.642
Direitos Creditórios	-	-	-	2.914	-	2.914	-	-	2.914	2.914	2.914	5.061
Fundo de Direitos Creditórios	-	-	-	2.914	-	2.914	-	-	2.914	2.914	2.914	5.061
Participações	-	-	-	233.394	-	114.055	19.391	99.948	233.394	233.394	233.394	194.816
Fundo de Participações	-	-	-	233.394	-	114.055	19.391	99.948	233.394	233.394	233.394	194.816
Imobiliário	-	-	53.889	-	53.889	-	-	-	53.889	53.889	53.889	53.763
Fundo Imobiliário	-	-	53.889	-	53.889	-	-	-	53.889	53.889	53.889	53.763
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	111.776	111.776	111.776	111.457
Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	111.352	111.352	111.352	111.018
Aluguéis e Renda	-	-	-	-	-	-	-	-	424	424	424	439
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	67.587	67.587	67.587	57.954
Depósitos Judiciais/Recursais	-	-	-	-	-	-	-	-	6.114	6.114	6.114	5.913
Outros Realizáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	3.099	3.099	3.099	2.896
Total			544.545	3.318.843	544.545	1.827.002	187.706	1.304.135	4.569.700	4.004.983	4.004.983	4.003.827

d. Composição da carteira de investimentos do PrevMais

PREVMAIS	COMPOSIÇÃO DE INVESTIMENTOS											
	POSIÇÃO COMPRA		CATEGORIA			VENCIMENTO			VALOR DE MERCADO	VALOR DE CUSTO	VALOR CONTÁBIL	
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2017	2017	2017	2016
Títulos Públicos	-	-	-	256.070	-	-	47.604	208.466	266.631	256.070	256.070	249.151
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	256.070	-	-	47.604	208.466	266.631	256.070	256.070	249.151
Notas do Tesouro Nacional B	59.419	3.357,933953	-	195.589	-	-	-	195.589	199.525	195.589	195.589	190.655
Notas do Tesouro Nacional B	2.500	3.306,976419	-	7.500	-	-	-	7.500	8.267	7.500	7.500	7.276
Notas do Tesouro Nacional B	10.000	3.218,043562	-	29.091	-	-	29.091	-	32.180	29.091	29.091	28.060
Notas do Tesouro Nacional B	2.000	3.279,300055	-	5.377	-	-	-	5.377	6.559	5.377	5.377	5.196
Notas do Tesouro Nacional B	6.100	3.295,056581	-	18.513	-	-	18.513	-	20.100	18.513	18.513	17.964
Créditos Privados e Depósitos	-	-	-	369.639	-	166.852	202.787	-	419.410	419.410	419.410	332.192
Instituição Financeira	-	-	-	256.641	-	53.854	202.787	-	256.641	256.641	256.641	232.130
Letras Financeiras Privadas	8	1.712.289,39	-	13.698	-	13.698	-	-	13.698	13.698	13.698	12.558
Letras Financeiras Privadas	40	1.796.465,65	-	71.859	-	-	71.859	-	71.859	71.859	71.859	64.745
Letras Financeiras Privadas	5	1.407.904,93	-	7.040	-	7.040	-	-	7.040	7.040	7.040	6.383
Letras Financeiras Privadas	5	1.160.014,10	-	5.800	-	5.800	-	-	5.800	5.800	5.800	6.074
Letras Financeiras Privadas	10	1.368.478,10	-	13.685	-	13.685	-	-	13.685	13.685	13.685	12.272
Letras Financeiras Privadas	10	1.363.052,80	-	13.631	-	13.631	-	-	13.631	13.631	13.631	12.320
Letras Financeiras Privadas	4,52	852.825,52	-	3.852	-	-	3.852	-	3.852	3.852	3.852	3.459
Letras Financeiras Privadas	5,71	206.799,30	-	1.182	-	-	1.182	-	1.182	1.182	1.182	1.080
Letras Financeiras Privadas	0,78	2.004.795,00	-	1.560	-	-	1.560	-	1.560	1.560	1.560	1.414
Letras Financeiras Privadas	50	622.731,60	-	31.136	-	-	31.136	-	31.136	31.136	31.136	27.848
Letras Financeiras Privadas	25	1.225.145,71	-	30.628	-	-	30.628	-	30.628	30.628	30.628	27.616
Letras Financeiras Privadas	105	595.897,70	-	62.570	-	-	62.570	-	62.570	62.570	62.570	56.361
Patrocinador (Banco do Brasil)	-	-	-	112.998	-	112.998	-	-	112.998	112.998	112.998	100.062
Letras Financeiras	36	1.810.673,93	-	65.184	-	65.184	-	-	65.184	65.184	65.184	58.558
Letras Financeiras	10	1.540.988,03	-	15.410	-	15.410	-	-	15.410	15.410	15.410	13.843
Letras Financeiras	10	1.540.278,92	-	15.403	-	15.403	-	-	15.403	15.403	15.403	13.837
Letras Financeiras	10	1.538.861,69	-	15.389	-	15.389	-	-	15.389	15.389	15.389	13.824
Letras Financeiras	1,68	962.200,14	-	1.612	-	1.612	-	-	1.612	1.612	1.612	-
Debêntures	-	-	-	25.300	-	15.376	9.924	-	25.300	25.300	25.300	-
Debêntures	34,76	13.530,30	-	470	-	470	-	-	470	470	470	-
Debêntures	41,88	13.621,37	-	570	-	570	-	-	570	570	570	-
Debêntures	4400	1.003,69	-	4.416	-	4.416	-	-	4.416	4.416	4.416	-
Debêntures	4400	1.002,97	-	4.413	-	4.413	-	-	4.413	4.413	4.413	-
Debêntures	4400	1.003,94	-	4.417	-	-	4.417	-	4.417	4.417	4.417	-
Debêntures	550	10.011,62	-	5.507	-	5.507	-	-	5.507	5.507	5.507	-
Debêntures	550	10.011,82	-	5.507	-	-	5.507	-	5.507	5.507	5.507	-
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	-	24.471	-	24.471	-	-	24.471	24.471	24.471	-
Certificados de Depósitos Bancários	4500	1.031,64	-	4.642	-	4.642	-	-	4.642	4.642	4.642	-
Certificados de Depósitos Bancários	4500	1.032,30	-	4.645	-	4.645	-	-	4.645	4.645	4.645	-
Certificados de Depósitos Bancários	4500	1.031,34	-	4.641	-	4.641	-	-	4.641	4.641	4.641	-
Certificados de Depósitos Bancários	4500	1.076,21	-	4.842	-	4.842	-	-	4.842	4.842	4.842	-
Certificados de Depósitos Bancários	2860	1.012,82	-	2.897	-	2.897	-	-	2.897	2.897	2.897	-
Certificados de Depósitos Bancários	1429	1.013,08	-	1.448	-	1.448	-	-	1.448	1.448	1.448	-
Certificados de Depósitos Bancários	1350	1.003,69	-	1.355	-	1.355	-	-	1.355	1.355	1.355	-
Fundos de Investimento	-	-	862.189	39.828	862.189	39.828	-	-	902.017	902.017	902.017	852.051
Renda Fixa	-	-	802.309	4.429	802.309	4.429	-	-	806.738	806.738	806.738	762.829
Fundo de Renda Fixa	-	-	802.309	4.429	802.309	4.429	-	-	806.738	806.738	806.738	762.829
Ações	-	-	59.880	3.225	59.880	3.225	-	-	63.105	63.105	63.105	49.009
Fundos de Ações	-	-	59.880	3.225	59.880	3.225	-	-	63.105	63.105	63.105	49.009
Direitos Creditórios	-	-	-	28.506	-	28.506	-	-	28.506	28.506	28.506	37.438
Fundos de Direitos Creditórios	-	-	-	28.506	-	28.506	-	-	28.506	28.506	28.506	37.438
Participações	-	-	-	3.668	-	3.668	-	-	3.668	3.668	3.668	2.775
Fundo de Participações	-	-	-	3.668	-	3.668	-	-	3.668	3.668	3.668	2.775
Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	85.504	85.504	85.504	57.505
Total			862.189	665.537	862.189	206.680	250.391	208.466	1.673.562	1.663.001	1.663.001	1.490.899

Perfil de Investimentos

Há quatro opções de perfis de investimento oferecidas: Conservador, Moderado, Agressivo e Super Agressivo. A cada quatro meses (janeiro, maio e setembro), os participantes têm a possibilidade de troca de perfis de investimentos. Apresenta-se a seguir a composição dos perfis de investimentos em 31 de dezembro de 2017:

PERFIL	QTD. PARTICIPANTES (*)	VOLUME DOS RECURSOS	RENTABILIDADE (%)
Conservador	8.746	1.066.533.486	0,63%
Moderado	945	109.744.753	1,42%
Agressivo	444	58.085.462	2,23%
Super Agressivo	242	33.767.068	3,04%
Total	10.377	1.268.130.770	-

(*) Considera os participantes ativos, autopatrocinados, Benefício Proporcional Diferido (BPD) e Obrigações Pendentes com Participantes (OPP) - participantes desligados do Plano/Patrocinadora, aguardando concessão de benefício/extrato de desligamento, aguardando opção pelos Institutos ou suspensos. No perfil conservador foi incluída a quantidade de aposentados com opção por renda mensal por período determinado, renda mensal em percentual do MFI e pensionistas com saldo de MFI. A quantidade informada está acrescida em 14 participantes e a diferença reside no fato de que esses participantes têm recursos em mais de um perfil, devido a vínculos anteriores.

e. Composição da carteira de investimentos do Plano de Gestão Administrativa

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS											
	POSIÇÃO COMPRA		CATEGORIA			VENCIMENTO			VALOR DE MERCADO	VALOR DE CUSTO	VALOR CONTÁBIL	
	Quantidade	PU Mercado	Negociação	Até Vencimento	Indeterminado	De 0 a 5 anos	De 5 a 10 anos	Acima de 10 anos	2017	2017	2017	2016
Títulos Públicos Federais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.711
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.711
Créditos Privados e Depósitos	-	-	-	7.904	-	1.811	6.093	-	10.090	10.090	10.090	7.096
Letras Financeiras Privadas	-	-	-	6.093	-	-	6.093	-	6.093	6.093	6.093	5.469
Letras Financeiras	5	622.731,60400	-	3.114	-	-	3.114	-	3.114	3.114	3.114	2.785
Letras Financeiras	5	595.897,70000	-	2.979	-	-	2.979	-	2.979	2.979	2.979	2.684
Patrocinador (Banco do Brasil)	-	-	-	1.811	-	1.811	-	-	1.811	1.811	1.811	1.627
Letras Financeiras	1	1.810.673,93	-	1.811	-	1.811	-	-	1.811	1.811	1.811	1.627
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	-	2.186	-	2.186	-	-	2.186	2.186	2.186	-
Certificados de Depósitos Bancários	500	1.031,34	-	516	-	516	-	-	516	516	516	-
Certificados de Depósitos Bancários	500	1.032,30	-	516	-	516	-	-	516	516	516	-
Certificados de Depósitos Bancários	100	1.003,69	-	100	-	100	-	-	100	100	100	-
Certificados de Depósitos Bancários	500	1.031,64	-	516	-	516	-	-	516	516	516	-
Certificados de Depósitos Bancários	500	1.076,21	-	538	-	538	-	-	538	538	538	-
Fundos de Investimento	-	-	82.628	-	82.628	-	-	-	82.628	82.628	82.628	58.065
Renda Fixa	-	-	82.628	-	82.628	-	-	-	82.628	82.628	82.628	58.065
Fundo de Renda Fixa	-	-	82.628	-	82.628	-	-	-	82.628	82.628	82.628	58.065
Outros Realizáveis	-	-	-	-	-	-	-	-	430	430	430	468
Participação na Corretora de Seguros	-	-	-	-	-	-	-	-	430	430	430	468
Total			82.628	7.904	82.628	1.811	6.093	-	93.148	93.148	93.148	72.340

8. Permanente

A composição do ativo permanente está demonstrada como segue:

DESCRIÇÃO	2016	ADIÇÕES	BAIXAS	DEPRECIACIONES E AMORTIZAÇÕES	2017
Imobilizado	1.058	493	-	(438)	1.113
Móveis e Utensílios	170	-	-	(31)	139
Máquinas e Equipamentos	844	490	-	(386)	948
Veículos	38	-	-	(16)	22
Celulares e Tablets	6	3	-	(5)	4
Intangível	916	1.024	(350)	(279)	1.311
Software	566	1.024	-	(279)	1.311
Desenvolvimento de Software	-	-	-	-	-
Implementação Sistema Atena	208	-	(208)	-	-
Implementação Sistema Benner	142	-	(142)	-	-
Total do Permanente	1.974	1.517	(350)	(717)	2.424

9. Gestão Assistencial

A partir do exercício de 2010, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), que operam plano de assistência à saúde aos seus participantes e assistidos, passaram a utilizar as regras da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para os registros contábeis. Portanto, as Demonstrações Contábeis dos planos assistenciais administrados pelo Economus, em 31 de dezembro de

2017 e 2016, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela ANS, pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC) e pela Superintendência de Previdência Complementar (Previc).

As receitas e despesas assistenciais constantes na Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) – Consolidada, item 5. Gestão Assistencial representam o Resultado Líquido do Assistencial no valor negativo de R\$ 50.428 (positivo de R\$ 21.467, em 2016).

As Demonstrações Contábeis e as Notas explicativas da gestão assistencial são apresentadas de forma segregada às demonstrações dos planos previdenciais e plano de gestão administrativa, mas como parte integrante das Demonstrações Contábeis, conforme apresentado nas informações suplementares (Nota Explicativa 20.c).

Nos demonstrativos contábeis consolidados, elaborados em conformidade com os normativos do CNPCC e Previc, são apresentados apenas os saldos totais do ativo, passivo e movimentos patrimoniais ocorridos no plano assistencial. Os valores de forma analítica são apresentados nos demonstrativos assistenciais elaborados em conformidade com as normas da ANS.

10. Exigível Operacional

Esse grupo registra os compromissos a pagar do Economus, segregados em gestão previdencial, administrativa e de investimentos.

A composição do exigível operacional está demonstrada como segue:

DESCRIÇÃO	REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 1		REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 2		REGULAMENTO GERAL		PREVMAIS		PGA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Gestão Previdencial	189	5	147	14	7.165	6.726	1.010	750	-	-	8.511	7.495
Benefícios a Pagar	18	-	31	13	372	1	48	45	-	-	469	59
Retenções a Recolher	1	1	1	1	6.617	6.573	851	704	-	-	7.470	7.279
Outras Exigibilidades ^(a)	170	4	115	-	176	152	111	1	-	-	572	157
Gestão Administrativa	-	-	-	-	-	-	-	-	6.124	6.271	6.124	6.271
Pessoal e Encargos	-	-	-	-	-	-	-	-	2.800	2.619	2.800	2.619
Fornecedores a Pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	2.253	2.627	2.253	2.627
Retenções a Recolher	-	-	-	-	-	-	-	-	1.071	1.025	1.071	1.025
Investimento	13	6	19	4	676	1.011	466	317	-	-	1.174	1.338
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	21	34	-	-	-	-	21	34
Empréstimos e Financiamentos	7	1	15	-	114	188	261	112	-	-	397	301
Relacionados com o Disponível	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Exigibilidades ^(b)	6	5	4	4	541	789	205	205	-	-	756	1.003
Total do exigível operacional	202	11	166	18	7.841	7.737	1.476	1.067	6.124	6.271	15.809	15.104

(a) Outras exigibilidades referem-se à taxa de administração e contribuições a repassar entre os planos de benefícios, quitadas em janeiro de 2018.

(b) Refere-se ao valor a pagar de taxa de custódia dos investimentos, quitadas em janeiro de 2018.

II. Exigível Contingencial

O Economus tem ações judiciais e processos administrativos perante vários Tribunais e Órgãos Governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

11.1. Provisões – Prováveis

O Economus constitui provisões para demandas trabalhistas, cíveis e tributárias com risco de perda “provável”. A composição do exigível contingencial das ações classificadas como prováveis está demonstrada como segue:

DESCRIÇÃO	PROVISÕES			
	2017	CONSTITUIÇÃO/ (REVERSÃO)	ATUALIZAÇÃO	2016
Gestão Previdencial	187.715	18.577	10.682	158.456
Trabalhistas ^(a)	186.416	18.577	10.364	157.475
Regulamento Complementar nº 1	11.619	(283)	741	11.161
Regulamento Complementar nº 2	6.079	(171)	382	5.868
Regulamento Geral	168.718	19.031	9.241	140.446
Cíveis ^(b)	1.299	-	318	981
Regulamento Geral	1.178	-	306	872
PrevMais	121	-	12	109
Gestão Administrativa	17.804	1.350	176	16.278
Trabalhistas ^(c)	566	35	31	500
Plano de Gestão Administrativo (PGA)	566	35	31	500
Cíveis ^(d)	155	66	1	88
Plano de Gestão Administrativo (PGA)	155	66	1	88
Tributárias ^(e)	17.083	1.249	144	15.690
Plano de Gestão Administrativo (PGA)	17.083	1.249	144	15.690
Investimentos	6.363	21	201	6.141
Cíveis ^(f)	259	21	-	238
Regulamento Geral	259	21	-	238
Tributárias ^(g)	6.104	-	201	5.903
Regulamento Geral	6.104	-	201	5.903
Total do exigível contingencial	211.882	19.948	11.059	180.875

Gestão Previdencial

(a) Processos trabalhistas: são compostos por ações interpostas por participantes, ex-participantes e dependentes dos Planos de Benefícios do Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar Nº 2 e Regulamento Geral. Esses processos estão em diversos estágios de andamento, inclusive com valores depositados judicialmente.

O acréscimo do passivo trabalhista previdencial no exercício de 2017 reflete a movimentação das reclamações trabalhistas que tiveram julgamento desfavorável ao Economus e alteração das fases, de instrução para recurso e de recurso para execução. Contabilmente, está provisionado, em 2017, o valor de R\$ 186.416 (R\$ 157.475, em 2016).

(b) Processos Cíveis: São compostos por ações em andamento na Justiça Comum, com provisionamento, em 2017, de R\$ 1.299 (R\$ 981, em 2016).

Gestão Administrativa

(c) Processos trabalhistas: são compostos por ações ajuizadas por ex-funcionários do Economus. Esses processos estão em diversos

estágios de andamento, inclusive com valores depositados judicialmente. A Administração avalia que a provisão constituída e estimada é suficiente para a cobertura das eventuais perdas, consubstanciada na opinião dos seus advogados, bem como está de acordo com a metodologia e os critérios estabelecidos em relação a decisões desfavoráveis ao Economus. Contabilmente, está provisionado, em 2017, o valor de R\$ 566 (R\$ 500, em 2016).

(d) Processos cíveis: são compostos por ações em andamento na Justiça Comum e por ações envolvendo seguro de vida, com provisionamento, em 2017, de R\$ 155 (R\$ 88, em 2016).

(e) Processos tributários: são compostos por ações questionando a exigibilidade dos tributos e processos administrativos decorrente de autuações fiscais.

i. ISS : autuação da Prefeitura de São Paulo referente à cessão de mão de obra de 1991 a 1996. Em 2007, o Economus aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei 14.129, de 11 de janeiro de 2006, que está em fase de homologação pela Prefeitura de

São Paulo. Contabilmente, está provisionado, em 2017, o valor de R\$ 2.472 (R\$ 2.328, em 2016).

ii. Contribuição Social ao PIS e Cofins em 2006, o Economus impetrou Mandado de Segurança questionando o PIS e a Cofins com pedido de liminar visando a garantia do direito líquido e certo de não submeter a Entidade à cobrança do PIS e da Cofins nos moldes exigidos pela Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. O processo encontra-se suspenso em razão da declaração de repercussão geral em outra ação com recurso extraordinário pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal, cuja matéria é similar àquela tratada no processo do Economus e, portanto, poderá ter reflexos na decisão relativa ao Mandado de Segurança da Entidade. Até o momento, não há decisão final do Poder Judiciário sobre a exigibilidade ou não das contribuições devidas do PIS e da Cofins, razão pelo qual o Economus continua dando cumprimento à legislação vigente e à decisão do TRF, depositando os valores em juízo. Contabilmente, estão provisionados, em 2017, R\$ 14.611 (R\$ 13.362, em 2016).

Investimentos

(f) Processos Cíveis: são compostos por ações em andamento na Justiça Comum (processos envolvendo discussões relativas aos imóveis), com provisionamento, em 2017, de R\$ 259 (R\$ 238, em 2016).

(g) Processos tributários: autuação da Prefeitura de São Paulo - IPTU - o Economus provisionou e depositou judicialmente valores devidos a título de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), dos bens constantes do Imobilizado do Plano de Benefícios do Regulamento Geral. Contabilmente, está provisionado, em 2017, o valor de R\$ 6.104 (R\$ 5.903, em 2016).

Em 2007, o Economus aderiu ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei 14.129, de 11 de janeiro de 2006, o qual está em fase de homologação pela Prefeitura de São Paulo. O PPI é um programa cuja finalidade é oferecer oportunidade para que as pessoas físicas ou jurídicas possam quitar seus débitos tributários e não tributários e, assim, regularizar a situação perante o Município de São Paulo, com redução de até 75% da multa e 100% dos juros de mora.

11.2. Passivos Contingentes – Possíveis

O Economus possui ações trabalhista, cível e tributária que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda, classificadas pela Administração e por seus advogados como possíveis, estando assim representadas:

NATUREZA	DESCRIÇÃO DO OBJETO	PERDA POSSÍVEL	
		2017	2016
Gestão Previdencial		48.168	46.145
Trabalhista		4.318	5.958
Regulamento Geral	Diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefício.	4.300	5.949
PrevMais	Diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefício.	18	9
Cível		43.850	40.187
Regulamento Geral	Concessão ou revisão de benefícios previdenciários	43.850	40.146
PrevMais	Concessão ou revisão de benefícios previdenciários	-	41
Gestão Administrativa		15.471	12.999
Trabalhista		73	45
Plano de Gestão Administrativo	Verbas trabalhistas/reintegração ao emprego	73	45
Cível		934	1.348
Plano de Gestão Administrativo	Indenização de seguro de vida e acidente	934	1.348
Tributária		14.464	11.606
Plano de Gestão Administrativo	Pedido de compensação de tributos	14.464	11.606
Investimentos		6	2.973
Cível		6	2.973
Regulamento Geral	Imóveis	6	2.973
Valor total das ações com risco de perda possível		63.645	62.117

11.3. Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais e fiscais do Econumus estão correlacionados às provisões e passivos contingentes. São garantidores de potenciais

pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são registrados no ativo não circulante até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

DESCRIÇÃO	DEPÓSITOS JUDICIAIS	
	2017	2016
Gestão Previdencial	143.469	120.385
Trabalhistas	143.469	120.385
Regulamento Complementar N° 1	11.619	11.161
Regulamento Complementar N° 2	6.084	5.867
Regulamento Geral	125.766	103.357
Gestão Administrativa	14.898	13.532
Trabalhistas	538	344
Plano de Gestão Administrativo (PGA)	538	344
Cíveis	24	23
Plano de Gestão Administrativo (PGA)	24	23
Tributário	14.336	13.165
Plano de Gestão Administrativo (PGA)	14.336	13.165
Investimentos	6.114	5.913
Cíveis	10	10
Regulamento Geral	10	10
Tributário	6.104	5.903
Regulamento Geral	6.104	5.903
Total de Depósitos Judiciais	164.481	139.830

11.4. Ativo Contingente

O Economus é beneficiário de crédito na ação ordinária ajuizada pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp) - substituta processual de diversas entidades de previdência complementar, entre elas o Economus, em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), do BNDES e da União Federal. A ação objetiva, o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs) e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos, propondo a adoção do IPC em vez do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991.

Houve o trânsito em julgado da decisão em 2011, mas o processo ainda está em fase de execução, tendo sido apresentados embargos à execução pela União Federal, sucessora do FND. Também foi interposta Ação Rescisória pela União Federal contra o acórdão que já havia transitado em julgado, a qual foi julgada improcedente e a decisão foi confirmada pelo STJ. Atualmente, aguarda julgamento dos recursos interpostos pela União Federal. À luz da Resolução nº 1.180/09 do Conselho

Federal de Contabilidade (CFC), por não existirem evidências quanto à data e ao valor de liquidação, a Entidade não contabilizou os referidos rendimentos, uma vez que se caracterizam apenas como “provável”, e não “praticamente certa”, a entrada de benefícios econômicos futuros.

12. Provisões Matemáticas

A movimentação das provisões matemáticas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 está resumida como segue:

DESCRIÇÃO	31/DEZEMBRO 2016	CONSTITUIÇÃO NO EXERCÍCIO	31/DEZEMBRO 2017
Benefícios Concedidos	5.013.674	1.455.347	6.469.021
Contribuição Definida	88.744	142.225	230.969
Benefício Definido	4.924.930	1.313.122	6.238.052
Benefícios a Conceder	1.820.420	(147.070)	1.673.350
Contribuição Definida	1.037.426	(19.017)	1.018.409
Benefício Definido	782.994	(128.053)	654.941
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(732.859)	19.937	(712.922)
(-) Patrocinador (es) 2005	(203.997)	3.809	(200.188)
(-) Patrocinador (es) 2015	(148.862)	4.714	(144.148)
(-) Participantes 2005	(26.202)	8.969	(17.233)
(-) Participantes 2015	(50.543)	8.810	(41.733)
(-) Assistidos 2005	(177.796)	(5.159)	(182.955)
(-) Assistidos 2015	(125.459)	(1.206)	(126.665)
Total das Provisões Matemáticas	6.101.235	1.328.214	7.429.449

12.1. Premissas e Hipóteses Atuarias

O Economus, junto com a empresa Mercer/Gama, responsável técnico-atuarial pelos planos de benefícios administrados, realizou testes estatísticos retrospectivos, com dados históricos de todas as premissas demográficas e biométricas, bem como as premissas econômico-financeiras por método prospectivo, utilizadas no cálculo das Provisões Matemáticas dos Planos de Benefícios.

A seguir, os quadros das Premissas e Hipóteses Atuariais adotadas para os planos de benefícios administrados pelo Economus, em 2017 e 2016:

a) Regulamento Complementar N° 1

PREMISSAS E HIPÓTESES	HIPÓTESES 2017	HIPÓTESES 2016
Taxa Real Anual de Juros	5,00%	5,00%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,9845	0,9804
Tábua de Mortalidade	AT 83 Female	AT 83 Female
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disable Female	WINKLEVOSS
Tábua de Morbidez	Não Aplicável	EX – ECONOMUS II

b) Regulamento Complementar N° 2

PREMISSAS E HIPÓTESES	HIPÓTESES 2017	HIPÓTESES 2016
Taxa Real Anual de Juros	5,00%	5,00%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real - Benefícios	0,9845	0,9804
Tábua de Mortalidade	AT 83 Female	AT 83 Female

c) Regulamento Geral

PREMISSAS E HIPÓTESES	HIPÓTESES 2017	HIPÓTESES 2016
Taxa Real Anual de Juros	6,00%	6,00%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real – Benefícios	0,9846	0,9805
Tábua de Mortalidade	AT 2000 M&F	AT 2000 M&F (A50)
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RP-2000 Disable Female	RP-2000 Disable Female
Tábua de Entrada em Invalidez	TASA 1927	TASA 1927
Tábua de Entrada em Aposentadoria	EX GAMA-ECONOMUS 2011-2016 Programa Aposentadoria	EX GAMA-ECONOMUS
Tábua de Rotatividade	GAMA/ROT. EX- ECONOMUS 2007-2016	EX- ECONOMUS Ajuste Gráfico
Tábua de Morbidez	EX-ECONOMUS 2007-2016	EX-ECONOMUS II
Composição da Família de Pensionistas	Composição Familiar Real	Composição Familiar Real
Crescimento Real de Salários	0,00%	0,00%

Em 2017, o Economus alterou o regime financeiro (regime de repartição simples e repartição de capitais de cobertura para o regime de capitalização) dos benefícios de risco do Regulamento Geral, com o objetivo de minimizar os riscos inerentes à não constituição de provisões matemáticas para suportar tais benefícios, tendo em vista a impossibilidade de ingresso de novos participantes, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

d) *PrevMais*

PREMISSAS E HIPÓTESES	HIPÓTESES 2017	HIPÓTESES 2016
Taxa Real Anual de Juros	5%	5%
Indexador do Benefício	INPC	INPC
Fator de Determinação Valor Real - Benefícios	0,9849	0,9804
Crescimento Real de Salário	1,01%	1,12%
Tábua de Mortalidade	AT 2000 F	AT 2000 F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	MI – 85 Female	MI – 85 Female
Tábua de Entrada em Invalidez	Muller	Muller
Tábua de Rotatividade	GAMA/ROT Exp. Economus 2007-2016 (taxa média de 0,43% ao ano até a idade de aposentadoria, e nula após esta idade)	GAMA/ROT Exp. Economus 2011 (taxa média de 0,77% ao ano até a idade de aposentadoria, e nula após esta idade)
Tábua de Morbidez	EX – ECONOMUS 2007-2016	EX – ECONOMUS 2005-2014

12.2. Demonstrativo da Composição das Provisões Matemáticas por Planos

DESCRIÇÃO	REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 1		REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 2		REGULAMENTO GERAL		PREVMAIS		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Benefícios concedidos	11.802	10.708	1.735	1.716	5.980.158	4.691.555	475.326	309.695	6.469.021	5.013.674
Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	230.969	88.744	230.969	88.744
Benefício Definido	11.802	10.708	1.735	1.716	5.980.158	4.691.555	244.357	220.951	6.238.052	4.924.930
Benefícios a conceder	49.154	47.054	42.471	44.543	563.316	691.397	1.018.409	1.037.426	1.673.350	1.820.420
Contribuição Definida	-	-	-	-	-	-	1.018.409	1.037.426	1.018.409	1.037.426
Benefício Definido	49.154	47.054	42.471	44.543	563.316	691.397	-	-	654.941	782.994
(-) Provisões matemáticas a constituir	(16.774)	(18.135)	(18.685)	(21.124)	(677.463)	(693.600)	-	-	(712.922)	(732.859)
(-) Patrocinador (es) 2005	-	-	-	-	(200.188)	(203.998)	-	-	(200.188)	(203.998)
(-) Patrocinador (es) 2015	(5.604)	(6.059)	-	-	(138.544)	(142.802)	-	-	(144.148)	(148.861)
(-) Participantes 2005	-	-	-	-	(17.233)	(26.202)	-	-	(17.233)	(26.202)
(-) Participantes 2015	(11.125)	(12.029)	(18.682)	(21.121)	(11.927)	(17.393)	-	-	(41.734)	(50.543)
(-) Assistidos 2005	-	-	-	-	(182.955)	(177.796)	-	-	(182.955)	(177.796)
(-) Assistidos 2015	(45)	(47)	(3)	(3)	(126.616)	(125.409)	-	-	(126.664)	(125.459)
Exigível atuarial	44.182	39.627	25.521	25.135	5.866.011	4.689.352	1.493.735	1.347.121	7.429.449	6.101.235

12.2.1. Benefícios Concedidos

O acréscimo nos Benefícios Concedidos deve-se:

Regulamento Complementar Nº 1: à elevação causada pelo reajuste

dos benefícios somado ao impacto da alteração da premissa de fator de capacidade e pelo envelhecimento da população.

Regulamento Complementar N° 2: à atualização dos benefícios de pensão por morte concedida, aliada a à elevação no fator de capacidade superior a involução natural dos benefícios concedidos.

Regulamento Geral - à capitalização dos benefícios de riscos, pela alteração da tábua de mortalidade geral e pela elevação na quantidade de Assistidos, bem como ao reconhecimento do impacto gerado pela revisão do benefício de 290 assistidos por decisão judicial, o qual superou a involução natural das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, dado pelo envelhecimento e por óbitos na população do plano.

PrevMais - em especial, à elevação da quantidade de Assistidos, bem como o valor médio de benefícios pagos.

12.2.2. Benefícios a Conceder

O acréscimo nos Benefícios a Conceder deve-se:

Regulamento Complementar n° 1: à elevação causada pelo reajuste dos salários somado ao impacto da alteração da premissa de fator de capacidade e pelo envelhecimento da população.

Regulamento Complementar N° 2: ao fato da redução dos participan-

tes, sendo atenuado pela alteração do fator de capacidade.

Regulamento Geral: às movimentações que ocorreram na base de dados, como concessão de novas aposentadorias, óbitos e resgates, sendo esta diminuição suavizada pela alteração do regime financeiro para capitalização, alteração da tábua de mortalidade geral, juntamente com as tábuas de rotatividade e de entrada em aposentadoria.

PrevMais: à redução causada pelo montante revertido às Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e ao pagamento de resgates e portabilidades, sendo essa redução atenuada pelo ingresso de novas contribuições ao Plano e à receita com retorno dos investimentos aos saldos de contas.

12.2.3. Provisões Matemáticas a Constituir

As provisões matemáticas a constituir totalizaram R\$ 712.922 (R\$ 732.859, em 2016), referentes ao valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos patrocinadores, participantes e assistidos.

a) **Regulamento Complementar N° 1**

O decréscimo nas Provisões Matemáticas a Constituir deve-se às con-

tribuições para cobertura do deficit equacionado em 2015, por Patrocinador, Participantes e Assistidos, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do Economus.

Deficit Equacionado de 2015

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO (REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 1)		
Deficit Equacionado 2015		
	2017	2016
Valor contratado	20.136	20.136
Saldo devedor atual	16.774	18.135
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	147 meses	147 meses
Prazo de amortização restante ⁽¹⁾	94 meses	124 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 5%	INPC + 5%

(1) O prazo financeiro original é 147 meses, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Economus, contudo, devido à utilização do Fundo Previdencial para abater o saldo devedor da dívida, o prazo passou para 124 meses. A metodologia de financiamento é Tabela Price, com alíquota de contribuição e prazo de financiamentos recalculados anualmente.

b) Regulamento Complementar nº 2

O decréscimo nas Provisões Matemáticas a Constituir deve-se às contribuições para cobertura do deficit equacionado em 2015, por Participantes e Assistidos, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Conselho Deliberativo do Economus.

Deficit Equacionado de 2015

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO (REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 2)		
Deficit Equacionado 2015		
	2017	2016
Valor contratado	22.864	22.864
Saldo devedor atual	18.685	21.124
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	87 meses	87 meses
Prazo de amortização restante ⁽¹⁾	64 meses	78 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 5%	INPC + 5%

(1) O prazo financeiro original é 87 meses, conforme Plano de Equacionamento aprovado pelo Economus, contudo, devido à utilização do Fundo Previdencial para abater o saldo devedor da dívida, o prazo passou para 78 meses. A metodologia de financiamento é Tabela Price, com alíquota de contribuição e prazo de financiamentos recalculados anualmente.

c) Regulamento Geral

O decréscimo nas Provisões Matemáticas a Constituir deve-se às contribuições para cobertura do deficit equacionado em 2005 e 2015, por Patrocinador, Participantes e Assistidos, conforme Planos de Equacionamento aprovados pelo Conselho Deliberativo do Economus.

Deficit Equacionado de 2015

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO (REGULAMENTO GERAL)		
Deficit Equacionado 2005	Deficit Equacionado 2015	
	2017	2016
Valor contratado	247.989	247.989
Saldo devedor atual	400.376	407.996
Prazo de amortização pactuado ⁽¹⁾	311 meses	311 meses
Prazo de amortização restante ⁽²⁾	185 meses	201 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 6%	INPC + 6%

(1) Na Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2010, foi alterado o método de financiamento utilizado para amortização das Contribuições Extraordinárias referente ao Deficit Equacionado – 2005, que passou para o Método Price. O prazo médio referencial estimado para amortização extraordinária do deficit técnico foi fixado em 311 meses, contados a partir de abril de 2011.

(2) Manutenção das alíquotas atualmente praticadas, tendo sido reavaliado o prazo remanescente máximo segundo o observado quando da realização do equacionamento em vigor.

Deficit Equacionado de 2015

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO (REGULAMENTO GERAL)		
Deficit Equacionado 2015	Deficit Equacionado 2015	
	2017	2016
Valor contratado	285.605	285.605
Saldo devedor atual	277.087	285.605
Prazo de amortização pactuado	198 meses	198 meses
Prazo de amortização restante	177 meses	198 meses
Data de vencimento	até o 5º dia útil	até o 5º dia útil
Atualização Pactuada	INPC + 6%	INPC + 6%

13. Superavit/Deficit Técnico

A composição do superavit/deficit técnico por plano de benefícios, findo em 31 de dezembro de 2017, é resumida como segue:

SUPERAVIT/(DEFICIT) TÉCNICO	REGULAMENTO COMPLEMENTAR 1	REGULAMENTO COMPLEMENTAR 2	REGULAMENTO GERAL	PREVMAIS	CONSOLIDADO
Resultado realizado em 01/01/2017	1.195	391	(354.125)	19.272	(333.267)
Result. Líquido Previdencial	753	631	(421.921)	12.598	(407.939)
Result. Líquido Investimentos	3.478	1.943	399.754	158.848	564.023
Atual. Provisão Matemática	(4.555)	(386)	(1.176.660)	(146.613)	(1.328.214)
Fundos Previdenciais	-	-	-	7.439	7.439
Resultado Realizado em 31/12/2017	871	2.579	(1.552.952)	51.544	(1.497.958)
Resultados a Realizar	-	-	(47.666)	-	(47.666)
Equilíbrio Técnico em 31/12/2017	871	2.579	(1.600.618)	51.544	(1.545.624)

a) Regulamento Complementar N° 1

Reduziu sua situação superavitária de R\$ 1.195, em 2016, para R\$ 871, em 2017, devido, principalmente, ao aumento das provisões matemáticas de benefícios concedidos, atenuado pelo ganho atuarial resultado da superação da meta atuarial pela rentabilidade do Plano.

A rentabilidade do Plano auferida nos 12 meses que antecederam

a data da avaliação foi de 8,93%, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa real anual de juros atuariais acrescido do índice do Plano, foi de 7,17%, o que resultou em um ganho técnico atuarial no exercício de 1,64%.

b) Regulamento Complementar N° 2

Aumento da situação superavitária de R\$ 391, em 2016, para R\$

2.579, em 2017, devido, principalmente, a superação da meta atuarial pelo Plano, além do crescimento mínimo das Provisões Matemáticas.

A rentabilidade do Plano auferida nos 12 meses que antecederam a data da avaliação foi de 8,19%, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa real anual de juros atuariais acrescido do índice do Plano, foi de 7,17%, o que resultou em uma perda técnica atuarial no exercício de 0,95%.

c) Regulamento Geral

O aumento da situação deficitária de R\$ 354.125, em 2016, para R\$ 1.600.618, em 2017, é justificado, principalmente, por: (i) alteração do regime financeiro dos benefícios de risco; (ii) atualização da tábua de mortalidade geral, espelhando o aumento da expectativa de vida da massa de participantes; e (iii) reconhecimento na provisão matemática do impacto gerado pela revisão do benefício de 290 assistidos por decisão judicial.

Em decorrência das ações trabalhistas movidas por participantes do Plano Regulamento Geral contra o Patrocinador e/ou Economus, e que poderão impactar no valor de benefício de aposentadoria, a Entidade

iniciou discussões de modo a apurar uma melhor estimativa dos impactos futuros destas ações nas reservas técnicas do plano do Regulamento Geral.

A rentabilidade do Plano auferida nos 12 meses que antecederam a data da avaliação foi de 10,75%, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa real anual de juros atuariais acrescido do índice do Plano, foi de 8,19%, o que resultou em um ganho técnico atuarial no exercício de 2,37%.

Para o deficit de R\$ 1.600.618, há obrigatoriedade de elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2018 (Nota Explicativa 13.1.c.).

d) PrevMais

Aumentou sua situação superavitária de R\$ 19.272, em 2016, para R\$ 51.544, em 2017. Esse acréscimo deve-se, em especial, pela superação da meta atuarial pela rentabilidade do Plano e a redução do Fundo de Capitalização dos Benefícios de Risco motivada pela alteração da premissa de crescimento real de salários e entrada e auxílio-doença.

A rentabilidade do Plano Auferida nos 12 meses que antecederam a

Data da Avaliação foi de 10,90%, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa real anual de juros atuariais acrescido do índice do Plano, foi de 7,17%, o que resultou em um ganho técnico atuarial no exercício de 3,48%.

13.1. Ajuste de Precificação

Conforme nova redação dada à Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, por meio da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, foi criado o ajuste de precificação correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria Mantidos até o Vencimento, calculada considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos (valor de Mercado).

A Instrução Previc nº19, de 04 de fevereiro de 2015, tratou dos critérios para definição e divulgação da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro e do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de deficit técnico e para utilização ou destinação de superavit técnico.

Tal ajuste está restrito aos títulos públicos federais atrelados ao índi-

ce de preços, que atendam, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- estejam classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento;
- tenham por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão;
- o valor presente do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios;
- o valor presente do fluxo remanescente dos títulos públicos federais objetos do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo remanescente de pagamento de benefícios, apurados anualmente para todo o período do fluxo;
- a duração do fluxo dos títulos públicos federais objetos do ajuste for inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios; e

• esteja demonstrada a capacidade financeira de atendimento às necessidades de liquidez do plano de benefícios.

O ajuste de precificação positivo ou negativo deve ser discriminado no Demonstrativo do Ativo Líquido (DAL) por plano de benefício, para apuração do equilíbrio técnico ajustado.

a) Regulamento Complementar N°1

O ajuste de precificação foi R\$ 1.686 (R\$ 1.750, em 2016), conforme quadro abaixo:

AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO CONSOLIDADO								
Títulos Públicos	Quantidade	Taxa da aquisição % a.a.	Vencimento	PU taxa de aquisição em 31/12/2017	PU recalculado em 31/12/2017	Valor Contábil em 31/12/2017	Valor Ajustado em 31/12/2017	Valor do Ajuste
NTN-B	390	7,395	15/05/2023	2.882,90	3.199,58	1.124	1.248	124
NTN-B	600	7,370	15/08/2024	2.897,61	3.271,02	1.739	1.963	224
NTN-B	400	7,360	15/08/2024	2.899,07	3.271,02	1.160	1.308	149
NTN-B	1.190	6,340	15/08/2026	3.039,68	3.310,87	3.617	3.940	323
NTN-B	550	6,520	15/08/2026	3.005,52	3.310,87	1.653	1.821	168
NTN-B	570	6,480	15/08/2026	3.013,07	3.310,87	1.717	1.887	170
NTN-B	298	5,249	15/08/2030	3.311,72	3.383,12	987	1.008	21
NTN-B	316	5,299	15/08/2030	3.297,63	3.383,12	1.042	1.069	27
NTN-B	329	5,530	15/08/2030	3.233,56	3.383,12	1.064	1.113	49
NTN-B	331	5,610	15/08/2030	3.211,76	3.383,12	1.063	1.120	57
NTN-B	88	6,480	15/08/2050	2.917,50	3.587,77	257	316	59
NTN-B	151	6,970	15/08/2050	2.740,11	3.587,77	414	542	128
NTN-B	197	6,965	15/08/2050	2.741,83	3.587,77	540	707	167
NTN-B	298	5,250	15/08/2030	3.311,44	3.383,12	987	1.008	21
Total						17.364	19.050	1.686

Conforme determina a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observados os critérios previstos na Instrução nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação resultou em R\$ 1.686, que gerou em um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$ 2.557. De acordo com a legislação vigente, se superavitário, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo

APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO		2017	2016
a) Equilíbrio Técnico		871	1.195
b) (+/-) Ajuste de Precificação		-	-
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)		871	1.195

b) Regulamento Complementar N° 2

O ajuste de precificação foi R\$ 583 (R\$ 559, em 2016), conforme quadro abaixo:

AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO CONSOLIDADO								
Títulos Públicos	Quantidade	Taxa da aquisição % a.a.	Vencimento	PU taxa de aquisição em 31/12/2017	PU recalculado em 31/12/2017	Valor Contábil em 31/12/2017	Valor Ajustado em 31/12/2017	Valor do Ajuste
NTN-B	400	7,370	15/08/2024	2.897,61	3.271,02	1.159	1.308	149
NTN-B	350	6,340	15/08/2026	3.039,68	3.310,87	1.064	1.159	95
NTN-B	360	6,520	15/08/2026	3.005,52	3.310,87	1.082	1.192	110
NTN-B	298	5,249	15/08/2030	3.311,72	3.383,12	987	1.008	21
NTN-B	340	5,299	15/08/2030	3.297,63	3.383,12	1.121	1.150	29
NTN-B	350	5,530	15/08/2030	3.233,56	3.383,12	1.132	1.184	52
NTN-B	319	5,610	15/08/2030	3.211,76	3.383,12	1.025	1.079	55
NTN-B	210	6,970	15/08/2050	2.740,11	3.587,77	230	301	71
Total						7.799	8.382	583

Conforme determina a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observados os critérios previstos na Instrução nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação resultou em R\$ 583, que gerou um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$ 3.162. De acordo com a legislação vigente, se superavitário, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo.

APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO	2017	2016
a) Equilíbrio Técnico	2.579	391
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	2.579	391

c) Regulamento Geral

O ajuste de precificação foi R\$ 66.648 (R\$ 52.217, em 2016), conforme quadro abaixo:

AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO CONSOLIDADO								
Títulos Públicos	Quantidade	Taxa da aquisição % a.a.	Vencimento	PU taxa de aquisição em 31/12/2017	PU recalculado em 31/12/2017	Valor Contábil em 31/12/2017	Valor Ajustado em 31/12/2017	Valor do Ajuste
NTN-B	5.000	7,070	15/08/2020	3.029,17	3.103,41	15.146	15.517	371
NTN-B	5.000	7,060	15/08/2020	3.029,85	3.103,41	15.149	15.517	368
NTN-B	10.000	7,030	15/08/2024	2.947,59	3.106,14	29.476	31.061	1.586
NTN-B	2.760	6,340	15/08/2026	3.039,68	3.105,62	8.390	8.572	182
NTN-B	8.090	6,520	15/08/2026	3.005,52	3.105,62	24.315	25.124	810
NTN-B	8.830	6,480	15/08/2026	3.013,07	3.105,62	26.605	27.423	817
NTN-B	5.000	6,470	15/08/2030	2.989,59	3.108,32	14.948	15.542	594
NTN-B	10.000	7,390	15/08/2030	2.774,61	3.108,32	27.746	31.083	3.337
NTN-B	7.000	7,400	15/05/2035	2.662,66	3.064,88	18.639	21.454	2.816
NTN-B	9.000	7,330	15/05/2035	2.680,92	3.064,88	24.128	27.584	3.456
NTN-B	3.000	7,330	15/05/2035	2.680,92	3.064,88	8.043	9.195	1.152
NTN-B	5.000	7,400	15/05/2035	2.662,66	3.064,88	13.313	15.324	2.011
NTN-B	10.000	7,980	15/05/2045	2.413,75	3.066,10	24.138	30.661	6.523
NTN-B	16.670	7,450	15/05/2045	2.564,73	3.066,10	42.754	51.112	8.358
NTN-B	12.878	7,200	15/05/2045	2.641,39	3.066,10	34.016	39.485	5.469
NTN-B	10.000	7,950	15/05/2045	2.421,90	3.066,10	24.219	30.661	6.442
NTN-B	6.445	6,970	15/08/2050	2.740,11	3.110,80	17.660	20.049	2.389
NTN-B	10.494	6,965	15/08/2050	2.741,83	3.110,80	28.773	32.645	3.872
NTN-B	41.078	6,980	15/08/2050	2.736,68	3.110,80	112.417	127.786	15.368
NTN-B	61.505	6,490	15/08/2050	2.913,69	3.110,80	10.752	11.480	727
Total						520.626	587.274	66.648

Conforme determina a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observados os critérios previstos na Instrução nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação resultou em R\$ 66.648, que gerou um Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$ 1.533.970, conforme quadro abaixo:

APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO	2017	2016
a) Equilíbrio Técnico	(1.600.618)	(354.125)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	66.648	52.217
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	(1.533.970)	(301.908)

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 3 de dezembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício avaliado de 11,05 anos, o limite legal para equacionamento do deficit para Avaliação Atuarial de 2017 é de R\$ 439.903 (7,50% das Provisões Matemáticas). Sendo o deficit apurado após o ajuste de precificação inferior ao limite em R\$ 1.094.068, há necessidade de equacionamento obrigatório, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2018.

d) PrevMais

O ajuste de precificação foi R\$ 27.919 (R\$ 28.088, em 2016), conforme quadro abaixo:

AJUSTES DE PRECIFICAÇÃO CONSOLIDADO								
Títulos Públicos	Quantidade	Taxa da aquisição % a.a.	Vencimento	PU taxa de aquisição em 31/12/2017	PU recalculado em 31/12/2017	Valor Contábil em 31/12/2017	Valor Ajustado em 31/12/2017	Valor do Ajuste
NTN-B	10.000	7,260	15/05/2023	2.899,63	3.199,58	28.996	31.996	3.000
NTN-B	4.500	6,340	15/08/2026	3.039,68	3.310,87	13.679	14.899	1.220
NTN-B	1.000	6,520	15/08/2026	3.005,52	3.310,87	3.006	3.311	305
NTN-B	600	6,480	15/08/2026	3.013,07	3.310,87	1.808	1.987	179
NTN-B	2.500	6,468	15/08/2030	2.990,08	3.383,12	7.475	8.458	983
NTN-B	1.500	7,400	15/05/2035	2.662,66	3.406,64	3.994	5.110	1.116
NTN-B	500	7,330	15/05/2035	2.680,92	3.406,64	1.340	1.703	363
NTN-B	4.156	6,480	15/08/2050	2.917,50	3.587,77	12.125	14.911	2.786
NTN-B	1.615	6,970	15/08/2050	2.740,11	3.587,77	4.425	5.794	1.369
NTN-B	2.099	6,965	15/08/2050	2.741,83	3.587,77	5.755	7.531	1.776
NTN-B	5.140	6,700	15/08/2050	2.835,52	3.587,77	14.575	18.441	3.867
NTN-B	5.140	6,800	15/08/2050	2.799,53	3.587,77	14.390	18.441	4.052
NTN-B	10.000	5,630	15/08/2050	3.274,67	3.587,77	32.747	35.878	3.131
NTN-B	4.185	5,779	15/08/2050	3.207,02	3.587,77	13.421	15.015	1.593
NTN-B	10.000	5,429	15/08/2050	3.369,65	3.587,77	33.697	35.878	2.181
Total						191.432	219.351	27.919

Conforme determina a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observados os critérios previstos na Instrução nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação resultou em R\$ 27.919, que gerou um Equilíbrio Técnico Ajustado superavitário de R\$ 79.463. De acordo com a legislação vigente, se superavitário, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo.

APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO	2017	2016
a) Equilíbrio Técnico	51.544	19.272
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-
(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	51.544	19.272

13.2. Títulos dos Resultados a Realizar

A Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), autorizou, em 9 de junho de 2006, por meio do ofício nº 2206/SPC/GAB, o registro contábil como Resultados a Realizar, condicionando tal registro à manutenção desses títulos até seu respectivo vencimento, ao saldamento do Plano de Benefícios do Regulamento Geral e à implantação do Plano de Contribuição Variável (PrevMais).

Durante os exercícios de 2002 e 2003, o Economus adquiriu títulos públicos, Notas do Tesouro Nacional (NTN-C), cujo cupom médio de aquisição foi de 10,22% ao ano, classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, alocados ao Plano de Benefícios do Regulamento Geral e compostos da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VENCIMENTO	RESULTADOS A REALIZAR	
			2017	2016
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	70.948	01/07/2017	-	3.343
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	16.537	01/07/2017	-	785
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	4.550	01/07/2017	-	219
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	53.050	01/04/2021	13.151	17.031
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	88.800	01/04/2021	22.458	29.079
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	124.850	01/04/2021	32.059	41.505
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	6.631	01/04/2021	1.702	2.204
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	91.670	01/04/2021	23.418	30.320
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	53.093	01/04/2021	13.878	17.964
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	10.000	01/04/2021	2.604	3.371
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	15.000	01/04/2021	3.965	5.132
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	1.500	01/04/2021	381	494
Notas do Tesouro Nacional série C (NTN-C)	126.000	01/01/2031	198.453	208.288
Resultados a Realizar			312.069	359.735

O rendimento a ser gerado por esses papéis, classificados na rubrica Resultados a Realizar, utilizando os preceitos da Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, representa o montante de R\$ 312.069 (R\$ 359.735, em 2016) de receita futura, já reconhecida contabilmente.

14. Fundos

A composição e evolução dos fundos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2016	CONSTITUIÇÕES	REVERSÕES	2017
Fundos Previdenciais	122.622	2.173	(9.612)	115.183
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	11.152	2.173	-	13.325
PrevMais	11.152	2.173	-	13.325
Outros – Previsto em Nota Técnica Atuarial	111.470	-	(9.612)	101.858
PrevMais	111.470	-	(9.612)	101.858
Fundos Administrativos	71.834	21.319	-	93.153
Plano de Gestão Administrativa	71.834	21.319	-	93.153
Fundos dos Investimentos	5.324	691	-	6.015
Fundo de Contingências de Empréstimos	5.324	691	-	6.015
Total dos Fundos	199.780	24.183	(9.612)	214.351

14.1. Fundos Previdenciais

Os valores dos Fundos Previdenciais são compostos por:

- **Fundo de Reversão - PrevMais:** constituído pelas parcelas patronais não resgatáveis de Participantes que optaram pelo Instituto do Resgate e destinadas à cobertura da Conta Coletiva do Plano ou à outra

finalidade aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme consta no regulamento do PrevMais.

- **Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial - PrevMais:** fundo constituído em decorrência da capitalização dos benefícios de risco, que teve como origem primária de recursos o Fundo de Oscilação de

Risco, mantido pelo plano até a capitalização dos benefícios de risco, ocorrida em 31 de dezembro de 2011.

14.2. Fundos Administrativos

O Fundo Administrativo tem por finalidade garantir o pagamento das despesas relativas à manutenção da estrutura administrativa do Economus. É constituído ou revertido a partir do resultado positivo ou negativo encontrado na equação entre receitas, despesas e rendimentos auferidos nos investimentos da Gestão Administrativa.

PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO	2017	2016
Fundo administrativo do Regulamento Complementar N° 1	2.956	2.238
Fundo administrativo do Regulamento Complementar N° 2	3.573	2.986
Fundo administrativo do Regulamento Geral	55.736	43.773
Fundo administrativo PrevMais	30.888	22.837
Total do Fundo Administrativo	93.153	71.834

14.3. Fundos dos Investimentos

DESCRIÇÃO	2017	2016
Fundo dos investimentos do Regulamento Complementar N° 1	7	-
Fundo dos investimentos do Regulamento Complementar N° 2	4	-
Fundo dos investimentos do Regulamento Geral	5.038	4.376
Fundo dos investimentos PrevMais	966	948
Total dos Fundos de investimentos	6.015	5.324

O Fundo dos Investimentos destina-se à garantia de cobertura do saldo devedor de empréstimos a participantes ativos e assistidos.

15. Resultado Administrativo

Em conformidade com a CNPC n° 08, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC n° 34, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores, os registros das operações administrativas do Economus são efetuados no Plano de Gestão Administrativa (PGA), que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas sobras de custeio administrativo adicionado do rendimento auferido na carteira de investimentos e tem por objetivo a cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pelo Economus na administração dos planos de benefícios, na forma dos respectivos regulamentos.

15.1. Receitas Administrativas

A composição das receitas administrativas é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Gestão Previdencial	31.116	30.802
Contribuições do Patrocinador (es)	14.525	14.681
Contribuições dos Participantes	16.519	16.064
Contribuições dos Autopatrocinados	71	56
Remuneração de Contribuições em Atraso	1	1
Gestão Assistencial	27.231	24.353
Reembolso do Plano Assistencial	27.231	24.353
Investimentos	7.663	7.399
Custeio Administrativo	7.663	7.399
Outros	562	667
Reembolso de Custas Judiciais	562	667
Total das Receitas Administrativas	66.572	63.221

15.2. Despesas Administrativas

As despesas administrativas correspondem aos gastos realizados pelo Economus para administração dos planos de benefícios, planos assistenciais e das carteiras de investimentos, conforme segue:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Administração Previdencial, Assistencial e dos Investimentos	51.341	50.492
Pessoal e Encargos	36.944	34.767
Treinamentos, Congressos e Seminários	133	138
Viagens e Estádias	260	332
Serviços de Terceiros	9.113	9.404
Despesas Gerais	3.796	4.419
Depreciação e Amortização	717	872
Tributos	365	364
Outras Despesas	13	196
Total das Despesas Administrativas	51.341	50.492

As despesas administrativas das áreas vinculadas diretamente às gestões previdencial, de investimentos e assistencial são registradas nos respectivos grupamentos contábeis definidos pela Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, no ato da ocorrência do fato contábil.

As despesas originadas nas demais áreas (Administração, Atendimento, Comunicação, Contabilidade, Controladoria, Gestão de Pessoas,

Tecnologia, etc.) são registradas nas contas contábeis da gestão previdencial e segregadas para as gestões de investimentos e assistencial, ao final de cada mês, por meio de critérios preestabelecidos.

Em 2017, os critérios para a segregação contábil das despesas administrativas do Economus tiveram a seguinte distribuição entre as gestões previdencial, de investimento e assistencial:

DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS												
Gestão	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Previdência	28,72%	21,72%	34,12%	48,51%	34,63%	32,18%	37,81%	41,26%	24,91%	22,98%	25,97%	24,03%
Investimento	15,96%	19,57%	18,35%	12,89%	14,22%	17,60%	12,37%	11,95%	15,24%	17,02%	14,67%	15,97%
Assistência	55,32%	58,71%	47,53%	38,60%	51,15%	50,22%	49,82%	46,79%	59,85%	60,00%	59,36%	60,00%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Em conformidade com as normas publicadas pelos órgãos federais competentes e fiscalizadas pela Previc, todas as despesas administrativas contabilizadas no PGA, atribuídas à administração assistencial, são reembolsadas integralmente pelos planos de assistência à saúde, conforme segue:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Administração Previdencial e dos Investimentos	24.110	26.139
Pessoal e Encargos	17.107	17.648
Treinamentos, Congressos e Seminários	53	80
Viagens e Estadias	183	180
Serviços de Terceiros	3.773	4.485
Despesas Gerais	1.900	2.314
Depreciação e Amortização	717	872
Tributos	364	364
Outras Despesas	13	196
Administração Assistencial (100% reembolsado pelo Assistencial)	27.231	24.353
Pessoal e Encargos	19.836	17.119
Treinamentos, Congressos e Seminários	80	58
Viagens e Estadias	77	152
Serviços de Terceiros	5.341	4.919
Despesas Gerais	1.897	2.105
Total das Despesas Administrativas	51.341	50.492

15.3. Constituição do Fundo Administrativo

O fundo administrativo resulta da diferença entre as receitas e despesas administrativas, acrescido das provisões e reversões contingenciais e do resultado dos investimentos, conforme demonstrado abaixo:

DESCRIÇÃO	2017	2016
(+) Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	31.116	30.802
(+) Custeio Administrativo dos Investimentos	7.663	7.399
(+) Reembolso da Gestão Assistencial	27.231	24.353
(+) Outras Receitas Administrativas	562	667
(-) Despesas da Administração Previdencial	(15.789)	(18.339)
(-) Despesas da Administração dos Investimentos	(8.321)	(7.799)
(-) Despesas da Administração Assistencial	(27.231)	(24.353)
(=) Sobras do Custeio Administrativo	15.231	12.730
(+/-) Contingências Administrativas	(1.756)	(2.373)
(+/-) Resultado dos Investimentos Administrativos	7.844	8.265
(=) Constituição do Fundo Administrativo	21.319	18.622

16. Resultado dos Investimentos

Demonstramos a seguir o resultado dos investimentos

16.1. Resultado Bruto por Tipo de Emissor

O resultado bruto dos investimentos está representado pelas variações positivas, deduzidas das variações negativas do período, conforme abaixo:

DESCRIÇÃO	REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 1		REGULAMENTO COMPLEMENTAR Nº 2		REGULAMENTO GERAL		PREVMAIS		PGA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Por Tipo de Emissor	3.539	4.163	1.980	2.642	407.012	566.292	160.905	188.873	7.844	8.266	581.280	770.236
Notas do Tesouro Nacional	1.875	2.279	1.371	1.810	247.561	462.651	21.055	28.113	-	-	271.862	494.853
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	-	-	-	-	507	826	507	826
Créditos Privados e Depósitos	500	531	286	363	15.825	15.084	38.302	38.480	959	692	55.872	55.150
Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Invest. (Renda Fixa)	944	1.300	201	416	14.688	11.972	76.403	94.811	6.475	6.793	98.711	115.292
Fundos de Invest. (Ações)	-	-	-	-	49.069	58.222	12.741	12.206	-	-	61.810	70.428
Fundos de Invest. (Multimercado)	-	-	-	-	-	(1.216)	-	-	-	-	-	(1.216)
Fundos de Invest. (Índice de Mercado)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundos de Invest. (Direito Creditório)	23	56	22	56	403	871	3.667	5.341	-	-	4.115	6.324
Fundos de Invest. (Participações)	-	-	-	-	66.006	22.160	162	(120)	-	-	66.168	22.040
Fundos de Invest. (Imobiliário)	-	-	-	-	3.340	2.023	-	-	-	-	3.340	2.023
Investimentos Imobiliários	-	-	-	-	4.266	(14.584)	-	-	-	-	4.266	(14.584)
Empréstimos e Financiamentos	202	1	103	-	6.050	9.555	8.697	10.177	-	-	15.052	19.733
Relacionados com o Disponível	(5)	(4)	(3)	(3)	(404)	(669)	(122)	(135)	(59)	(17)	(593)	(828)
Outros Investimentos	-	-	-	-	208	223	-	-	(38)	(28)	170	195
Dos Planos	(61)	(46)	(37)	(30)	(7.259)	(6.230)	(2.056)	(2.071)	-	-	(9.413)	(8.377)
Contingências de Investimentos	-	-	-	-	(1.060)	128	-	-	-	-	(1.060)	128
Despesas Adm. de Investimentos	(54)	(46)	(33)	(30)	(5.537)	(5.539)	(2.037)	(1.783)	-	-	(7.661)	(7.398)
Fundos de Investimentos	(7)	-	(4)	-	(662)	(819)	(19)	(288)	-	-	(692)	(1.107)
Resultado Positivo dos Investimentos	3.478	4.117	1.943	2.612	399.753	560.062	158.849	186.802	7.844	8.266	571.867	761.859

16.2. Resultado do Fluxo dos Investimentos

O resultado positivo obtido na apuração do fluxo dos investimentos em 2017 está demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Resultado da Gestão Previdencial	564.023	753.593
Fluxo dos Investimentos Regulamento Complementar N° 1	3.478	4.117
Fluxo dos Investimentos Regulamento Complementar N° 2	1.943	2.612
Fluxo dos Investimentos do Regimento Geral	399.753	560.062
Fundo dos Investimentos PrevMais	158.849	186.802
Resultado da Gestão Administrativa	7.844	8.266
Fluxo dos Investimentos do PGA	7.844	8.266

17. Consolidação das Demonstrações Contábeis

A consolidação é efetuada utilizando o balancete auxiliar, anulando os valores da participação do fundo administrativo nos planos previdenciais, superavit e deficit técnico. O Economus, ao efetuar a consolidação das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2017, anulou as seguintes operações que apresentavam reflexos em duplicidade.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Previdencial		
ATIVO	93.153	71.834
Realizável	93.153	71.834
Gestão Administrativa	93.153	71.834
Participação no Plano de Gestão Administrativa	93.153	71.834
PASSIVO	(93.153)	(71.834)
Patrimônio Social	-	-
Superavit Técnico Acumulado	54.944	20.858
Reserva de Contingência	54.944	20.858
(-) Deficit Técnico Acumulado	(54.944)	(20.858)
(-) Deficit Técnico	(54.944)	(20.858)
Fundos	(93.153)	(71.834)
Fundos Administrativos	(93.153)	(71.834)
Participação no Fundo Administrativo	(93.153)	(71.834)

18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas da Entidade podem ser assim consideradas: as patrocinadoras e seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, cujas atribuições e respon-

sabilidades estão definidas no Estatuto Social da Entidade.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as transações com o Patrocinador Banco do Brasil S.A. são as seguintes:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Previdencial		
Ativo	117.240	104.489
Disponível	23	135
Depósitos Judiciais e Recursais do Regulamento Complementar N° 1 e N° 2	-	2.497
Letras Financeiras	117.045	101.689
Investimentos Imobiliários	172	168
Resultado	15.483	15.963
Resultado das Letras Financeiras	13.356	13.995
Resultado dos Investimentos Imobiliários	2.127	1.968

19. Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

O Economus entende como fator preponderante em sua gestão estratégica e tática, seja de curto, médio ou longo prazos, o conhecimento dos riscos aos quais está exposto na condução de seus negócios e

persecução de seus objetivos.

Com foco na construção de uma gestão prudente, principalmente no que diz respeito a seus investimentos e passivos atuariais, a Entidade tem direcionado esforços para adotar as melhores práticas de mercado, assim como aquelas preceituadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores.

Durante o exercício, a Entidade desenvolveu e atualizou Políticas, Normas e Procedimentos, pois compreende a relevância desses controles que, ao mesmo tempo em que figuram como orientadores de práticas e procedimentos internos, são ferramentas fundamentais para a promoção da continuidade e perenidade de seus negócios.

Tais práticas, associadas à contínua difusão de uma cultura de controle no Economus, têm contribuído para o fortalecimento da governança e promovido um ambiente de constante monitoramento, o que tem se traduzido em segurança e perenidade para a Entidade.

Gerenciamento de riscos

O Economus está exposto a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações relacionadas aos investimentos e seus passivos atua-

riais. O gerenciamento de tais riscos está contido nas Políticas de Investimentos, bem como em seus Normativos e Procedimentos Internos.

a. Risco de Crédito

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes do não cumprimento por parte das Instituições Financeiras e Não Financeiras de suas respectivas obrigações nos termos pactuados previamente, a desvalorizações de contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Quando realizou investimentos em Títulos e Valores Mobiliários de Instituições, o Economus observou as notas de classificação de risco de crédito atribuídas pelas principais agências de classificação de risco de mercado, fatores relacionados às avaliações técnicas de risco, além das características próprias de mercado.

Para os casos de ativos adquiridos pela Gestão Direta e Fundos de Investimento Exclusivos, o Economus observou o Limite Técnico adicional para Instituições Financeiras, cuja metodologia tem por objetivo definir a forma de cálculo do limite de investimento, de monitoramento

da exposição e de controle de concentração dos recursos investidos. Esta modelagem observa o rating atribuído pela agência classificadora de risco contratada e necessariamente é analisada e aprovada pelo Comitê de Investimentos da Entidade

b. Risco de Mercado

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes de variações nas taxas e preços de mercado de ativos e passivos.

Em aderência à legislação aplicável à Política de Investimentos e às melhores práticas de mercado, durante o exercício foram realizadas a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento do risco de mercado por meio do *Value at Risk* (VaR), para investimentos em renda fixa, e *Tracking Error*, para renda variável. O risco de descasamento foi avaliado em relação aos parâmetros de referência estabelecidos na Política de Investimentos.

O VaR estima a maior perda possível em determinado horizonte de tempo, enquanto o *Tracking Error* aponta o risco de descasamento em determinado horizonte de tempo em relação a um parâmetro de referência. Também foram utilizados cenários econômicos-base e de estresse para

avaliar o comportamento dos ativos em diversas conjunturas econômicas.

c. Risco de Terceirização

A gestão de recursos no Economus pode ser terceirizada de forma total ou parcial. Quando a Entidade opta por esse tipo de operação, ela delega determinadas responsabilidades a gestores externos sem, porém, se isentar de suas responsabilidades perante os órgãos fiscalizadores.

O Economus apresenta um processo estruturado para escolha e acompanhamento de seus gestores, em linha com o que estabelece o Guia de Melhores Práticas em Investimentos Previc. Esse modelo contempla a descrição do histórico, justificativas e documentação pertinente à Seleção e Monitoramento de Gestores.

d. Risco de Liquidez

É a probabilidade de a Entidade não ter recursos disponíveis para honrar os compromissos em determinado momento.

O Economus monitorou o risco de liquidez a partir de cenários de curto, médio e longo prazos, de forma a se buscar a alocação adequada às necessidades de recursos e de performance da Entidade.

O Monitoramento de Liquidez de Curto Prazo observou e ajustou o percentual mínimo de alocação em ativos de liquidez imediata, como ativos ou fundos de investimento em renda fixa, para fazer frente aos compromissos de curto prazo. Os Monitoramentos de Liquidez de Médio e Longo Prazo observaram o comportamento dos ativos líquidos (caixa), considerando a aquisição, manutenção ou venda de ativos de médio prazo e de longo prazo.

e. Risco Legal

É a probabilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das normas legais de natureza fiscal, assistencial, trabalhista, regulação dos programas, processos judiciais, ações legais, entre outros.

Durante o exercício, foram realizadas atividades de monitoramento do cumprimento das obrigações legais apontadas pelos órgãos reguladores, em especial de Previdência, para assegurar a conformidade em seus processos.

Na Gestão de Investimentos, tem sido utilizado software específico para verificação, mensuração e quantificação da aderência de todas as carteiras de investimentos, de acordo com a legislação apli-

cável às EFPCs (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) e às Políticas Institucionais da Entidade.

f. Risco Sistêmico

Refere-se ao risco de colapso de todo sistema financeiro ou mercado, com impacto sobre as taxas de juros, o câmbio e os preços dos ativos em geral.

O Economus entende que a diversificação é um fator determinante para a mitigação do risco sistêmico. Por esse motivo, a Entidade alocou seus recursos em diversos setores, emissores e gestores externos, assim como analisou diferentes indicadores de desempenho para o investimento, de modo a amenizar os impactos de crise de grande magnitude sobre os ativos dos Planos.

Além disso, observou também a diversificação entre os vários setores de atividade econômica, de modo a distribuir o risco entre os setores financeiro e não financeiro, bem como entre os diversos segmentos do setor não financeiro.

g. Risco do Passivo Atuarial

É a probabilidade de perdas decorrentes da inadequação dos níveis de contribuições necessárias à disponibilidade de recursos ao longo do tempo.

Durante o exercício foi realizado estudo de aderência das hipóteses biométricas, demográficas (mortalidade geral, de inválidos, entrada em invalidez/auxílio-doença e rotatividade) e econômico-financeiras (crescimento salarial, fator de capacidade e convergência de taxa de juros), por meio do qual o atuário responsável indica as premissas aderentes e que refletem as características dos planos e de suas populações.

As avaliações atuariais dos planos de benefícios demonstram a situação financeira e atuarial de cada um dos planos, por meio de suas respectivas provisões matemáticas, calculadas e posicionadas em uma determinada data base. Na avaliação, foram verificados os custos e estabelecidos os planos de custeio, de modo a assegurar a existência de recursos suficientes para garantir o pagamento dos benefícios contratados.

Também têm sido desenvolvidos, com periodicidade mínima anual, estudos de ALM (Asset Liability Management) para cada um dos planos de benefícios administrados, com o objetivo de orientar a elaboração do planejamento financeiro e identificar a melhor alocação dos ativos, considerando risco, liquidez e rentabilidade.

h. Risco Operacional

O risco operacional é caracterizado pela possibilidade de perda decorrente da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos da Entidade, bem como de eventos externos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

A Entidade tem atuado para fortalecer seus processos e internalizar as melhores práticas de mercado em suas rotinas internas.

Nesse sentido, além de realizar o processo de Autoavaliação de Riscos e Controles Internos, a Entidade contratou os serviços de uma consultoria externa para validar os resultados alcançados pelo ciclo concluído naquele ano e evidenciar, por meio de metodologia aplicada pela empresa, a efetiva existência de controles declarados pelos gestores durante o ciclo de autoavaliação.

O resultado demonstrou um relevante grau de aderência entre os controles apontados nos questionários e os documentos apresentados pelos gestores, assim como as declarações consignadas durante entrevistas realizadas. Isso demonstra que o esforço da Entidade no sentido de disseminar uma cultura de controle em suas práticas e rotinas tem encontrado

o respaldo e a parceria de seu quadro funcional.

Ademais, todos os documentos vinculados ao processo de Gestão de Continuidade, no que diz respeito ao cenário de Ausência de Pessoas, foram revisados e testados. Aqueles relativos ao cenário de Indisponibilidade foram revisados, tendo seu 1º ciclo de testes concluído durante o exercício.

As recomendações de melhoria destacadas na elaboração dos documentos ou na execução dos testes, que a cada ciclo têm apresentado redução, foram identificadas e comunicadas às unidades para que estas promovam ações de remediação para o ciclo posterior.

20. Outras Informações

a. Investimento em controlada – Desmobilização

A Economus - Administradora e Corretora de Seguros Ltda., em liquidação extrajudicial, foi constituída em 23 de fevereiro de 1987, tendo como cotista majoritário o Economus - Instituto de Seguridade Social.

Conforme disposto na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores, o acionista majoritário Economus não pode ter investimentos relevantes em outras empresas. A Corretora en-

contra-se em liquidação extrajudicial, desde 31 de dezembro de 2005.

b. Apólice nº 745 - Seguro de vida em grupo funcionários

A Associação dos Funcionários Aposentados e Pensionistas do Banco Nossa Caixa S.A. (Afaceesp), impetrou Mandado de Segurança para a manutenção dos autores na apólice de Seguro de Vida em Grupo nº 745. Liminar foi concedida em 18 de junho de 2005 e os valores descontados em holerite dos aposentados e pensionistas dos planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2 e Regulamento Geral, inclusive funcionários ativos do Banco do Brasil S.A. e do extinto Banco Nossa Caixa S.A., são repassados mensalmente para a Companhia de Seguros do Estado de São Paulo (Cosesp).

O Economus – Instituto de Seguridade Social é o estipulante da apólice, por onde transitam os valores recebidos e repassados para a Cosesp.

c. Informações Suplementares – Gestão Assistencial

Apresentamos a seguir as informações suplementares da gestão assistencial, as quais compreendem:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Social;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- Notas explicativas às informações contábeis da gestão assistencial.

Balanço patrimonial - Informações suplementares da gestão assistencial

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

				R\$ mil			
ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	2017	2016	PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		46.803	76.059	PASSIVO CIRCULANTE		33.719	28.069
Disponível	4	64	44	Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	9	18.008	12.715
Realizável		46.739	76.015	Provisões de Contraprestação Não Ganha		3.433	3.344
Aplicações Financeiras	5	39.832	70.576	Provisão de Eventos a Liquidar para SUS		980	74
Aplicações Vinculadas a Provisão Técnica		0	4.078	Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviço Assistenciais		8.099	4.679
Aplicações Não Vinculadas		39.832	66.498	Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		5.496	4.618
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	4.477	3.022	Débitos de Operações de Assistência à Saúde	10	121	173
Contraprestação Pecuniária a Receber	6.1	3.563	2.114	Tributos e Encargos Sociais a recolher	11	971	780
Créditos de Operações de Administração de Benefícios	6.2	95	102	Débitos Diversos	12	14.619	14.401
Outros Créditos de Op. com Planos de Assistência à Saúde	6.3	819	806				
Créditos Tributários e Previdenciários	7	2.416	1.588	PASSIVO NÃO CIRCULANTE		165.267	157.899
Bens e Títulos a Receber	8	14	829	Provisão para Ações Judiciais	13.2	165.267	157.899
ATIVO NÃO CIRCULANTE		391.687	399.841	PATRIMÔNIO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO SOCIAL		239.504	289.932
Realizável a Longo Prazo		391.687	399.841	Reservas		239.504	289.932
Aplicações Financeiras	5	233.072	243.860	Reservas de Lucros / Sobras / Retenções de superávits		239.504	289.932
Aplicações Vinculadas a Provisão Técnica		8.615	3.886				
Aplicações Não Vinculadas		224.457	239.974				
Depósitos Judiciais e Fiscais	13.4	158.615	155.981				
TOTAL DO ATIVO		438.490	475.900	TOTAL DO PASSIVO		438.490	475.900

Para obter mais informações sobre cada item do balanço, consulte as notas explicativas a partir da página 231, de acordo com o número citado à frente de cada item.

Demonstração do resultado - Informações suplementares da gestão assistencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

		R\$ mil	
	NOTA EXPLICATIVA	2017	2016
Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde		280.042	259.795
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		280.200	260.496
Contraprestações Líquidas	15	280.200	260.496
(-) Tributos Diretos de Op. com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(158)	(701)
Eventos Indenizáveis Líquidos		(323.797)	(289.535)
Eventos / Sinistros Conhecidos ou Avisados	16	(323.797)	(289.535)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		(43.755)	(29.740)
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora		30	3.130
Outras Receitas Operacionais		30	3.130
Outras Despesas Operacionais com Plano de Assistência à Saúde		(6.416)	(1.551)
Outras Despesas Operacionais de Operações com Plano de Assistência à Saúde		(6.416)	(1.321)
Provisão para Perdas Sobre Crédito		-	(230)
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Relac. com Planos de Saúde da Operadora		-	(7.173)
RESULTADO BRUTO		(50.141)	(35.334)
Despesas Administrativas	17	(28.563)	(25.179)
Resultado Financeiro Líquido		28.276	39.046
Receitas Financeiras		28.276	39.339
Despesas Financeiras		-	(293)
Resultado Líquido		(50.428)	(21.467)

Para obter mais informações sobre cada item do balanço, consulte as notas explicativas a partir da página 231, de acordo com o número citado à frente de cada item.

Demonstração do resultado abrangente - Informações suplementares da gestão assistencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	R\$ mil	
	2017	2016
Resultado Líquido	(50.428)	(21.467)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	(50.428)	(21.467)

Demonstração das mutações do patrimônio social - Informações suplementares da gestão assistencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	R\$ mil	
	RESERVAS DE LUCROS/ SOBRAS/ RETENÇÕES DE SUPERAVIT	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	305.440	305.440
(Prejuízo/Deficit) do Exercício	(12.015)	(12.015)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	293.425	293.425
Lucro/Superavit do Exercício	17.974	17.974
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	311.399	311.399
(Prejuízo/Deficit) do Exercício	(21.467)	(21.467)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	289.932	289.932
(Prejuízo/Deficit) do Exercício	(50.428)	(50.428)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	239.504	239.504

Demonstração do fluxo de caixa (Método direto) - Informações suplementares da gestão assistencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

	R\$ mil	
	2017	2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(+) Recebimentos de Plano Saúde	280.920	263.369
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	292.561	241.221
(+) Outros Recebimentos Operacionais	4.493	-
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(319.157)	(285.177)
(-) Pagamentos de Pessoal	(15.693)	(14.244)
(-) Pagamentos de Pró-Labore	(273)	(240)
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros	(6.105)	(4.909)
(-) Pagamentos de Tributos	(9.943)	(10.032)
(-) Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(3.664)	(1.109)
(-) Aplicações Financeiras	(222.766)	(188.238)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	-	(527)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	373	114
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	(353)	(257)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(353)	(257)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA		
Caixa - Saldo Inicial	44	187
Caixa - Saldo Final	64	44
Ativos Livres no Início do Período	306.516	321.630
Ativos Livres no Final do Período	264.353	306.516
AUMENTO/ (DIMINUIÇÃO) NAS APLIC. FINANC. - RECURSOS LIVRES	(42.163)	(15.114)

Notas explicativas às Informações Contábeis da Gestão Assistencial

I. Contexto Operacional

O **Economus - Instituto de Seguridade Social** (“Economus” ou “Entidade”), CNPJ nº. 49.320.799/0001-92, com sede na Rua Quirino de Andrade, n.º 185, em São Paulo/SP, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, constituída em 1º de setembro de 1977, registrada na ANS sob o nº 34.261-1, para operar planos de assistência à saúde, conforme Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

A Gestão Assistencial do Economus tem por finalidade oferecer assistência à saúde suplementar, na modalidade de autogestão, aos beneficiários titulares vinculados ao extinto Banco Nossa Caixa S.A., atualmente vinculados ao Banco do Brasil S.A., aos empregados do Economus e aos participantes do Feas (PAMC e Básico) e Novo Feas vincu-

lados aos Regulamentos Geral e Complementar nº 1, e aos respectivos dependentes.

Em 25 de julho de 2014, após aprovação da ANS em 10 de fevereiro de 2014, o Plano Economus Família, com registro na ANS nº 470.596/14-3, destinado aos dependentes não preferenciais dos participantes ativos e assistidos do Economus, iniciou suas operações e houve a transferência da carteira dos beneficiários Autossustentáveis dos planos de saúde Plus, Plus II e EcoSaúde II.

Na Gestão Assistencial, são observadas as disposições descritas na Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, e alterações posteriores, nas Resoluções da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), bem como no Estatuto Social do Economus, Regimentos Internos, Regulamento de cada plano de saúde e nas decisões proferidas pela Administração do Economus.

O Economus possui 44.672 vidas assistidas (45.831 vidas, em 2016) e administra os seguintes planos assistenciais:

PLANO	CUSTEIO	POPULAÇÃO 2017	POPULAÇÃO 2016	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Básico ANS nº 400.593/98-7	Banco do Brasil	80	94	Contratação: Coletivo por Adesão; Empregados ativos, aposentados dos planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2, Regulamento Geral e seus dependentes, residentes na capital - São Paulo; Acomodação em enfermaria.
PAMC ANS nº 400.594/98-5	Banco do Brasil	419	493	Contratação: Coletivo por Adesão; Empregados ativos, aposentados dos planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2, Regulamento Geral e seus dependentes, residentes no interior do Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
Plus ANS nº 400.597/98-0	Banco do Brasil Autossustentável	11.805 14	14.314 14	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos (admitidos até 31/12/00), aposentados dos planos Regulamento Complementar nº 1, Regulamento Complementar nº 2, Regulamento Geral e seus dependentes; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
Plus II ANS nº 435.934/01-8	Banco do Brasil Autossustentável	13.324 1	13.317 1	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados ativos (admitidos a partir de 01/01/01), aposentados do plano Regulamento Geral e seus dependentes; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
Feas Básico ANS nº 400.595/98-3	Feas	443	451	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas dos planos Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Geral; Cobertura em todo Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.
Feas PAMC ANS nº 400.596/98-1	Feas	3.092	3.243	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas dos planos Regulamento Complementar nº 1 e Regulamento Geral; Cobertura em todo Estado de São Paulo; Acomodação em apartamento.

PLANO	CUSTEIO	POPULAÇÃO 2017	POPULAÇÃO 2016	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
Novo Feas ANS nº 469.503/13-8	Feas	9.328	7.558	Contratação: Coletivo por Adesão; Aposentados e pensionistas assistidos pelo Economus; Ex-empregados que se desligaram do Feas Básico e Feas PAMC, entre 31/12/09 até a data de aprovação do regulamento; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
EcoSaúde II ANS nº 469.920/13-3	Economus Autossustentável	448 1	434 1	Contratação: Coletivo Empresarial; Empregados Ativos, aposentados e pensionistas do Economus; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.
Economus Família ANS nº 470.596/14-3	Autossustentável	5.717	5.911	Contratação: Coletivo por Adesão; Dependentes indiretos (não preferenciais) que estavam no Autosustentável dos planos Plus, Plus II e EcoSaúde II; Dependentes indiretos de Titulares de quaisquer outros planos (Plus, Plus II, EcoSaúde II, Feas PAMC, Feas Básico, Novo Feas, PAMC, Básico); Parentes consanguíneos até 3º (terceiro) grau e afins até 2º (segundo) grau; Cobertura nacional; Acomodação em apartamento.

2. Base de Preparação das Demonstrações Contábeis

As informações suplementares da Gestão Assistencial foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil,

aplicáveis às Entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando

referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS em especial as Resoluções Normativas nº 390, de 3 de dezembro de 2015, nº 344, de 20 de dezembro de 2013, nº 209, de 22 de dezembro de 2009 e nº 227, de 18 de agosto de 2010, nº 418, de 26 de dezembro de 2016 e alterações posteriores.

A Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que alterou, revogou e introduziu novos conceitos à Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, estendeu a sua aplicação às demais sociedades, em especial quanto à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis.

Em cumprimento à Instrução Normativa nº 19, de 03 de abril de 2009, as operadoras de planos de assistência à saúde, vinculadas às Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), deverão adotar integralmente o plano de contas contábil padrão da ANS, a partir de 1º de janeiro de 2010.

Nas Demonstrações Contábeis das informações suplementares da Gestão Assistencial, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual o Economus opera. As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de Reais.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas Demonstrações Contábeis.

a. Apuração do Resultado: o resultado das transações é apurado em observância ao Princípio de competência dos exercícios, em que se destacam:

- As receitas relativas às contraprestações efetivas de operações com planos médico-hospitalares são reconhecidas no efetivo período de cobertura de risco.
- As despesas relativas aos eventos indenizáveis são reconhecidas por ocasião da apresentação das guias de serviço médico-hospitalares pelos prestadores de serviço de saúde.
- As provisões técnicas são constituídas de forma a refletir as obrigações futuras, avisadas e não avisadas, decorrentes da operação de planos de assistência à saúde.
- Outras receitas e despesas são reconhecidas quando da prestação de serviço e/ou de seu faturamento.

b. Estimativas Contábeis

As Demonstrações Contábeis incluem estimativas e premissas. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas, em função do valor justo de determinados ativos e passivos, inclusive passivos contingentes.

c. Disponível - Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários disponíveis em conta corrente e investimentos financeiros com vencimentos de curto prazo, de alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em caixa, estando sujeitos ao insignificante risco de mudança de valor.

d. Aplicações Financeiras

Os ativos financeiros da Gestão Assistencial foram classificados segundo a intenção do Economus nas seguintes categorias: “valor justo por meio do resultado” e “mantido até o vencimento”.

Valor Justo por Meio de Resultado: os ativos classificados nessa categoria foram adquiridos com a possibilidade de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, observando

as condições de mercado e a estratégia adotada para essa carteira. Na precificação desses ativos, foi considerado o preço justo de negociação do dia da apuração ou, quando não disponível, o preço justo de negociação no dia útil anterior.

Mantidos até o Vencimento: os ativos classificados nessa categoria foram adquiridos com o propósito de não aliená-los, tendo em vista a perspectiva de maior correlação mantida com o passivo. Esses ativos foram avaliados e precificados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, bem como decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

e. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Os créditos são registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados pelas provisões estimadas para eventuais perdas.

f. Demais Ativos

Os demais elementos patrimoniais do Ativo Circulante e do Ativo Não Circulante são mensurados pelo valor de custo, acrescidos, quando

aplicáveis, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas.

g. Provisões Técnicas de Operações Assistenciais à Saúde

Constituídas de acordo com pronunciamentos emitidos pela ANS, estas provisões são representadas pela (I) Provisão de Contraprestação Não Ganha (PCNG), constituída pela parcela de contraprestação referente ao período de risco a decorrer no mês de competência; (II) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL), calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde recebidas pela operadora; e (III) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona), calculada com base em metodologia estabelecida pela ANS (Nota Explicativa nº 9).

h. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

As Provisões para Ações Judiciais são constituídas para situações de risco de futuros desembolsos financeiros, mensuradas com base em estimativas do valor das obrigações.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém, quando há evidência que propiciem a garantia de sua

realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Todos os depósitos judiciais e recursais são atualizados mensalmente, seguindo critérios de acordo com o indexador adotado por cada tribunal onde tramita o processo judicial (taxa de poupança) e, em caso de demandas tributárias na esfera da Justiça Federal, seguem como indexador a taxa Selic.

i. Provisões para Perdas Sobre Crédito (PPSC)

É constituída para fazer face às possíveis perdas relativas aos créditos pendentes de recebimento, oriundos dos Planos Básico, PAMC, Plus, Plus II, Feas Básico, Feas PAMC, Novo Feas, EcoSaúde II e Economus Família. A referida provisão é constituída em conformidade com a Resolução Normativa nº 390, de 2 de dezembro de 2015, da ANS, a qual estabelece que, havendo pelo menos uma parcela vencida do contrato há mais de 90 dias, a totalidade do crédito desse contrato deverá ser provisionada (Nota Explicativa nº. 6.1).

j. Imposto de Renda, Contribuição Social e Contribuições

O Economus, conforme consta em seu Estatuto, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar sem fins lucrativos e, de acordo com sua forma de tributação é isento do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), conforme determina o § 3º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, alterado pelo art. 10 da Lei 9.718/1998 e isento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de acordo com o art. 5º da Lei 10.426/2002, combinados com a Instrução Normativa nº 1.315/2013. Em relação ao PIS e a Cofins, a apuração é efetuada com base na Lei n.º 9.718/1998. Porém, o Economus questiona judicialmente a legalidade de tais contribuições sobre suas atividades, depositando judicialmente as parcelas de PIS e Cofins vincendas desde o ingresso da ação.

k. Demais Passivos

Os demais elementos patrimoniais do Passivo Circulante e do Passivo não Circulante são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço.

l. Demonstração do Resultado Abrangente

A demonstração do resultado abrangente está sendo apresentada, no entanto, sem movimento comparado ao exercício anterior.

4. Disponível - Caixa e Equivalentes de Caixa

Os saldos disponíveis abrangem saldos financeiros com realização em até três meses ou menos, a partir da data da contratação ou aquisição. Tais saldos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão da operadora nas obrigações de curto prazo.

Abaixo, apresentamos a composição do caixa e equivalentes de caixa:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Disponível	64	44
Numerários em trânsito	60	-
Contas-correntes	4	44
Total do Caixa e Equivalentes de Caixa	64	44

5. Aplicações Financeiras

A carteira de investimentos é composta pelos seguintes papéis:

DESCRIÇÃO	COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS			
	2017		2016	
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	31 de dezembro	31 de dezembro
Títulos Públicos	-	8.615	8.615	7.964
Notas do Tesouro Nacional	-	1.959	1.959	1.903
Notas do Tesouro Nacional B	-	1.959	1.959	1.903
Letras Financeiras do Tesouro	-	6.656	6.656	6.061
Letras Financeiras do Tesouro	-	6.656	6.656	6.061
Vinculados a Provisões Técnicas	-	8.615	8.615	7.964
Títulos Públicos	-	145.076	145.076	160.279
Notas do Tesouro Nacional	-	145.076	145.076	160.279
Notas do Tesouro Nacional B	-	145.076	145.076	160.279
Créditos Privados e Depósitos	-	45.838	45.838	72.692
Letras Financeiras Privadas	-	45.838	45.838	72.692
Letras Financeiras Privadas	-	45.838	45.838	72.692
Fundos de Investimento	39.832	33.543	73.375	73.501
Renda Fixa	39.832	3.162	42.994	42.073
Fundo de Renda Fixa	39.832	3.162	42.994	42.073
Direitos Creditórios	-	2.642	2.642	4.589
Fundos de Direitos Creditórios	-	2.642	2.642	4.589
Fundos de Investimento Estruturado	-	27.739	27.739	26.839
Fundos de Participações	-	27.739	27.739	26.839
Não Vinculados a Provisões Técnicas	39.832	224.457	264.289	306.472
Total da Carteira de Investimentos	39.832	233.072	272.904	314.436

Os ativos financeiros são aplicados no mercado financeiro em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Política de Investimento, tendo a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	NÍVEL HIERÁRQUICO	2017		2016	
		Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Valor justo por meio de resultado		46.487	46.487	41.919	41.919
Fundos de Renda Fixa	2	39.832	39.832	35.858	35.858
Títulos Públicos - LFT	1	6.655	6.655	6.061	6.061
Títulos mantidos até o vencimento		226.417	232.712	272.517	275.459
Fundos de Renda Fixa	2	5.806	5.806	10.804	10.804
Títulos Públicos Federais - NTN	1	147.034	153.329	162.182	165.124
Títulos Privados - CDB/RDB/LF	1	45.838	45.838	72.692	72.692
Fundos de Investimentos Estruturados	2	27.739	27.739	26.839	26.839
Total dos Ativos Financeiros		272.904	279.199	314.436	317.378

A seguir, de acordo com o CPC 40, estão apresentadas as definições da hierarquia do valor justo dos ativos financeiros:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

6. Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

6.1 Contraprestação Pecuniária a Receber

O saldo desse grupo de contas refere-se a valores a receber dos beneficiários dos planos de assistência à saúde administrados pelo Economus, conforme segue:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido	1.488	364
Contraprestações a Receber Bruto	4.656	2.592
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(3.168)	(2.228)
Cobertura Assistencial com Preço Pós-Estabelecido	2.075	1.750
Contraprestações a Receber Bruto	5.868	5.099
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(3.793)	(3.349)
Total de Contraprestação Pecuniária a Receber	3.563	2.114

6.2 Créditos de Operações de Administração de Benefícios

Nesse grupo, são registrados os valores a receber da taxa de admi-

nistração com a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Taxa de Administração sobre os Investimentos do Feas	95	102
Total dos Créditos de Operações de Administração de Benefícios	95	102

6.3 Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde

Conforme as Resoluções Normativas nº 390, de 2 de dezembro de 2015 e nº 418, de 26 de dezembro de 2016, da ANS, nesse grupo, são registradas participações dos beneficiários em eventos indenizáveis de coparticipação a receber e outros valores a receber. Sua composição é representada da seguinte forma:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Participação dos Beneficiários em Eventos Indenizáveis	38	26
Coparticipação a Receber	1.566	1.221
(-) Provisão para Perdas sobre Crédito	(1.528)	(1.195)
Outros Créditos de Operações com Planos	781	780
Outros Créditos a Receber	781	780
Total de Outros Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	819	806

7. Créditos Tributários e Previdenciários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os títulos e contribuições a receber apresentavam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Créditos Tributários	802	217
Imposto de Renda a Recuperar ^(a)	585	-
INSS a recuperar	217	217
Outros Créditos a Receber	1.614	1.371
PIS/Cofins/CSLL a compensar / restituir	243	-
PIS/Cofins a Recuperar ^(b)	1.371	1.371
Total dos Créditos Tributários e Previdenciários	2.416	1.588

(a) IR/CSLL a recuperar sobre as taxas administrativas de junho de 2010 a agosto de 2013. Em 02 de julho de 2015, foi solicitado à Receita Federal do Brasil o pedido de restituição.

(b) PIS/Cofins a recuperar sobre as taxas administrativas de junho de 2010 a agosto de 2013. Em 17 de julho de 2015, foi solicitado à Receita Federal do Brasil o pedido de restituição.

8. Bens e Títulos a Receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentavam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Outros Créditos a Receber	14	829
IR/CSLL a Recuperar ^(a)	-	828
Valores a Receber entre os Planos de Saúde da Operadora	14	1
Total dos Bens e Títulos a Receber	14	829

(a) IR/CSLL a recuperar sobre as taxas administrativas, transferido para rubrica “Créditos Tributários e Previdenciários”.

9. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, apresentavam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Provisão para Prêmios ou Contribuições não Ganhas (PPCNG) (a)	3.433	3.344
Provisão de Eventos a Liquidar para SUS (b)	980	74
Provisão de Eventos a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais (c)	8.099	4.679
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona) (d)	5.496	4.618
Total de Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	18.008	12.715

Constituídas com o objetivo de refletir obrigações futuras esperadas, decorrentes da operação de planos de assistência à saúde.

a. Provisão para Prêmios ou Contribuições não Ganhas (PPCNG): provisão de receitas não ganhas, isto é, do montante provisionado do contrato cujo período de cobertura do risco não tenha transcorrido.

b. Provisão de Eventos a Liquidar (PEL): para o Sistema Único de Saúde (SUS): provisão de ressarcimento ao SUS, referente às despesas assistenciais de beneficiários atendidos pelo SUS. Esses valores estão registrados na contabilidade por meio dos Avisos de Beneficiários Identificados (ABI) e pela média dos atendimentos demonstrados no site da ANS relacionados ao Economus.

c. Provisão de Eventos a Liquidar (PEL): para Outros Prestadores de Serviço Assistencial: provisão regulamentada pela Resolução Normativa nº 393/2015, que deve ser constituída para fazer frente aos valores a pagar, por eventos avisados.

d. Provisão para Eventos Ocorridos e Não Avisados (Peona): provisão

regulamentada pela Resolução Normativa nº 393/2015, cujo objetivo é efetuar estimativas atuariais para fazer frente ao pagamento dos eventos já ocorridos e não registrados contabilmente.

Os eventos a liquidar avisados há mais de 60 dias devem ser lastreados por ativos garantidores. Abaixo está demonstrada a suficiência de garantias financeiras do Economus.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Ativos Garantidores	8.615	7.964
Aplicações Vinculadas às Provisões Técnicas	8.615	7.964
Provisões Técnicas	6.989	5.458
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	980	74
Provisão de Eventos a Liquidar	513	766
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados	5.496	4.618
Sobra de Garantias Financeiras	1.626	2.506

10. Débitos de Operações de Assistência à Saúde

Está apresentada, a seguir, a composição analítica dos valores registrados na rubrica contábil “Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde”, em dezembro de 2017 e 2016:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Taxa de Administração sobre Investimentos	95	102
Devoluções de Contribuições	21	66
Outros Gastos com Prestação de Serviços	5	5
Total de Outros Débitos de Operações de Assistência à Saúde	121	173

II. Tributos e Encargos Sociais a recolher

DESCRIÇÃO	2017	2016
Tributos e Contribuições	420	108
Contribuições Previdenciárias	420	108
Retenções de Impostos e Contribuições	551	672
Imposto de Renda Retido na Fonte de Terceiros	131	122
Imposto Sobre Serviços Retidos na Fonte	45	162
Contribuições Previdenciárias Retidas de Terceiros	44	49
Outros – PIS/Cofins/CSLL sobre Prestação de Serviço Médico	331	339
Total de Tributos e Encargos Sociais a recolher	971	780

São registrados, nesse grupo de contas, todos os tributos e contribuições a recolher referentes aos serviços médico-hospitalares, tais como Imposto de Renda, Contribuições Federais sobre serviços de terceiros, INSS sobre honorários e ISS a recolher.

12. Débitos Diversos

Contemplam obrigações que não estão relacionadas à prestação de serviços de saúde. A composição dos débitos é a seguinte:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Fornecedores de Serviço	33	31
Contas a Pagar	33	31
Outros Débitos a Pagar	14.586	14.370
Valores Recebidos a Maior	-	341
Taxa de Custódia a Pagar dos Investimentos	1	3
Valores a Reembolsar à Gestão Previdencial ^(a)	2.723	2.164
Valores a Reembolsar do INSS sobre os 15% das Cooperativas Médicas ^(b)	11.862	11.862
Total de Débitos Diversos	14.619	14.401

(a) Referem-se ao repasse das despesas administrativas estruturais da Gestão Assistencial para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) de dezembro de 2017. Mensalmente, o Economus registra o valor de custeio administrativo a ser reembolsado para o Plano de Gestão Administrativa (PGA) - Gestão Previdencial, conforme estabelecido pela Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e alterações posteriores. Parte das despesas administrativas alocadas na Gestão Assistencial é reembolsada ao PGA pelos planos de assistência à saúde administrados pelo Economus, conforme descrito no regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da Ata nº 384, de 06 de dezembro de 2011.

(b) O Economus teve decisão favorável da ação do INSS sobre os 15% das cooperativas médicas, processo nº 0032701-53.2008.4.01.3400. Em dezembro de 2015, obteve alvará de levantamento dos depósitos judiciais no montante de R\$ 15.891 (atualizado monetariamente pela Selic, descontando os honorários dos assessores jurídicos especializados), demonstrado a seguir o reembolso aos custeadores:

POSIÇÃO DO INSS 15% DAS COOPERATIVAS (CUSTEADORES)

Descrição	Banco do Brasil	Feas	Novo Feas	Autossustentável	EcoSaúde II	Total
Depósito Judicial	9.018	1.934	387	722	20	12.081
Atualização Monetária	2.844	610	122	228	6	3.810
Total	11.862	2.544	509	950	26	15.891

O Economus aguarda instruções dos assessores jurídicos com relação à recuperação dos valores recolhidos nos últimos cinco anos anteriores ao ingresso da ação judicial.

13. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

13.1 Ativos Contingentes

Em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes

e Ativos Contingentes, sendo que não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis.

13.2 Provisões para Ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias - Prováveis

O Economus faz semestralmente uma avaliação de seus riscos contingenciais, com base em fundamentos jurídicos, econômicos e tributários. A avaliação desses riscos objetiva classificá-los da melhor forma, segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade, dentre as seguintes alter-

nativas de classificação de perda: prováveis, possíveis ou remotas.

As provisões para ações judiciais prováveis são 100% provisionadas e correspondem às incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação financeira da Entidade. A movimentação está demonstrada a seguir:

DESCRIÇÃO	PROVISÕES			
	2017	Constituição / (Reversão)	Atualização	2016
Ações Trabalhistas (a)	11.478	1.536	352	9.590
Ações Cíveis (b)	2.802	48	91	2.663
Ações Tributárias (c)	150.987	11	5.330	145.646
Total das Ações Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	165.267	1.595	5.773	157.899

a. Trabalhistas: processos relativos a reclamações trabalhistas de ex-empregados, cobertura médica, reparação por danos morais e manutenção de beneficiários nos planos Feas e EcoSaúde II, litígios sobre

o valor das contribuições aos planos, cujo valor totalizou R\$ 11.478, em 2017 (R\$ 9.590, em 2016).

b. Cíveis: referem-se a ações judiciais cíveis, cobertura médica e repa-

ração por danos morais, provisionadas com base na opinião dos advogados responsáveis pelos processos, classificadas como perdas prováveis. O saldo provisionado em 2017 é de R\$ 2.802 (R\$ 2.663, em 2016).

c. Tributárias: referem-se às discussões judiciais relacionadas à exigibilidade de tributos e autuações fiscais decorrentes de entendimentos das Autoridades Fiscais a respeito de tributos e obrigações acessórias:

i. PIS e Cofins de 2006: em 2006, o Economus impetrou Mandado de Segurança questionando a exigibilidade do PIS e da Cofins, obtendo liminar para depositar judicialmente os valores apurados a partir da data do ajuizamento. Contabilmente, está provisionado o valor de R\$ 16.080 (R\$ 16.069, em 2016).

ii. PIS e Cofins de 1996 a 2000: autos lavrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), questionando incidência e bases de recolhimento referentes aos exercícios de 1996 a 2000. Após o trâmite da discussão na instância administrativa, o Economus ajuizou, em 2002, ação anulatória com pedido de antecipação de tutela. A ação foi julgada procedente em agosto de 2008, tendo a União recorrido da decisão em janeiro de 2009.

O recurso de apelação da União foi julgado procedente, sendo que o Economus interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, ao Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente. O processo teve sua tramitação suspensa até que o STF julgue processo afetado em repercussão geral. Contabilmente, está provisionado, em 2017, o valor R\$ 132.662 (R\$ 127.430, em 2016).

iii. INSS: autos de infração lavrados em 2004 e 2007, relacionados às contribuições previdenciárias de caráter normal, serviços remunerados às cooperativas e divergência entre valores recolhidos e informados na GFIP. Assessoria jurídica especializada foi contratada para impugnação dos autos. Contabilmente, está provisionado, em 2017, o montante de R\$ 2.245 (R\$ 2.147, em 2016).

13.3 Passivos para Ações Trabalhistas e Cíveis - Possíveis

O Economus possui ações cíveis e trabalhistas, cujo objeto trata de assistência à saúde, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados como possível, no montante de R\$ 353.326 (R\$ 326.338, em 2016) e R\$ 1.176

(R\$ 905, em 2016), respectivamente. Esses processos, classificados com probabilidade de perda possível, referem-se a ações cujo objeto é recomposição do patrimônio, inclusão de dependentes e agregados aos planos médicos, cobertura dos procedimentos médicos, materiais, custos de internação, reembolso de procedimento, manutenção de condições originárias, discussão sobre contribuições e indenizações por danos morais.

13.4 Depósitos Judiciais e Tributários

Os depósitos judiciais e tributários do Economus estão correlacionados às provisões e passivos contingentes. São garantidores de potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são registrados no ativo não circulante até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

DESCRIÇÃO	DEPÓSITOS JUDICIAIS			
	2017	Constituição / (Reversão)	Atualização	2016
Ações Trabalhistas	6.619	2.102	352	4.165
Ações Cíveis	991	(323)	91	1.223
Ações Tributárias	151.005	(4.918)	5.330	150.593
Total dos Depósitos Judiciais	158.615	(3.139)	5.773	155.981

14. Patrimônio Social

O Patrimônio Social é composto pela incorporação dos superávits e déficits apurados em cada exercício social. O Economus não distri-

bui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no resultado.

Em 31 de dezembro de 2017, o Patrimônio Social de R\$ 239.504 mil

é representado substancialmente por reserva para cobertura dos custos com os planos do Fundo Ecomus de Assistência Social - FEAS (Feas PAMC, Feas Básico e Novo Feas). Com base no volume de contribuições atuais dos participantes destes planos, a Administração preparou estudo técnico que demonstra que esta reserva constituída terá uma duração aproximada de 3 anos. A continuidade das operações dos planos do FEAS dependem do sucesso da busca de alternativas visando o equilíbrio financeiro destes Planos.

Margem de Solvência

A partir de janeiro de 2014, as operadoras ficam submetidas à Margem de Solvência, a fim de verificar a capacidade do patrimônio necessário para operar no mercado de saúde.

Regulamentada pela Resolução Normativa nº 209/2009 e alterações posteriores, a Margem de Solvência representa a manutenção do patrimônio líquido superior a 20% das contraprestações líquidas dos últimos doze meses, ou 33% da média anual dos eventos indenizáveis líquidos dos últimos 36 meses, dos dois o maior.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Patrimônio Líquido	239.504	289.932
Patrimônio Líquido	239.504	289.932
Margem de Solvência (maior entre 'A' ou 'B')	54.930	50.791
A - Contraprestações Líquidas (12 meses)	33.541	31.282
A ¹ - 50% das Contraprestações Líquidas Planos Pós-estabelecidos	112.494	103.669
A ² - 100% das Contraprestações Líquidas Planos Preestabelecidos	55.211	52.743
(=) Total das Contraprestações Líquidas (A ¹ + A ²)	167.705	156.412
20% sobre as Contraprestações Líquidas	33.541	31.282
B - Eventos Indenizáveis Líquidos (36 meses)	54.930	50.791
B ¹ - Média anual 50% do total de Eventos Indenizáveis Pós-estabelecidos	117.092	108.284
B ² - Média anual de 100% do total de Eventos Indenizáveis Preestabelecidos	49.364	45.628
(=) Total das Contraprestações Líquidas (B ¹ + B ²)	166.456	153.913
33% sobre a média anual dos Eventos Indenizáveis	54.930	50.791
Solvência Apurada	184.574	239.141

Em 31 de dezembro de 2017, possui um Patrimônio Social Ajustado que atende a Margem de Solvência total requerida pela ANS.

Patrimônio Mínimo Ajustado

De acordo com o art. 3º, da Resolução Normativa 209, o Patrimônio Mínimo Ajustado (PMA), representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido ou Patrimônio Social da Operadora de Planos de Saúde, ajustado por efeitos econômicos na forma da regulamentação do disposto

no inciso I, do artigo 22, calculado a partir da multiplicação do fator 'K' (38,39% no caso do Economus), obtido em tabela anexa à norma, em que são definidos coeficientes, de acordo com a região de atuação da operadora, pelo capital base de R\$ 8.146 (R\$ 7.908 em 2016). Em 31 de dezembro de 2017, foi observado o limite mínimo de patrimônio, multiplicado pelo fator 'K'. A seguir, estão demonstrados os cálculos do Patrimônio Mínimo Ajustado.

DESCRIÇÃO	2017	2016
Capital-Base do Patrimônio Mínimo Ajustado	8.146	7.908
(x) Fator K	38,39%	38,39%
(=) Patrimônio Mínimo Ajustado	3.127	3.036
Capital Requerido	3.127	3.036

O capital para a gestão assistencial do Economus está em conformidade com o limite mínimo estabelecido pelo PMA, pois, ao fim do exercício 2017, seu capital totalizou R\$ 239.504 (em 2016, R\$ 289.932).

15. Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde

Composição Consolidada das Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência à Saúde

DESCRIÇÃO	2017	2016
Contribuições Líquidas ^(a)	269.066	249.384
Receitas com Administração dos Planos ^(b)	11.134	11.112
Total das Contraprestações Efetivas de Planos de Assistência	280.200	260.496

(a) Valores das receitas do patrocinador e do participante a título de contraprestação emitida pelos planos de Assistência à Saúde.

(b) São registrados os valores das receitas correspondentes à administração dos planos assistenciais.

16. Eventos Conhecidos ou Avisados

a. Eventos Indenizáveis Líquidos Consolidados (Despesas Assistenciais)

DESCRIÇÃO	2017	2016
Eventos Indenizáveis ^(a)	345.180	311.420
Consultas	18.226	18.477
Exames	57.303	52.681
Terapias	8.083	7.581
Internações	186.957	169.779
Outros Atendimentos Ambulatoriais	71.874	62.081
Demais Despesas Assistenciais	-	8
Sistema Único de Saúde (SUS)	1.859	466
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (Peona)	878	347
(-) Recuperação de Eventos Indenizáveis ^(b)	(21.383)	(21.885)
Total dos Eventos Indenizáveis Líquidos	323.797	289.535

(a) Eventos Indenizáveis: registram os valores dos eventos conhecidos e indenizações de todos os gastos com procedimentos médico-hospitalares prestados a beneficiários dos planos Plus, Plus II, PAMC, Básico, Feas PAMC, Feas Básico, Novo Feas, EcoSaúde II e Ecomus Família.

(b) Recuperação de Eventos Indenizáveis: são registrados os valores de eventos de assistência médico-hospitalar recuperados por glosas e coparticipação.

b. Cobertura Assistencial com Preço Preestabelecido – Planos Coletivos por Adesão Pós Lei

O plano coletivo por adesão do Economus Família firmado posteriormente à Lei nº 9.656/1998, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço preestabelecido, está demonstrado no quadro abaixo e está contido em rubrica própria no custo da atividade.

2017								
	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	SUS	Total
Rede Contratada	2.132	6.718	937	34.877	10.360	-	39	55.063
Reembolsos	5	2	22	-	8	-	-	37
Total	2.137	6.720	959	34.877	10.368	-	39	55.100

17. Despesas Administrativas

Representa os gastos que a Entidade possui para gerir os planos de assistência à saúde.

A partir de 1º de janeiro de 2010, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) que administram planos de assistência à saúde, passaram a adotar, adicionalmente, os normativos da ANS dispostos na Resolução Normativa ANS nº 207 e Instrução Normativa ANS nº 36, ambas de 22 de dezembro 2009, e alterações posteriores.

No âmbito da gestão administrativa, a alteração mais relevante está na obrigatoriedade das EFPCs contabilizarem seus gastos administrativos de forma segregada, dentro de um modelo denominado Plano de Gestão Administrativa (PGA). O PGA está suportado por regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Em conformidade com as normas publicadas pelos órgãos federais competentes e fiscalizadas pela Previc, todas as despesas administrativas contabilizadas no PGA, atribuídas à administração assistencial, são

reembolsadas integralmente pelos planos de assistência à saúde.

Neste grupo são registradas as despesas reembolsadas à Previdência relacionadas à Administração da Entidade, Pessoal Próprio, Serviços de Terceiros, Impostos, Despesas Gerais e as despesas diretamente custeadas pela Assistência, tais como: taxas para a ANS e honorários advocatícios.

Abaixo, a composição das despesas administrativas:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Despesas com Pessoal Próprio (a)	19.928	17.190
Despesas com Serviços de Terceiros (b)	5.141	4.213
Despesas com Localização e Funcionamento (c)	2.426	2.698
Despesas com Tributos (d)	296	274
Despesas com Multas Administrativas (e)	198	-
Despesas Administrativas Diversas (f)	574	804
Total das Despesas Administrativas	28.563	25.179

a. Despesas com Pessoal Próprio: as despesas com pessoal próprio são originalmente registradas no Plano de Gestão Administrativa (PGA), sendo transferidas à Gestão Assistencial de acordo com os critérios de segregação preestabelecidos. O saldo é composto conforme demonstrado a seguir:

DESCRIÇÃO	2017	2016
Salários	13.068	11.410
Encargos	3.538	2.995
Bonificações / Benefícios	3.322	2.785
Total das despesas com Pessoal Próprio	19.928	17.190

b. Despesas com Serviços de Terceiros: são representadas pelos serviços contratados de terceiros, tais como: consultoria técnica, serviços de conectividade, temporários e terceirizados, honorários advocatícios, entre outros.

c. Despesas com Localização e Funcionamento: correspondem às despesas básicas para manutenção das atividades da empresa. Nesse subgrupo, são registradas despesas com água, aluguel, luz e telefone.

d. Despesas com Tributos: referem-se às despesas com impostos, taxas e similares, como IPTU, taxa de saúde suplementar e outras contribuições fiscais.

e. Despesas com Multas Administrativas: instituído pela Resolução Normativa 418/2016, correspondem às despesas de multas aplicadas pela ANS.

f. Despesas Administrativas Diversas: correspondem às despesas não classificáveis nas demais contas de despesas administrativas, tais como: despesas judiciais, jornais e revistas, multas, entre outras.

18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas do Economus podem ser assim consideradas: dos beneficiários e dos mantenedores (Banco do Brasil S.A. e Economus), cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento dos planos assistenciais para seus empregados.

Remuneração da Administração

O Economus considerou como pessoal-chave da administração os integrantes da Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo. Os valores com os benefícios de curto prazo no exercício de 2017 somaram R\$ 2.162 (R\$ 1.892, em 2016).

19. Instrumentos Financeiros Ativos

Os instrumentos financeiros estão restritos às aplicações financeiras,

sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- **Aplicações financeiras:** estão demonstradas pelo custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos em linha com as melhores práticas de precificação adotadas pelo mercado financeiro. Os ativos financeiros foram adquiridos levando-se em consideração as condições e premissas estabelecidas pela Política de Investimentos vigente à época, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

20. Instrumentos Financeiros Derivativos

Durante os exercícios de 2017 e de 2016, o Economus não realizou diretamente operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

21. Controles Internos e Gerenciamento de Riscos

O Economus entende como fator preponderante em sua gestão

estratégica e tática, seja de curto, médio ou longo prazos, o conhecimento dos riscos aos quais está exposto na condução de seus planos assistenciais e persecução de seus objetivos.

Com foco na construção de uma gestão prudente, a Entidade tem direcionado esforços para adotar as melhores práticas de mercado, assim como aquelas preceituadas pelos órgãos reguladores e fiscalizadores.

Durante o exercício, a Entidade desenvolveu e atualizou Políticas, Normas e Procedimentos, pois compreende a relevância desses controles que, ao mesmo tempo em que figuram como orientadores de práticas e procedimentos internos, são ferramentas fundamentais para a promoção de sua continuidade e perenidade.

Gerenciamento de riscos

O Economus está exposto a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. O gerenciamento de tais riscos está contido nas Políticas de Investimentos, bem como em seus Normativos e Procedimentos Internos.

a. Risco de Crédito

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes do não cumprimento pela contraparte de uma operação contratada.

Quando realizou investimentos em Títulos e Valores Mobiliários de Instituições, o Economus observou as notas de classificação de risco de crédito atribuídas pelas principais agências de classificação de risco de mercado, fatores relacionados às avaliações técnicas de risco, além das características próprias de mercado.

Para os casos de ativos adquiridos pela Gestão Direta e Fundos de Investimento Exclusivos, o Economus observou o Limite Técnico adicional para Instituições Financeiras, cuja metodologia tem por objetivo definir a forma de cálculo do limite de investimento, de monitoramento da exposição e de controle de concentração dos recursos investidos. Esta modelagem observa o rating atribuído pela agência classificadora de risco contratada e necessariamente é analisada e aprovada pelo Comitê de Investimentos da Entidade.

b. Risco de Mercado

É a probabilidade de eventuais perdas decorrentes de variações nas taxas e preços de mercado de ativos e passivos.

Em aderência à legislação aplicável e às melhores práticas de mercado, durante o exercício foram realizadas a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento do risco de mercado por meio do Value at Risk (VaR), para investimentos em renda fixa, e Tracking Error, para renda variável. O risco de descasamento foi avaliado em relação aos parâmetros de referência estabelecidos na Política de Investimentos.

O VaR estima a maior perda possível em determinado horizonte de tempo, enquanto o Tracking Error aponta o risco de descasamento em determinado horizonte de tempo em relação a um parâmetro de referência. Também foram utilizados cenários econômicos-base e de estresse para avaliar o comportamento dos ativos em diversas conjunturas econômicas.

c. Risco de Terceirização

A gestão de recursos no Economus pode ser terceirizada de forma total ou parcial. Quando a Entidade opta por esse tipo de operação, ela delega determinadas responsabilidades a gestores externos sem, porém, se isentar de suas responsabilidades perante os órgãos fiscalizadores.

O Economus apresenta um processo estruturado para escolha e

acompanhamento de seus gestores. Esse modelo contempla a descrição do histórico, justificativas e documentação pertinente à Seleção e Monitoramento de Gestores.

d. Risco de Liquidez

É a probabilidade de a Entidade não ter recursos disponíveis para honrar os compromissos em determinado momento.

O Economus monitorou o risco de liquidez a partir de cenários de curto, médio e longo prazos, de forma a se buscar a alocação adequada às necessidades de recursos e de performance do Instituto.

O Monitoramento de Liquidez de Curto Prazo observou e ajustou o percentual mínimo de alocação em ativos de liquidez imediata, como ativos ou fundos de investimento em renda fixa, para fazer frente aos compromissos de curto prazo. Os Monitoramentos de Liquidez de Médio e Longo Prazo observaram o comportamento dos ativos líquidos (caixa), considerando a aquisição, manutenção ou venda de ativos de médio prazo e de longo prazo.

e. Risco Legal

É a probabilidade de perdas decorrentes do não cumprimento das normas legais de natureza fiscal, assistencial, trabalhista, regulamento dos programas, processos judiciais, ações legais, entre outros.

Durante o exercício, foram realizadas atividades de monitoramento do cumprimento das obrigações legais apontadas pelos órgãos reguladores, em especial de Assistência à Saúde, para assegurar a conformidade em seus processos.

Na Gestão de Investimentos, tem sido utilizado software específico para verificação, mensuração e quantificação da aderência de todas as carteiras de investimentos à luz da legislação aplicável às Operadoras e das Políticas Institucionais da Entidade.

f. Risco Sistêmico

Refere-se ao risco de colapso de todo sistema financeiro ou mercado, com impacto sobre as taxas de juros, o câmbio e os preços dos ativos em geral.

O Economus entende que a diversificação é um fator determinante para a mitigação do risco sistêmico. Por esse motivo, a Entidade alocou

seus recursos em diversos setores, emissores e gestores externos, assim como analisou diferentes indicadores de desempenho para o investimento, de modo a amenizar os impactos de crise de grande magnitude sobre os ativos dos Planos Assistenciais.

Além disso, observou também a diversificação entre os vários setores de atividade econômica, de modo a distribuir o risco entre os setores financeiro e não financeiro, bem como entre os diversos segmentos do setor não financeiro.

g. Risco do Passivo

É a probabilidade de perdas decorrentes da inadequação dos níveis de contribuições necessárias à disponibilidade de recursos ao longo do tempo.

A avaliação anual dos programas compreende a avaliação de encargos e receitas e, também, a adequação do Plano de Custeio em vigor.

h. Risco Operacional

O risco operacional é caracterizado pela possibilidade de perda decorrente da inadequação na especificação ou na condução de processos, sistemas ou projetos da entidade, bem como de eventos exter-

nos que causem prejuízos nas suas atividades normais ou danos a seus ativos físicos.

A Entidade tem atuado para fortalecer seus processos e internalizar as melhores práticas de mercado em suas rotinas internas.

Nesse sentido, além de realizar o processo de Autoavaliação de Riscos e Controles Internos, a Entidade contratou os serviços de uma consultoria externa para validar os resultados alcançados pelo ciclo concluído naquele ano e evidenciar, por meio de metodologia aplicada pela empresa, a efetiva existência de controles declarados pelos gestores durante o ciclo de autoavaliação.

O resultado demonstrou um relevante grau de aderência entre os controles apontados nos questionários e os documentos apresentados pelos gestores, assim como as declarações consignadas durante entrevistas realizadas. Isso demonstra que o esforço da Entidade no sentido de disseminar uma cultura de controle em suas práticas e rotinas tem encontrado o respaldo e a parceria de seu quadro funcional.

Ademais, todos os documentos vinculados ao processo de Gestão de Continuidade, no que diz respeito ao cenário de Ausência de Pessoas,

foram revisados e testados. Aqueles relativos ao cenário de Indisponibilidade foram revisados, tendo seu 1º ciclo de testes concluído durante o exercício.

As recomendações de melhoria destacadas na elaboração dos documentos ou na execução dos testes, que a cada ciclo têm apresentado redução, foram identificadas e comunicadas às unidades para que estas promovam ações de remediação para o ciclo posterior.

22. Aprovação das Demonstrações Contábeis das Informações Suplementares da Gestão Assistencial

As Demonstrações Contábeis das Informações Suplementares da Gestão Assistencial foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo, em 28 de março de 2018.

De acordo com as demonstrações e notas explicativas detalhadas acima referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Maurício Fernandes Leonardo Júnior

Diretor Superintendente

CPF 558.882.599-34

Adilson Nascimento Ferreira

Diretor Administrativo

CPF 626.989.406-97

Mauricio Messias

Diretor de Seguridade

CPF 097.549.218-73

Tadeu Pigion Horta Fernandes

Contador

CRC 1 SP 241642/O-1

CPF 222.044.038-90

CAPÍTULO 7

Pareceres

Avaliação Atuarial por Plano de Benefícios

Plano de Benefícios do Regulamento Complementar Nº1
CNPB 1978.0002-19 | Parecer Atuarial 22/18 | Fevereiro 2018

I. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006 e suas alterações, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios do **Regulamento Complementar nº 1**, administrado e executado pelo **ECONOMUS** – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano do **Regulamento Complementar nº 1** é um plano complementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados da Patrocinadora do Plano admitidos originariamente pelo regime de CLT, até 13/05/1974, e protegidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/1951 e nº 4.819/1958, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido a priori, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – **CNPB nº 1978.0002-19**, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2017 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada em 26 de outubro de 2007, por meio da Portaria MPS/SPC nº 1.802, com vigência a partir de 29 de outubro de 2007.

Procedemos a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017 na Data Base de **31 de dezembro de 2017**, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados à Patrocinadora do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de **31 de dezembro de 2017**, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano do **Regulamento Complementar nº 1**, sendo este denominado de “General” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório **Mercer GAMA 151 – RE 49/18**, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano do **Regulamento Complementar nº 1** posicionada em **31 de dezembro de 2017**.

Cabe ressaltar que aos Participantes do Plano do **Regulamento Complementar nº 1**, admitidos originariamente pelo regime CLT,

até 13/05/1974, e protegidos pelas Leis Estaduais nº 1.386/51 e nº 4.819/58, ou aos seus dependentes, serão concedidos os seguintes benefícios, cujo custeio é de responsabilidade exclusiva da Fazenda do Estado de São Paulo, para aqueles admitidos até 22/01/1974 nos termos do Decreto nº 33.754, de 09/09/91, ou Banco do Brasil, para aqueles admitidos após 22/01/1974 e até 13/05/1974:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- Aposentadoria por Idade;
- Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por Morte.

A atual massa de Participantes do Plano é aquela que está em atividade na Patrocinadora ou recebendo benefício de aposentadoria pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Banco do Brasil, bem como os Aposentados e Pensionistas que recebem benefício pelo Plano. Assim, na forma da regulamentação geral e do Regulamento específico do Plano de Benefícios em comento, são assegurados, mediante custeio dos Participantes, Assistidos e da Patrocinadora, os seguintes benefícios:

- Pecúlio por Morte.

Os benefícios de Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral, na forma do Regulamento do Plano em referência, são concedidos nas mesmas condições da Previdência Oficial, em conformidade com a Lei nº 8.213, de 14 de agosto de 1991. Entretanto, com o advento da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que alterou a Lei nº 8.213/1991, tais auxílios não mais são objeto de concessão pelo Regime Geral de Previdência Social e, conseqüentemente, pelo **ECONOMUS**, em consonância, inclusive, com as informações repassadas pela Entidade. Em relação ao Auxílio-Reclusão, Auxílio-Doença e Pecúlio por Invalidez, segundo informações da Entidade, não são devidos aos Participantes tendo em vista que todos encontram-se em aposentadoria pelo regime de Previdência Oficial, portanto, não são elegíveis aos referidos benefícios.

Adicionalmente, e em face do **ECONOMUS** não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência **Mercer GAMA 151 - CT 299/17** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017 consideramos, no seu processamento,

a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabele-

2. Resultados Atuariais

ce o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2.1 Em Relação ao Grupo de Custeio: Geral

2.1.1 Evolução dos Custos

Na Avaliação Atuarial a que se refere este Parecer Atuarial todos os benefícios assegurados pelo Plano do **Regulamento Complementar nº 1** foram avaliados pelo Regime de Capitalização e Método Atuarial Crédito Unitário Projetado. Sendo assim, considerando as características da massa de Participantes e Assistidos, de acordo com bases técnicas e atuariais, não há custo normal calculado para os benefícios do Plano, conforme Relatório de Avaliação Atuarial **Mercer GAMA 151 – RE 49/18**.

2.1.2 Variação das Provisões Matemáticas

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC, fi-

xadas com base nas informações individuais dos Assistidos do Plano foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros e montam **R\$11.802.552,45**, na data de **31 de dezembro de 2017**, sendo **R\$9.600.000,62** referentes aos benefícios **programados** e **R\$2.202.551,83** referentes aos benefícios **não programados**, estruturados na modalidade de Benefício Definido.

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC** foram avaliadas em **R\$49.154.246,28**, na data de **31 de dezembro de 2017**, referentes ao valor atual dos benefícios futuros **não programados**.

O Plano possui **Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC** na data base da Avaliação Atuarial no montante de **R\$16.774.313,97**, referente ao Deficit Equacionado de 2015.

Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em **31 de dezembro de 2017**, em **R\$44.182.484,76**, comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2016, a variação nominal das Provisões Matemáticas foi **positiva** em **11,49%**, tendo sido registrado o montante de **R\$39.627.541,73**, em 31 de dezembro de 2016. O aumento deve-se, em especial, à alteração da tábua de mortalidade de inválidos,

fator de capacidade e, em especial, pelas movimentações cadastrais (revisão de benefícios) ocorridas no período e impacto do envelhecimento da população. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de **Avaliação Atuarial Mercer GAMA 151 – RE 49/18**.

2.1.3 Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano do **Regulamento Complementar nº 1**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas**, **Biométricas** e **Econômico-financeiras**, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2017 do Plano do **Regulamento Complementar nº 1**, foram definidas pelo **ECONOMUS**, sendo que a Entidade

estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório **Mercer GAMA 151 - RE 108/17**, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.1.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2 Em Relação ao Plano de Benefícios

2.2.1 Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Cumpramos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e

exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

O **Plano Complementar nº 1**, em 31 de dezembro de 2017, não possuía Fundos Previdenciais.

2.2.3 Variação do Resultado

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de **R\$44.182.484,76**, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em **31 de dezembro de 2017**, no montante de **R\$45.053.655,83**, verifica-se que o Plano do **Regulamento Complementar nº 1** apresentou superavit técnico, de **R\$871.171,07**, em **31 de dezembro de 2017**.

O resultado do Plano passou de um **superavit** de **R\$1.194.969,43**, em **31 de dezembro de 2016**, para **R\$871.171,07** em **31 de dezembro**

de 2017, tendo a variação sido motivada, especialmente, pela movimentação cadastral na data base do cálculo juntamente com a revisão de benefícios concedidos, assim como alteração nas premissas atuariais.

A rentabilidade do Plano auferida nos 12 meses que antecederam a Data da Avaliação foi de 8,93%, conforme informado pela Entidade, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa real anual de juros atuariais acrescida do índice do Plano, foi de 7,17%, o que resultou em um **ganho técnico atuarial no exercício de 1,64%**.

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava **R\$1.685.946,59**, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado Superavitário de R\$2.557.117,66**. Cumpre esclarecer que para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual destinação de superavit.

2.2.4 Natureza do Resultado

Na Avaliação Atuarial de 2017, observa-se que o Plano apresentou

superavit, o qual foi resultante de causas **conjunturais**, sendo oriundo, sobretudo, da superação da meta atuarial e do resultado superavitário existente no final de 2016.

A totalidade do superavit apurado em 31/12/2017, no montante de **R\$871.171,07**, foi alocada em **Reserva de Contingência**, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29/09/2008, e alterações posteriores, especialmente a Resolução MPS/CNPC nº 22, de 25/11/2015, visto que o mesmo representa 1,97% das Provisões Matemáticas Totais do Plano e, com uma duração do passivo apurada no exercício de 2017 de 14,23 anos o limite da Reserva de Contingência é de 24,23%.

2.2.5 Soluções para Equacionamento do Deficit

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.6 Adequações dos Métodos de Financiamento

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método de Crédito Unitário Projetado. Os métodos utilizados estão aderentes à legisla-

ção vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.2.7 Outros Fatos Relevantes

1) O Plano abriga Participantes que foram admitidos pelo então Banco Nossa Caixa S.A. até 13/05/1974, originariamente pelo regime de CLT, na forma de seu Regulamento. A estes Participantes, ou a seus dependentes, são oferecidos, mediante **custeio exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo** para aqueles admitidos até 22/01/1974 ou pelo **Banco do Brasil**, para aqueles admitidos após 22/01/1974 e até 13/05/1974, benefícios de Aposentadoria e Pensão. Mediante custeio, serão assegurados pelo Plano o benefício de Pecúlio por Morte.

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pelo Economus, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que, para tal, a Entidade atestará a possibilidade de sua manutenção com base no Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30/01/2002, e suas alterações posteriores, a ser desenvolvido pela Mercer GAMA.

3) De acordo com Balancete contábil de dezembro de 2017, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontrava-se integralizada.

4) Conforme decisão da Entidade a partir de janeiro de 2018 os Participantes e Assistidos serão isentos de contribuir para Custeio Administrativo, mais detalhes podem ser visto no adendo **Mercer GAMA 151 – PC 49/17**.

5) Os **Fundos** do Plano em **31 de dezembro de 2017** montavam a quantia de **R\$2.963.257,08**, sendo **R\$2.956.194,17** referentes ao Fundo Administrativo; e **R\$7.062,91** referentes ao **Fundo dos Investimentos**, valores esses informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do Plano posicionado em 31/12/2017.

6) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2017, comparativamente às adotadas para o exercício de 2016, destaca-se a alteração do **Fator de Capacidade dos Benefícios**, em que se utilizou **0,9845**, em substituição a 0,9804; e da **Tábua de Mortalidade de Inválidos**, onde utilizou-se a **tábua RP 2000 Disabled Female** em substituição a tábua Winklevoss.

7) No que diz respeito às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, de valor equivalente à parcela resgatável do saldo de conta dos Participantes que não tem dependentes cadastrados na data base da Avaliação Atuarial, este registro tem como base decisão da Entidade, que se amparou em parecer jurídico emitido em 2008, o qual manifesta opinião de que os Participantes teriam direito a 50% das suas contribuições pessoais em caso de desligamento da Patro-

cinadora, conforme parágrafo 3º do artigo 5º da regulamentação geral vigente até dezembro de 2005.

3. Plano de Custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 1º de abril de 2018, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter seguinte configuração.

PLANO DE CUSTEIO NORMAL E EXTRAORDINÁRIO		AVALIAÇÃO DE 31/12/2017 (PROPOSTO A PARTIR DE ABR/18)		BASE DE INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO
Item	Participação	Patrocinadora		
Normal - Participantes Ativos	0,00%	0,00%		-
Normal - Participantes em percepção de Benefícios custeados pela Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo ou Banco do Brasil S.A	0,00%	0,00%		-
Extraordinário - Participantes Ativos	0,00%	0,00%		-
Extraordinário - Participantes em percepção de Benefícios custeados pela Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo ou Banco do Brasil S.A.	0,88%**	0,44%**		Folha de Salário Real de Participação*
	Aposentado e Pensionista	Patrocinadora		Base de Incidência da contribuição
Normal	0,00%	0,00%		-
Extraordinário	0,80%**	0,00%		Valor da Complementação

(*) O Salário Real de Participação corresponde à soma da renda mensal real paga pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Banco do Brasil S.A., bem como dos salários dos funcionários que se encontram em atividade.

(**) Refere-se ao déficit equacionado do exercício de 2015. Conforme decisão do Economus optou-se pela manutenção das alíquotas atualmente praticadas, realizando a reavaliação do prazo, sendo limitado ao prazo original quando da realização do equacionamento (qual seja, 113 meses), com isso o prazo remanescente é 94 meses.

PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO	AVALIAÇÃO DE 31/12/2017 (PROPOSTO A PARTIR DE JAN/18)		BASE DE INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO
Item	Participante / Assistido	Patrocinadora	
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação dos Participantes Ativos e em percepção de Benefício custeado pela SEFAZ e pelo Banco do Brasil	0,00%	0,00%	Folha de Salário Real de Participação
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o valor da Complementação recebida pelos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) cujos benefícios são custeados pelo ECONOMUS	0,00%	0,00%	Valor da Complementação
Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano		0,00%	Recursos Garantidores do Plano

4. Conclusão

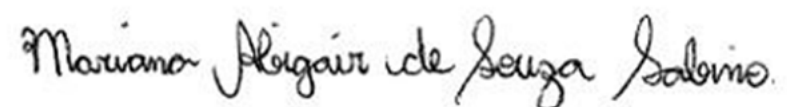
Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano **Regulamento Complementar nº 1** é **superavitária** em **R\$871.171,07**, posicionada em 31 de dezembro de 2017, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo esse montante integralmente alocado em **Reserva de Contingência**. Após o **Ajuste de Precificação de R\$1.685.946,59** resulta em um **Equilíbrio Técnico Ajustado Superavitário de R\$2.557.117,66**.

Sendo assim, a situação econômico-atuarial do Plano é Superavitária, não havendo, no exercício subsequente, a obrigatoriedade de processo

de distribuição de Superavit, tendo em vista a não ocorrência de Reserva Especial durante três exercícios consecutivos.

Este é o Parecer.

Brasília, 19 de fevereiro de 2018.



MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO

Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ
Supervisora Atuarial



FREDERICO SCHULZ DINIZ VIEIRA

Atuário MIBA 2.017 - MTPS/RJ
Consultor Sênior



**GAMA Consultores
Associados**
02.941.736/0001-
90

Avaliação Atuarial por Plano de Benefícios

Plano de Benefícios do Regulamento Complementar N°2
CNPB 1978.0003-83 | Parecer Atuarial 23/18 | Fevereiro 2018

I. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares n° 108 e n° 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC n° 18, de 28 de março de 2006 e suas alterações, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios do **Regulamento Complementar n° 2**, administrado e executado pelo **ECONOMUS** – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano do **Regulamento Complementar n° 2** é um plano suplementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados da Patrocinadora do Plano optantes pelo regime celetista, na forma prevista pela Lei Estadual (SP) n° 10.430/1971 e Decreto n° 7.711/1976, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido a priori, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC n° 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB n° **1978.0003-83**, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2017 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada em 26 de outubro de 2007, por meio da Portaria MPS/SPC n° 1.802, com vigência a partir de 29 de outubro de 2007. Cumpre ressaltar que o Plano encontra-se em situação de **extinção**, ou seja, fechado a novas adesões.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017 na Data Base de **31 de dezembro de 2017**, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados à Patrocinadora do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de **31 de dezembro de 2017**, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano do **Regulamento Complementar nº 2**, sendo este denominado de “General” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório **Mercer GAMA 151 – RE 50/18**, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano do **Regulamento Complementar nº 2** posicionada em 31 de dezembro de 2017.

Cabe ressaltar que aos Participantes do Plano do **Regulamento Complementar nº 2**, optantes pelo regime CLT, na forma prevista pela Lei

Estadual nº 10.430/71 e Decreto nº 7.711/76, ou aos seus dependentes, serão concedidos os seguintes benefícios, cujo custeio é de responsabilidade exclusiva da Fazenda do Estado de São Paulo, nos termos do Decreto nº 34.351, de 09/09/91 e da Lei Estadual nº 8.236, de 19/01/93, conforme Regulamento do Plano:

- Aposentadoria por Tempo de Serviço;
- Aposentadoria por Idade;
- Aposentadoria por Invalidez; e
- Pensão por Morte.

Além daqueles acima listados, o Plano oferece os benefícios de Auxílio-Doença, Auxílio-Reclusão, Pecúlio por Invalidez e Pecúlio por Morte, sendo estes custeados pelos Participantes.

A atual massa de Participantes do Plano é aquela que está recebendo benefício de aposentadoria pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, bem como os Pensionistas que recebem benefício pelo Plano em comento. Assim, considerando os demais benefícios assegurados pelo Plano, o único em que a massa remanescente se enquadra é o de **Pecúlio por Morte**.

Os benefícios de Auxílio-Natalidade e Auxílio-Funeral, na forma do Regulamento do Plano em referência, são concedidos nas mesmas condições da Previdência Oficial, em conformidade com a Lei nº 8.213, de 14 de agosto de 1991. Entretanto, com o advento da Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que alterou a Lei nº 8.213/1991, tais auxílios não mais são objeto de concessão pelo Regime Geral de Previdência Social e, conseqüentemente, pelo **ECONOMUS**, em consonância, inclusive, com as informações repassadas pela Entidade. Em relação ao Auxílio-Reclusão, Auxílio-Doença e Pecúlio por Invalidez, segundo informações da Entidade, não são devidos aos Participantes tendo em vista que todos encontram-se em aposentadoria, portanto, não são elegíveis aos referidos benefícios.

Adicionalmente, e em face do **ECONOMUS** não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência **Mercer GAMA 151 - CT 299/17** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017 consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Be-

nefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2. Resultados Atuariais

2.1 Em Relação ao Grupo de Custeio: Geral

2.1.1 Evolução dos Custos

Na Avaliação Atuarial a que se refere este Parecer Atuarial todos os benefícios assegurados pelo Plano do **Regulamento Complementar nº 2** foram avaliados pelo Regime de Capitalização e Método Atuarial Crédito Unitário. Sendo assim, considerando as características da massa de Participantes e Assistidos, de acordo com bases técnicas e atuariais, não há custo normal calculado para os benefícios do Plano, conforme Relatório de Avaliação Atuarial **Mercer GAMA 151 – RE 50/18**.

2.1.2 Variação das Provisões Matemáticas

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (neste caso,

apenas Pensionistas) do Plano do **Regulamento Complementar nº 2** disponibilizadas pelo **ECONOMUS**, foram determinadas atuarialmente pelo valor presente dos benefícios futuros e montam **R\$1.735.161,89**, na data de 31 de dezembro de 2017, sendo referentes ao benefício **não programado**, estruturado na modalidade de Benefício Definido.

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC** foram avaliadas em **R\$42.470.805,47**, na data de 31 de dezembro de 2017, referentes ao valor atual dos benefícios futuros **não programados**.

O Plano possui **Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC** na data-base da Avaliação Atuarial em **R\$18.684.399,88**.

Desta forma, o total das Provisões Matemáticas montava, em **31 de dezembro de 2017**, em **R\$25.521.567,48**. Comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2016, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi **positiva** em **1,54%**, tendo sido registrado o montante de **R\$25.135.353,63**, em 31 de dezembro de 2016. Esta variação é resultado do aumento do benefício médio das pensões no período aliado ao aumento no fator de capacidade, bem como pela diminuição da Provisão Matemática a Constituir, resultando no aumento

do Total das Provisões Matemáticas. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial **Mercer GAMA 151 – RE 50/18**.

2.1.3 Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano do **Regulamento Complementar nº 2**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2017 do Plano do **Regulamento Complementar nº 2**, foram definidas pelo **ECONOMUS**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram for-

malizados à Entidade por meio do Relatório **Mercer GAMA 151 - RE 108/17**, observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.1.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2 Em Relação ao Plano de Benefícios

2.2.1 Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Cumpramos esclarecer, que a análise efetuada pela MERCER GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer

hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

O Plano Regulamento Complementar nº 2, em 31 de dezembro de 2017, não possuía Fundos Previdenciais.

2.2.3 Variação do Resultado

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de **R\$25.521.567,48**, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2017, no montante de **R\$28.100.648,40**, verifica-se que o Plano do Regulamento Complementar nº 2 apresentou **Superavit** técnico, de **R\$2.579.080,92**, em 31 de dezembro de 2017.

O resultado superavitário do Plano passou de **R\$390.928,70**, em **31 de dezembro de 2016**, para **R\$2.579.080,92**, em **31 de dezembro de 2017**, tendo a variação sido motivada, especialmente, pela superação da meta atuarial.

A rentabilidade do Plano auferida nos 12 meses que antecederam

a Data da Avaliação foi de 8,19%, conforme informado pela Entidade, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa real anual de juros atuariais acrescida do índice do Plano, foi de 7,17%, o que resultou em um **ganho técnico atuarial no exercício de 0,95%**.

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava **R\$582.766,46**, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado Superavitário de R\$3.161.847,38**. Cumpre ressaltar que para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual destinação de superavit.

2.2.4 Natureza do Resultado

Na Avaliação Atuarial de 2017, observa-se que o Plano apresentou superávit, o qual foi resultante de causas **conjunturais**, sendo oriundo, sobretudo, da superação da meta atuarial do Plano e do superavit existente no final do exercício de 2016.

A totalidade do superavit apurado em 31/12/2017, no montante de **R\$2.579.080,92**, foi alocada em **Reserva de Contingência**, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29/09/2008, e alterações posteriores, especialmente a Resolução MPS/CNPC nº 22, de 25/11/2015, visto que o mesmo representa 10,11% das Provisões Matemáticas Totais do Plano e, com uma duração do passivo apurada no exercício de 2017 de 8,20 anos o limite da Reserva de Contingência é de 18,20%.

2.2.5 Soluções para Equacionamento do Deficit

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.6 Adequações dos Métodos de Financiamento

Adota-se, para o financiamento dos benefícios assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método de Crédito Unitário. O método utilizado está aderente à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.2.7 Outros Fatos Relevantes

1) O Plano abriga Participantes que foram admitidos pelo então

Banco Nossa Caixa S.A., optantes pelo regime de CLT, na forma de seu Regulamento. A estes Participantes, ou a seus dependentes, são oferecidos, mediante **custeio exclusivo da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo**, benefícios de Aposentadoria e Pensão. Considerando os demais benefícios assegurados pelo Plano, bem como sua atual massa de Participantes, na qual não há qualquer Participante em atividade na Patrocinadora, o único benefício que esta massa remanescente se enquadra é o de **Pecúlio por Morte**.

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pelo Economus, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que, para tal, a Entidade atestará a possibilidade de sua manutenção com base no Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30/01/2002, e suas alterações posteriores, a ser desenvolvido pela Mercer GAMA.

3) De acordo com o Balancete Contábil de dezembro de 2017, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontrava-se integralizada.

4) Conforme decisão da Entidade, a partir de janeiro de 2018 os

Participantes e Assistidos serão isentos de contribuir para o Custeio Administrativo, mais detalhes podem ser visto no adendo **Mercer GAMA 151 – PC 50/17**.

5) Os **Fundos** do Plano em 31 de dezembro de 2017 montavam a quantia de **R\$3.576.196,77**, onde **R\$3.572.580,38** são referentes ao Fundo Administrativo e **R\$3.616,39** referentes ao **Fundo dos Investimentos**, valor esse informado pela Entidade.

6) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2017, comparativamente às adotadas para o exercício de 2016, destaca-se a alteração do **Fator de Capacidade dos Benefícios**, em que se utilizou **0,9845**, em substituição a 0,9804.

7) No que diz respeito às Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, de valor equivalente à parcela resgatável do saldo de conta dos Participantes que não tem dependentes cadastros na data da Avaliação Atuarial, este registro tem como base decisão da Entidade, que se amparou em parecer jurídico emitido em 2008, o qual manifesta opinião de que os Participantes teriam direito a 50% das suas contribuições pesso-

ais em caso de desligamento da Patrocinadora, conforme parágrafo 3º do artigo 5º da regulamentação geral vigente até dezembro de 2005.

3. Plano de Custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em **1º de abril de 2018**, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, sendo atribuíveis contribuições normais exclusivamente aos Participantes do Plano, conforme definição da Entidade:

PLANO DE CUSTEIO	AVALIAÇÃO DE 31/12/2017 (PROPOSTO A PARTIR DE ABR/18)		BASE DE INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO
Item	Participante	Patrocinadora	
Normal - Participantes em percepção de Benefícios custeados pela Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo	0,00%	0,00%	-
Extraordinário - Participantes em percepção de Benefícios custeados pela Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo	2,94%**	0,00%	Folha de Salário Real de Participação*
	Pensionista	Patrocinadora	Base de Incidência da contribuição
Extraordinário	0,31%**	0,00%	Valor da Complementação

(*) Corresponde à soma da renda mensal real paga pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

(**) Refere-se ao déficit equacionado do exercício de 2015. Conforme decisão do Economus optou-se pela manutenção das alíquotas atualmente praticadas, realizando a reavaliação do prazo, sendo limitado ao prazo original quando da realização do equacionamento (qual seja, 67 meses), com isso o prazo remanescente é de 64 meses.

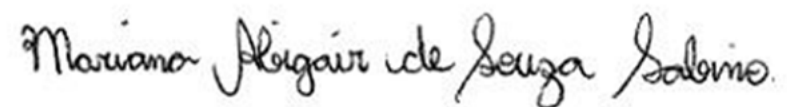
PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO	AVALIAÇÃO DE 31/12/2017 (PROPOSTO A PARTIR DE JAN/18)		BASE DE INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO
Item	Participante / Pensionista	Patrocinadora	
a) Participantes em percepção de Benefícios custeados pela Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo	0,00%	0,00%	Folha de Salário Real de Participação
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o valor da Complementação recebida pelos Pensionistas cujos benefícios são custeados pelo ECONOMUS	0,00%	0,00%	Valor da Complementação
Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano		0,00%	Recursos Garantidores do Plano

4. Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano do **Regulamento Complementar nº 2**, em **31 de dezembro de 2017**, é superavitária em **R\$2.579.080,92**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo esse montante, **integralmente alocado em Reserva de Contingência**. Após o **Ajuste de Precificação de R\$582.766,46** resulta em um **Equilíbrio Técnico Ajustado Superavitário de R\$3.161.847,38**.

Sendo assim, a situação econômico-atuarial do Plano é Superavitária, não havendo, no exercício subsequente, a obrigatoriedade de processo de distribuição de Superavit, tendo em vista a não ocorrência de Reserva Especial durante três exercícios consecutivos.

Este é o Parecer.
Brasília, 19 de fevereiro de 2018.



MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO

Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ
Supervisora Atuarial



FREDERICO SCHULZ DINIZ VIEIRA

Atuário MIBA 2.017 - MTPS/RJ
Consultor Sênior



**GAMA Consultores
Associados**
02.941.736/0001-
90

Avaliação Atuarial por Plano de Benefícios

Plano de Benefícios do Regulamento Geral

CNPB 1978.0001-38 | Parecer Atuarial 24/18 | Fevereiro 2018

I. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006 e suas alterações, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano de Benefícios do **Regulamento Geral**, administrado e executado pelo **ECONOMUS** – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., e pelo próprio ECONOMUS, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano de Benefícios do **Regulamento Geral** é um plano complementar de benefícios previdenciários de aposentadorias e pensões, assemelhados aos do Regime Geral de Previdência Social, destinado aos empregados das Patrocinadoras do Plano, oferecendo, em conformidade com o Regulamento, benefícios estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD), em que o nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em Regulamento, é conhecido a priori, na forma definida pela Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005.

O Plano está registrado na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº **1978.0001-38**, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2017 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada em 26 de outubro de 2007, por meio da Portaria MPS/SPC nº 1.802, com vigência a partir de 29 de outubro de 2007. Cumpre ressaltar que o Plano passou por processo de **saldamento** facultativo no ano de 2006, sendo que se encontra em situação de **extinção**, ou seja, fechado a novas adesões.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017 na Data Base de **31 de dezembro de 2017**, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigente, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados às Patrocinadoras do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de **31 de dezembro de 2017**, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano do **Regulamento Geral**, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório **Mercer GAMA 151 – RE 51/18**, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios do **Regulamento Geral**, posicionada em 31 de dezembro de 2017.

Cabe ressaltarmos que para Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2017, posicionado em 31 de Dezembro de 2017, o **ECONOMUS** solicitou a capitalização dos benefícios de riscos oferecidos pelo

Plano de Benefícios do **Regulamento Geral**, sendo a decisão subsidiada por simulações realizadas por esta Consultoria, com o objetivo de diluir quaisquer riscos oferecidos aos seus Participantes e Assistidos.

Ademais, em face de o **ECONOMUS** não ter informado nenhum outro fato relevante, em conformidade com a correspondência **Mercer GAMA 151 – CT 299/17** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017 consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2. Resultados Atuariais

2.1 Em Relação ao Grupo de Custeio: Geral

2.1.1 Evolução dos Custos

Todos os benefícios do Plano do **Regulamento Geral** estão estrutu-

rados na modalidade de Benefício Definido. Os benefícios programados e os benefícios de risco estão estruturados no regime de Capitalização, sendo o método Crédito Unitário Projetado.

Comparativamente ao exercício anterior, o custo do Plano, apurado, para fins meramente referenciais, sobre a base de folha de Salário Real de Participação – SRP diminuiu de **2.082,10%** para **6,155%**. Essa diminuição é resultado, sobretudo, da alteração do regime financeiro e método atuarial, onde foi realizada capitalização dos benefícios de riscos e, tendo em vista que, o método anterior adotado, era Teoria coletiva do Risco.

2.1.2 Variação das Provisões Matemáticas

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC**, fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos do Plano do **Regulamento Geral**, existentes em **31 de dezembro de 2017**, e disponibilizadas pelo **ECONOMUS**, foram determinadas atuarialmente e montam **R\$5.980.158.398,23**, na data de 31 de dezembro de 2017, sendo **R\$5.391.428.252,98** referentes aos benefícios **programados**, e **R\$588.730.145,25** referentes aos benefícios **não programados**, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC** foram avaliadas atuarialmente em função das informações individuais dos Participantes do Plano, observada a metodologia disposta na Nota Técnica Atuarial do Plano, e montam **R\$563.315.571,35**, na data de 31 de dezembro de 2017, sendo **R\$554.861.724,57** referentes aos benefícios **programados**, e **R\$8.453.846,78** referentes aos benefícios **não programados**, ambos estruturados na modalidade de Benefício Definido (BD).

As **Provisões Matemáticas a Constituir – PMaC** foram avaliadas em **R\$677.463.570,36**, em 31 de dezembro de 2017, e referem-se, integralmente, a equacionamento do Deficit, sendo R\$400.376.679,56 referentes ao deficit de 2005 e R\$277.086.890,80 referentes ao deficit de 2015.

Desta forma, a Provisão Matemática em **31 de dezembro de 2017** montava em **R\$5.886.010.399,22**, comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2016, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano foi de **25,09%**, tendo sido registrado o montante de **R\$4.689.350.562,19**, em 31 de dezembro de 2016. A elevação das Provisões Matemáticas deveu-se, em especial, a capitalização dos benefícios de riscos, o aumento da folha de benefícios, inclusive, confor-

me informado pelo ECONOMUS, 290 assistidos tiveram seus benefícios ajustados por ordem judicial, e a alteração das tábuas de mortalidade geral e entrada em aposentadoria. Maiores detalhes podem ser encontrados no Relatório de Avaliação Atuarial **Mercer GAMA 151 – RE 51/18**.

2.1.3 Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano de Benefícios do **Regulamento Geral**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas, Biométricas e Econômico-financeiras**, sendo que as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2017 do Plano do **Regulamento Geral**, foram aprovadas pelo **ECONOMUS**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta

Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório **Mercer GAMA 151 - RE 108/17**, observando ainda os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.1.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava **R\$66.647.836,19**, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$1.533.970.437,23**.

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício, de 11,50 anos, o limite de deficit para Avaliação Atuarial de 2017 seria de **R\$439.950.779,94** (7,50% das Provisões Matemáticas). Sendo o deficit apurado após o ajuste de precificação superior ao limite em **R\$1.094.019.657,29**, haverá necessidade de equacionamento obrigatório da parcela que excedeu ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2018.

2.2 Em Relação ao Plano de Benefícios

2.2.1 Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em relação às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Cumpre-nos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

Não há fundos previdenciais na data da Avaliação Atuarial, em 31 de dezembro de 2017.

2.2.3 Variação do Resultado

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de **R\$5.866.010.399,22**, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em 31 de dezembro de 2017, no montante de **R\$4.265.392.125,80**, verifica-se que o **Plano do Regulamento Geral** apresentou Deficit Técnico, de **R\$1.600.618.273,42**, em 31 de dezembro de 2017.

O Resultado do Plano passou de um Deficit de **R\$354.124.514,37**, em 31 de dezembro de 2016, para **R\$1.600.618.273,42**, em 31 de dezembro de 2017. O aumento do deficit no exercício deveu-se, sobretudo, à capitalização dos benefícios de risco, o aumento da folha de benefícios, inclusive, conforme informado pelo ECONOMUS, 290 assistidos tiveram seus benefícios ajustados por ordem judicial e alterações das hipóteses biométricas, sendo este aumento suavizado pelo ganho atuarial do Plano de 2,37%, apurado considerando a rentabilidade do período de **10,75%** que foi superior à meta atuarial do Plano de 8,19%.

2.2.4 Natureza do Resultado

O resultado deficitário acumulado apresenta características **estruturais**, sendo oriundo, dentre outras causas, pela alteração do regime financeiro adotado para os benefícios de risco do Plano. Contribui para este

resultado, também, a ocorrência de oscilações estatísticas em torno das hipóteses atuariais definidas para o Plano, o que é inerente a processos estocásticos baseados em inferências.

Cumprе ressaltar que, com amparo no Ofício nº 2206/SPC/GAB, de 9 de junho de 2006, o **ECONOMUS** vem registrando valores na conta contábil “Resultados a Realizar”, valor este que, em 31 de dezembro de 2017, era de **R\$312.068.842,62**. Este valor é registrado no Grupo de contas “Equilíbrio Técnico”, influenciando no deficit ou superavit do Plano.

2.2.5 Soluções para Equacionamento do Deficit

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava **R\$66.647.836,19**, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$1.533.970.437,23**.

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 3 de dezembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício de 11,50 anos, o limite de deficit para Avaliação Atuarial de 2017 seria de **R\$439.950.779,94**

(7,50% das Provisões Matemáticas). Sendo o deficit apurado após o ajuste de precificação superior ao limite em **R\$1.094.019.657,29**, haverá necessidade de equacionamento obrigatório da parcela que exceda ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2018.

2.2.6 Adequações dos Métodos de Financiamento

Adota-se, para o financiamento dos benefícios programados e não programados assegurados pelo Plano, o regime de Capitalização conjugado com o método de Crédito Unitário Projetado.

Os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.2.7 Outros Fatos Relevantes

1) O Plano do **Regulamento Geral** encontra-se em situação de extinção, ou seja, fechado a novas adesões, considerando a data de desativação de 31 de julho de 2006, e passou por processo de saldamento facultativo em 2006, contendo, portanto, além de Participantes e Assistidos, Participantes com direito a Benefício Proporcional Saldado.

2) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pelo Economus, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que, para tal, a Entidade atestará a possibilidade de sua manutenção com base no Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30/01/2002, e suas alterações posteriores, a ser desenvolvido pela Mercer GAMA.

3) De acordo com o referido Balancete Contábil, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontrava-se integralizado.

4) Conforme decisão da Entidade, a partir de janeiro de 2018 os Participantes e Assistidos serão isentos de contribuir para o Custeio Administrativo, mais detalhes podem ser visto no adendo **Mercer GAMA 151 – PC 51/17**.

5) As Provisões Matemáticas a Constituir do Plano, no valor total de **R\$677.463.570,36**, em 31 de dezembro de 2017, referem-se a equacionamento do Deficit apurado na Avaliação Atuarial do exercício de 2005 (R\$400.376.679,56) e do Deficit verificado na Avaliação Atuarial do exercício de 2015 (R\$277.086.890,80). A amortização dessas provi-

sões se dá por meio de contribuições extraordinárias mensais, conforme definido no respectivo Plano de Custeio, sendo as alíquotas de contribuição aplicáveis a Participantes, Patrocinadoras e Assistidos, e revistas anualmente, sendo que, apenas no deficit de 2005 os Pensionistas não realizam contribuição extraordinária.

6) Os **Fundos** do Plano montavam a quantia de **R\$60.774.361,49**, sendo **R\$55.736.512,97** referentes ao **Fundo Administrativo** e **R\$5.037.848,52** referentes ao **Fundo dos Investimentos**. Os valores desses fundos foram informados pela Entidade, através do balancete contábil do Plano. O Plano não apresenta, em 31 de dezembro de 2017, valores registrados em **Fundos Previdenciais**.

7) Conforme decisão do ECONOMUS, para a Avaliação Atuarial de encerramento de 2017, os benefícios de riscos, sofreram alteração de regime financeiro para Capitalização tendo sido adotado o método Crédito Unitário Projetado.

8) Dentre as hipóteses atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do exercício de 2017, comparativamente às adotadas para o exercício de 2016,

destacam-se às alterações da tábua de Mortalidade, em que se usou a **Tábua AT-2000 M&F** em substituição a Tábua AT-2000 M&F (Agravada em 50%), da tábua de **Rotatividade Tábua Gama/Rot Exp. Economus 2007-2016** em substituição a tábua ExEconomus Ajuste Gráfico, da tábua de **Entrada em Aposentadoria Tábua Exp. GAMA-ECONOMUS – 2011 a 2016 com Programa de Aposentadoria** em substituição a tábua Experiência GAMA-ECONOMUS, e Fator de **Capacidade dos Benefícios**,

em que se utilizou **0,9846** em substituição a 0,9805.

3. Plano de Custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em 1º de abril de 2018, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, observada sua prévia aprovação pela Entidade, antes de sua entrada em vigor:

CUSTEIO NORMAL	AVALIAÇÃO DE 31/12/2017 (PROPOSTO A PARTIR DE ABR/18)			BASE DE INCIDÊNCIA DA CONTRIB.
	Participante		Patrocinadora	
	Contr.	Dedu.		
Parti.*	SRP ≤ ½ x Teto INSS	1% SRP	-	Folha de Salário Real de Partici.
	½ x Teto INSS < SRP ≤ 1 Teto INSS	1,75% SRP	0,375% Teto INSS	
	1 Teto INSS < SRP ≤ 6 Teto INSS	25,55% SRP	24,17% Teto INSS	
Participantes em BPD que não optaram pela cobertura dos benefícios de risco		0,00%	0,00%	-
Participantes em BPD que optaram pela cobertura dos benefícios de risco**		4,90%	-	Valor do BPD
Participantes que optaram pelo saldamento		0,00%	0,00%	-
Participantes saldados desligados que optaram pela cobertura dos benefícios de risco**		4,90%	-	Valor do Benf. Sald.
Participantes autopatrocinados		Idêntica à dos participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora		Folha de Salário Real de Partici.
		Aposentado	Patrocinadora	
Assistidos		4,10%	4,10%	Valor da Comple.
		Pensionista	Patrocinadora	
		0,00%	0,00%	-

(*) Só contribuem os Participantes com tempo de Plano inferior a 30 anos.

(**) Neste caso o custeio dos benefícios de risco é assumido integralmente pelo participante.

CUSTEIO EXTRAORDINÁRIO -DEFICIT DE 2005	PRAZO REMANESCENTE DE FINANCIAMENTO (EM MESES)*	AVALIAÇÃO DE 31/12/2017 (PROPOSTO A PARTIR DE ABR/18)		BASE DE INCIDÊNCIA DA CONTRIB.
		Participante	Patrocinadora	
Participantes Ativos	185	3,84%**	3,84%**	Folha de Salário Real de Partic.
Participantes em BPD	185	3,84%**	3,84%**	Valor do BPD
Participantes que optaram pelo Saldamento	185	3,84%**	3,84%**	Valor do Benf. Sald.
Participantes que optaram pelo saldamento e foram desligados da patrocinadora	185	3,84%**	3,84%**	Valor do Benf. Sald.
Participantes Autopatrocinaados	185	Idêntica à dos participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora		Folha de Salário Real de Partic.
		Aposentado	Patrocinadora	
Aposentados	185	3,84%**	3,84%**	Valor da Comple.
		Aposentado	Patrocinadora	
Pensionistas	-	-	-	-
Metodologia de Financiamento	Tabela Price, com alíquota de contribuição e prazo de financiamento recalculados anualmente			
Objetivo	Equacionamento da Provisão a Constituir por Deficit verificada e equacionada na Avaliação Atuarial de 2005			

(*) Na Data da Avaliação 31/12/2017.

(**) Conforme decisão do Economus optou-se pela manutenção das alíquotas atualmente praticadas para os Planos de Equacionamentos de 2005, sendo realizada a reavaliação do prazo remanescente, observando-se o prazo máximo de acordo com a vigência do Plano de Equacionamento, sendo de 231 meses.

CUSTEIO EXTRAORDINÁRIO -DEFICIT DE 2015	PRAZO REMANESCENTE DE FINANCIAMENTO (EM MESES)*	AVALIAÇÃO DE 31/12/2017 (PROPOSTO A PARTIR DE ABR/18)		BASE DE INCIDÊNCIA DA CONTRIB.
		Participante	Patrocinadora	
Participantes Ativos	177	2,04%**	2,04%**	Folha de Salário Real de Partic.
Participantes em BPD	177	2,04%**	2,04%**	Valor do BPD
Participantes que optaram pelo Saldamento	177	2,04%**	2,04%**	Valor do Benf. Sald.
Participantes que optaram pelo saldamento e foram desligados da patrocinadora	177	2,04%**	2,04%**	Valor do Benf. Sald.
Participantes Autopatrocinaados	177	Idêntica à dos participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora		Folha de Salário Real de Partic.
		Aposentado	Patrocinadora	
Aposentados	177	3,20%**	3,20%**	Valor da Comple.
		Aposentado	Patrocinadora	
Pensionistas	177	3,20%**	3,20%**	Valor da Comple.
Metodologia de Financiamento	Tabela <i>Price</i> , com alíquota de contribuição e prazo de financiamento recalculados anualmente			
Objetivo	Equacionamento da Provisão a Constituir por Deficit verificada e equacionada na Avaliação Atuarial de 2015			

(*) Na Data da Avaliação 31/12/2017.

(**) Conforme decisão do Economus optou-se pela manutenção das alíquotas atualmente praticadas para os Planos de Equacionamentos de 2015, sendo realizada a reavaliação dos prazos remanescentes, observando-se o prazo máximo de acordo com a vigência do Plano de Equacionamento, sendo de 187 meses.

PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO	TAXA APLICÁVEL - PLANO DE CUSTEIO PROPOSTO (A PARTIR DE JAN/18)	
	Part.	Patro.
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação (Ativos não optantes pelo Saldamento)	0,00%	0,00%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o BPD	0,00%	0,00%
c) Taxa de Carregamento aplicável sobre o Benefício Proporcional Saldado (Optantes pelo Saldamento)	0,00%	0,00%
d) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Aposentado	0,00%	0,00%
e) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Pensionista	0,00%	0,00%
h) Participantes Autopatrocinados*	Idêntica à dos participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora	
Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano	0,00%	

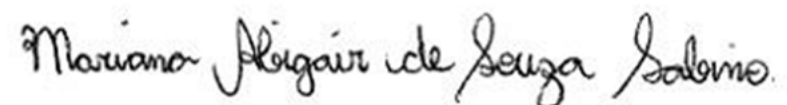
4. Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-actuarial do Plano do **Regulamento Geral**, em **31 de dezembro de 2017**, é deficitária em **R\$1.600.618.273,42**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano. Considerando ainda, que o Plano mantém registrado na rubrica “Resultados a Realizar” o montante de **R\$312.068.842,62**.

Ainda, após o **ajuste de precificação de R\$66.647.836,19**, apurou-se um **Equilíbrio Técnico Ajustado deficitário de R\$1.533.970.437,23**,

que, por ser superior ao Limite de Deficit Técnico Acumulado de **R\$439.950.779,94** ou 7,50% das Provisões Matemáticas, haverá, no exercício subsequente, a obrigatoriedade de processo de equacionamento de Deficit do que excede o limite.

Este é o Parecer.
Brasília, 19 de fevereiro de 2018.



MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO

Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ
Supervisora Atuarial



FREDERICO SCHULZ DINIZ VIEIRA

Atuário MIBA 2.017 - MTPS/RJ
Consultor Sênior



**GAMA Consultores
Associados**
02.941.736/0001-
90

Avaliação Atuarial por Plano de Benefícios

Plano de Benefícios PrevMais

CNPB 2006.0034-29 | Parecer Atuarial 25/18 | Fevereiro 2018

I. Considerações Iniciais

Atendendo às disposições das Leis Complementares nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, e da Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, a Mercer GAMA apresenta o Parecer Técnico-Atuarial do Plano **PrevMais**, administrado e executado pelo **ECONOMUS** – Instituto de Seguridade Social, patrocinado pelo então Banco Nossa Caixa S.A., incorporado societariamente pelo Banco do Brasil S.A., e pelo próprio **ECONOMUS**, em face da Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017, a qual teve como objetivo o dimensionamento das Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais, bem como apuração do custo dos benefícios assegurados pelo Plano e, em decorrência, a fixação do respectivo Plano de Custeio.

O Plano **PrevMais** está estruturado na modalidade de **Contribuição Variável** (CV), na forma disposta na Resolução MPS/CGPC nº 16, de 22 de novembro de 2005, posto que os benefícios programados assegurados pelo Plano observam a conjugação das características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) ou Contribuição Definida (CD), na fase de percepção, conforme opção a ser exercida pelo Participante, estando sujeitos a riscos atuariais aqueles que optam pela percepção do benefício na modalidade de Benefício Definido (renda vitalícia).

No que se refere aos benefícios de risco, todos estão estruturados sob a modalidade de Benefício Definido, conforme Regulamento do Plano, sendo assegurados os benefícios de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte, Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral.

O Plano está registrado na **PREVIC** sob o Cadastro Nacional de Planos de Benefícios – CNPB nº **2006.0034-29**, sendo que a Avaliação Atuarial anual de 2017 contempla o Regulamento vigente na sua Data Base, sendo a última alteração aprovada pela Portaria MPS/SPC nº 1.577, de 18 de setembro de 2007.

Procedemos à Avaliação Atuarial anual do exercício de 2017 na Data Base de **31 de dezembro de 2017**, sendo esta também a Data da Avaliação, contemplando o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial do Plano vigentes, assim como os dados cadastrais e financeiros individuais dos Participantes e Assistidos levantados e informados pela Entidade, vinculados às Patrocinadoras do Plano, bem como nas informações contábeis e patrimoniais, considerando a data de **31 de dezembro de 2017**, observado, ainda, a existência de um único Grupo de Custeio no Plano **PrevMais**, sendo este denominado de “Geral” exclusivamente para fins deste Parecer, o qual contempla a totalidade dos Participantes e Assistidos do Plano de Benefícios.

Todas as informações relativas à Avaliação Atuarial objeto deste Parecer encontram-se no Relatório **Mercer GAMA 151 – RE 52/18**, o qual contempla os resultados da Avaliação Atuarial do Plano **PrevMais** posicionada em **31 de dezembro de 2017**.

Em face do **ECONOMUS** não ter informado nenhum fato relevante, em conformidade com a correspondência **Mercer GAMA 151 - CT 299/17** de solicitação de dados e informações para a Avaliação Atuarial anual do

exercício de 2017 consideramos, no seu processamento, a inexistência de qualquer fato que venha a comprometer a solvência e equilíbrio financeiro e atuarial do Plano de Benefícios, conforme estabelece o artigo 80 do Decreto 4.942/03, dada a responsabilidade técnico-atuarial da Mercer GAMA, em relação aos planos administrados pela Entidade.

2. Resultados Atuariais

2.1 Em Relação ao Grupo de Custeio: Geral

2.1.1 Evolução dos Custos

Os benefícios de risco assegurados pelo Plano **PrevMais** são os de Aposentadoria por Invalidez, Pensão por Morte, Auxílio-Doença e Auxílio-Funeral. Todos esses benefícios estão estruturados na modalidade de Benefício Definido, sendo avaliados sob o Regime de Capitalização e pelo Método de Financiamento de Crédito Unitário Projetado, e registrados no **Fundo Previdencial para Cobertura de Benefícios de Riscos**, em conformidade com o Regulamento e Nota Técnica Atuarial do Plano.

Conforme Relatório de Avaliação Atuarial **Mercer GAMA 151 – RE**

52/18, os benefícios avaliados atuarialmente na fase de acumulação (benefícios de risco) apresentaram aumento em suas alíquotas. No total dos benefícios de risco, o custo aumentou de **1,56%** na última Avaliação Atuarial, posicionada em 31 de dezembro de 2016 (Relatório de Avaliação Atuarial **Mercer GAMA 151 – RE 61/17**), para **1,59%** na Avaliação posicionada em **31 de dezembro de 2017**, sendo as alíquotas incidentes sobre a folha de Salário de Benefício. Esse aumento deveu-se ao reajuste médio dos salários, assim como no ano passado, foi utilizado o carregamento de segurança estatística no cálculo, objetivando, sem provocar qualquer alteração no Plano de Custeio, elevar o nível de segurança atuarial do **PrevMais**.

Quanto ao benefício programado de Aposentadoria, o custo calculado com base na contribuição média dos Participantes e Patrocinadoras foi de **12,57%** em 31 de dezembro de 2016, aumentando para **12,73%** na Avaliação do exercício de 2017. Essa variação deveu-se ao aumento das contribuições médias dos Participantes e, conseqüentemente, à contrapartida das Patrocinadoras. Embora este benefício esteja sujeito a risco atuarial, em razão da possibilidade de requerimento da Aposen-

tadoria em forma de renda vitalícia, estruturada em Benefício Definido, não há custo atuarialmente calculado atribuído a este benefício.

2.1.2 Variação das Provisões Matemáticas

As **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC** fixadas com base nas informações individuais dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) do **Plano PrevMais**, foram avaliadas em **R\$475.326.345,20**, na data de **31 de dezembro de 2017**, sendo **R\$230.969.018,50** referentes aos benefícios **programados** estruturados na modalidade de **Contribuição Definida**, e **R\$244.357.326,70** referentes aos benefícios estruturados na modalidade de **Benefício Definido**, onde **R\$30.672.641,81** são referentes aos benefícios **programados** e **R\$213.684.684,89** referentes aos benefícios **não programados**.

Já as **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder – PMBaC** foram avaliadas em **R\$1.018.408.735,59**, na data de **31 de dezembro de 2017**, com base nas informações individuais dos Participantes, referentes aos benefícios determinados pelo método de capitalização financeira individual, estruturados, na fase de captação, na modalidade de Contribuição Definida (CD).

O **Plano PrevMais não possui Provisões Matemáticas a Constituir - PMaC**, na data base da Avaliação Atuarial. Desta forma, o total das Provisões Ma-

temáticas montava, em **31 de dezembro de 2017**, em **R\$1.493.735.080,79**.

Desta forma, a Provisão Matemática em 31/12/2017 montava em **R\$1.493.735.080,79**, comparativamente à Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2016, a variação nominal das Provisões Matemáticas do Plano **PrevMais** foi de **10,88%**, tendo sido registrado o montante de **R\$1.347.121.441,78** em 31 de dezembro de 2016. O crescimento deveu-se, majoritariamente, à elevação na quantidade de Assistidos, bem como o reajuste no valor dos benefícios, pelo ingresso de novas contribuições ao Plano e à receita com retorno dos investimentos aos saldos de contas.

2.1.3 Principais Riscos Atuariais

O Risco Atuarial surge especialmente pela inadequação de hipóteses e premissas atuariais, as quais trazem volatilidade aos planos de benefícios, sendo que para o Plano **PrevMais**, caracterizam-se, basicamente, como **Demográficas**, **Biométricas** e **Econômico-financeiras**, sendo que as hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento utilizados neste Plano estão em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos, assim como em consonância com os normativos que

regem a matéria, tendo em vista o longo prazo previsto para a integralização das obrigações previdenciais.

Salienta-se que as hipóteses atuariais utilizadas para fins de Avaliação Atuarial anual de 2017 do Plano **PrevMais**, foram aprovadas pelo **ECONOMUS**, sendo que a Entidade estava subsidiada pelos testes de aderência das hipóteses e premissas atuariais executados por esta Consultoria, cujos resultados foram formalizados à Entidade por meio do Relatório **Mercer GAMA 151 - RE 108/17** observando assim, no que nos pertine, os ditames da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.1.4 Soluções para Insuficiência de Cobertura

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2 Em Relação ao Plano de Benefícios

2.2.1 Qualidade da Base Cadastral

A base cadastral encaminhada pela Entidade foi submetida a testes de consistência e, após ratificações e retificações da Entidade, em rela-

ção às possíveis inconsistências verificadas, os dados foram considerados suficientes e exatos para fins da Avaliação.

Cumpra-nos esclarecer, que a análise efetuada pela Mercer GAMA, na base cadastral utilizada para a Avaliação Atuarial, objetiva, única e exclusivamente, a identificação e correção de eventuais distorções na base de dados, não se inferindo dessa análise a garantia de que todas as distorções foram detectadas e sanadas, permanecendo, em qualquer hipótese, com a Entidade a responsabilidade plena por eventuais imprecisões existentes na base cadastral.

2.2.2 Regras de Constituição e Reversão dos Fundos Previdenciais

Os Fundos Previdenciais subdividem-se em Fundo de Reversão, por exigência regulamentar, cujo valor de **R\$13.325.178,86**, em **31 de dezembro de 2017**, foi informado pela Entidade, o qual é constituído pelas parcelas patronais não resgatáveis de Participantes que optaram pelo Instituto do Resgate e destina-se à cobertura da Conta Coletiva do Plano ou a outra finalidade aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, conforme consta do Regulamento do Plano; e, pelo Fundo de Capitalização dos Benefícios de Risco, previsto em Nota Técnica Atua-

rial, que montava, em **31 de dezembro de 2017**, **R\$101.857.322,06**, e teve como origem primária de recursos o Fundo de Oscilação de Risco, mantido pelo Plano até a capitalização dos benefícios de risco, ocorrida em 31 de dezembro de 2011, sendo este fundo dimensionado atuarialmente e destinado a custear os benefícios de risco do Plano.

2.2.3 Variação do Resultado

Na confrontação do Passivo Atuarial, dado pelas Provisões Matemáticas, no montante total de **R\$1.493.735.080,79**, com o Patrimônio de Cobertura do Plano, em **31 de dezembro de 2017**, no montante de **R\$1.545.278.967,17**, verifica-se que o Plano **PrevMais** apresentou **Superavit** técnico, de **R\$51.543.886,38**, em **31 de dezembro de 2017**.

O Plano passou de um superavit de R\$19.272.109,69 em 31 de dezembro de 2016 para um superavit de **R\$51.543.886,38** em **31 de dezembro de 2017**, representando um aumento de **R\$32.271.776,69**. Este aumento deveu-se, em especial, pela superação da meta atuarial pela rentabilidade do Plano e a diminuição do Fundo de Capitalização dos Benefícios de Risco motivada pela alteração da premissa de crescimento real dos salários e alteração da tábua de auxílio-doença.

A rentabilidade do Plano auferida nos 12 meses que antecederam a Data da Avaliação foi de 10,90%, conforme informado pela Entidade, sendo que a meta atuarial no período, dada pela taxa de juros atuariais acrescida do índice do Plano, foi de 7,17%, o que resultou em um **ganho técnico atuarial no exercício de 3,48%**.

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 e observando os critérios previstos na Instrução PREVIC nº 19, de 04 de fevereiro de 2015, o ajuste de precificação, apurado pela Entidade, montava **R\$27.919.211,96**, na data base desta Avaliação Atuarial, que resultou em um **Equilíbrio Técnico Ajustado Superavitário de R\$79.463.098,34**. Cumpre esclarecer que para fins de apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado, se superavitário, conforme previsto na legislação vigente, não deverá ser observado o ajuste de precificação positivo para fins de eventual destinação de superavit.

2.2.4 Natureza do Resultado

O resultado superavitário do Plano apresenta características **conjunturais**, sendo oriundo, sobretudo, de variações estatísticas em torno das premissas atuariais adotadas e da superação da meta atuarial.

A totalidade do superavit apurado em 31/12/2017, no montante de **R\$51.543.886,38**, foi alocada em **Reserva de Contingência**, em conformidade com a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29/09/2008, e alterações posteriores, especialmente a Resolução MPS/CNPC nº 22, de 25/11/2015, visto que o mesmo representa 21,09% das Provisões Matemáticas estruturadas na modalidade de benefício definido do Plano e, com uma duração do passivo apurada no exercício de 2017 de 14,39 anos o limite da Reserva de Contingência é de 24,39%.

2.2.5 Soluções para Equacionamento do Deficit

Tendo em vista que o Plano não apresentou insuficiência de cobertura na Avaliação Atuarial de 2017, este item não é aplicável ao presente Parecer.

2.2.6 Adequações dos Métodos de Financiamento

Adota-se, para o financiamento dos benefícios do Plano, o Regime de Capitalização conjugado com o Método de Capitalização Financeira para o benefício programado, estruturado em Contribuição Variável, e o método de Crédito Unitário Projetado para os benefícios de risco, estru-

turados em Benefício Definido. Portanto, os métodos utilizados estão aderentes à legislação vigente, conforme item 5 do Anexo da Resolução MPS/CGPC nº 18/2006 e suas alterações.

2.2.7 Outros Fatos Relevantes

1) O Plano **PrevMais** foi implantado quando da realização do processo de saldamento do Plano do Regulamento Geral, também administrado pelo **ECONOMUS**, como opção de ingresso para aqueles que optaram pelo Saldamento de seus benefícios naquele Plano, encontrando-se, atualmente, aberto a novas adesões.

2) Para fins desta Avaliação Atuarial, foram considerados os valores de patrimônio, ativos de investimentos, exigível operacional e exigível contingencial do Plano informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do Plano do mês de dezembro de 2017.

3) De acordo com o referido Balancete Contábil, a totalidade do Patrimônio de Cobertura do Plano encontra-se integralizado.

4) Dentre os ativos de investimentos, conforme informado pelo Eco-

nomus, parcela destes estavam contabilizados pela curva do papel e mantidos até o vencimento, sendo que, para tal, a Entidade atestará a possibilidade de sua manutenção com base no Fluxo Atuarial específico, conforme exigência da Resolução MPAS/CGPC nº 04, de 30/01/2002, e suas alterações posteriores, a ser desenvolvido pela Mercer GAMA.

5) Na Avaliação Atuarial de encerramento de exercício de 2017, não obstante ter sido possível uma redução no custeio dos benefícios de risco do Plano, tendo em vista a manutenção do custo normal desses benefícios em nível inferior ao projetado pelo custeio vigente, **optou-se por manter o custeio ora praticado**, por meio da inserção de **carregamento de segurança estatística** para a apuração do custo dos **benefícios de risco, posto que estes são dimensionados por meio de Fundo Previdencial**.

6) Conforme decisão da Entidade, a partir de janeiro de 2018 os Participantes e Assistidos serão isentos de contribuir para o Custeio Administrativo, mais detalhes podem ser visto no adendo **Mercer GAMA 151 – PC 52/17**.

7) Os **Fundos** do Plano montavam a quantia de **R\$147.036.908,56**, sendo **R\$115.182.500,92** referentes aos **Fundos Previdenciais**;

R\$30.887.788,74 referentes ao **Fundo Administrativo**; e **R\$966.618,90** referentes ao **Fundo dos Investimentos**. Os valores dos Fundos Administrativos e dos Investimentos foram informados pela Entidade, através do Balancete Contábil do Plano posicionado em 31/12/2017.

8) No que diz respeito às **hipóteses atuariais**, procederam-se às seguintes alterações na Avaliação Atuarial de 2017, quando comparadas com aquelas adotadas em 2016: i) **Fator de Capacidade** de 0,9804 para **0,9849**; ii) **Crescimento Real de Salários** de 1,12% ao ano para **1,01% ao ano**; iii) **Tábua de Auxílio-Doença** de Ex-Economus 2005-2014 para **Ex-Economus 2007-2016** e iv) **Tábua de Rotatividade** de Exp. Economus 2011 (D25%) (taxa média de 0,77%) para **Exp. Economus 2007- 2016** (taxa média de 0,43%).

3. Plano de Custeio

O Plano de Custeio para o próximo exercício, com início em **1º de abril de 2018**, em conformidade com o Regulamento do Plano, deverá ter a seguinte configuração, observada sua prévia aprovação pela Entidade e Patrocinadoras, antes de sua entrada em vigor:

PLANO DE CUSTEIO PARA 2018				
Participantes				
Contribuição Normal				
	Para o custeio dos benefícios programados	Variável de 2% a 8% sobre o salário de benefício, conforme opção do Participante.		
		Limite Inferior SB* em R\$	Limite Superior SB* em R\$	% SB*
		0	2.500	0,06%
		2.500,01	3.000	0,20%
		3.000,01	3.500	0,34%
		3.500,01	4.000	0,46%
Participantes	Para o custeio dos benefícios de risco	4.000,01	5.000	0,55%
		5.000,01	6.000	0,65%
		6.000,01	7.000	0,73%
		7.000,01	8.000	0,77%
		8.000,01	10.000	0,83%
		10.000,01	12.000	0,88%
		12.000,01	6 PPE **	0,93%
	Participantes Autopatrocinados	Idêntica a dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora		
	Participantes em BPD	0,00%		
Patrocinadoras				
Contribuição Normal				
Paritárias às Contribuições Normais dos Participantes.				
Assistidos				
Contribuição Normal				
Não aplicável ao Plano, devido à inexistência de Contribuição Normal de Assistido no Plano				

* Salário de Benefício.

** Padrão Previdenciário ECONOMUS, correspondente a R\$4.262,99 na Data da Avaliação.

PLANO DE CUSTEIO ADMINISTRATIVO	FAIXA SALARIAL (SB*)	TAXA APLICÁVEL - PLANO DE CUSTEIO PROPOSTO (A PARTIR DE JAN/18)	
		Participante / Assistido	Patrocinadora
a) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação, em relação aos Participantes	Até 2.500,00 De 2.500,01 a 3.000,00 De 3.000,01 a 3.500,00 De 3.500,01 a 4.000,00 De 4.000,01 a 5.000,00 De 5.000,01 a 6.000,00 De 6.000,01 a 7.000,00 De 7.000,01 a 10.000,00 De 10.000,01 a 6 PPE**	0,00%	0,00%
b) Taxa de Carregamento aplicável sobre o salário real de participação, em relação ao Participante Autopatrocinado		Idêntica à dos Participantes, adicionada daquela em nome da Patrocinadora	-
c) Taxa de Carregamento aplicável sobre o BPD		0,00%	0,00%
d) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Aposentado		0,00%	0,00%
e) Taxa de Carregamento aplicável sobre a Complementação recebida pelo Pensionista		0,00%	0,00%
Taxa de Administração sobre os Recursos Garantidores do Plano			0,00%

* Salário de Benefício.

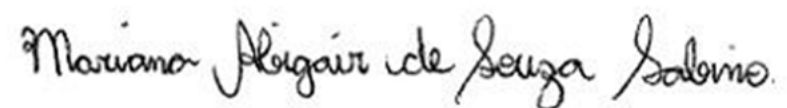
** Padrão Previdenciário **ECONOMUS**, correspondente a R\$4.262,99 na Data da Avaliação.

4. Conclusão

Conclui-se, ante o exposto, que a situação econômico-atuarial do Plano **PrevMais**, em **31 de dezembro de 2017**, é **superavitária em R\$51.543.886,38**, observada através do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano, sendo **integralmente alocado em Reserva de Contingência**. Após o **Ajuste de Precificação de R\$27.919.211,96** resulta em um **Equilíbrio Técnico Ajustado Superavitário de R\$79.463.098,34**.

Sendo assim, a situação econômico-atuarial do Plano é Superavitária, não havendo, no exercício subsequente, a obrigatoriedade de processo de distribuição de Superavit, tendo em vista a não ocorrência de Reserva Especial durante três exercícios consecutivos.

Este é o Parecer.
Brasília, 19 de fevereiro de 2018.



MARIANA ABIGAIR DE SOUZA SABINO

Atuária MIBA 2.567 - MTPS/RJ

Supervisora Atuarial



FREDERICO SCHULZ DINIZ VIEIRA

Atuário MIBA 2.017 - MTPS/RJ

Consultor Sênior



**GAMA Consultores
Associados**
02.941.736/0001-
90

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501

www.kpmg.com.br

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores do Economus - Instituto de Seguridade Social - São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Economus - Instituto de Seguridade Social (“Entidade” ou “Economus”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos

os planos de benefícios administrados pelo Economus - Instituto de Seguridade Social, aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa. e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Economus - Instituto de Seguridade Social e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por planos de benefício”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Equilíbrio Técnico do Plano do Regulamento Geral

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 13.C às demonstrações contábeis, a qual informa que no exercício findo em 31 de de-

zembro de 2017, a situação deficitária do Plano do Regulamento Geral passou de R\$354.125 mil para R\$1.600.618 mil. O aumento da situação deficitária do Plano do Regulamento Geral, foi ocasionado, principalmente, por: (i) alteração do regime financeiro dos benefícios de risco (regime de repartição simples e repartição de capitais de cobertura para o regime de capitalização); (ii) alteração da tábua de mortalidade geral; e (iii) reconhecimento na provisão matemática do impacto gerado pela revisão do benefício de 290 assistidos por decisão judicial. O equilíbrio técnico apresentado no Plano do Regulamento Geral foi superior ao limite disposto na Resolução CNPC nº 22, de 3 de dezembro de 2015, dessa forma haverá necessidade de equacionamento obrigatório do montante que exceda o limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2018. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Patrimônio Social do Plano de Assistência e Saúde

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 14 às informações suplementares do Plano de Assistência e Saúde, a qual informa que o mesmo apresenta um Patrimônio Social de R\$ 239.504 mil em 31 de

dezembro de 2017, representado substancialmente por reserva para cobertura dos custos com os planos do Fundo Economus de Assistência Social - FEAS. Com base no volume de contribuições atuais dos participantes destes planos, a Administração preparou estudo técnico que demonstra que esta reserva constituída terá uma duração aproximada de 3 anos. A Administração busca alternativas visando o equilíbrio financeiro destes Planos. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Outros assuntos

Examinamos, também, informações suplementares sobre o Plano de Assistência e Saúde, compreendendo o balanço patrimonial, e as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, do fluxo de caixa, da mutação do patrimônio líquido, assim como as correspondentes principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Essas informações suplementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente, e em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os aspectos relevantes, em rela-

ção as demonstrações contábeis tomadas em conjunto, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefício, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade e ou os planos de benefícios continu-

arem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade e ou os planos de benefícios ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segu-

rança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os

controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade e ou dos planos de benefícios. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis

consolidadas e individuais por plano de benefícios ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e os planos de benefícios a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis consolidadas e individuais por plano de benefícios representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2018.



CARLOS MASSAO TAKAUTHI

CRC 1SP206103/0-4J

Contador

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/0-6


Demonstrações Contábeis 2017

Parecer do Conselho Fiscal


O Conselho Fiscal do Economus Instituto de Seguridade Social, no uso das atribuições conferidas pelo inciso II do artigo 45 de seu Estatuto Social, examinou as Demonstrações Contábeis de 2017 (Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios) e respectivas Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis Consolidadas e as Informações Contábeis da Gestão Assistencial (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração de Resultados Abrangentes, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social) e respectivas Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva e por técnicos do Economus e, considerando ainda o Relatório dos Auditores Independentes e o parecer Atuarial da Consultoria Externa contratada, o Conselho Fiscal recomenda ao Conselho Deliberativo   aprovação das referidas Demonstrações Contábeis.


São Paulo, 28 de março de 2018.



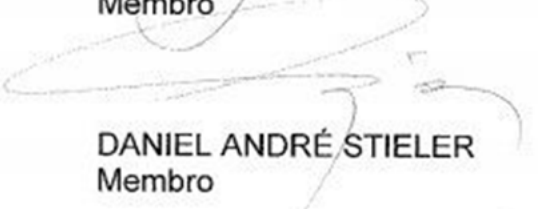
PEDRO AMAURI RINALDI
Presidente



CÉSAR AUGUSTO JACINTO TEIXEIRA
Membro



PAULO LEITE JULIÃO
Membro



DANIEL ANDRÉ STIELER
Membro

Manifestação do Conselho Deliberativo

Quanto às Demonstrações Contábeis do Exercício 2017

Em reunião de 28 março de 2018, o Conselho Deliberativo do Ecomus Instituto de Seguridade Social, no uso das competências de que trata o inciso XIII do Artigo 21 do Estatuto Social da Entidade, examinou as Demonstrações Contábeis apresentadas pela Diretoria Executiva relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Com fundamento nas análises procedidas, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, no Relatório dos Auditores Independentes da KPMG, no Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 2017, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Entidade, razão pela qual as aprova.

São Paulo, 28 de março de 2018.




FÁBIO CRISTIANO DANIN EUZÉBIO
Presidente



JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA
Membro



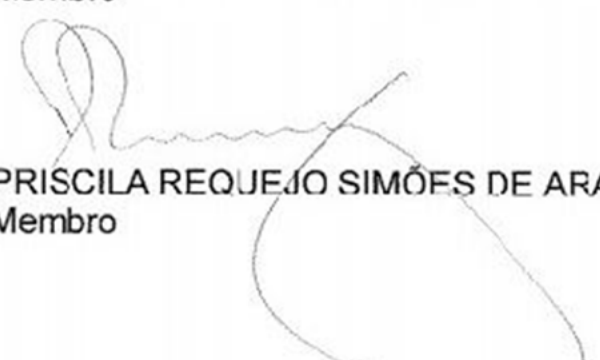
MAX FREDDY FRAUENDORF
Membro



SONIA APARECIDA AOKI ZAIA
Membro



VITOR PAULO CAMARGO GONÇALVES
Membro



PRISCILA REQUEJO SIMÕES DE ARAUJO
Membro